

10/11 10/11
- R -
ISABEL SOARES DE ALBERGARIA

QUINTAS E JARDINS DA ILHA DE S.MIGUEL 1785-1885

Volume I . Texto

4431

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
EM HISTÓRIA DA ARTE CONTEMPORÂNEA
APRESENTADA NA FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA**



Setembro de 1996

Ao Francisco e à Margarida

Índice geral

VOLUME I

Índice analítico.....	i
Agradecimentos.....	ii
INTRODUÇÃO.....	1
I - OS VALORES DO LUGAR: A ILHA DE S.MIGUEL NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII.....	7
1. <i>O lugar das Furnas no centro das atenções com a paisagem pitoresca.....</i>	<i>7</i>
2. <i>Valores tradicionais na relação com a paisagem.....</i>	<i>25</i>
2.1. Quintas e jardins das casas morgadias.....	37
2.2. Aspectos da intervenção na paisagem: as florestações.....	51
II - UM TOPOS NOVO: DAS QUINTAS DE LARANJA ÀS QUINTAS DE REGALO DA BURGUESIA LIBERAL.....	62
1. <i>As quintas de laranja.....</i>	<i>62</i>
1.1. A laranjeira na tradição do jardim.....	64
1.2. Economia da laranja.....	68
2. <i>Ajardinamento das “quintas novas”.....</i>	<i>76</i>
2.1. O papel dos ingleses no <i>ornamental gardening</i>	85
3. <i>As quintas de regalo no novo contexto do liberalismo.....</i>	<i>95</i>
3.1. A quinta das Laranjeiras.....	103
3.2. A quinta do morgado Laureano.....	107
3.3. A quinta do Botelho.....	115

III - JARDINS E PARQUES DA REGENERAÇÃO.....	124
1. <i>A trilogia dos jardins de Ponta Delgada.....</i>	124
1.1. O jardim José do Canto.....	133
1.2. O jardim José Jácome Corrêa.....	147
1.3. O jardim António Borges.....	155
2. <i>Embelezamento da natureza.....</i>	170
2.1. Os jardins das Sete Cidades.....	178
2.2. Os jardins das Furnas.....	188
2.2.1. O Parque.....	191
2.2.2. O Tanque.....	197
2.2.3. A mata da lagoa das Furnas.....	205
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	214
Índice onomástico.....	220
Bibliografia.....	225

VOLUME II

DOCUMENTAÇÃO ICONOGRÁFICA

I - INVENTÁRIO DOS JARDINS TRATADOS.....	1
II - QUINTAS.....	75
III - PAISAGENS.....	80
1. Ponta Delgada.....	80
2. Sete Cidades.....	84
3. Furnas.....	86

Índice analítico

Introdução.....1

O tema dos jardins integrado no contexto histórico 1; limites impostos à abordagem do tema 2; problemas metodológicos 3; uma metodologia específica: crítica 5; bibliografia de referência e fontes 6.

1 - Os valores do lugar: a ilha de S.Miguel nos finais do século XVIII

1. *O lugar das Furnas no centro das atenções com a paisagem pitoresca.....7*

As qualidades pitorescas conferem ao vale das Furnas uma importância desconhecida até aos finais do século XVIII 7; antes do pitoresco, a imagética do *locus amoenus* e do *locus horrendus* (ou Paraíso Terreal e Inferno) marcara o horizonte cultural do vale 9.

Em 1785 é construída a primeira casa de campo no vale das Furnas, seguindo uma tipologia algo semelhante aos modelos da arquitectura vernácula açoriana 10; mas os elementos do plano para o recinto ajardinado, preenchem uma função exclusivamente de recreio 13; inaugura-se um discurso estético, sem precedentes, cujo núcleo temático reside na articulação das arquitecturas com a paisagem 14; a nova atitude frente à paisagem não é um atributo particular da comunidade estrangeira residente 15; a cultura artística de Thomas Hickling radica na insipiente tradição de jardins da Nova Inglaterra 16; o “tanque”, sendo o elemento mais marcante da propriedade de Hickling, filia-se na tradição inglesa dos *fishpounds* 17.

O primeiro factor de valorização do vale das Furnas foram as águas termais 19; mas o interesse turístico pelas suas belezas naturais só foi atribuído, no último trinénio do século XVIII, pelos naturalistas europeus 20; depois deles outros “notáveis” da terra e de fora dela procuram as Furnas na “estação calma” 23; em posição privilegiada para participar da promoção turística das Furnas, encontrava-se Thomas Hickling.

2. *Valores tradicionais na relação com a paisagem.....25*

A “paisagem” - ao contrário do “país” - é um dado cultural e histórico 25; no espaço ilhéu, os valores tradicionais na relação com a paisagem registam uma indiferença afectiva frente à paisagem natural 26; e no entanto a predominância dos elementos naturais na paisagem setecentista da ilha de S.Miguel, é o traço mais marcante da sua fisionomia 27; a ocupação humana do território confina-se a uma estreita faixa entre a *costa* e a *serra* 29; as situações de perigo são modeladoras de uma relação de precaridade com o espaço natural 29; as estruturas do espaço habitado revelam o *cunho militar*, de defesa e protecção, que conduz a uma tautologia do isolamento 30; as relações do maneirismo com a arquitectura militar definem outra linha de força na história da arquitectura insular 31; de concepção militar são também os valores visuais, concretizados nos torreões e nos mirantes 32.

Devemo-nos perguntar se o açoriano chega a possuir qualquer concepção da natureza? 34; a omnipresença dos elementos naturais inibe a formação de uma consciência estética 34; apostado ao nível do concreto, desenha-se o horizonte mítico do Paraíso Terreal 35; a carga negativa que recebe “o tempo histórico” vai-se atenuando com o avanço da “ciência” e da “civilização” 37.

2.1. Quintas e jardins das casas morgadias.....37

Nos finais de Setecentos, o peso demográfico de Ponta Delgada relativamente ao resto da ilha era enorme 37; a atracção para o pólo urbano determinou o adensamento do parque construído 39; a presença dos jardins é aí diminuta e tradicional 39; entre os jardins urbanos e as quintas, existem distinções tipológicas e morfológicas que estão definidas desde o século XVI 40; chegados ao século XVIII, as quintas rústicas distinguem-se dos solares e das quintas peri-urbanas 42; as primeiras são cada vez mais identificadas com casas de campo e com uma função recreativa 43; mas os *jardins d'agrément* à francesa ou à italiana, só aparecem nas habitações mais sumptuosas da periferia da cidade 46; os melhores exemplos são os solares de Sta. Catarina 46; Arquinha 47; e Necessidades 48.

Em conclusão pode dizer-se que a afirmação de uma cultura mais urbanizada motivou o interesse pelos elementos naturais, como fonte de recreio e do prazer das vistas 50.

2.2.Aspectos da intervenção na paisagem: as florestações.....51

O plano de desenvolvimento agrícola é um assunto central para a nova administração pombalina 51; as medidas legislativas preocupam-se especialmente com o desflorestamento da ilha 52; alguma iniciativa privada recebe favoravelmente as directrizes dos governadores gerais 53; mas os resultados práticos não são tão entusiasmantes 54; independentemente dos resultados obtidos, a questão dos arvoredos é paradigmática de uma outra atitude, mais positiva, em face dos recursos naturais 55; a concepção da natureza permanece, ainda, veiculada a uma reflexão antropológica de raiz cristã 56; o naturalista é visto como aquele que melhor sabe interpretar os sinais da natureza 57; o jardim botânico é a perfeita *mise en scène* da natureza 58; o poder institucional apropria-se dos instrumentos do saber 58; mas a promoção de uma atitude empresarial deve ser induzida nos agentes económicos privados 59; o incremento dos pomares de espinho constitui a aposta mais conseguida 61.

II - Um *topos* novo: das quintas de laranja às quintas de regalo da burguesia liberal

1. As quintas de laranja.....62

No século XIX, as “quintas” micaelenses constituem uma figura da propriedade muito *sui generis* 62; na tradição anterior, a função recreativa não deixava de estar presente 63; a identificação da “quinta” com o pomar de laranjeiras, decorre da importância da “economia da laranja”, mas só se justifica pela apropriação de um sentido estético 64; a “quinta de regalo” substitui o “laranjal” 64.

1.1. A laranjeira na tradição do jardim.....64

A laranja transporta uma ancestral carga poética e literária, com correspondências evidentes na ideia de jardim 65; a tradição greco-latina do Jardim das Hespérides 65; a presença da laranjeira no jardim mediterrânico 66, na transferência cultural do sul para o norte, a laranjeira é a planta de jardim mais apreciada 66; as *orangeries* constituem os primeiros ambientes aclimatados nos jardins europeus 67; mas os Açores estão afastados de todas as tradições culturais que valorizaram especialmente a laranjeira 68; apesar disso, a sua cultura vingou 68.

1.2. Economia da laranja.....68

As primeiras notícias de laranjas nos Açores 68; o início do comércio 69; expansão dos pomares de espinho 70; o desenvolvimento de um tráfego marítimo específico para a laranja açoriana 70; a organização comercial está a cargo dos ingleses 72; na esfera da produção há algumas resistências 73; as técnicas de cultivo 74; a normalização das “quintas novas” 75; o desenvolvimento de uma tecnologia adequada às condições bio-físicas dos Açores 75.

2. *Ajardinamento das “quintas novas”* 76

O sentido estético impõe-se pelo ordenamento e disciplinarização da natureza 76; referências pictóricas no ordenamento paisagístico 77; as quintas não produzem efeitos pitorescos na paisagem 78; porém, são elas que justificam a conversão deste *insulo* num outro “Jardim das Hespérides” 78.

Reconhecem-se hoje na paisagem, as estruturas inertes das antigas quintas: portões 79, pavilhões 80, muros e arruamentos 81, mirantes 82; no coberto vegetal são introduzidos conjuntos de flora exótica ornamental 82; destacam-se as camélias 83.

A quinta transforma-se no palco privilegiado para os jogos sociais da burguesia 84.

2.1. O papel dos ingleses no *ornamental gardening* 85

Terão sido os ingleses os grandes impulsionadores do avanço da jardinagem, ligado à produção de laranja? 85; A comunidade inglesa residente 86; analogia com outras colónias inglesas envolvidas no comércio do *import-export* 87; as propriedades dos ingleses não são “quintas de laranja” mas *country seats* 88; aí se recriam imagens da paisagem mediterrânica 89; o seu plano não obedece a nenhum modelo pré-estabelecido 90; pelo contrário, o “paisagismo inglês” revela-se no interesse pelas exóticas 91; uma referência especial à *Araucaria excelsa* 92; a ideia da *estação de aclimação* ganha adeptos por entre os naturalistas 94; e difunde-se como o ideário mais adequado aos jardins da ilha 95.

3. *As quintas de regalo no novo contexto do liberalismo* 95

A nova ordem política e social do liberalismo 95; as figuras mais proeminentes do liberalismo 97; os progressos materiais e as “obras de civilização” 99; novos hábitos culturais 100.

“Romantismo” e “liberalismo”, termos de um problema 101; o sentimento da natureza é pré-romântico 101; o movimento paisagista de Setecentos formula-se mais em termos de “pitoresco” do que de “romântico” 102; em Portugal, o sentimento da natureza é pitoresco e romântico 103.

3.1. A quinta das Laranjeiras 103

A quinta das Laranjeiras situa-se na periferia da cidade 103; o modelo construtivo é setecentista 104; a quinta é o exemplo pioneiro de uma grande “quinta de laranjas” 105; nos elementos da quinta, a maior valorização cabe às exóticas 106.

3.2. A quinta do morgado Laureano 107

A quinta do morgado Laureano é uma *quinta de regalo* 107; nos elementos da quinta evidencia-se um gosto pitoresco 108; o projecto da casa inscreve-se no neoclassicismo embrionário da “arquitectura da laranja” 110; um projecto de jardim não executado 111; um conjunto de peças decorativas preenchem uma função lúdica, destinada a padrões de consumo burguês 112; fontes e modelos iconográficos 113; importância da prática militar 114; o gosto

“moderno” não aceita as fantasias românticas no domínio da arquitectura de residência; em todo o caso, os elementos exóticos procuram articular-se com o discurso dos “valores do lugar” 115.

3.3. A quinta do Botelho.....115

Limites da quinta nos meados do século XIX 115; a sua história 115; ensaio de descrição 117; os jardins de aparato estruturam-se em socalcos 118; a carga decorativa dá-lhe uma sumptuosidade desconhecida na ilha 120; nas quintas portuguesas do início do século continuam a imperar os formulários do barroco e do rocóco 120; a composição dos *parterres*, mesmo que estruturados em socalcos, distancia-se muito da linguagem classizante usada no Botelho 121; as referência ao jardim italiano da Renascença misturam-se com elementos da tradição local 122; no Botelho, é já nitida a separação entre a *quinta* e o *jardim ornamental* 123.

III - Jardins e Parques da Regeneração

1. A trilogia dos jardins de Ponta Delgada.....124

Os novos jardins ornamentais entram no rol das belezas turísticas da ilha 124; forma-se uma trilogia 125; mas o interesse pelos jardins é generalizado 126; a moda hortícola é comprovada pela vitalidade do negócio das plantas 127; a preparação técnica e teórica modifica o estatuto do jardineiro 129; no perímetro da cidade são construídos novos grandes jardins 129; mas os viajantes destacam apenas três 130; como se formou essa preferência? 130; instrumentos críticos na classificação dos jardins 131; a arte deve imitar a natureza 132; limites a esse princípio no espaço da ilha 133.

1.1. O jardim José do Canto.....133

O projecto de José do Canto para Santana 133; traços de uma personalidade entre o conservadorismo e o progressismo 134; os primeiros projectos são encomendados em Londres 135; a proposta de Mocatta 136; a desvalorização do arquitecto frente ao jardineiro 137; a ambivalência de sentimentos pelos jardineiros 139; o jardim define-se como um espaço destinado ao crescimento das plantas 140; os elementos: a água 140; as arquitecturas 141; a vegetação 142; os esquemas de plantação evocam cenários distantes 144; o jardim integra-se nos circuitos internacionais de troca e distribuição de plantas 144; a participação no jardim botânico de Coimbra 145; a influência de Loudon e do *gardenesque* no perfil do jardim 146.

1.2. O jardim José Jácome Corrêa.....147

O processo da encomenda 147; dados biográficos 149; o neoclassicismo emblemático da habitação 150; o programa contempla a harmonia formal entre os planos da arquitectura e do jardim 150; composição do *parterre* e esquemas colóricos 151; o *gardenesque* dos relvados 152, modelo da estufa 152; na quinta é criado um paisagismo mais castiço, de acordo com os *valores do lugar* 153; o aparato do jardim fronteiro contrasta com o carácter mais intimista e privado da quinta 154.

1.3. O jardim António Borges.....155

Limites físicos do jardim da Lombinha 155; o percurso de uma cultura artística entre a pintura e a jardinagem 156; as primeiras obras na Lombinha 158; questões de autoria 159; os elementos do jardim : percursos 161, água e vegetação 162 - entre os cenários subtropicais destaca-se o *vale dos fetos* 163 -; o tema das “grutas à António Borges” desvia-se do clássico

rustico grotto 165; e radica numa intenção de realismo geológico 165; os mirantes estabelecem pontes visuais com as envolventes 166; as estufas completam o programa construtivo do jardim 167.

Jardim pitoresco ou jardim romântico ? 168; “quadros” sublimes no âmbito dos jardins 169; o pitoresco do século XIX aplica-se cada vez mais a contextos de pequena escala 170; no jardim da Lombinha o *espírito do lugar* vive da imaginação e da evocação românticas 170.

2. Embelezamento da natureza.....170

Em Ponta Delgada sente-se a carência de um “parque da cidade” 170; o século XX transforma o jardim de António Borges em “Parque da cidade” 171; origem e evolução do termo “parque” 172; no século XIX os “parques” distinguem-se dos “passeios públicos” 173; o mesmo acontece em Portugal continental e em S.Miguel 173.

Os *arboreta* enquanto objectos de utilidade, de estudo e de recreio, são também distintos do jardim privado 174; as matas da Grená, da Seara e da Lagoa do Congro são as primeiras a cumprirem a função de *pleasure grounds* 175; a ideia do “jardim total” surge aplicada a determinadas paisagens de eleição 176; a ligá-las existem percursos escolhidos pelos traçados “panorâmicos”, “pitorescos” e “românticos” 177.

2.1. Os jardins das Sete Cidades.....178

Ao contrário das Furnas, as Sete Cidades não chegam a ser uma *estação de veraneio* 178; a grandesa do vale aproximam-no da estética do *sublime* 179; a história do vale concorre para a ideia de desterro e solidão 180; na década de 1840 surge a primeira intenção de ajardinamento com a mata da Seara 181; mas o maior investimento foi feito por António Borges ao pretender converter as Sete Cidades num vasto e único jardim 183; as plantações separam a “mata” do “parque” 185; a lagoa é um elemento poderoso na definição da tipologia e morfologia do “parque” 186; visão de encanto e idílio que o tempo não poupou 187.

2.2. Os jardins das Furnas.....188

As Furnas são “a Sintra pitoresca de S.Miguel, com menos arte e mais natureza” 188; o programa dos veraneantes está definido desde as primeiras décadas do século XIX 189; como teatro do pitoresco, as semelhanças e analogias vão buscar-se aos lagos e montanhas da Suíça 190; mas são os jardins que “pela mão da arte” transformam este lugar no “delicioso vale” que todos procuram 190.

2.2.1.O Parque.....191

O projecto do “parque” obedece a um plano de “recreio público” 191; os modelos urbanos que estão na sua base projectista 192; a execussão do projecto 193; o Parque é o “*rendez-vous* geral da boa sociedade das Furnas” 194; modalidades de diversão 195; a integração deste *pleasure garden* no amplo espaço ajardinado do vale das Furnas 196.

2.2.2. O Tanque.....197

Nos começos de 1850 a propriedade do Tanque é remodelada e ampliada 197; nova campanha de obras decorre entre os anos 70 e o fim do século 198; a engenharia hidráulica marca o novo plano do jardim 199; os percursos acentuam a separação entre a zona baixa dos “passeios”, e a zona alta do bosque denso e “selvagem” 200; do mesmo modo a vegetação marca as diferenças de cenário 200; o programa decorativo é ambicioso e destina-se à composição de

“quadros” 202; as referências clássicas poderão representar a celebração de um jardim com história 203; mas o *charme* romântico do Tanque condiz mais com a *promenade solitaire* da mata, do que com a tradição setecentista da *promenade publique* 204.

2.2.3. A mata da lagoa das Furnas.....205

O crescente interesse pela lagoa das Furnas dá origem às primeiras plantações na mata 205; sucessivos projectos, entregues a prestigiados profissionais, dotam a propriedade de um carácter mais sofisticado 207; orientações do gosto levam ao abandono do projecto inglês, em benefício dos figurinos franco-suiços praticados pelos arquitectos franceses 208; por seu lado, a capela orientou-se por um formulário proto-gótico 209; o projecto paisagista filia-se no modelo dos “parques à francesa” divulgados pela equipa de Barillet-Deschamps 210; entre os motivos de interesse mais apreciados, destaca-se o *vale dos fetos* 211; como objecto de paisagem, a mata da lagoa das Furnas responde ao desejo de transformar a natureza *por dentro*...212

Considerações finais.....214

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer, em primeiro lugar, à Professora Margarida Acciaiuoli que nos guiou ao longo da tarefa de investigação e redacção desta dissertação. A morosidade da investigação e os inconvenientes de uma orientação à distância, puderam ser largamente compensados graças à sua total disponibilidade e contínuo estímulo, sem o que dificilmente teríamos atingido os objectivos que nos propusemos alcançar.

À Arquitecta Aurora Carapinha queremos agradecer as informações e preciosas indicações que nos conduziram ao esclarecimento de questões-chave para a compreensão da arte dos jardins. Com profundo reconhecimento queremos deixar registada a extrema generosidade e simpatia com que sempre nos atendeu.

Agradecemos à Professora Fátima Sequeira Dias a atenção que nos dispensou e as informações que prestavelmente nos transmitiu.

Ao Dr. David Sayers devemos algumas boas indicações bibliográficas e uma profíqua troca de impressões.

Agradecemos à Fundação Calouste Goulbenkian e à Direcção Regional dos Assuntos Culturais - Secretaria Regional de Educação e Cultura, a concessão de um subsídio que nos permitiu suportar as despesas de uma deslocação a Inglaterra.

De todos aqueles que nos prestaram assistência, conselho e encorajamento, gostamos de agradecer com especial reconhecimento e amizade ao Dr. Pedro Leite Pacheco, à Sra. D. Ana Hintze Ribeiro Cymbron, ao Dr. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues e Sra. D. Margarida Hintze Ribeiro Oliveira Rodrigues, bem como ao Dr. João Lima.

Por último, mas não por menor importância, queremos deixar uma palavra de gratidão à nossa família que acompanhou com entusiasmo este trabalho, em especial ao Francisco que suportou com paciência os longos dias de trabalho e ainda reviu todo o texto com atenção, e aos meus Pais pela sua ajuda e apoio incondicionais.

INTRODUÇÃO

Este trabalho não é uma compilação de monografias de jardins. Tem a ambição, talvez excessiva, de tentar reconstituir o processo de formação e desenvolvimento de uma determinada experiência estética ligada à construção de jardins e paisagens artificiais, pondo em evidência as condições geográficas e históricas vividas pelos autores e pelo público das obras. Pretende-se, assim, que inseridas no contexto específico da produção, as formulações espaciais, formais e funcionais dos jardins permitam uma reflexão abrangente sobre a situação cultural a que se ligam.

Até ao último quartel do século XVIII, a tradição de construir jardins na ilha de S. Miguel mostrou-se muito incipiente. Presos a uma concepção de espaço trazida pelos primeiros povoadores em meados do século XV, os jardins micaelenses (e açorianos de uma forma geral) não chegam a superar um modelo tardo-medieval, inseridos como estão numa situação cultural a que Nemésio chamou, em termos mais amplos, o “universo de lusitanidade quatrocentista”. Os jardins são, então, as pequenas “salas de verdura” encerradas dentro de quatro paredes erguidas atrás, ou ao lado da construção principal e destinadas ao cultivo das hortaliças, flores, plantas aromáticas e medicinais. O seu plano é simples e rígido. Duas ruas traçadas em cruz definem quatro canteiros e uma zona central onde se coloca um pequeno tanque ou bacia de água. Com esta forma esquemática perpetua-se, afinal, a imagem bíblica do Paraíso Terreal, pela aproximação simbólica que une os quatro braços da cruz aos Quatro Rios do Paraíso e a fonte do cruzeiro à Fonte da Vida.

À margem desta situação formal e conceptual surge, em 1785, a primeira casa de campo no vale das Furnas. Rodeada por bosquetes e tendo em frente um grande tanque de recreio, ambos os elementos da casa e do jardim beneficiam da envolvência natural da paisagem de montanha que domina aquele lugar. Acto inaugural de um novo entendimento da paisagem, a propriedade do “Tanque” inicia um percurso na arte de construir jardins que, marcado por avanços e hesitações, se desenvolve no sentido de criar novas concepções do espaço e outras relações de fruição, prazer e utilidade com os elementos naturais. Cem anos volvidos, nas margens da lagoa das Furnas, inaugura-se a capela de Nossa Senhora das Vitórias, coroando o esforço gigantesco que representou a plantação de uma “mata ajardinada” com 600 hectares de extensão. Mausuléu do casal Canto (José e Maria Guilhermina), a pequena capela neogótica é o acto testamentário de três gerações liberais empenhadas numa estética naturalista (e também romântica), consumada num verdadeiro amor pela natureza.

1785-1885 são, pois, os limites cronológicos propostos para a abordagem de um movimento artístico e cultural centrado em torno da temática da paisagem. Limites que correspondem, igualmente, ao período alargado da vigência do romantismo nacional,

muito embora, reconheçamos, só na arte dos jardins a produção local possa ascender ao mesmo nível de expressão. Novo limite se impõe, desta vez na geografia da produção artística, onde a criação de certas obras de paisagem - por alguns equiparada às melhores realizações europeias no seu género -, não tem correspondência na produção pictórica, literária ou na crítica estética contemporâneas. Desta forma se desenha o quadro de uma actividade artística marcada por canais estreitos de informação e divulgação, a que falta aquela circulação de interesses e perspectivas que informam o discurso de uma cultura artística abrangente.

Tratando-se ainda de encontrar os limites para o nosso programa de estudo, a ilha de S.Miguel apresenta-se, neste contexto, destacada do conjunto das ilhas açorianas, justificando-se por isso tomá-la como referente geográfico. Foi em S.Miguel que o gosto pela criação de jardins atingiu níveis sem precedentes junto de certas camadas sociais mais favorecidas, activamente empenhadas em novas encomendas, contratos de jardineiros estrangeiros, remessas de plantas e, nalguns casos, colaboração activa em jardins nacionais - como aconteceu no jardim botânico de Coimbra e como parece, também, ter acontecido no parque da Pena, em Sintra.

Consultados os estudos locais, os testemunhos escritos e tradições orais, o fundamento para tal protagonismo parecia ressaltar de dois factores complementares: o sucesso da chamada “economia da laranja” e, em consequência desta, a forte presença inglesa na ilha. Teriam sido a riqueza acumulada com as primeiras exportações de laranja e o exemplo tirado dos *country seats* da comunidade estrangeira, os grandes responsáveis pela criação dos jardins e quintas micaelenses.

Embora enfermasse de um defeito de perspectiva - pois considera o fenómeno artistico uma simples decorrência de factores económicos e sociais - constituiu uma das primeiras intenções da nossa investigação, averiguar o modo como um e outro estiveram implicados na criação desta nova situação formal. Sem esquecermos, no entanto, que as relações demasiado apressadas e simplificadas incorrem num erro frequente: aproximam do mesmo plano explicativo realidades diferentes, escamoteando dimensões fundamentais dos fenómenos considerados e ignorando os níveis em que essas relações de facto acontecem.

São vários os problemas levantados na relação entre a “economia da laranja” e os jardins. Por enquanto basta reconhecer dois ou três aspectos: em primeiro lugar, os ritmos da economia não são coincidentes com os dos factos da vida artística. Ambas as séries produzem tempos próprios e estabelecem uma periodização que lhes é específica. Por outro lado, existem relações privilegiadas, que importa avaliar, entre a “economia da laranja” e a nova concepção estético-cultural da paisagem, relações nunca antes verificadas com os restantes “ciclos” económicos conhecidos nos Açores, nem mesmo com o do ananás. Finalmente, a presença inglesa sempre tinha existido,

por razões comerciais, mantida de forma legal ou clandestina, sem que esse facto, por si só, determinasse a introdução de outras propostas estéticas.

Na avaliação do contexto histórico em referência, outros fenómenos conjunturais de índole político-cultural devem também ser equacionados. Referimo-nos às reformas político-administrativas do período pombalino, responsáveis pelo interesse renovado na agricultura e pelo surgimento de uma mentalidade empresarial e, algumas décadas depois, pela constituição do ideário liberal - cuja primeira referência, estranha mas seguramente, reside no programa pombalino das Luzes - através do qual as estruturas sociais e ideológicas são profundamente alteradas.

É ponto assente que o conhecimento histórico deve contar para a elaboração de uma metodologia adequada à história da arte. Do mesmo modo, ou até talvez mais, a abordagem dos jardins implica a utilização de instrumentos de análise múltiplos já que o jardim se situa na confluência de linhas cruzadas, da geografia à arquitectura, da sociedade à filosofia, do ambiente à economia e à política. O recurso à pluridisciplinaridade no estudo histórico dos jardins, constitui a prática metodológica que melhor parece ajustar-se à natureza própria do objecto de estudo. Numa obra já clássica, *The Landscape of Man* (1975), Sir Geoffrey e Susan Jellicoe fornecem a grelha que deverá servir a uma correcta história de jardins. Nela incluem temas tão dispersos como a geografia e a história social, a filosofia e a paisagem, aparentemente desviados do assunto central.

Mas a missão específica da história da arte consiste em fazer a história dos movimentos internos da arte, detectando as mutações nos domínios em que a *obra de arte* se torna inteligível. Para isso, terá de encontrar um ponto de vista central - as formulações estéticas da obra de arte - a partir do qual se convocam os contributos das diversas disciplinas, para com eles empreender relações e sínteses. No entanto, a tendência muitas vezes observada é para tratar dessas matérias numa introdução prévia, de forma a que os resultados obtidos com a análise objectual resultam desfasados do seu contexto histórico.

Outra tendência não absolutamente coincidente com esta, consiste na referenciação sistemática da arte portuguesa pelas correntes oficiais da arte europeia. Mecanismo semelhante está na base de uma certa avaliação dos jardins micaelenses do século XIX, tomados como meras reproduções do modelo do “jardim inglês” - com a decorrente problemática do modo e do momento em que se introduziram no território insular. À medida que fomos desbravando terreno, chegamos à convicção de que só a tendência para adoptar perspectivas sectorizadas dos factos e da história do arquipélago (e até de cada uma das ilhas), tinha feito desses jardins um produto único, mitificadamente filiado nos modelos ingleses. Diferentemente, a investigação levada a cabo revelou-nos que esses modelos sofrem sérias adaptações às condições físicas,

climáticas e culturais da região. Por outro lado, olhando o panorama da arte nacional, verifica-se que a dependência cultural e estética do exterior não constitui um fenómeno da vida artística especificamente insular.

Nos vários campos da arte portuguesa de Oitocentos e também nos jardins, os estrangeirismos e a busca de efeitos emulatórios pelas modas europeias, constitui um dado irrecusável. Sousa Viterbo em *A Jardinagem em Portugal* (1906), insurgia-se contra a falta de compreensão das tradições portuguesas do jardim, substituídas pela adopção de um gosto e de modas demasiado coladas aos jardins do Norte¹. A dependência técnica e artística do estrangeiro revelou-se, de facto, nos maiores e melhores jardins portugueses desse período - desde o parque do Lumiar, aos jardins de Sintra e quintas do Norte - pelo recurso sistemático a jardineiros estrangeiros, na sua direcção. Salvo raras excepções (onde devemos incluir o caso do Porto), não se formou em Portugal um escol de jardineiros habilitados a produzir avanços técnicos e concepções estéticas inovadoras. E para os encomendadores mais esclarecidos e de maiores posses, a marca da qualidade residia, indubitavelmente, no exotismo dos vegetais e das arquitecturas. O ecletismo sintomático dos artistas e encomendadores nacionais revela, antes de mais, a ausência de uma estética como disciplina teórica da prática artística.

Como estabelecer de forma correcta a relação entre a arte nacional e as correntes de influência estrangeiras? O problema coloca-se do mesmo modo no plano local e insular. Dosear e medir as aportações do exterior, detectar as mudanças de gosto e compreender as estruturas mais profundas, eis a questão de fundo.

No caso dos Açores é necessário atender à questão geográfica, pelo que a “ilha” implica de universo isolado e, inversamente, pela vulnerabilidade que demonstra relativamente a certas “colonizações” culturais. Yves Bottineau na abordagem que faz da *Arquitectura nos Açores do Manuelino ao Barroco*², entendeu esta questão em termos que nos parecem perfeitamente comparáveis à situação cultural e estética vivida com os jardins. Diz ele que a arquitectura açoriana, enquadrada na vasta esfera de influência do chamado “Mediterrâneo Atlântico”, deve ser lida tendo em conta três vectores complementares: “as fundações portuguesas, as afinidades brasileiras e a originalidade insular”. Transposto o âmbito específico da análise arquitectónica, diríamos que essas “fundações portuguesas” referem-se a um substracto etnocultural que constitui, sem dúvida, a matriz ou a linha de força de toda a arte produzida. Sobre esse fundo recorta-se a abertura a correntes de influência atlânticas, vindas do Brasil, primeiro, da Inglaterra, depois, e finalmente dos Estados Unidos. Mas a aglutinação

¹ Cf. Sousa Viterbo, *A Jardinagem em Portugal*, 1ª série, 1906, p.114.

² Artigo publicado na revista “Colóquio-Artes”, nº35 (1977), pp.53-63.

dos diversos elementos territorializa-se num espaço e numa paisagem marcados pelo carácter físico e psicológico da insularidade.

Foi impossível proceder a comparações com outros estudos equivalentes ou aprofundar, para além de certo ponto, conceitos metodológicos aplicados à história dos jardins, visto situarmo-nos numa área de estudos praticamente inexplorada em Portugal. Aqui tem subsistido uma prática que alia, com melhores ou piores resultados, a sensibilidade frente ao objecto a uma investigação empiricamente conduzida.

A primeira tentativa que conhecemos, dirigida para a aplicação de uma metodologia adequada a este tipo de expressão artística, foi desenvolvida na tese de Cristina Castel Branco, *O Lugar e o Significado*³. Nesse trabalho, a autora parte da noção do jardim como "ecossistema de substituição" para lhe aplicar uma análise quadripartida.

De um lado colocam-se os aspectos relativos ao *lugar*: "lugar natural" possuído de um certo espírito, a que se sobrepõe o "lugar construído", ambos passíveis de uma avaliação que considera formas, ordenamento, carácter, luz e tempo. Do outro, as questões do *significado* implicadas no acto de construir. Ou seja, os agentes da construção de jardins, embora servindo-se de materiais naturais para a elaboração da sua linguagem plástica, conferem-lhes uma significação especificamente humana ao conceberem-nos como componentes de um espaço para habitar. O jardim, produto natural, tem subjacente uma determinada percepção e interpretação do lugar natural. Mas enquanto projecção de algo que não existe, transforma-se num microcosmos, um espaço concebido para habitar. Ele é, assim, uma espécie de espelho de dupla face, onde são reflectidas imagens da natureza. De um lado, interpreta e projecta a paisagem real, do outro, idealiza e constrói uma paisagem imaginada, cujo arquétipo remonta, quase sempre, ao tema do Éden terrestre.

Último passo para o reconhecimento dos significados do jardim é ainda, segundo a mesma autora, a possibilidade de desvendar - através da manipulação de uma determinada utensilagem intelectual, expressa nas correntes de pensamento dominantes - mensagens poéticas e de sentido erudito, que o jardim encerra sob a forma de símbolos. Estão neste caso os significados religiosos, mitológicos, literários e culturais que "*uma ars poetica transfere para a ars hortorum*".

Surge-nos, assim, um quadro teórico ajustável a todos os tipos de jardins e, melhor do que isso, capaz de colocar ao serviço da interpretação específica dos jardins, os contributos das diversas disciplinas. Parece-nos, no entanto, que se a atribuição de sentidos poéticos eruditos é bem aplicada aos jardins renascentistas, barrocos e mesmo aos jardins paisagistas do século XVIII, torna-se bastante mais

³ Cristina Castel Branco, *O Lugar e o Significado: os jardins dos vice reis*, 1992. Tese de doutoramento (inédito).

obscura no que respeita aos jardins oitocentistas, para os quais a irradiação do sentido descritivo e narrativo constitui a principal revolução estética.

O século XIX, com a descrença no paradigma da Natureza e a divulgação de correntes estéticas assentes no relativismo e subjectivismo da emoção, permitiu que a Jardinagem explorasse os meios de uma linguagem formal própria, sem o recurso sistemático a citações literárias ou pictóricas. Dai, também, a dificuldade verificada na sua abordagem. Como agrupar e dar sentido a uma multiplicidade de experiências, de revivalismos e recuperações do passado, a par de prodigiosos avanços técnicos e da reformulação de sentidos funcionais e estéticos por que passam os jardins de Oitocentos? Torna-se impossível submetê-los a uma só categoria - sobretudo se esta for de teor estilístico. Frequentemente, aliás, as obras gerais evitam o século XIX ou, quando o não fazem, refugiam-se no que há de mais técnico na construção destes. Do mesmo modo, o número de estudos monográficos e temáticos versando os jardins oitocentistas, é consideravelmente menor do que o dedicado aos jardins das restantes épocas históricas.

A bibliografia de referência, os estudos monográficos e de temática específica não se mostraram, pois, muito abundantes. No que respeita às fontes, consideramos indispensável confrontar a análise directa dos vestígios materiais com um conjunto de informações e fontes documentais muito díspares.

Um dos núcleos mais importantes é constituído pelos relatos de viagem, escritos normalmente por estrangeiros que explicitamente se referem à morfologia dos vários jardins da ilha e, com frequência, contêm dados para a compreensão da sociedade e da cultura insular. Nas fontes tratadas incluem-se ainda *Albuns*, *Almanachs*, *Memórias de agricultura*, *Catálogos de plantas* e publicações periódicas da especialidade. Em três ou quatro arquivos particulares encontramos alguma documentação específica referente a notas de encomenda e remessas de plantas, correspondência, relatórios dos trabalhos efectuados, esboços de jardim, projectos de arquitectura paisagista e levantamentos do existente. Para a reconstituição das propriedades originais (hoje quase todas reduzidas a pequenas parcelas ou completamente desaparecidas) constituiu precioso auxílio os “Livros de registos prediais” conservados nos arquivos competentes. Mas mesmo estes, apenas para o período que se segue a 1863, dado que foi só nessa data que a reforma das contribuições substituiu a dízima pelo imposto predial. Anteriormente a essa data, todos os registos de partilhas, vendas, permutas, aforamentos e hipotecas de propriedades faziam-se nos “Livros de Notas” dos diversos tabeliães. Finalmente, um conjunto importante de material fotográfico mostrou-se imprescindível para o conhecimento da génese e evolução de alguns dos mais importantes jardins de Oitocentos.

I. OS VALORES DO LUGAR: A ILHA DE S.MIGUEL NOS FINAIS DO SÉCULO XVIII

1. O lugar das Furnas no centro das atenções com a paisagem pitoresca

No dia 19 de Maio de 1786, Catherine Hickling avistava pela primeira vez a casa de campo de seu pai, construída no meio do vale das Furnas havia pouco mais de um ano. Os péssimos caminhos que serpenteavam as montanhas para lá de Vila Franca do Campo, tornavam a viagem cansativa e monótona, ao som do constante vociferar do burriqueiro. Mas ao alcançar o topo da última montanha, todos os incómodos parecem resgatar-se perante a contemplação da "mais pitoresca paisagem que jamais vira"¹.

Mesmo antes de inquirirmos sobre as qualidades visuais desta paisagem - reunidas de modo a merecerem a predicação da moda - ficamos a saber que as Furnas constituem um lugar de eleição na apreciação das belezas naturais. Por essa razão, Thomas Hickling, um comerciante americano radicado na ilha desde 1769, decidira-se pela construção do *Yankee Hall*, durante longos anos a única casa de campo existente no vale².

Situada em posição privilegiada, no ponto de maior elevação relativamente ao primitivo núcleo da aldeia das Furnas, localizado ao longo da linha Oeste/Noroeste do vale, o panorama que se disfrutava da casa de Hickling dominava todo o casario de lava escura e telhados de colmo, pontuado pelo campanário quadrangular da ermida de Santana. Em redor, desenhavam-se os campos cultivados, em parcelas irregulares de milho, cevada, linho e fava, separados por linhas de álamos que cresciam em forma de pirâmide; junto às ribeiras ficavam as plantações de inhame, nome pelo qual é conhecido o taro da Ásia (*Colasia esculenta*)³; ao fundo, o enquadramento majestoso das montanhas em volta, cujas vertentes se achavam cobertas com o mato espontâneo das faias, louros, urzes, gingeiras, queirózes, tamujos, murtas, uveira da serra, entre outras endémicas e espécies naturalizadas; nestas encostas agrestes viam-se, de longe

¹ Catherine Green Hickling, *Diário 1786-1789*, sep. da "Insulana", 1993, p.64.

² Até ao início do século XIX, a casa de Hickling foi a única habitação especificamente de veraneio existente no vale, muito embora alguns habitantes da cidade alugassem ali casas quando iam "a banhos". Cf. Comentários do Eng. F.Borges da Silva a propósito do livro de Thomas Ashe, *History of the Azore*. In "Investigador português em Inglaterra", Vol. XII, Março de 1815, p.3.

³ Cf. mapas agrícolas da ilha de S.Miguel no século XVIII, in Maria Margarida Machado, *Produções agrícolas. Abastecimento. Conflitos de poder. 1766-1806*, 1994, p.41 e segs.

em longe, profundos sulcos rasgados pela acção das águas na superfície porosa das escórias vulcânicas. São as gargantas, localmente chamadas "grotas", que o inglês Carew Hunt, num artigo publicado no jornal da *Royal Geographical Society*, advertia como "muito perigosas" para qualquer explorador desprevenido que se aventurasse a percorrer aquelas *solitudes*.⁴

A cratera onde se insere o vale das Furnas, estende-se por uma vasta superfície com cerca de 7km de diâmetro, incluindo os terrenos baixos da aldeia a uma cota média de 200m, a Oriente, e no outro extremo, a região plana, mais elevada, da lagoa das Furnas e da lagoa seca, a uma cota de 290m. A separá-las, ficam os terrenos ondulantes por onde se traça o caminho que conduz ao vale, a partir de Vila Franca do Campo. As encostas elevadas até à altitude máxima de 803 m (cumieira do Salto do Cavalo), encontram-se hoje convertidas em pastagem na parte inferior, matas de criptomérias e incultos nas zonas altas de pendente acentuado.

Ao que se sabe, os primeiros ocupantes deste vale terão sido três frades eremitas. No ano de 1615, Diogo de Barros, natural de Faro, Antonio Fernandes, natural de Elvas e Luis Ferreira, da ilha de S.Miguel⁵, dirigiram-se para o vale, guiados e estimulados pelo exemplo do capitão donatário, Manuel da Câmara, que ali mandara edificar, pouco antes, uma pequena ermida e suas casas nobres, onde se recolhia nos meses de Verão "para desenfado do seu governo"⁶. A atitude do Conde de Vila Franca que "amava a solidão daquele deserto", justificava-se na procura de redenção para "os trabalhos, ocupações, e moléstias do seu cargo, e temporal estado"⁷. Imbuídos de espírito semelhante, os frades eremitas edificaram algumas cabanas de taipa e grutas escavadas no tufo (*cafus*)⁸, para aí viverem em extrema solidão. Este episódio, que exemplarmente documenta a difusão de uma via pietista e mística votada à recuperação de um modelo de vida eremita, iniciada durante a última fase do reinado de D.João III, confere ao vale um horizonte cultural que servirá o imaginário do romantismo.

⁴ Carew Hunt, *Description of the Islands of Santa-Maria and San-Miguel*, "Journal of the Royal Geographical Society of London", Tomo XV, 1845, p.276.

⁵ Cf. D. António Caetano de Sousa, *Catálogo dos Bispos de S. Salvador da cidade de Angra*, oferecido em 1722 à Academia Real de História Portuguesa, in *Archivo dos Açores*, Vol. II, p.258.

⁶ Bernardino de Sena Freitas relata nestes termos o interesse do capitão donatário pelo vale; cf. *Uma Viagem ao vale das Furnas na Ilha de S.Miguel*, 1845, p.4.

⁷ B.P.A.P.D., Pe. Manuel da Purificação, *Cronica dos Eremitas das Furnas e do Vale da Piedade. Princípios, Criação e Progresso da Congregação Eremitica dos Padres e Irmãos do Vale das Furnas da ilha de S. Miguel, de Nossa Senhora da Consolação*, revista e acrescentada pelo Irmão António da Assumpção, sob a protecção e amparo do Sr. Conde Manuel da Camera (sic), conde da Ribeira Grande, no ano do Senhor de 1665, mans. 44. Utilizamos a transcrição feita pelo Dr. António Albuquerque Jácome Correia que amavelmente nos facultou a sua consulta. Cf. cap. IV, p.25.

⁸ As *cafus* constituem um tipo de abrigo corrente nos primeiros tempos do povoamento, com carácter semi-permanente para os trabalhadores ocupados nas actividades silvo-pastoris. Esta designação serviu também para um tipo de habitações primitivas, de madeira e colmo. A este respeito veja-se a introdução de Rui Sousa Martins à *Etnologia dos Açores* de Carreiro da Costa, 1991.

Contribuindo também para a formação do mesmo capital de imagens e associações de ideias que dão às Furnas uma espessura cultural muito particular, colocam-se as próprias características "prodigiosas" daquele vale. Na descrição que nos dá o primeiro cronista dos Açores no Livro IV das *Saudades da Terra*, o recurso literário tomado dos autores antigos, nomeadamente de Virgílio, é claro e inequívoco:

As Furnas podem-se (...)pintar como os poetas pintam os Campos Eliseos, porque é um campo chão, deleitoso, fresco e aprazível(...) regado com algumas grandes ribeiras, umas de claras e frias, outras de turvas e quentes águas...⁹

Importa no entanto perceber como a *representação* mítica das Furnas que Gaspar Frutuoso funda no arquétipo clássico, se religa ao contexto religioso cristão, fazendo daí ressaltar o seu verdadeiro significado. Para além dos aspectos sensoriais propiciados pelos campos verdejantes e águas correntes, a leitura da natureza faz-se através dos sinais divinos que encerram significados simbólicos.¹⁰ De entre todos os sinais, o mais espectacular é, sem dúvida, a presença das caldeiras de águas ferventes, as "furnas" em sentido restrito. O próprio cronista justifica a celebridade das Furnas com base nesse traço excepcional da paisagem:

quase no meio daqueles campos chãos, naquela grande e profunda concavidade, estão as Furnas tão nomeadas e celebradas, não somente nesta ilha, mas quase em toda a parte do Universo, onde se sabe o nome dela.¹¹

Ao contrário dos "campos amenos" a que "a voz publica e comum dos povos da Ilha de S.Miguel, chamava o paraíso terreal"¹², as "furnas são chamadas nesta terra, pelo parecerem assim, Boca do Inferno".¹³ Insensivelmente, a duplicidade das cenas que a visão do vale oferece - o *locus amoenus* e o *locus horrendus* segundo a tradição clássica - convertem-se nos correspondentes signos cristãos do "Jardim do Paraíso" e do "Inferno". Como resume um escritor micalense no início do século XVIII:

Para a parte do poente, é verdadeiramente um rascunho do *Paraíso terreal*, regado com sete ribeiras de salutíferas águas, entre as quais ha uma de agua quente, muito medicinal: para a parte porém do nascente é uma verdadeira representação do *inferno*, porque tem umas caldeiras de polme, agua, enxofre, tão horrendas, que não ha outra cousa que se compare.¹⁴

⁹ Gaspar Frutuoso, ob.cit., vol.II do Livro IV, p.132.

¹⁰ A revelação destes aspectos simbólicos encontra na *Crónica dos Frades Eremitas do Vale das Furnas* (ver nota 7, supra) um documento precioso para a leitura e interpretação da natureza que, infelizmente, não foi ainda explorado.

¹¹ Gaspar Frutuoso, ob.cit.,p.132.

¹² *Crónica dos Frades Eremitas..*, ob.cit.,p.19.

¹³ Gaspar Frutuoso, ob.cit., p.132.

¹⁴ Francisco Afonso de Chaves e Melo, *Margarita Animada*, 1723, in *Archivo dos Açores*, vol.I, p. 219.

A referência a este *diptico* torna-se recorrente nas descrições literárias. Mas é também a própria história do vale que favorece uma leitura, simultaneamente, de prodigalidade e de terribilidade. Em 1630, uma violenta explosão situada junto às lagoas de Diogo Preto (hoje, Lagoa Seca), espalhou por todo o vale as suas cinzas vulcânicas, constituídas quase só por pedra pomes. Sucessivos tremores de terra destruíram as construções do vale e afugentaram, definitivamente, os frades eremitas que passaram ao convento da Caloura. Durante alguns anos assim permaneceu, completamente desabitado, só visitado pelos pastores das povoações vizinhas.

No ano de 1637, com a doação de um "talhão" de terra pelo Capitão Donatário Rodrigo da Câmara, aos padres da Companhia de Jesus, reinicia-se o povoamento e as arroteias nos terrenos incultos do vale. Foi, porém, difícil e morosa a ocupação das Furnas, que no início do século XVIII se reduzia a uns 22 fogos, segundo uma visita feita em 1706.¹⁵ No final do mesmo século, de acordo com as estimativas do marquês de Jácome não ultrapassaria os "60 fogos e as casas são todas terreas e de poucos quartos"¹⁶. Expulsos os Jesuítas em 1760, ficaram devolutos os terrenos agrícolas, e os matos que haviam pertencido à Companhia acabaram por ser arrematados por grosso - incluindo 37 moios de terra e casas e ermida da Alegria, já então em ruínas - pelo capitão mór da Maia, António Boaventura Pacheco da Câmara.

A primeira indicação que nos chega da presença de Thomas Hickling no vale das Furnas data de 1770, e aparece no registo epigráfico que o próprio deixou inscrito num marco de pedra junto da caldeira grande. Não há, porém, qualquer indício que nos leve a pensar na construção da casa antes da década de 80. Em 1778, um eminente naturalista de que daremos notícia mais adiante, visita o vale e descreve-o sem uma única referência à casa do americano. Por uma carta inédita, escrita anos mais tarde por Thomas Hickling Jr., ficamos a saber que a compra do terreno das Furnas fez-se por volta de 1782¹⁷. Quatro anos volvidos, quando Catherine Hickling chega ao vale, o ajardinamento dos terrenos em volta não se achava concluído¹⁸. Teremos pois que concluir que a construção se efectua em data próxima de 1785.

A casa, edificada no topo de um pequeno promontório, obedecia a uma tipologia rural simples que pode ser encontrada na arquitectura vernácula açoriana, embora com alguns elementos dissonantes. Do confronto dos registos iconográficos com fontes descritivas, sabemos que se tratava de uma habitação distribuída por dois ou três

¹⁵ Bernardino de Sena Freitas, ob.cit., p.13.

¹⁶ Marquês de Jácome Corrêa, *Leituras sobre a história do Vale das Furnas*, 1924, p.62. São escassas as fontes para o estudo da demografia. No "Mapa da População da Ilha de S.Miguel em os Anos de 1793, de 1794 e de 1795...", da autoria do sargento-mor João Leite de Chaves e Melo Borba Gato, muito embora bastante pormenorizado, não se incluem os efectivos populacionais das Furnas. A expulsão dos Jesuítas em 60 e a indefinição quanto ao regime de exploração da terra que se seguiu, não parecem, no entanto, ter favorecido um aumento significativo da população.

¹⁷ Massachusetts Historical Society, "Azores, Hickling - Nye papers, 1796-1855", M.s. N-65.

¹⁸ Cf. William Precott, carta à irmã, 12 de Mar. de 1816, publ. na "Insulana", vol. VII, nº3 e 4, 1951, p.228.

núcleos construídos, onde se distinguem a "casa de dormir", a cozinha e dependências para a criadagem a alguns metros de distância daquela e, agregado ou separado deste último conjunto, o portão e casa do porteiro.¹⁹

Embora não muito usual em S.Miguel, esta tipologia fragmentada ocorre sobretudo na zona do Nordeste, sendo por isso possível pensar-se na aplicação desse modelo. Também a construção, por assim dizer mais nobre, da "casa de dormir", desenvolvida ao nível terreo com a sua planta quadrangular de expressão cúbica, pouco difere, em termos formais, da casa rural açoriana. Onde, pelo contrário, surgem alterações visíveis a este plano, é na distribuição interior dos espaços. Aqui, um amplo *hall* central substitui o apertado corredor da casa micaelense, conferindo um alargado espaço de convivialidade ao interior da habitação. Pequenos apontamentos como as molduras simples dos vãos, o telhado que com toda a probabilidade seria de colmo, ou as paredes lisas caiadas, davam-lhe um aspecto singelo e um ar "abarracado"²⁰, que hoje não subsiste em virtude dos melhoramentos posteriores, empreendidos primeiramente pelo visconde da Praia e depois, pelo marquês do mesmo nome.

À data da primeira visita de Catherine Hickling ao local, a propriedade ocupava apenas cerca de 1 acre de terreno, incluindo a casa, uma avenida de buxos que conduzia da entrada até junto desta e um grande tanque circular situado em frente a uma larga escadaria de pedra. Ao centro deste tanque, ficava uma ilhota onde crescia um chorão, ligada à margem por meio de uma pequena ponte²¹.

De regresso às Furnas no ano seguinte, o **Tanque** (nome por que ficou conhecida a propriedade) havia sofrido alguns melhoramentos: a ponte fora substituída - naturalmente por uma de pedra, conforme aparece já nas descrições posteriores; em volta dispusera-se uma balaustrada branca, e o caminho pavimentado com saibro havia sido plantado com uma sebe de murta e cinco olmos²².

Pouco mais haveria a assinalar, durante estes primeiros anos, no que respeita ao coberto vegetal que compunha o espaço ajardinado. É natural que Hickling pensasse introduzir algumas espécies do seu especial agrado, escolhidas por entre os exemplares da flora americana. Essa escolha, confirmada por alguns teste munhos posteriores²³, recaiu sobre espécies arbóreas de folha perene, entre as quais deveriam figurar algumas coníferas²⁴. Nos inícios da centúria seguinte, existia já um bosque perto da casa, de tal forma que o Tanque "está sob um dossel de arvoredos"²⁵. De entre as espécies

¹⁹ Catherine Hickling, ob.cit., p.64.

²⁰ Cf. Sena Freitas, ob.cit., p.65

²¹ Catherine Hickling, ob.cit., p.64.

²² Idem, p.104.

²³ Eliza Nye, no relato que nos deixou da sua visita à família em 1847, confirma a importação pelo avô de plantas da América do Norte e *O Agricultor Michaelense* no nº18, de Junho de 1849, atribui a Thomas Hickling a introdução na ilha de algumas espécies americanas.

²⁴ Cf. Joseph e Henry Bullar, *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, 1949, p.65.

²⁵ Ibidem, p.229.

arbustivas, visitantes atentos identificam as hidrâneas (*Hidrangeas hortensis*) que adornavam ambos os lados da larga escadaria, "cuja flores azuis, de grandes dimensões, pendem agora emurchecidas"²⁶. Terão sido, muito provavelmente, os primeiros exemplares desta espécie decorativa, originária da China e do Japão, hoje largamente difundida na paisagem açoriana, quer dispostas ao longo das estradas, quer servindo de divisórias às pastagens e campos de cultivo.

Desta primeira fase construtiva pouco resta. No que respeita ao *Yankee Hall*, a "casa abarracada" foi substituída, em 1852, pela construção mais imponente da Casa do Tanque, na qual o 2º visconde da Praia introduziu novos melhoramentos, na década de 1870, acrescentando-lhe um piso superior terminado em dois amplos balcões, nas fachadas opostas.

Segundo as descrições unânimes dos primeiros visitantes, a entrada original fazia-se por uma rua ladeada de altos buxos que conduzia a uma escaria de pedra com 50 degraus.²⁷ Uma análise atenta ao local permite verificar que essa escadaria encontra-se hoje na fachada posterior da habitação. Teria sido para aí transferida mais tarde, ou por outro lado, indica o primitivo acesso da propriedade? Embora não existam dados conclusivos, a segunda hipótese parece encontrar apoio na descoberta de um grosso tronco de buxo enterrado nas imediações da actual casa do caseiro²⁸, precisamente no trilho que conduz à fachada posterior da actual Casa do Parque. Do restante coberto vegetal, constituído por árvores e arbustos ornamentais, o único sobrevivente parece ser um velho carvalho inglês (*Quercus robur*), situado na margem norte do tanque.²⁹

Para completar a visão dos vários elementos que compunham a antiga propriedade do americano Hickling, constitui documento precioso a gravura inserida no livro de viagens de Joseph e Henry Bullar, dois ingleses que permaneceram nas Furnas durante o Verão de 1839. Nela, vemos a silhueta da casa parcialmente escondida atrás de um abundante arvoredor que a envolve em apertado abraço, deixando livre o campo aberto pela larga escadaria, no eixo central da composição. Em primeiro plano, podem ler-se os restantes elementos: a pequena ilha e a ponte que a liga à margem; o gradeamento delimitando o passeio em volta do tanque; o bote estacionado perto da ilha. No que respeita à leitura das espécies vegetais, a atribuição é mais difícil, sendo no entanto visíveis as *Hidrangeas hortensis* que ladeiam a escadaria.³⁰

De todos os elementos observados, devemos concluir que apenas a escadaria e o tanque sobreviveram, e este último bastante alterado. O seu perímetro foi alargado e

²⁶ Ibidem, p.65 e gravura fixada a pag. 76 da mesma obra; ver também Sena Freitas, ob.cit., p.65.

²⁷ "Chegamos à porta do hall pela escadaria de pedra com 50 degraus", anuncia Catherine Hickling. Ob.cit., p.104; William Prescott, ob.cit., p.228.

²⁸ Observação efectuada durante os últimos trabalhos de recuperação do parque Terra Nostra, em 1993, pelo técnico responsável, David Sayers.

²⁹ De acordo com as conclusões a que chegou a equipa de restauro "David Sayers & Richard Green", descritas no relatório final.

³⁰ Joseph e Henry Bullar, ob.cit., p.76.

regularizado; a ilha, assumindo uma forma octavada, foi desviada para o centro e a ponte suprimida. A coloração fortemente ferruginosa da água termal que actualmente alimenta o tanque, seguia o seu curso ao longo da ribeira amarela, sendo o tanque alimentado por águas frias e claras onde habitavam pequenos peixes e cisnes brancos.³¹

Dos vários relatos deixados sobre as Furnas onde se inserem breves descrições do Tanque, predomina um tipo de informação que atesta a aprazibilidade do lugar e reforça o convite permanente ao descanso e ao recreio. Desde o início que está definida a sua vocação de espaço público. Aí se reuniam, nas tardes de bom tempo, os visitantes do vale e os seus habitantes, para cantar, bailar, pescar ou bordejar no pequeno bote que o proprietário mantinha para o efeito³². "O nosso tanque atrai tanta gente que estou sempre rodeada de portugueses", queixava-se Catherine Hickling. Noutra passagem regista: "Todas as tardes reúnem-se no nosso tanque cerca de 50 a 100 pessoas que se divertem bordejando, pescando e de outras maneiras"³³.

O convívio com os donos da casa estendia-se mesmo ao interior da habitação, como nos documenta um episódio relatado pelos irmãos Bullar, alguns anos mais tarde:

alguns campónios que passavam viram-nos, e logo, com toda a calma e confiança, penetraram no aposento, como se entrassem em suas próprias casas (...) Em pouco tempo o quarto, ainda que amplo ficou cheio de gente; mulheres e crianças, com todo o vagar, sentaram-se no sobrado e ali ficaram por mais de huma hora, à espera que cessasse a chuva.³⁴

A atracção por estas *causeries* manteve-se ao longo de décadas, como uma das distrações mais apreciadas pelos veraneantes. Depois do banho nas águas das caldeiras, iniciado a partir das 5 da manhã, todos se dirigiam para o tanque do Hickling, onde se entregavam às passeatas no tanque e às pequenas digressões pelas veredas da mata³⁵. Quando, em 1848, a propriedade muda de mãos, o visconde da Praia aceita continuar a franquear as suas portas aos visitantes, mantendo-se a tradição dos passeios no Tanque. Anos mais tarde, o marquês da Praia, grande incentivador das bandas filarmónicas de várias freguesias rurais, organizava concursos de bandas que todos os domingos se exibiam, engalanadas, na ilhota do tanque. Foi também este o local escolhido pelo marquês para organizar a faustosa recepção oferecida ao rei D.Carlos, em Julho de 1901.

³¹ Esta alteração na engenharia hidráulica do jardim, como veremos no cap. seguinte, é obra do paisagista inglês Milton, que durante a década de 1870 transforma profundamente o jardim, criando-lhe uma serpentina que corre ao longo da linha oeste/este, iniciada atrás da casa e percorrendo-o em toda a extensão.

³² Catherine Hickling, ob.cit., p.65.

³³ Idem, p.69 e 66.

³⁴ Joseph e Henry Bullar, ob.cit., p.318.

³⁵ José de Torres, *Viagens no interior da ilha de S.Miguel. Ensaio*, 1849, p.68.

A construção do *Yankee Hall* impõe-se, assim, como um marco sem precedentes no desenrolar de um discurso estético que tem como fulcro temático a articulação das arquitecturas com a paisagem. O lugar central que ocupa na definição de um modo de convivência votado à apreciação das belezas naturais ou, mais simplesmente, ao convívio ameno com os elementos da natureza, deve, no entanto, merecer uma avaliação circunstanciada.

Como factores de novidade colocam-se em primeira linha questões de tema e de forma, a que corresponde igualmente uma nova função. Explicitemos: ao primeiro nível, situa-se a preferência inédita por um cenário de montanha servido pelas notações do selvagem, do exótico e do inacessível. Nesses finais de Setecentos, deverá ter parecido absolutamente bizarro aos habitantes da ilha, que se fizesse a opção de construir uma casa de campo em lugar tão recôndito como o eram as Furnas. Os solares e as quintas de recreio da aristocracia local nunca haviam ultrapassado muito a linha da costa, nem se distanciaram demasiado dos principais centros populacionais, como veremos.

Por outro lado, a própria implantação no terreno - embora seguindo uma tipologia não muito diferenciada da arquitectura rural açoriana, como dissemos -, obedecia a um modelo desconhecido na ilha. Que sentido poderia haver para a construção da casa no cimo de um promontório, sem definição de fachada, longe do arruamento principal e acessível por meio de uma extensa escadaria? Mais: que estranha concepção do gosto levaria à construção de um tanque de tão dilatadas dimensões, onde passeavam peixes e cisnes e cuja única finalidade parecia ser os passeios distraídos nas suas águas paradas? Que sentido atribuir ao bosque cerrado que colocava o *Yankee Hall* debaixo de um "dossel de arvoredos"?

Estas questões simples servem para nos fazer lembrar o efeito perturbador que terá sido introduzido nos sistemas tradicionais de entendimento do espaço. O que há de inovador, situa-se nos termos em que a paisagem natural passa a ser integrada na actividade humana, e, concretamente, na actividade artística. Para além de eventuais rupturas ao nível das concepções arquitectónicas - o que parece não ter acontecido no caso do *Yankee Hall*, tanto mais que a ingenuidade da obra, sem uma referência segura ou grau de sofisticação, disso é impeditiva -, o verdadeiro alcance inovador desta obra coloca-se na forma como a natureza passa a modelar a relação com o espaço construído. Uma transformação que aqui é veiculada por um processo imediato de suscitação de novas modalidades de recreio, assentes na interacção do elemento humano com os elementos naturais. Ou seja, uma comunicação que aceita certos artificialismos de linguagem a fim de criar efeitos próprios da paisagem natural.

Mas teremos que retroceder um pouco e considerar que a condição prévia para que a natureza (*natura naturada*, entenda-se o conjunto dos objectos naturais) seja

colocada no centro temático da relação com o espaço, é a exigência de que a esse espaço corresponda uma figuração que envolva a própria noção de paisagem natural³⁶. Pois que só o facto de estar implícito um *olhar* sobre a natureza, a torna capaz de se transformar em espectáculo, ou melhor, em objecto de *representação*. E, neste sentido, o Tanque surge-nos não apenas como ponto de partida, mas igualmente como ponto de chegada. Cabe pois perguntar quais as condições prévias à sua realização.

À primeira vista e guiados pela tradição, o interesse pelas belezas paisagísticas do vale das Furnas ter-se-ia ficado a dever à acção do americano Hickling que, com "a sua inteligência e espírito de iniciativa, chegou ao local, dissipando pouco a pouco os temores que a respeito deste [vale] dominavam os cidadãos"³⁷. Só então as Furnas passariam a ser frequentadas por viajantes e veraneantes que acorriam ao local em "visitas artísticas ou de prazer"³⁸. Esta versão coaduna-se com a ideia, simplista, de que a presença de estrangeiros e, nomeadamente, de ingleses residentes na ilha, teria determinado uma nova atitude relativamente à paisagem. Uma breve abordagem da presença estrangeira nos Açores leva-nos, no entanto, a uma conclusão diversa.

No âmbito das afinidades atlânticas, a história documenta a existência de contactos comerciais com navegadores de várias nacionalidades europeias, mas sobretudo com ingleses, desde o século XVI³⁹. Foi, no entanto, a partir da segunda metade de Setecentos, com a assinatura do tratado luso-britânico de 1654, que a presença inglesa se revelou determinante. Aos mercadores ingleses é, então, permitido comerciar livremente com o Brasil e transportar todo o tipo de mercadorias dos portos portugueses, "desde que não os transportem imediatamente para fora de portos portugueses e os levem a portos e territórios castelhanos"⁴⁰. As regalias, protecção e vantagens especiais concedidas aos mercadores daquela nacionalidade, favoreceram a fixação de pequenas colónias nos principais portos de escala dos Açores.

De entre outros casos conhecidos (Chamberlain, Whitton, Newman, Huchenson, Stone...), a história da família Fisher, estudada por José Guilherme Reis Leite, revela-se paradigmática dos comportamentos e atitudes típicas destas comunidades mercantis⁴¹. Fixada na Terceira nos finais do século XVII, os ramos de negócios da família Fisher estendem-se às duas principais ilhas e, proporcionalmente, crescem os seus bens fundiários, graças a uma política de casamentos que procura alianças junto das casas senhoriais locais. Assim se permitem adquirir graus de nobilitação (as armas

³⁶ Para a formação do conceito de "paisagem" como objecto de uma representação intelectual, veja-se: Helena Carvalho Buescu, *Incidências do Olhar: Percepção e Representação*, (1990) sobretudo pp.61 a 69.

³⁷ Joseph e Henry Bullar, ob.cit., p.67.

³⁸ Gabriel de Almeida, *Dicionário Histórico-Geográfico dos Açores*, 1893, p.120.

³⁹ Sobre este assunto veja-se o numero especial dedicado às relações dos Açores com a Grã-Bretanha da *Arquipélago: Revista da Universidade dos Açores*, 1988.

⁴⁰ Cit. por José Guilherme Reis Leite, *Os Fisher. Esboço de uma família açoriana*, sep. da "Atlântida", nº11, 1977, p.4.

⁴¹ José Guilherme Reis Leite, estudo cit. na nota anterior.

dos Fisher assumem a caravela por motivo simbólico), comendas da Ordem de Cristo, propriedades vinculares e austeros solares ao gosto português, confirmativas do seu poder senhorial. Nada indicia qualquer alteração nos padrões de gosto ou nas atitudes frente à paisagem, promovidas por estes comerciantes que afinal, mesmo no país de origem, estariam afastados dos principais circuitos culturais onde se operavam as transformações do gosto.

Em posição algo diferente vamos encontrar Thomaz Hickling. Filho de William Hickling, natural de Nottingham e de Sarah Townsend Sale, nascida em Chelsea Mass., Thomas nasce em Boston, no ano de 1745, no seio de uma extensa e próspera família de negócios da Nova Inglaterra. Aos 18 anos é colocado, como aprendiz, na firma dos irmãos Green, onde casaria por conveniência com Sarah Green, quinze anos mais velha do que ele. Pouco tempo depois, abandona a mulher e dois filhos, planeando estabelecer-se numa ilha da América Central com um negócio de produção de melaço, que enviaria para a destilaria do pai, em Boston. A próxima notícia que a família recebe dele é de que se fixara, algures, num porto estrangeiro. De facto, Hickling atravessara já o Atlântico, aportando às "Western Islands", ao porto de Ponta Delgada, no ano de 1769. Contava então 24 anos e não mais regressaria a Boston.

Sabemos já que no ano seguinte visita as Furnas, onde deixaria a inscrição que ainda hoje se pode ver no local. Mas seria preciso esperar 15 anos antes que empreendesse a construção do *Yankee Hall*. O que o teria motivado para a escolha desse lugar? Que padrões e modelos de gosto estão subjacentes a essa obra?

Partindo desta última questão, convém lembrar que a tradição de jardins nas colónias americanas não adquire grande pujança antes da independência. Nas antigas colónias americanas da Nova Inglaterra, os jardins ocupam uma pequena porção de terreno, cujo ordenamento formal junto da casa serve para o cultivo de produtos hortícolas e medicinais, necessários à manutenção da família. Os jardins "de alimento e de medicina", justificaram durante dois séculos uma relação prática com a natureza, donde se excluía a noção de prazer sensual. Razões de ordem moral, associadas ao espírito puritano, favoreciam mais um ideal de trabalho árduo, do que a visão de um Éden terrestre cuja prodigalidade se oferecesse para deleite dos homens. De facto, o entusiasmo reservado à riqueza e variedade da flora do Novo Mundo, que entreteve um intenso comércio de plantas com o Velho Mundo no decurso dos séculos XVII e XVIII, nasce com a exploração dos territórios do sul, desde a Pensilvânia até às Carolinas, Virgínia e Geórgia. Aí, onde a benignidade do clima e a riqueza dos solos excitava a curiosidade dos naturalistas, coleccionadores e viveiristas, forma-se a primeira grande tradição de jardins no novo mundo. A cidade de Filadélfia terá sido o centro da actividade dos horticultores e jardineiros americanos no período pré-revolucionário, orgulhando-se de possuir figuras de grande destaque, como John

Bartam (1699-1777) ou James Logan (1674-1751). Nas bibliotecas privadas da *gentry* sulista, era vulgar encontrarem-se algumas das mais importantes publicações dedicadas a jardins: caso do *English Garden* de Leonar Meager(1682), do *The Theory and Practice of Gardening*, traduzido por John James do original de Dezallier d'Argenville(1712), ou ainda, do célebre *Observations on Modern Gardening* de Thomas Whately (1770); Os jardins mais sumptuosos do primeiro período da história americana estão, ainda, estreitamente ligados aos grandes plantadores da Virginia; jardins famosos como Westover, Monticello e Mount Vernon pertencem a esse território e a nomes como William Byrd, Thomas Jefferson e George Washington.⁴²

As raízes familiares de Thomas Hickling, pelo contrário, estavam firmadas na Nova Inglaterra. Descendente, por linha materna, de um dos primeiros colonos puritanos de Mass. Bay, a família de Hickling adquirira um confortável estatuto económico e social graças a actividades negociais e a cargos administrativos de prestígio. Nessa condição, Peen Townsend, seu bisavô materno, possuía uma casa de campo em Pullen Point, Chelsea, nos arredores de Boston. A região, situada junto ao estuário do rio Charles, servia de estância de veraneio para a *high class* de Boston, e era aí que o juiz do Supremo Tribunal, Peen Townsend, costumava reunir, todos os Verões, grande número de parentes e amigos para disfrutarem dos recreios campestres.

A propriedade, na data em que foi imposta a taxa predial de 1798, pertencia a John Sale, pai de Sarah Hickling e contava com 285 acres de terreno, uma casa de dois andares com 22 janelas e galeria posterior com 3 janelas, um pavilhão de caça em madeira e dois celeiros. Pouco mais sabemos sobre essa propriedade, a não ser que originou uma longa disputa entre os herdeiros de Peen Townsend⁴³. Apesar das vicissitudes familiares, é provável que Pullen Point ficasse na memória de Hickling como modelo a seguir na construção do Tanque, tanto no arranjo do espaço como num certo estilo de convívio alargado e hospitalidade franca, que lhe está tão intimamente associado.

Os primeiros elementos construídos na propriedade das Furnas são a casa, com a sua vista panorâmica, e o tanque povoado de peixes, patos e cisnes. Este tanque é o centro formal e funcional da propriedade⁴⁴. Em volta dele reúnem-se os habitantes da aldeia e os forasteiros para passear, dançar, bordejar e pescar. Olhando-o percebe-se de imediato que ele não é o lago artificial dos jardins paisagistas ingleses, mas uma

⁴² Sobre os jardins americanos do período colonial, vejam-se as seguintes obras: Ann Leighton, *American Gardens in the Eighteenth Century*, 1976; Marie Louise Gotheim, "Landscape Architecture in North America", in *A History of Garden Art*, vol.II, 1966(1ªed.:1928), pp.421-30; William Howard Adams, "Les Jardins Coloniaux American", in *L'Art des Jardins*, trd. do inglês por Célestine Dars, 1992, pp. 264-86.

⁴³ Cf. *A History of Chelsea*, p.225 e seg.

⁴⁴ Eliza Nye, de visita à propriedade do avô em 1847, refere: "É um pedaço de terreno circular, com um grande tanque ao centro...", *Diário de uma Viagem da America aos Açores*, in "Insulana", Vol.XXIX e XXX, p.32.

peça arquitectural. A origem deste tipo de elemento de jardim é, de facto, anterior ao século XVIII e insere-se, quanto a nós, numa tipologia muito popular nos jardins ingleses do século XVII: os *fishpounds*, essencialmente destinados a uma pesca de recreio⁴⁵.

Quando em Inglaterra se instala a moda da vida rural - celebrada pelo ideal simultaneamente contemplativo e útil do retiro campestre, que a fórmula de Horácio (*utile dulci*) consagrara - aparecem nas herdades da *gentry* inglesa estes tanques arquitecturais de formas geométricas, ligando por vezes diferentes núcleos através de canais, e ostentando o recorte de pequenas ilhas ou istmos onde se erguiam pavilhões de pesca. Paralelamente, desenvolve-se uma linha editorial destinada a provar as virtudes contemplativas da pesca. Trata-se de um tema com origem no século XVI, baseado na leitura de autores antigos como Columella (autor do *De Re Rustica*, 60-5 a.C.)⁴⁶, que engrossa ao longo da centúria seguinte, com êxito crescente. De entre as várias publicações, o tratado de Izaak Walton, *Compleat Angler*, de 1653, foi o mais apreciado e o que recebeu mais ampla divulgação.

Neste contexto, não repugna aceitar que essa literatura tenha atravessado o Atlântico, sobretudo para a Nova Inglaterra, onde se mantiveram fortes ligações com o Velho Mundo. A hipótese de ter havido um *fishpound* na casa de campo de Peen Townsend, sendo especulativa, ganha alguma plausibilidade quando sabemos da existência dos fortes laços que este mantinha com a cultura inglesa, bem como, de um ponto de vista meramente funcional, quando atentamos na facilidade da sua concretização permitida pelos vários braços do rio Charles que banhavam a região de Pullen Point. Por outro lado, um testemunho coevo confirma, localmente, a novidade que consistia "o divertimento da pesca", há poucos anos introduzido no vale das Furnas. No relato de um visitante em 1791, regista-se uma passagem donde pode inferir-se a acção de Hickling neste ponto, embora feita de forma não explícita. Diz o seguinte: na lagoa das Furnas haveria necessidade de construir umas *choupanas* "(...)para todos os que vão ao divertimento da pesca, que ha poucos annos introduzirão alguns curiosos, que lançarão nella peixes da especie que ha nas quintas particulares(...)"(sublinhado nosso). A afirmação ganha, de facto, pleno sentido, se substituirmos a forma plural por um singular. Neste caso, as quintas particulares convertem-se no "Tanque", que teria servido de viveiro à lagoa e possibilitado a difusão do divertimento da pesca.

Voltando à análise dos elementos que compõem o Tanque, constatamos a sua qualidade arquitectural, algo arcaizante. Dos melhoramentos a que assistiu Catherine Hickling, conta-se a pavimentação da rua com saibro, a nova ponte, uma balaustrada

⁴⁵ Cf. Wlisabeth and Christopher Taylor, *The Early Seventeenth-Century Gardens of Tackley, Oxfordshire*, "Journal of the Garden History Society", vol22, nº1, 1994, pp.37-63.

⁴⁶ Com esta filiação clássica destaca-se a obra de Jame Dubravius Scala, *De Piscinis, & Piscium*, de 1563.

em volta do tanque e uma sebe de murta e cinco olmos⁴⁷. Ultrapassado o portão, onde uma campainha anunciava a aproximação dos visitantes, seguia-se por uma rua de altos e alinhados buxos. Não há vestígios, por enquanto, do bosque e das "veredas da mata" que, pensamos, se deveram (pelo menos em grande parte) aos arranjos e ampliações empreendidos pelo filho, Thomas Hickling Jr. A ideia com que ficamos é a de um espaço criado sem grandes preocupações de jardinagem articulando, singelamente, os elementos da casa, do tanque e da rua. Entre estes elementos que formam unidades completas e distintas, existe um espaço intermédio preenchido pela vegetação do lugar e pela vegetação introduzida, de modo a conferir a toda a composição uma tónica dominada pela natureza.

É este sentido de integração na paisagem e nos *valores do lugar* que confere consistência ao traçado algo incipiente do projecto paisagístico do **Tanque**, imprimindo-lhe o carácter dignificante da própria paisagem. Não é outra a leitura do Captain Boid - um dos viajantes mais esclarecidos relativamente aos avanços da jardinagem e das belezas do pitoresco - quando sublinha a ingenuidade do plano concebido pelo então vice-cônsul dos E.U.A., ao mesmo tempo que louva o seu gosto e inteligência, na composição do espaço ajardinado⁴⁸. Mais do que a sofisticação dos elementos construídos, estava em causa a sensibilidade necessária para a escolha do cenário e a sua utilização hábil na composição global.

Regressamos obrigatoriamente às categorias estéticas do cenário - onde se inscreve a marca da imaginação artística - para tentarmos descortinar o processo por que passou o lugar das Furnas em direcção à valorização das suas belezas naturais. E a grande transformação - julgamos que a mais decisiva - operou-se no decorrer do último quartel do século XVIII, com a chegada ao vale das Furnas de alguns importantes viajantes, atraídos pelo estudo e pelas curas nas águas medicinais, ou, simplesmente, pela procura do pitoresco.

Vimos como as Furnas adquiriram desde a sua descoberta, um estatuto especial no conjunto dos lugares da ilha, pela presença maravilhosa dos sinais, benignos e terríficos, que a Providência lhe havia consagrado. As águas termais eram conhecidas e utilizadas desde os primeiros tempos em que os frades eremitas se haviam fixado no vale, pois que, segundo a "Crónica", as águas excessivamente quentes

se misturava[m] logo com outra ribeira fria que lhe moderava e temperava a quentura, em tal temperatura que ficava sendo ribeira-medicinal em que os doentes iam tomar banho...(*Crónica dos Frades Eremitas*, capVI).

Dois anos decorridos na sua nova morada, já lhes era enviado "a banhos" um certo Tomé Fernandes que viera da Vila da Praia (Ilha Terceira), e um outro casal

⁴⁷ Catherine Hickling, ob.cit., p.104.

⁴⁸ Captain Boid, *A Description of the Azores, or Western Islands*, 1835, p.144.

proveniente de Ponta Delgada⁴⁹. No período marcado pela colonização dos Padres da Companhia estabelecidos perto da ribeira da Alegria, construíram-se três casas de banhos a noroeste da ermida nova (actual igreja de Santana), onde eram acolhidos, esporadicamente, os doentes enviados pelas Misericórdias das ilhas.

Mas a promoção das Furnas não decorre imediatamente dos banhos. Insere-se na acção de descoberta e divulgação "turística" dos Açores, como parte de um movimento mais alargado que levou os naturalistas europeus a percorrer todos os cantos do globo terrestre, integrados no movimento das grandes expedições geográficas e científicas da segunda metade do século XVIII. Depois do *Grand Tour*, que levou a Itália toda uma geração de coleccionadores de arte, *connoisseurs* e viajantes de bom gosto, esteticamente empenhados no conhecimento da arte; das viagens pitorescas aos Alpes Suíços e aos lagos da Escócia; chegou a vez dos naturalistas descobrirem, estudarem e propagarem o conhecimento das faunas e floras dos mais longínquos e recônditos pontos do globo. As viagens do capitão Cook permanecem na memória colectiva como o exemplo paradigmático deste tipo de expedições. Sob a direcção de J.Banks, o jardim botânico de Kew empreendeu, a partir de 1772, uma política sistemática de aumento e classificação das suas colecções botânicas. É nesse âmbito que, em 1772, o Cap. Cook parte para a sua segunda expedição à volta do mundo, a bordo do "Resolution". No regresso, toca a ilha do Faial, onde o naturalista alemão J. Forster (1754-94) recolhe uma série de plantas e sementes da flora nativa, mais tarde descritas por ele na comunicação que apresenta à Sociedade Real de Gotinga e inseridas no relatório publicado em 1777⁵⁰.

Alguns anos antes, Michel Adanson(1727-1806), grande naturalista francês amigo de Diderot e D'Alembert e autor de alguns dos mais importantes artigos de História Natural na *Encyclopédie*, estacionara na mesma ilha, em 1753, no regresso da viagem que efectuou ao Senegal, entre 1749 e 1753. Descreve a cidade da Horta rodeada dos "seus jardins, dispostos uns a seguir aos outros, formando um anfiteatro que apesar da sua ingenuidade sustentam a mais encantadora vista para o olho"⁵¹. A forma como se refere aos campos, divididos por baixos muros de pedra onde as plantas vicejam em cada parcela, ou aos jardins junto das casas, bordados com muitos bolbos, plantas aromáticas, como o tomilho, a alfazema, a salva ou o alecrim e de flores como os cravos, goivos, jasmim, balsamina, narcisos..., é particularmente interessante na atenção que dispensa aos aspectos visuais da paisagem. Adanson, que afirmava procurar em todo o lado a existência das leis da natureza, não o fazia com a lógica

⁴⁹ Cf. Marquês de Jácome Corrêa, ob.cit., p.25.

⁵⁰ J.G.A.Foster, *A Voyage Round the World in H.B.M. Sloop Resolution, commanded by Capp. James Cook, during the years 1772-75*, 2 vols, (1777), in *commentationes Societ. Reg. Scient. Gottingensis*, IX, 1787.

⁵¹ Michel Adanson, *A Voyage to Senegal*, 1759, p.326.

dedutiva e a argumentação especulativa do pensamento racionalista, mas com a observação atenta e particular a cada objecto da natureza⁵².

A *Histoire Naturelle du Sénégal* foi a primeira obra de um naturalista a falar dos Açores. Após a primeira edição francesa de 1757 aparece, logo em 59, uma tradução inglesa com o título *A Voyage to Senegal*, atestando o sucesso editorial deste tipo de literatura de viagens. Antes dela, conhece-se apenas a notícia de umas “furnas de enxofre” que há “dentro da montanha” dispensada por Pompeu Ardití na sua *Viagem à Ilha de Madeira e aos Açores* em 1567, as quais “por ser perigoso e muito alagado o caminho, não tentamos ver”⁵³. Há também uma breve informação sobre as nascentes termais das Furnas inserida na “Relação das viagens do mestre Thomaz Turner”, integrada no livro IV da obra de Samuel Purchas⁵⁴, bem como uma descrição anónima da erupção submarina de 1638, verificada ao largo da ilha Terceira⁵⁵.

Mas o primeiro relato que noticia as Furnas como estação termal e como lugar especialmente dotado de belezas naturais deve-se, sem dúvida, a um outro naturalista de renome, Francis Masson (1741-1806). Masson, tal como Cook, empreendeu diversas expedições botânicas para África, Península Ibérica e América do Norte, a fim de enriquecer as colecções do Kew Garden. De origem escocesa, iniciara uma brilhante carreira de coleccionador botânico como jardineiro em Aberdeen, sua cidade natal. Mais tarde transferido para o Kew Garden⁵⁶, acabaria por se tornar colaborador próximo de William Aiton e foi sob a sua superintendência que, na primavera de 1776, iniciou uma longa viagem de reconhecimento aos arquipélagos das Antilhas, Canárias, Madeira e Açores que levaria cinco anos a completar. Desta viagem, resultaram as primeiras descrições botânicas detalhadas da flora endémica açoriana incluídas no *Hortus Kewensis* de Aiton (1789), e um *Account of the Island of St. Miguel* publicado, em 1778, no “Philosophical Transactions” da Real Sociedade de Londres, com base numa carta enviada a Aiton a partir da ilha. Masson chegara a Ponta Delgada no dia 10 de Agosto de 1777 e visita as melhores partes de S. Miguel, com destaque especial para as Furnas e as Sete Cidades, que reputa de “lugares maravilhosos”. O seu relato

⁵² A dimensão visual de que a ciência da natureza se reveste neste período, serve tanto o prazer estético como define um processo metodológico essencial ao pensamento científico. Este aspecto será abordado mais adiante no ponto 1.2.2.

⁵³ As mais antigas descrições das ilhas de Santa Maria e S. Miguel: Pompeu Ardití, “Insulana”, n.º 3-4, vol. VIII (1952), p. 241.

⁵⁴ Samuel Purchas, *His Pilgrimes, contayning a History of the World in Sea Voyages and Lande Travells*, 4 vols, 1625, (Glásgua, 1905-7).

⁵⁵ *A True and Strange Relation of Fire, Which By an Eruption brake forth out of the bowels of the earth in the depth of the Sea, and made an Island of foure miles, and a halfe in length, one of the Island of Tercera's, to the amazement of the beholders. And which is testified by divers Marriners lately come into England. Which happened in the moneth of July last past, 1638*, Londres, 1639, 5 pags.

⁵⁶ Segundo nos informou a actual directora do Herbário de Kew, houve desde o século XVIII, uma preferência continuada pelos contratos estabelecidos com jardineiros escoceses, considerados tecnicamente melhor preparados em botânica e noutras disciplinas científicas.

termina com um convite para a visita à ilha, assegurando ao viajante que lá poderia encontrar tudo quanto fosse necessário às comodidades usuais da vida.

Desde logo se evidenciam dois aspectos importantes e complementares: em primeiro lugar, a exortação que lhe merece a ilha de S.Miguel, tomada globalmente como destino turístico; em segundo lugar, e dentro deste objectivo, a selecção dos dois objectos de paisagem que melhor satisfazem a curiosidade do viajante, as Furnas e as Sete Cidades, ainda hoje as principais figuras de cartaz turístico⁵⁷.

Quanto às Furnas, afirma Masson que apesar de algumas noticias recentes, os *gentlemen* da ilha sempre tiveram muito pouca curiosidade acerca daquele lugar, de tal forma que é rarissimo encontrar alguém que o tenha visitado⁵⁸. A observação é pertinente, pois são escassas as referências feitas ao Vale nos relatos históricos, memórias descritivas ou relatórios agrícolas, anteriores a este último trinténio de Setecentos. Depois da pormenorizada descrição da ilha feita pelo Doutor Gaspar Frutuoso nos finais do século XVI, e de alguns relatos misturados de maravilhoso incluídos na *Crónica dos Frades Eremitas*, todos os demais cronistas servem-se de Frutuoso para falar das Furnas. Mas é com o mesmo sentido tópico e atento ao singular que já tínhamos notado em Adanson, que Masson descreve as montanhas inteiramente cobertas da bonita vegetação sempre verde, de murta, louro e uva-da-serra; os campos de diversas culturas; as ribeiras que serpenteiam o vale; as três casas de banhos, perto da ermida de Santana; finalmente, o lago a sudoeste da aldeia que classifica como "a mais belo quadro (*prospect*) que se possa imaginar"⁵⁹.

Conforme se depreende do seu relato, as águas das caldeiras não eram utilizadas para os banhos. A promoção das Furnas como estação termal - o que nas duas décadas seguintes constituiria o *leitmotiv* das visitas ao Vale - fica, assim, a dever-se às primeiras notícias fornecidas pelos viajantes naturalistas.

Em 1772 é publicada uma nota sobre as águas no *Dictionaire Universelle et Raison de Médecine de Chirurgie et de l'Art Vétérenaire* que, "segundo as narrações de alguns viajantes", são comparadas às termas de Spaa⁶⁰. O próprio Masson recolhe delas amostras, que envia a Aiton para análise⁶¹. No ano de 1785, o médico Ignacio Tamaguini faz nova análise das águas termais das Furnas, cujos resultados vêm inseridos numa memória inédita sobre os planos de construção de um porto no ilhéu de Vila Franca do Campo. Desta memória, da autoria do tenente do Castelo de S.Brás, José Ricardo da Costa Gama, conheceram-se no século passado três cópias. Segundo

⁵⁷ Um século mais tarde (em 1878), um visitante transmitia assim a opinião geral: "todos nos diziam que não indo às Furnas e às Sete Cidades, não se tinha visto S.Miguel". Cf. A.A.C., *Impressões de uma Viagem do Pará ao Recife passando por S.Miguel e Tenerife*, 1878, p.25.

⁵⁸ Francis Masson, *Accout of the Island of St. Miguel*, in *Philisophical Transactions*, n°68, 1778, p.607.

⁵⁹ *Ibidem*, p.605.

⁶⁰ Cit. por Felix de Valois e Silva, *Descrição das Aguas Minerais das Furnas na Ilha de S.Miguel*, 1791. In "Jornal Enciclopédico", Maio 1793, p.442

⁶¹ Francis Masson, *ob.cit.*, p.606.

Senna Freitas, possuidor de uma dessas cópias, foi este documento que levou o ministro do Ultramar, D.Martinho de Melo e Castro, a enviar à ilha de S.Miguel um oficial do Real Corpo de Engenharia, a fim de levantar o "Plano das Caldeiras", numerando-as com marcos de pedra⁶². Desse trabalho, efectuado no ano de 1785-86 pelo engenheiro militar João António Júdice⁶³, ficou-nos uma cópia litografada do desenho original. Trata-se de uma perspectiva ingénua das caldeiras do vale, evidenciando um desacerto elementar entre os planos perspéctico e planimétrico, mostrando-nos um lugar praticamente ermo, cruzado por caminhos que conduzem a cada uma das caldeiras. Estas aparecem esquematicamente representadas, com os seus rolos de fumo elevando-se no céu e os enormes marcos de pedra com que ficaram devidamente assinaladas, após o trabalho efectuado pelo autor do desenho. Quase no centro do terreno, ergue-se uma pequena construção - na verdade, uma cabana de porta única e cobertura de colmo, que identificamos como sendo a casa de banhos de D. Maria Madalena da Câmara, a primeira existente no local.

Os banhos, observa mais tarde Felix de Valois e Silva, que viera parar às Furnas em 1791 depois de ter passado na Madeira, mereciam "melhor comodidade dos doentes, já que até agora cada qual mandava fazer huma choupana e lhe metia hum, ou dois caixões de pau, que apenas dura hum anno por causa da grande humidade, e vapor das mesmas aguas, que tudo apodrece"⁶⁴. Nos piores invernos, as chuvas torrenciais varriam as próprias cabanas, como tinha acontecido pouco tempo antes de 1791⁶⁵. Mas os planos para a construção de um "estabelecimento público", desde logo defendidos pelo ministro do Ultramar⁶⁶, só mais de um século depois se concretizariam.

São estes os banhos improvisados que assistiram os visitantes da nova estação termal, durante os anos 80 e 90. Entre eles, alguns naturalistas, doentes que tentam a sua sorte, ou simplesmente, curiosos do pitoresco. Em todos estes casos, o circuito inicia-se quase sempre na ilha da Madeira, cuja nomeada internacional foi crucial para a divulgação das termas micaelenses.

Logo em 1786, Catherine Hickling regista a chegada de dois ingleses, vindos da Madeira: o Dr. Johnston é inválido e está na ilha por motivos da sua saúde; o Mr. Gordon, que é mais novo e mais interessante, continua Catherine, "pinta muito bem

⁶² Est.I, publ. por Sena Freitas, ob.cit.

⁶³ João António Júdice (? - 1798), "tenente coronel do real corpo de Infantaria com exercício de Engenheiro" veio destacado para os Açores no ano de 1768 afim de examinar as fortalezas. Durante o governo de Martinho de Melo e Castro recebeu a missão de levantar a planta das caldeiras das Furnas e recolher amostras das águas para posterior análise. Dessa missão deixou-nos um importante relatório (A.H.U., "Açores", cx.20,doc.30). Notícias esparsas levam-nos a crer que João Antonio Júdice tenha permanecido em S.Miguel até à data da sua morte, tendo chegado a desempenhar o cargo de governador interino da ilha, até ao ano de 1797.

⁶⁴ Felix de Valois e Silva, ob.cit., p.443.

⁶⁵ Segundo o testemunho de William Gourlay que visita o vale em 1791, Apud *Les Eaux Thermales de l'Île de San Miguel (Açores) Portugal*, 1873, p.35.

⁶⁶ *Ibidem*.

(...) e tem pintado muitos dos lugares que tem visitado"⁶⁷. Também da Madeira, chega em 1791, o médico inglês William Gourlay, deixando uma "Relação das Águas Minerais da ilha Portuguesa de S.Miguel" nos *Comentários Médicos de Edimbourg* ⁶⁸. Felix de Valois estabeleceu-se nas Furnas meses depois, após ter tentado os banhos madeirenses, e desenvolve os métodos de cura iniciados pelo médico inglês registando, laboriosamente, todas as nascentes de águas minerais, num total que ascende a mais de 200. De tudo o que viu e experimentou, deixou uma *Descrição das Águas Minerais das Furnas na Ilha de S.Miguel*", pois que, assevera, "a Omnipotência sem duvida não creou aqueles laboratorios de aguas de tão diferentes, e singulares qualidades, para estarem no esquecimento do mundo, mas antes para remediar as queixas mais chronicas."⁶⁹

Mas outros ilustres frequentam as Furnas, apenas para disfrutarem dos beneficios das águas, da benignidade do clima ou das belezas da paisagem. É o caso do Governador Geral, D.Dinis Gregório de Melo Castro e Mendonça, que se desloca todos os anos de Angra para veranejar na estação termal; o Governador de Cabo Verde, António Machado de Faria e Maia, aliás natural de Ponta Delgada, escolhe o mesmo destino. Por entre os notáveis da terra começa a espalhar-se o hábito de procurar as Furnas na "estação calmosa".

Assistindo a todo este processo de desenvolvimento e promoção "turística", encontrava-se em posição privilegiada o americano Hickling. Hickling, pelos dotes pessoais da sua franca simpatia que todos lhe reconhecem, e ainda por representar o papel natural de anfitrião aos visitantes estrangeiros, sobretudo ingleses, acompanhou de perto a transformação de que foi alvo o vale das Furnas. Aqui reside, provavelmente, a explicação para a demora que teve em construir a casa do tanque. É certo que necessitaria de algum tempo para os negócios prosperarem, mas já em 1774 aparece como grande exportador de fruta para S.Petersburgo e E.U.A⁷⁰. Por outro lado, os terrenos das Furnas encontravam-se muito desvalorizados com a expulsão dos Padres da Companhia de Jesus em 1760, não representando um investimento avultado.

Um novo contexto político vem reforçar a posição do americano na ilha: o reconhecimento português da independência dos E.U.A em 1783 e o início de uma política consular com aquele país, permite-lhe a nomeação para o cargo de vice-cônsul americano. Após o decreto de 19 de Fevereiro de 1783 - pelo qual D.Maria concedia aos mercadores dos E.U. os mesmos direitos de comerciar nos seus portos, auferidos por outras nações - Hickling não perde tempo e imediatamente faz diligências junto do juiz de fora e das alfândegas de Ponta Delgada no sentido de ser nomeado cônsul geral

⁶⁷ Catherine Hickling, ob.cit.,p.111.

⁶⁸ *Decada 2ª*, tomo 16 (1791); o mesmo relato vem transcrito em: *Les Eaux Thermales de l'Île de San Miguel...*, p.35.

⁶⁹ Felix Valois da Siva, ob.cit,p.442.

⁷⁰ Cf. João Anglin, *Thomas Hickling*, "Insulana", vol.V, nº 1e2 (1949),p.113.

dos E.U.A. Simultaneamente, escreve para o Congresso americano fazendo a sua petição, onde prova "que a nomeação de um consul para cada uma das ilhas será prejudicial aos interesses dos E.U., pois que o vosso peticionário é o único natural da America do Norte que reside nestas ilhas."⁷¹ Muito embora a Mesa da Alfandega de Ponta Delgada tenha despachado favoravelmente a nomeação de Hickling⁷², a carta que chegou às mãos de Washington, então presidente do Congresso, pedindo a sua confirmação, não surtiu os efeitos desejados, acabando o Congresso por nomear John Street, inglês da ilha do Faial, para cônsul geral dos E.U.A e entregando a Thomas Hickling o vice-consulado, a 7 de Julho de 1795.

O cargo diplomático com as suas responsabilidades de representação social, e o contacto mantido com os naturalistas estrangeiros que visitavam a ilha (Catherine fala dos jantares oferecidos, dos serões de convívio...) desenvolveu-lhe, certamente, o gosto pela arte da paisagem nos anos decorridos na ilha.

O *Tanque*, com a sua inserção exemplar na paisagem, deve-se ainda à possibilidade que tinha de importar espécies americanas, permitindo-lhe recriar, de alguma forma, os cenários de vegetação natural que conhecia e admirava - onde se encontravam as variedades nativas de carvalhos, cedros, abetos, tulipeiros, pinheiros, castanheiros, limeiras e ameixeiras. Finalmente, na conjugação de todos estes factores favoráveis, terão representado importante papel as ligações estreitas que estabeleceu com os Dabneys, da ilha do Faial, com quem trocou plantas e casou duas filhas.

2. Valores tradicionais na relação com a paisagem

Confirmado o lugar de eleição das Furnas - que em virtude das suas qualidades excepcionais foi interpretado, ao longo dos tempos, de forma simbólica, especular ou simplesmente hedonista -, será necessário estender um pouco mais a visão a outros locais da ilha, a fim de detectar os sinais reveladores do elemento humano, na sua relação com a paisagem.

A *paisagem* - ao contrário do *país* que se refere ao sítio - não é um dado natural; derivando de uma percepção, a constituição da paisagem subentende, como explica François Dagoet⁷³, a reunião da diversidade dos elementos do país num *ponto de vista*, ordenando-os numa *focalização*. Neste acto de escolha e descriminação gera-se a produção de sentido que faz da paisagem, necessariamente, um dado cultural. Na mesma perspectiva, podemos facilmente entrever que a percepção da paisagem está em

⁷¹ "Carta de Thomas Hickling para a Assembleia do Congresso", em Abr. de 1775, cit. por Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, *Os Primeiros Cônsules dos Estados Unidos da América nos Açores*, Sep. "Insulana", 1992, p.15.

⁷² Livro 10 dos Registos da Alfandega de Ponta Delgada, cit. no estudo referido na nota anterior, p.16.

⁷³ Cf. François Dagoet, *Mort du Paysage: Philosophie et Esthétique du Paysage*, Actes du Colloque de Lyon, 1982.

intima articulação com um sistema de valores que lhe subjaz e lhe serve de referente: valores visuais, espaciais, literários, filosóficos e religiosos que se estruturam no processo histórico, em função de determinados condicionalismos geográficos e físicos, de situações vivenciais e culturais diversificadas.

Com tais pressupostos, não parece haver impedimentos de ordem epistemológica que inviabilizem a análise dos valores dominantes na relação do elemento humano com a paisagem. Não obstante, em Portugal, a abordagem desta temática tem sido esquecida, dada a escassez de textos teóricos, debates filosóficos ou de crítica literária. Por outro lado, também, a fraca produção pictórica deste período, incidindo sobre a paisagem, obriga a que o tema do paisagismo português seja empurrado para muito mais tarde.

Evidentemente que as carências são em si mesmas reveladoras. Mas se o estudo da arte paisagista não dispensa o correlativo entendimento do espaço, tanto ao nível das construções, como do papel (de utilidade e prazer) desempenhado pela natureza, é necessário encontrar aí os valores que informam as noções da paisagem. Encontrámo-los em primeiro lugar, nos objectos: arquitecturas e estruturas espaciais dependentes de factores físicos, históricos e das tradições artísticas; mas também, nos processos de representação mental do espaço natural, fruto de concepções filosófico-religiosas que vêm expressas, muitas vezes, no texto literário, sejam crónicas, descrições ou outros documentos escritos.

Na relação com a paisagem vigente até ao século XVIII no espaço insular, podemos verificar a persistência de valores tradicionais. Chamamos-lhe tradicionais por oposição aos valores "modernos", nascidos com o sentimento da natureza, com o romantismo e com todo um conjunto de atitudes revolucionárias que estão na origem do movimento paisagista europeu. Sobre um fundo de valores culturais onde prevalece a oposição entre "interior" e "exterior" sobrepõe-se, no decorrer do último trinténio de Setecentos, a progressiva integração do espaço natural na esfera das actividades humanas, em consequência do protagonismo que a natureza entretanto adquire. Esta insistência na natureza não anula, e por vezes até reforça, a existência de linhas de continuidade ao nível das suas concepções filosófico-religiosas ou nas formas do espaço construído.

Um dos textos referenciais que nos pode guiar na abordagem dos vários aspectos implicados nesta questão, é a obra de Francisco Afonso de Chaves e Melo⁷⁴, intitulada *Margarita Animada*, publicada em Lisboa no ano de 1723. No seu início, o autor

⁷⁴ Francisco Afonso de Chaves e Melo (1685-1741) nasceu em Ponta Delgada no seio de uma importante família morgadia, de cujos bens se tornou administrador. Foi capitão de ordenanças de Rosto de Cão, juiz e contador da Fazenda Real em Ponta Delgada; a sua única obra escrita é esta *Margarita Animada: Idea Moral, Política e Histórica dos Tres Estados, Discursada na Vida da Veneravel Margarida de Chaves Natural da Cidade de Ponta Delgada da Ilha de S.Miguel, Com a Descrição da Mesma Ilha*, Lisboa, 1723. Da "Descrição da Ilha de S.Miguel" utilizamos a transcrição publ. Archivo dos Açores, vol.I (1878), pp.199-226.

promete a inclusão de uma "Descrição da Ilha de S.Miguel". E "como nas leis do primor he o mesmo o prometter, que o executar(...)" reserva cerca de trinta páginas à descrição das cidade, vilas e povoações da ilha, pondo especial cuidado na enumeração das igrejas e conventos bem como nos efectivos eclesiásticos e almas de confissão. Pelo seu texto não perpassa qualquer reconhecimento do "mundo natural", a não ser quando refere que "só tem a quinta parte de terras lavradas, e vinhas, que as mais são montes e serras altíssimas"⁵.

Impõe-se como primeira verificação, a valorização excessiva da paisagem humanizada face ao desinteresse ou à indiferença afectiva com que é olhada a "paisagem natural". Mais do que a floresta endémica, a montanha coberta de vegetação espontânea, o ribeiro ou a costa marítima, é a "paisagem domesticada" que constitui o núcleo temático dos registos descritivos da ilha nesta centúria de Setecentos. Salvo raras excepções, dispensadas pelos naturalistas que aqui vêm com o intuito de estudar a geologia, as faunas e as floras, todas as atenções se voltam para as arquitecturas, os campos de cultivo, os caminhos ou a rede de fortificações defensivas na linha da costa. Opõem-se assim, claramente, os elementos naturais aos elementos construídos.

E no entanto, se seguirmos o próprio testemunho do capitão Chaves e Mello, a ilha tem "só a quinta parte de terras lavradas, e vinhas, que as mais são montes e serras altíssimas". Muito embora não possamos confirmar esta relação entre solo cultivado e incultos, a predominância dos elementos naturais na fisionomia da paisagem micaelense setecentista parece ser um dado irrecusável. Os estudos geográficos para o período em referência, apontam no mesmo sentido, acentuando a extensão dos "matos" e prados naturais⁶, em detrimento dos terrenos cultivados. Nas extensões ocupadas pelas "altíssimas rochas" e pelos "montes e serras altíssimas", pressentem-se os sinais agrestes e inóspitos que um "espesso arvoredor" cobre com o seu manto verde-negro, tornando aí a presença humana rara e escassa. Não mais do que as veredas de pé posto e as *cafus* talhadas no tufo para abrigar os pastores, os cortadores de lenha ou os que iam aos *matos* e *achadas* à baga do azeite (fruto do Louro)⁷.

Entre o bosque primitivo encontravam-se ainda, nos fins de Setecentos, exemplares das espécies mais comuns da Laurisilva, como é o caso das faias (*Myrica faya*), louros (*Laurus azorica*), cedros-do-mato (*Juniperus brevifolia*), vinhático (*Persea indica*), pau branco (*Picconia azorica*), sanguinho (*Frangula azorica*), teixos (*Taxus baccata*) urzes (*Erica azorica*), queirózes (*Calluna vulgaris*), tamujos (*Myrsine africana*), azevinho (*Ilex perado*), uva-da-serra (*Vaccinium cylindraceum*) e

⁵ Idem, p.224.

⁶ Não foi ainda calculado para o século XVIII a percentagem de solo cultivado em relação aos 757 Km² que totalizam a superfície da ilha de S.Miguel.

⁷ Sobre as formas de habitação primitivas e utilização dos matos ver: Rui Sousa Martins no prefácio à obra de Carreiro da Costa, *Etnologia dos Açores*, vol. I, 1989.

gingeira brava (*Prunus lusitanica*, ssp *azorica*). O carácter majestoso do seu porte arbóreo, porém, teria sucumbido às constantes devastações das queimadas e do corte das lenhas, as práticas correntes desde o início do povoamento. Inúmeros testemunhos no-lo documentam. Já nos finais do século XVI Gaspar Frutuoso lamenta que

o que em longísimos e antiquíssimos anos foi criado, em tão poucos se queimou, roçou e consumiu quase tudo depois de achada que estando ao presente a maior parte de toda a terra escalvada, tomaram os ventos tanta posse dela e é tão lavada deles que levam-na em pó ao mar...⁷⁸

Relativizando o cenário de desertificação apontado na passagem de Frutuoso - fruto de uma concepção mítico-religiosa da natureza que adiante analisaremos -, o acordo entre os diversos registos e outra documentação coeva⁷⁹, permite-nos assegurar a existência de vastas regiões interiores cobertas de mato espontâneo, rasteiro e arbustivo, com algumas "bolsas" remanescentes onde as árvores atingiam porte elevado.

Por outro lado, as terras cultivadas, votadas à produção de cereais (trigo e milho, sobretudo), leguminosas (com destaque para as favas e feijões), fruteiras (de que os citrinos e a vinha constituem a maior parte do bolo) ou de linho, em suma, toda a produção agrícola deste período, ocupariam essencialmente as *planuras*, que se distribuíam por quatro categorias de terrenos: as "terras chãs", junto ao mar ou mais para o interior; as "varzeas", assim identificadas por formarem extensões de terras baixas e muito férteis; as "fajãs" estendidas em pequenas línguas de terra junto à costa; e os terrenos de *biscouto* que nalgumas zonas da costa se cobrem de pedra vulcânica, sendo aproveitados para o cultivo da vinha e, mais tarde, da laranja. Saliente-se que apenas 22% do solo micalense é superfície de "plataformas"⁸⁰.

Partindo duma análise mais selectiva, notamos que são os concelhos de Ponta Delgada e Ribeira Grande os que apresentam uma maior densidade de produções por Km². Mais ainda, verificamos que são as freguesias urbanas de Ponta Delgada (Matriz, S.José e S.Pedro) a produzir maiores quantidades de grãos e leguminosas, nas séries conhecidas para o século XVIII⁸¹. Uma quadra popular recorda esse facto:

Eu sempre ouvi dizer
Aos lavradores da cidade:
Quem boa terra semeia,
Colhe boa novidade⁸²

⁷⁸ Gaspar Frutuoso, ob.cit., Livro IV, vol II, p. 11.

⁷⁹ Referimo-nos aos Acórdãos da Câmaras, Alvarás e Ofícios produzidos sobre o corte das matas.

⁸⁰ Sobre as produções agrícolas e aspectos da paisagem agrária no século XVIII ver: Maria Margarida de Mendonça Dias Vaz do Rego Machado, ob.cit., cap.I, passim.

⁸¹ Idem, mapas 1 a 4, pp.42-5.

⁸² Carreiro da Costa, *Etnologia dos Açores*, vol II, 1991, p. 685.

Ignorando os limites artificiais dos concelhos, aparece-nos uma faixa central que vai de um lado ao outro da ilha onde a morfologia do terreno - uma extensa plataforma que em altitude não ultrapassa os 200m no centro - facilitou a penetração dos arroteamentos para o interior, assim como propiciou o desenvolvimento urbano no intervalo entre os pólos de Ponta Delgada e Ribeira Grande.

Os componentes da paisagem *rural* e da *urbana*, em vez de constituir uma relação de antagonismo, formam um conjunto indiviso - o que define, aliás, uma situação típica do sul mediterrânico - para se opôr, isso sim, a uma paisagem essencialmente "natural", predominante nas restantes partes da ilha, e sobretudo, nas do interior.

Para quem, na centúria de Setecentos, fizesse a aproximação à costa da ilha, tornar-se-ia nítida esta separação entre o "miolo" negro azulado dos matos, permanentemente envoltos em névoas e nevoeiros, e o recorte sinuoso da linha da costa com a sua faixa contínua dos campos cultivados, interrompidos de espaço a espaço pelas povoações do litoral.

Esta percepção releva um modelo de povoamento que já foi definido como um "cordão de povoamento rural, periférico e circular", com predisposição para uma ocupação virada aos "quadrantes de sul e de sul-nascente, como era tradição em Portugal Continental"⁸³. Colaborando na preferência pela orientação sul, as características orográficas desta costa, com enseadas de abrigo e encostas de suave pendente, determinaram a concentração dos povoados aí verificada, cuja única excepção de relevo é constituída pela então vila da Ribeira Grande.

Inicialmente circunscrita aos locais de aportagem, a ocupação humana foi conquistando uma faixa litoral-interior que se posiciona - para recorrer a uma expressão já utilizada - "no lugar geométrico entre a costa e o vulcão..."⁸⁴.

Para o ilhéu, a *costa* e a *serra* prefiguram duas situações de perigo, psicologicamente modeladoras da relação que mantém com o espaço envolvente, e assim, de um modo lato, com toda a paisagem.

Pelo lado do mar, a costa é um ponto vulnerável, quer pelas duras tempestades oceânicas, quer, mais ainda, pelas constantes investidas dos corsários que no século XVIII não desaparecem, muito embora os saqueamentos e pilhagens se façam mais no mar do que em terra⁸⁵. Pelo lado da terra, os sismos e as erupções vulcânicas, que da serra derramam um *mar de fogo*, limitam o espaço vivível, conduzindo a uma espécie de hiperbolização do isolamento. Tanto os matos do interior como o mar insondável

⁸³ Com base num estudo inédito sobre a *Arquitectura Popular dos Açores*, realizado para a Associação dos Arquitectos Portugueses em 1982-85, José Manuel Fernandes traça as fases do povoamento açoriano, determinado os traços definidores do urbanismo. Apud. *Angra do Heroísmo*, 1989, pp.12-16.

⁸⁴ José Manuel Fernandes, *Angra do Heroísmo*, p.14.

⁸⁵ A presença de corsários marroquinos e argelinos, empurrados para norte em virtude da queda da Rota do Cabo, bem como o corso americano dirigido contra a marinha mercante inglesa, vieram acrescentar novos figurantes a este palco marítimo do Atlântico norte.

aproximam-se assim das representações medievais do *deserto*: o lugar desabitado que escapa ao domínio humano, devendo por isso ser olhado com indiferença, desconfiança ou medo⁸⁶.

No ambiente da ilha, a presença de uma natureza agreste e por vezes violenta comunica-se às estruturas do espaço habitado para lhes imprimir uma espécie de cunho *militar* nas formas que garantem *defesa e protecção*. As iras dos ventos e a fúria do mar, o estremecer da terra e a aleatoriedade dos vulcões, constituem verdades pedagogicamente transmitidas através das gerações, mantidas sobre um fundo de fragilidade e precaridade na relação com a natureza. Para lá das correntes de influência estilística que marcam a evolução da arquitectura insular, afirma-se um gosto persistente pelas formas excessivamente fechadas, que asseguram um uso do espaço estritamente interior e que definem, pela escassa comunicabilidade com o exterior, uma autêntica tautologia para o existir ilhéu.

Ao descrever a cidade de Ponta Delgada nos finais do século XVI, Garpar Frutuoso elogia a riqueza do casario onde

ha casas sumptuosas e ricas, sobradadas e muito altas (...) e todas as casas tão *fortes* e edificadas com a melhor alvenaria que se pode achar em muitas partes, caiadas por dentro e por fóra, que parecem *fortalezas*⁸⁷.

Aplicados aqui num campo semântico que conduz a valores simbólicos, os termos "forte" e "fortaleza" apontam (além do sentido denotativo imediato) para as noções de durabilidade e protecção. *Estilo militar* significa antes de mais, a construção de um *abrigo* seguro e inexpugnável. Mas também, na linguagem das formas, a introversão do espaço habitado traduz-se na predominância dos cheios sobre os vazios; nas planimetrias estáticas - projecções do quadrado e do rectângulo; no aparecimento tardio das varandas e na escassez de todas as zonas de semi-interioridade.

Passados três séculos sobre o comentário de Frutuoso, um viajante estrangeiro nas suas deambulações pelos arredores da cidade impressiona-se com as casas de campo dos Morgados, "...as quaes são todas construídas de pedra, e cercadas d'altos muros também de pedra, com pesados portões encimados pelos solidos ornamentos d'architectura mourisca"⁸⁸. Deixando de lado os "ornamentos d'architectura mourisca", que devemos entender com o olhar de quem está desperto para o orientalismo mourisco da arte portuguesa, fica-nos a imagem, real, dos paredões cegos, só interrompidos pelos pesados portões de madeira e continuados nas fachadas

⁸⁶ Ver a este propósito: Francisco de Bettencourt, *A Simbólica do Espaço nos Romances de Cavalaria*, in *A Simbólica do Espaço: Cidades, Ilhas, Jardins*, 1991, pp.107-119.

⁸⁷ Gaspar Frutuoso, ob.cit.,p.73.

⁸⁸ John Webster, *A Description of the Island of St.Michael*, 1821. Publ. no Archivo dos Açores, vol XIII, p.357.

austeras onde se rasgam, com rigor simétrico, os vãos regulares emoldurados pelas fitas negras do basalto⁸⁹.

Mas os condicionalismos bio-físicos da paisagem não chegam para caracterizar as formas da arquitectura insular. Yves Bottineau num importante estudo dedicado à *Arquitectura dos Açores, do Manuelino ao Barroco*⁹⁰, compreende a evolução dessa arquitectura como o resultado de três factores complementares: as correntes artísticas do continente português; as relações com o espaço atlântico, sobretudo com o Brasil; e a expressão de aspectos próprios e originais de que a paisagem e os materiais são os principais agentes.

No âmbito da dependência estabelecida com as correntes artísticas do continente, o maneirismo (na sua versão da arquitectura chã) é, sem dúvida, a corrente que melhor estrutura uma tendência dominante⁹¹. No século XVIII, a arquitectura micaelense de carácter monumental não perde a feição despojada, singela e austera que informa o "estilo chão"; e mesmo em pleno período barroco - como realçam os estudos da historiografia mais recentes para algumas das construções religiosas daquele período - predomina uma linha construtiva tradicional, pautada pela modesta expressão da arquitectura chã, singela e plana⁹².

As relações de contaminação e proximidade que essa corrente estabelece com as estruturas militares, devem também ser entendidas como uma das linhas de força que melhor definem o espaço arquitectónico e mais influência produziram na relação com o espaço natural. A forte presença da arquitectura militar perfila-se nos "vários fortes Balluartes, Rebollins [revelins], e muros em os lugares em que a natureza lhe não pos a melhor defença dos incontrastaveis rochedos"⁹³

Em 1710 - na sequência de uma longa série de comissões especializadas de "officiaes engenheiros" enviados às ilhas com a missão de estudar o estado das fortalezas - António Couto assinala a existência de 17 "castelos, fortes e redutos" na ilha de S. Miguel. Numa carta enviada ao rei pelo capitão-general, em 1767, vão

⁸⁹ O dinamismo e a inventividade das formas barrocas, aliás bastante tardias no espaço insular, nunca atingem as planimetrias da arquitectura (pelo menos no que toca à arquitectura doméstica) que continua presa às projecções do quadrado e do rectângulo. Uma análise superficial dos motivos decorativos parece admitir a sua divisão em dois grupos: os motivos proto-barrocos na primeira metade do século XVIII e os tardo-barrocos na segunda metade (até, pelo menos, aos anos de 1820). Esta divisão coaduna-se com a periodização avançada por José Manuel Fernandes para a arquitectura angrense, segundo a qual, um longo período maneirista iniciado por volta de 1580 e só terminado nos meados do século XVIII, é continuado com um barroco tardio, prolongado até cerca de 1830. Cf. *Angra do Heroísmo*, p.51.

⁹⁰ Yves Bottineau, *L'Architecture aux Açores du manuelin au baroque*, "Colóquio-Artes", nº35 (1977), pp.53-63.

⁹¹ Ver nota 15, supra.

⁹² Cf. Nestor de Sousa, *A Arquitectura Religiosa de Ponta Delgada nos Séculos XVI a XVIII*, 1986, p.242.

⁹³ Paulo Teixeira, *Breve notícia da ilha do Fayal*, 1739, publ. por Avelino de Freitas de Meneses, Estudos de História dos Açores, vol.II, 1995, p.84.

indicadas 24 fortificações para a mesma ilha, quase todas na costa sul e a nascente de Ponta Delgada⁹⁴.

É difícil conhecer em pormenor as formas e tipologias de implantação destas fortificações, que praticamente desapareceram. Só um estudo minucioso (ainda por fazer) dos planos de estratégia militar, mapas e relatórios de construção, poderia revelar as correntes em que se filiam e os modelos concretos que lhes serviram de inspiração. Sabemos, no entanto, que à excepção do castelo de S. Brás, integrado ainda nas obras do período joanino, grande parte das fortificações da ilha inscrevem-se no plano de defesa da Restauração. Este, para Rafael Moreira constitui a "parcela pior conhecida da arte portuguesa do século XVII, mas uma das mais importantes também..."⁹⁵ e decorre da exigência de uma maior mobilidade e dinamismo das estruturas implantadas no terreno, em detrimento do bloco compacto do sistema abaluartado, característico do período anterior. Segundo o mesmo historiador, a revolução operada com a artilharia de longo alcance obrigou a uma *defesa em profundidade*, causa da multiplicação dos "dispositivos de vigilância e contra-ataque nas chamadas «obras externas» para lá do polígono interior abaluartado"⁹⁶. Com efeito, os vestígios que escaparam à força demolidora do mar ou à incúria dos homens, concatenados com os dados dispersos dos documentos, revelam a existência de estruturas leves e dispersas que só poderiam funcionar em complementaridade, visando o cruzamento de linhas de tiro. Predominam as bocas de fogo e canhoes em paredões, esplanadas e parapeitos de alvenaria ou adobe, que servem de apoio aos *fortes e castelos* bem posicionados e melhor construídos em alvenaria, com câmaras abobadadas no interior.

De concepção militar são também os valores visuais que vemos surgir na relação com a paisagem circundante. Retomando uma das origens da palavra *paisagem*, o reconhecimento do território faz-se tomado a partir de um ponto alto (um *belvedere*), pressupondo na formação do *panorama* uma operação de domínio e posse sobre esse território.

Alguns elementos arquitectónicos presentes, tanto na arquitectura religiosa como nos solares e casas nobres, vêm ao encontro deste tipo de valores visuais de carácter militar. Assim, por exemplo, na arquitectura conventual a rigorosa separação entre espaço interior e exterior imposta pelas regras do enclausuramento, só é quebrada com

⁹⁴ Esta lista resulta de um plano de reconstrução e reforço da defesa militar, verificado durante a administração pombalina. Após as profundas reparações feitas nos anos de 1762 a 1766, foram enviadas novas inspecções em 1789, 1796, 1799 e 1811. Cf. Francisco Borges da Silva, *Primeira Memória para servir de Introdução ao Projecto da Construção de um Porto na Ilha de S. Miguel*, Abril 1813. In "O Investigador Português em Inglaterra", vol. XVIII (1817); ver também Avelino Freitas de Meneses, *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770): Poderes e Instituições*, vol. I, 1993.

⁹⁵ Rafael Moreira, "Do rigor teórico à urgência prática: a arquitectura militar", in *O Limiar do Barroco*, vol. 8 da História da Arte em Portugal, Lisboa, 1986, p. 75.

⁹⁶ Idem, p. 68.

uma peça arquitectónica bem característica dos conventos e recolhimentos femininos: os *mirantes*.

Na cidade de Ponta Delgada, os conventos de S.João (demolido), Esperança, Santo André e Conceição, bem como os recolhimentos de Santa Bárbara e Santana, encontravam-se apetrechados com estas pesadas torres quadrangulares destacadas do corpo principal do edifício, onde se rasgavam, nos pisos superiores, duas ou mais galerias protegidas por gradeamentos de madeira. Erguidos pelo menos desde o século XVII, os mirantes surgem como prolongamentos epigonais da velha *torre-castelo* medieval. Mas ao contrário desta, a sua única finalidade parece ter sido a de permitir às recolhidas - que aí eram autorizadas a permanecer durante certas horas do dia - disfrutarem de panoramas mais largos, na direcção da cidade, do mar e da serra.

Algo de muito semelhante vamos encontrar com os *torreões* das casas urbanas de feição mais sumptuosa. Constituindo um elemento arquitectónico com ramificações nas restantes ilhas atlânticas (incluindo a Madeira) e no Brasil, o torreão é uma espécie de mansarda implantada no centro da cobertura, elevada a um ou dois pisos, com varandas orientadas para os quatro pontos cardeais. O seu aparecimento, embora difícil de datar com rigor, é anterior ao período da chamada "economia da laranja" e não decorre, exclusivamente, da necessidade funcional de avistar no mar as escunas da laranja. Referências esparsas nos registos notariais dos séculos XVII e XVIII, asseguram a existência, já então, de habitações com torres de um ou dois sobrados⁹⁷. E a mesma definição formal e funcional mantém-se com as *torres-mirantes* das quintas, que evoluirão para um sentido eminentemente recreativo à medida que estas se constituem em quintas de regalo, como veremos.

Forma e função parecem dissociar-se. A primeira, presa ainda ao formulário da torre acastelada, de conotações militares; a segunda vocacionada para o recreio das vistas. Mas atente-se um pouco no sentido deste acto de ver. A valorização visual do panorama exterior não é determinada por uma relação de proximidade e contaminação, mas de distanciamento e de domínio. Como elementos da paisagem, estas torres-mirantes não pretendem beneficiar a perspectiva que se tem deles a partir do exterior. Pelo contrário, regulam uma fruição estritamente intimista do acto da visão, e neste sentido, não podemos encará-los como *pontos de vista* mas antes como atalaias ou *postos de vigia*.

Estas referências denotam a persistência de uma lógica do *fechamento* nas relações espaciais e visuais com o espaço exterior. Uma tendência que se mantém à revelia das conquistas renascentistas que impuseram estruturas espaciais abertas à natureza e que, em Portugal, haviam já contribuído para alterações substantivas nas *quintas de recreio* do século XVI, de que são exemplos, sempre citados, a Quinta das

⁹⁷ Cf. Nestor de Sousa, ob.cit., p.46 e n.250, p.91.

Torres e Quinta da Bacalhoa. Ao contrário, a arquitectura insular e a micaelense no caso estudado, denotam uma forte resistência à integração da natureza no espaço construído, parecendo encontrarem-se aqui condicionalismos, de vária ordem, que justificam uma relação de precariedade e fragilidade com o espaço natural.

Devemo-nos perguntar se, na sua existência histórica, o açoriano chega a possuir qualquer concepção da natureza? Nos nossos dias, Vitorino Nemésio para explicar o conceito de "açorianidade" por ele formulado⁹⁸, afirma que a condição radical do homem açoriano é o seu telurismo. Mais. Para Nemésio, o modo histórico do existir ilhéu funda-se na sua relação extrema com a natureza: "C'était une histoire sans éclat, sans Antiquité, sans Moyen Âge, sans Renaissance ni humanisme", afirmou. "Pas de Luther ou de Mirabeau, aucun Napoléon; rien que des hommes guettés par des milans(...)"⁹⁹.

Nemésio resume dessa maneira a ideia de uma oposição entre *Natureza* e *Civilização*. Uma dicotomia que resolve, por assim dizer, a favor da natureza e com sacrifício da civilização. Por outro lado, acabamos de constatar a necessidade de demarcação absoluta do espaço construído em relação ao espaço natural, como reforço e garantia da humanização do lugar habitado. Uma e outra realidade integram-se, paradoxalmente, no mesmo quadro mental.

Diferentemente do que poderíamos ser levados a pensar, a onnipresença dos elementos naturais na vivência dos ilhéus - com as suas forças benéficas (a fertilidade dos solos ou a abundância das águas) e terríficas (as tempestades, os sismos e os vulcões) - contribuiu nesse campo, de forma especial, para a inibição do processo de valorização estética da natureza.

Mais uma vez convém reforçar a ideia, já muito repetida, de que só a conquista e domínio do espaço natural permitiram a sua integração na esfera das actividades humanas e a formação de uma estética naturalista. Processo cultural que se consubstancia na criação de uma *obra* de expressão formal e conteúdo coerentes, e que aparece concluído durante a segunda metade do século XVIII. É ainda, para além disso, um fenómeno urbano ou, pelo menos, promovido por agentes de uma cultura urbana.

As pesquisas da ciência e da arte no campo do sentimento da natureza e da sua estética próprias, não devemos esquecê-lo, fazem parte de uma cultura moderna e urbana que ao reconhecer a "autonomia do mundo natural" em relação à esfera da existência humana, manifesta, simultaneamente, o sentimento de perda pelo *Paraíso*

⁹⁸ As reflexões de Nemésio sobre o ser açoriano e o conceito de "açorianidade", foram pela primeira vez formuladas num ensaio que publicou na "Insula", nº7-8, em 1932, a propósito do V Centenário do descobrimento dos Açores.

⁹⁹ Cit. por António Manuel Machado Pires, *O Mito de Monsieur Queimado - Uma imagem mítica dos Açores*, in *Conhecimento dos Açores através da Literatura*, 1988, p.90.

Perdido. A falência do antropocentrismo - como longamente provou Keith Thomas na análise que fez das relações do homem com o mundo natural¹⁰⁰ -, essa espécie de signo da expulsão característico da modernidade, é pois uma herança central que o século XVIII nos legou.

Compreende-se que a criação dos primeiros jardins paisagistas tenha ocorrido na Inglaterra, onde a mais precoce revolução agrícola havia transformado profundamente a paisagem natural, e a indústria do ferro feito desaparecer as últimas florestas. Não é fruto do acaso que o ideal rousseauiano do *bom selvagem*, enquanto opção ideológica por uma vida rústica, senão mesmo celibatária, tenha surgido como resposta às primeiras contestações da vida moderna, do urbanismo e do progresso. É ainda contra os conflitos de uma sociedade urbana, artificial e corruptora do *ser natural*, que emerge a consciência romântica da *solidão*, em consonância com o espírito individual realizado no seio da natureza.¹⁰¹

Só então a ruptura, explícita, entre *social* e *natural* se afirma verdadeiramente, retirando à natureza os traços de sociabilidade e familiaridade que nela haviam sido, até aí, pressurosamente procurados. A este respeito é significativo, como notou Christopher Thacker, que Defoe tenha atribuído a *Robinson Crusoe* a seguinte preocupação fundamental: a vontade de reproduzir com algum sucesso o ambiente de classe média donde provinha, de tal forma que pudesse reconhecer na natureza selvagem da ilha, os traços de um ambiente familiar¹⁰². O idílio da ilha deserta - que Bernardin de Saint-Pierre viria mais tarde a consagrar com *Paul et Virginie* - não estava ainda presente nesta obra pré-romântica de 1719. Só o romantismo, por uma via essencialmente poética, daria pleno acolhimento às notações do "exótico", do "diferente", do "selvagem" ou do "distante".

Dissemos que até ao século XVIII, os registos descritivos sobre a paisagem natural, se comparados com as obras do homem, eram praticamente inexistentes. Teremos, agora, que corrigir essa afirmação, se contarmos com as representações literárias que espelham uma ideia da natureza. Aposto ao nível do concreto, desenham-se os contornos de um espaço-paisagem, de carácter mítico, onde a imagem recorrente é aquela que se liga com a *Insula Amoena* ou *Paraíso Terreal*.

Sendo um tema central da expressão literária, o mito do Paraíso Terreal admite, como defende Stephen Reckert¹⁰³, uma plurivalência de símbolos, mas tende a fixar-se num *topos* arquétipo, com os seus elementos também eles estereotipados. É o que nos impressiona quando olhamos para a notação que acompanha a caracterização da paisagem insular; uma paisagem que se encontra invariavelmente servida pela

¹⁰⁰ Keith Thomas, *Man and the Natural World: Changing attitudes in England 1500-1800*, 1983.

¹⁰¹ A natureza selvagem para a sensibilidade romântica tem um apelo insistentemente anti-social. Ver a propósito Keith Tomas, ob.cit., p.345.

¹⁰² Cf. Christopher Thacker, *The Wilderness Pleases*, 1983, p.7.

¹⁰³ Stephen Reckert, *Insulas Estranhas, Horto Desejado*, in *A Simbólica do Espaço...*, p.146.

amenidade, abundância e fertilidade: "ínsula agradável, amena e deleitosa"¹⁰⁴; ilha da abundancia, "o paiz mais fertil da Europa"¹⁰⁵; "summamente fertil e populosa"; "famosa ilha, ou Ameno Vergel de Flora"¹⁰⁶, são alguns dos epítetos mais usuais.

A força telúrica de que nos fala Nemésio na definição do existir ilhéu liga-se a este *mito das origens*, que pressupõe, afinal, a anulação de um tempo e de um espaço históricos. Pois, como afirmou, "a vida açoriana não data espiritualmente da colonização das ilhas: antes se projecta num passado telúrico que os geólogos reduzirão a tempo, se quizerem..."¹⁰⁷.

Ao projectar a descrição da ilha de S.Miguel para o "tempo em que foi achada", Gaspar Frutuoso via a natureza intacta como um "fresco jardim e deleitoso vergel" que a acção do homem havia corrompido. "Pelo que, o que agora direi dela [continua] será muito diferente da pintura que d'antes tinha..."¹⁰⁸.

Do mesmo modo, Chaves e Mello descreve o encantamento, recebido como *prémio* pelos esforços dos "nossos Argonautas", quando desembarcaram pela primeira vez na Povoação Velha:

...entre duas doces, e cristalinas ribeiras, que com suave murmureo de suas correntes formavam huma capella, que com solfa natural e musica alternada lhe decantavam parabens á sua vinda, e entoavam salvas á sua chegada, servindo-lhes as agigantadas arvores, por entre as quaes soavam estas citaras de prata, de verde pavilhão, que os eximia das inclemências do sol.¹⁰⁹

Mas se o carácter ideal da Natureza existe, remetido embora para um estado primitivo de contornos utópicos, a atenção histórica aos "fenómenos naturais" reveste-se de um sentido bastante mais punitivo.

Na *Relação do Lastimoso e Horrendo caso que aconteceu na ilha de S.Miguel em segunda feira dous de Setembro de 1630*, os acontecimentos assumem uma visão apocalíptica:

Os homens andavam pasmados dando huns per outros sem sem se conhecerem, nem verem(...) tudo era confusão e notaveis clamores ao Ceo, pedindo misericordia e perdão de suas culpas, assistindo nas Igrejas de noite e de dia, com muitas disciplinas e inuções de penitencia(...) que a todos parecia o dia ultimo do luyzo, e ate os brutos animaes andauão pasmados.¹¹⁰

¹⁰⁴ Paulo Teixeira, ob.cit., p.83.

¹⁰⁵ José de Medeiros da Costa Albuquerque, *Relatório: 1797*, in *Archivo dos Açores*, vol.XII, p.492.

¹⁰⁶ Francisco Afonso de Chaves e Melo, ob.cit., p.199.

¹⁰⁷ Vitor Pereira da Rosa e Salvato Trigo, *Da Insularidade à Açorianidade*, p. 189.

¹⁰⁸ Gaspar Frutuoso, ob.cit., Livro IV, vol.II, p.11.

¹⁰⁹ Francisco Afonso de Chaves e Melo, ob.cit., p.200.

¹¹⁰ Pe Antonio Fernandes Franco, *Relação do Lastimoso e Horrendo caso que aconteceu na Ilha de S.Miguel em segunda feira dous de Setembro de 1630*, 1630,p.2.

Chaves e Melo, no início da centúria seguinte, repete a mesma explicação para o terramoto que em 1522 destruiu Vila Franca do Campo: "Vendo Deus o pouco que aquelle obstinado povo se aproveitava dos seus auxilios (...) deszembainhou contra elle a espada da sua divina justiça...)"¹¹¹. Noutra passagem, reforça a ideia de castigo divino desferido contra "os moradores desta Ilha tomando a mesma terra e os seus mineraes por instrumento da sua ira..."¹¹².

A regulação das leis da natureza faz-se por interferência directa da Providência - que com o punho da sua divina justiça dita o modo histórico de existir. Essa mesma natureza que foi idealmente criada por Deus para morada dos homens, podendo-se inferir da sua perfeição os princípios criacionistas que justificam a existência de Deus. Trata-se, evidentemente, de uma concepção pré-iluminista da natureza, segundo a qual o tempo e o espaço históricos corrompem o carácter ideal da natureza.

No decorrer da segunda metade de Setecentos novas e significativas alterações são impostas nas estruturas do espaço construído e na atenção votada ao espaço natural. O programa das Luzes - ainda sobre um fundo comum de justificações religiosas, onde se sente a marca indelével do sobrenatural - introduz uma forma mais positiva de conceber a natureza; um percurso pautado pelos avanços da *Ciência* e da *Civilização*, a quem cabe a missão de "actualizar" essa espécie de morada ideal dos homens¹¹³. Os agentes mais próximos de uma cultura urbana, vão procurar estabelecer novas relações de *utilidade* e *prazer* com a natureza exterior, integrando-a progressivamente na esfera das actividades humanas. Em ambos os casos, como veremos, não se aspira a regressar a uma ordem natural de cariz poético, filosófico ou moral. São antes conquistas da civilização, de "bem-estar" e de progresso.

2.1. Quintas e jardins das casas morgadias

Em finais de Setecentos, o peso demográfico de Ponta Delgada relativamente aos restantes concelhos da ilha (19,2% da população da ilha nos anos de 1793/5), era enorme. Em valores absolutos, a cidade contava com mais gente nos últimos anos do século do que nos meados da centúria seguinte - mesmo se as taxas globais de densidade populacional representassem, então, quase metade dos valores obtidos 50 a 60 anos depois¹¹⁴. No meio da forte recessão demográfica que atingiu a ilha de

¹¹¹ Chaves e Melo, ob.cit., p.213

¹¹² Idem, p.226.

¹¹³ No século XIX ainda prevalecia este tipo de concepção "iluminista" da natureza. José de Torres num artigo do "Philólogo" (1844), p.26 perguntava-se: "Que fomos nós na primitiva idade? - sementes lançadas em um campo a rotear [sic], custoso de produção, e inundado de precipícios(...)" conclui dizendo que os homens lançados no "Eden delicioso" estavam sujeitos a uma marcha certa em direcção às conquistas da civilização.

¹¹⁴ Idem, p.224.

¹¹⁴ Gilberta Rocha e Victor Rodrigues, *População, Economia e Sociedade Micaelense em finais do século XVIII: o mapa de população de João Leite de Chaves e Melo Borba Gato*. Sep. do "Bol. do Instituto Histórico da Ilha Terceira", 1988, p. 317.

S.Miguel no último quartel de Setecentos - durante o qual perde cerca de 10% da sua população - os efectivos populacionais na zona urbana de Ponta Delgada não sofreram grande quebra, registando, ao invés, uma ligeira subida entre os anos de 1772 (9.523 hab. de confissão) e 1793-5 (quando contava 10.932 hab de confissão)¹¹⁵.

Esta situação demográfica, muito aproximada da verificada nas principais cidades de província do país, é demonstrativa das actividades económicas, centradas em volta do seu principal centro urbano. Nos começos da centúria seguinte Francisco Borges da Silva diria a respeito de Ponta Delgada

Este hé o principal lugar da ilha de S.Miguel. Negociantes, Alfandega, riqueza, fortificações, força armada, governo, tudo ali se acha agregado; e os campos do seu distrito são os mais bem cultivados da ilha...¹¹⁶

Pese embora a sua relativa importância, Ponta Delgada está longe de ter uma aparência cosmopolita. É antes de mais, um centro distribuidor de mercadorias e o principal escoadouro dos produtos agrícolas que afluem ao núcleo urbano. Ela própria, é uma grande produtora de fava, feijão e milho, cultivados nos *cerrados* que tem dentro portas. Habitada por esses "cidadinos dos campos", como lhes chamou Max Weber, Ponta Delgada apareceria aos olhos exteriores com aquela feição "triste e agrária" com que, muito mais tarde, Nemésio a conotou.

No que respeita aos aspectos urbanísticos, a cidade, situada a oeste de uma extensa baixa de terra do lado sul da costa, havia desenvolvido um fuso alongado entre a ponta de St.Clara, a ocidente e a calheta de Pero de Teive, do lado oposto. A penetração para interior, fraca de início, foi ganhando profundidade até abarcar as três vias, paralelas à linha da costa; atravessando-as de norte a sul, outras "três, quatro, cinco e seis (...) com mais de dezasseis notáveis ruas, afora muitas azinhagas e becos e outras ruas menos principais e cursadas"¹¹⁷. A malha urbana, herdada dos processos urbanos continentais, definiu-se com "uma geometria grosseira, 'livre', por assim dizer, dos constrangimentos da norma rígida"¹¹⁸.

A malha urbana - que aparece já perfeitamente definida no século XVI -, manter-se-ia sem alterações, no fundamental, até à primeira metade do século XIX. Mas é quase certo que ao longo da centúria de Setecentos se tenha dado um adensamento significativo do parque construído. Por difícil que seja conhecer a evolução da

¹¹⁵ Idem, p. 290.

¹¹⁶ O engenheiro Borges da Silva refere-se assim a Ponta Delgada argumentado a favor da construção de um porto de abrigo no areal de S.Francisco em vez do projecto tradicional que destinava o porto para Vila Franca do Campo. Cf. "O Investigador Português em Inglaterra", vol. XVIII (1817), p.308.

¹¹⁷ Gaspar Frutuoso, ob.cit., Livro IV, vol II, p.73.

¹¹⁸ José Manuel Fernandes propõe uma leitura do urbanismo atlântico que implica a adaptação ao contexto insular de um modelo medieval metropolitano, resultando daí essa "geometria grosseira" sem adopção de normas rígidas. In *O Funchal e o Urbanismo de Raiz Portuguesa no Atlântico - Estudo comparativo e de Enquadramento Histórico-Estrutural*, I Colóquio Internacional de História da Madeira, 1986.

arquitetura civil de Ponta Delgada ao longo dos séculos XVI a XVIII, é incontestável que um número considerável de edifícios foi construído, ou sofreu importantes remodelações, durante esse período.

A atracção pelo pólo urbano de Ponta Delgada afectou especialmente as camadas mais favorecidas da sociedade, os morgados e os comerciantes ricos. No apertado loteamento urbano onde se instalam as suas residências, praticamente não há lugar para jardins.

Ao longo do século XVIII, os jardins urbanos não perdem a sua feição tradicional, continuando a definir um terreno de formato regular, sem terraceamento, colocado nas traseiras do bloco construído ou dando para a rua ilharga da habitação. No interior do recinto a céu aberto, é traçado um plano simples, cuja norma é rígida: quatro sendas perpendiculares convergem para o centro onde está um pequeno tanque circular ou, em substituição, uma fonte de pé alto com repucho central e bacia colectora. Em volta, distribuem-se os quatro canteiros subdivididos por outros mais pequenos e, junto aos muros e escadaria de acesso ao jardim, os alegretes com flores e latadas. Entre as plantas cultivadas, predominam as flores, as plantas aromáticas e medicinais, bem como as árvores de fruto e hortaliças.

Michel Adanson - a cuja descrição do Faial já aludimos -, dá-nos uma ideia mais precisa de como se distribuíam as plantas no interior dos jardins urbanos. Depois de chamar a atenção para o aspecto desordenado que apresentavam, sem o que ganhariam mais beleza e atractivos, realça, contudo, a forte presença dos "bolbos, tomilho, alfazema, salva, alecrim, erva nevea e plantas aromáticas, cravos, goivos, balsamina, jasmims, conteira, babosa,..." com que fazem as bordaduras¹¹⁹. Depois das flores e plantas aromáticas de boa terapêutica doméstica e dons mágicos, as fruteiras e as hortaliças asseguravam parte da economia familiar: "Nos jardins cultivam-se também boas quantidades de frutos: laranjeiras, limoeiros de toda a espécie, pereiras, pereiros, figueiras, romanzeiras, vinha e oliveiras, além de muitas ervas, melancias, melões, abóboras, cabaças doces e muitos outros frutos da terra"¹²⁰.

Poucos vestígios e escassas informações chegaram até nós no que respeita a estes jardins urbanos. Alguns dos mais ricos e abonados situavam-se, com certeza, nos conventos. Catherine Hickling conta-nos como, nas suas visitas frequentes aos conventos, gostava de admirar os seus jardins, repletos de fontes, arbustos e flores. Numa dessas visitas, ao convento de S. Francisco de Vila Franca do Campo descreve o jardim "com fontes e repuxos de vários feitios e um tanque com peixes dourados e prateados. À volta do jardim vêm-se muitos arbustos e flores"¹²¹. É também através de

¹¹⁹ "For borders, they have a great deal of onions, thyme, lavender, sage, rosemary, sweet basil, and aromatic plants", Michel Adanson, ob.cit., p.230.

¹²⁰ Idem, p.327.

¹²¹ Catherine Hickling, *Diário*, p.107.

Catherine Hickling, que conhecemos o jardim da casa que o pai alugava na cidade (na Rua da Mesericórdia). As traseiras da habitação deitavam para um pátio coberto com um "espaçoso caramanchão coberto por uma latada e que comunica com um bonito jardim cheio de árvores de fruta: laranjeiras, limoeiros, figueiras e outras espécies"¹²².

Por uma gravura inserida no livro de Lyman H. Weeks, *Among the Azores* (1882), reconhece-se parte do jardim que pertenceu à casa apalaçada de João Soares de Sousa Ferreira Borges e Albergaria, na actual rua Marquês da Praia. A casa, já existente em 1772 quando foi feita a escritura de doação da capela anexa, então construída, sofreu profundas alterações no arranjo dos interiores, com a introdução de corredores e ampliação de alguns aposentos, então decorados com medalhões de gesso nos tectos e apainelamento de frescos "à romana", nos lambris. O acesso ao jardim fazia-se pela escadaria do balcão junto à cozinha. Nesse espaço, como era hábito, deveriam crescer as hortaliças misturadas com as árvores de fruto. A gravura oitocentista do livro de Lyman H. Weeks, mostra-nos ainda os quatro canteiros circundados por ruas e o pequeno tanque circular, ao centro. Numa das paredes de fundo, desenhava-se em pedra o arco de uma fonte de espaldar, lavrada com motivos de concheados e aletas¹²³.

Também "nas casas" da família Faria e Maia, junto à matriz da cidade (hoje Clube Micaelense), existiu nos fins de Setecentos um pátio ajardinado a que está ligado um episódio singular: no dia 24 de Maio de 1793, chega ao porto de Ponta Delgada um veleiro trazendo parte da família real marroquina e da sua extensa comitiva, para aqui desviados em consequência de uma violenta tempestade. O juiz de fora, António Luis Borges da Silveira, prontificou-se a hospedar as 220 pessoas que acompanhavam a princesa Laila Amina, nas casas de sua residência, por essa altura alugadas ao morgado José Inácio Machado de Faria e Maia¹²⁴. Foi aí, segundo a tradição, que a princesa plantou no jardim da casa um exemplar de *Phoenix reclinata*, uma espécie de palmeira certamente desconhecida na ilha¹²⁵ e que deixaria forte impressão nos habitantes da cidade, de tal forma se difundiu o hábito de plantar palmeiras nos pátios e jardins das casas¹²⁶.

Atendendo às distinções entre jardins urbanos e quintas, devemos recordar que as diferenças ao nível da tipologia e dos aspectos morfológicos remontam, pelo menos, ao século XVI. É já então clara a separação que Gaspar Frutuoso faz entre os "frescos

¹²² Idem, p. 89

¹²³ Cf. Lyman H. Weeks, *Among the Azores*, 1882.

¹²⁴ A.H.U. "Açores", cx. 23, doc. 50.

¹²⁵ Só muito mais tarde esta espécie de Palmeira deve ter sido conhecida nos jardins portugueses, pois que ainda em 1874 José Marques Loureiro a anunciava como "nova entre nós", cf. J.H.P., vol. 5, p. 5. Esta árvore que Antero de Quental tanto apreciava pelo carácter oriental que conferia à cidade vista do mar, desapareceu com um temporal em 1876, mas os seus rebentos ainda eram visíveis no local no início do presente século.

¹²⁶ Não há quaisquer referências à existência de Palmeiras na ilha anteriores ao século XVIII, ao passo que testemunhos vários do século XIX asseguram a sua existência nos pátios das casas urbanas. Cf. Peter Wallace, *The Gardens and Orange-grounds of St. Michel's in the Azores*. "Journal of the Horticultural Society of London", vol. VII (1852), p. 243.

jardins" que existiam na cidade de Ponta Delgada - o que também refere para a vila da Ribeira Grande quando aponta as "casas altas de sobrado, e seus jardins e pomares de diversas árvores fruteiras"¹²⁷ - e as quintas dos ricos mercadores que cercam os povoados mais importantes ou se estendem ao longo da costa¹²⁸. Temos, portanto, o jardim como espaço bem diferenciado da quinta, desde logo pela própria localização, uma vez que o primeiro é apanágio dos centros urbanos e liga-se às habitações mais opulentas dentro do perímetro destes, enquanto que a segunda é essencialmente excêntrica, embora resultando da proximidade com os centros urbanos. Mas não é só a localização que o separa da quinta. No conjunto das propriedades rurais, o mesmo cronista estabelece a diferença entre estas quintas e as "fazendas", "lavouras" ou "granjearias" (de trigo ou pastel), cuja atribuição exclusivamente produtiva, exclui o carácter recreativo que está associado à quinta.

Obedecendo a morfologia própria, as quintas dos séculos XVI e XVII compõem um conjunto organizado em núcleos distintos, a que correspondem as diversas funções: a casa de habitação com a capela anexa e as dependências dos trabalhadores, os celeiros e os estábulos; o pátio da criação; a horta e o pomar (que se confunde com o jardim); a vinha com o lagar próximo; e, finalmente, os campos de cultivo divididos pelos acessos carrais entre as folhas. Ao contrário do que acontece no continente português, onde a necessidade de rega condicionou o ordenamento do espaço em terraços e a criação de tanques e fontes para a distribuição da água, aqui a abundância de água com a distribuição regular das chuvas pelas quatro estações, não impôs os mesmos condicionalismos funcionais. O terraceamento é desnecessário e os tanques de rega são raros, fazendo-se o armanejamento em cisternas para consumo da casa ou em bebedouros para os animais. Por outro lado, a superabundância de pedra e escórias vulcânicas originou a divisão do terreno em pequenas parcelas cercadas por muros, chamados *currais*, e tornados muito usuais sobretudo nos terrenos de vinha.

Na configuração da quinta, o pomar constitui a principal peça de valor paisagístico e recreativo. A abundância e diversidade das frutas, o ordenamento das árvores "todas arruadas por boa ordem", o aroma dos frutos e a beleza das flores, torna-o, nas palavras de Gaspar Frutuoso, um "sítio muito aprazível à vista de quem o vê e muito mais deleitoso a quem o goza"¹²⁹. É também no pomar que se concentram as espécies arbóreas de ornamento ou as "árvores de esquisitas pomages", como as que o capitão Rui Gonçalves "mandou trazer de Portugal e da ilha da Madeira e de

¹²⁷ Gaspar Frutuoso, ob.cit.,p.105.

¹²⁸ Uma das primeira atribuições da quinta quinhentista e seiscentista é a sua localização em zonas suburbanas e nunca no meio dos povoados ou nas terras do interior. Assim distribuem-se em volta da cidade, desde Alagoa, Atalhada, Rosto de Cão e Fajã de Baixo, ligando depois à costa, do lado poente da cidade, para Ramalho, Relva e prosseguindo até Calhetas e Fenais da Luz.

¹²⁹ Gaspar Frutuoso, ob.cit.,p.63.

outras partes" para a sua quinta do Cabouco¹³⁰ ; pinheiros de sombra e faias costumavam "acompanhar e ornar" os pomares de espinho.

A quinta do cavaleiro Jorge Nunes Botelho, minuciosamente descrita por Gaspar Frutuoso¹³¹, constitui para nós um precioso exemplo de como se ordenavam os elementos paisagísticos no interior das quintas e as suas diversas funções. No largo do poço de S.Roque, muito perto do areal, ficavam os "ricos aposentos, fresco pomar e boa fazenda" onde vivia o cavaleiro da casa real acompanhado da família, criados e escravos, "com o mais concerto que nenhum que eu haja visto nesta ilha". Em redor da habitação principal, distribuíam-se as várias dependências:

Logo abaixo das casas, dentro da mesma cerca delas, tem seus repartimentos de casas de gente e duas estrebarias de cavalos e outra casa de repartimento de porcos(...); "Defronte das ricas casas mandou fazer um grande e espaçoso granel, com dois engenhos de pastel debaixo na lógea (...). Nas paredes do granel estão feitos muitos agulheiros, onde criam pombas; e logo junto um grande lago ou tanque, que leva mil e quinhentos e mais molhos de linho, juntamente com seus estendedoiros ao redor(...)

Não longe, estariam o pomar, "com cento e sete laranjeiras (...) e outras muitas fruteiras de toda a sorte de boa pomage", a horta, "onde se criam muitos galipavos, patos e galinhas em grande numero", e a vinha, "com seu lagar e casa". Não faltava ainda um "grande quintal e figueiral", perto da eira, e ligado "no mesmo campo dos caniços", um "jogo da bola, com sua entrada e porta, para os que a ele vêm de fora, e outra, subindo por um pau, sem derribar parede, para lá irem os da casa". Depois do núcleo construído, a quinta estendia-se ainda num extenso *fundus* de pastos e terras de sementeira, continuadas até "quase no meio da largura da ilha". Apesar de excepcionalmente rica, esta quinta apresenta-se como qualquer outra, com o perfil da *ilha da abundância*, servindo simultaneamente necessidades de auto-subsistência e objectivos de mercado.

Chegados ao século XVIII, a evolução da situação económica e a relativa pressão urbana chamou as quintas a desempenhar um novo papel, de acordo com os padrões de vida daqueles que as ordenaram. Os morgados e comerciantes ricos instalam-se na cidade ou muito próximo dela, em novos solares e antigas quintas remodeladas de acordo com as exigências do seu estatuto social. Paralelamente, mantêm as quintas rústicas e de rendimento. Mas ao longo da centúria afirma-se a tendência para a conversão destas quintas em casas de campo. Assim, por entre a camada mais opulenta da população difunde-se o hábito da dupla habitação, distinguindo-se os solares e quintas peri-urbanas destinados a residência fixa, das quintas de veraneio habitadas durante a "estação calmosa" e, especialmente, durante o período das vindimas.

¹³⁰ Idem, p.62.

¹³¹ Idem, pp.65-6.

Certos locais particularmente dotados para a cultura da vinha, convertem-se em pequenos centros de veraneio. É o que acontece com o lugar das Capelas onde, segundo afirma expressamente Catherine Hickling, as vindimas "atraem as pessoas ricas da cidade às suas quintas de veraneio..."¹³².

Destas quintas conhecemos alguns exemplos: do início do século XVIII será a construção das casas e ermida de **Nossa Senhora da Piedade** perto do morro das Capelas¹³³. O testamento dos instituidores da capela data de 1720, mas em 1723, Chaves e Melo ainda não a inclui na lista das ermidas sediadas na paróquia de Nossa Senhora da Apresentação. Pelos meados do século, a quinta era habitada provavelmente em regime de permanência, pois no codicilo ao testamento de Manuel Alves Cabral Brum da Siveira, escrito em 1741, o mesmo afirma-se "doente de cama nesta quinta do lugar das Capelas onde vivo e moro"¹³⁴. Não sabemos exactamente quando passa a quinta de veraneio, mas no final do século era conhecida pela "torre de André Manuel" e integrava "2,15 alq. de vinha com seus bosques de pumar(sic)". O seu proprietário, André Manuel Alves Cabral, era um rico morgado da cidade morador no solar da rua do Frias, por ele construído. Para além desta quinta, possuía ainda a **quinta de Santana**, com ermida, casas e 18 alqueires de vinha e terras, no mesmo lugar das Capelas.

Destas duas quintas, hoje nada resta. A primeira foi completamente transformada pelo filho do morgado depois de 1864, destruindo as antigas construções e edificando em seu lugar uma mansão em estilo neoclássico, rodeada por sumptuosa quinta e jardim; a segunda, situada no centro da vila, foi demolida ainda no século passado para loteamento urbano¹³⁵.

Fica-nos a curiosa designação - a "torre de André Manuel" - por que era conhecida a quinta da Piedade. Em primeiro lugar, a marca do proprietário na titulação da propriedade indica a provável realização de obras durante o período em que este a administrou; em segundo lugar, aquela designação precisa, poderá significar a existência de uma torre-mirante situada num ponto elevado da quinta de onde se obtivesse vista para o mar¹³⁶. Do seu ordenamento e das peças arquitectónicas que a compunham, mais nada podemos adiantar.

Nas Capelas conhecem-se ainda outras duas quintas de veraneio do século XVIII: a **quinta de Santa Rita** que pertencia ao tenente Bernardo António de Melo, da cidade de Ponta Delgada e a **quinta do Rosário**, com sua ermida e casas, propriedade

¹³² Catherine Hickling, ob.cit., p.84.

¹³³ Instalada numa antiga propriedade vinculada em 1684 pelo Rev. Dr. Manuel Alves Cabral.

¹³⁴ Arquivo de Manuela Canavarro Alvares Cabral, "Codicilo ao testamento de Manuel Alves Cabral Brum da Silveira", 1741.

¹³⁵ Em 1874 Ernesto do Canto regista o desaparecimento de todos os seus vestígios. Cf. *Igrejas, Ermidas e Altares da ilha de S.Miguel* in "O Preto no Branco" 1896-8.

¹³⁶ A existência destas torres mirantes é também referida por Ilídio de Araújo nas quintas setecentistas do norte do país. Cf. *Jardins, Parques e Quintas do Aro do Porto*, 1979, p.11.

do capitão João do Couto de Viveiros. Da primeira, sabemos que o seu proprietário dirige ao bispo de Angra, em 1756, um pedido para a construção de uma ermida na sua quinta das Capelas, oferecendo 3 alq. de vinha do dito lugar para a sua dotação¹³⁷; a quinta do Rosário foi doada, nos começos do século XIX, pelas autoridades eclesiásticas, ao futuro barão da Fonte Bela, por se encontrar ligada aos terrenos de seu vínculo. Depreende-se deste acto que a ermida deve ter permanecido em estado de abandono durante algum tempo. Muito transformada durante o século XIX, quando pertenceu ao conde dos Fenais, só a ermida documenta a sua origem setecentista.

Mas outros locais são procurados para quintas de veraneio. É o caso da Abelheira, do Livramento, S.Roque, Atalhada e Lagoa. A Abelheira, situada acima da Fajã de Baixo, está rodeada de quintas: da **quinta da Soledade à Grimaneza**, passando pelas quintas do **Bonfim, S.Francisco de Assis, S.João, Bom Sucesso**, até outras já próximas do Livramento, como as de **Santa Tereza, Sta. Rosa Viterbo e Senhora da Rosa**, cujo conjunto desenha uma extensa cintura de quintas nas imediações da cidade¹³⁸. Um pouco mais afastadas, no Livramento, contavam-se as quintas de **Penha de França**, no lugar do Botelho, **Jesus Maria José** na canada do Bago e **Glória**, no Pópulo, todas de construção antiga, mas profundamente remodeladas na segunda metade do século XVIII. Havia ainda duas quintas construídas pelos padres da Companhia de Jesus, em meados do século, para suas residências estivais: o convento de **Belém** na canada do mesmo nome e a quinta de **Nossa Senhora do Carmo**, no Pópulo de Cima. Em S.Roque, o morgado Duarte Borges da Câmara Medeiros tinha a sua quinta de veraneio com "8 alq. de terra, quinta e casas", na canada que tomou o seu nome; na canada dos Prestes (S.Roque), o morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros edificava a sua casa de campo em pouco mais de 15 alqueires de terreno, reconstruindo aí a ermida que havia pertencido à antiga quinta de Nossa Senhora do Pilar.

Outros exemplos poderiam certamente aduzir-se. De algumas sabemos apenas a dimensão - é o caso da quinta de Nossa Senhora da Soledade, que nos finais do século XVIII compreendia 40 alq. de vinha e 7 alq. de pomar com suas casas e ermida. De outras, sabemos o nome do proprietário ou a data em que foram vinculadas. Poucas são as que conhecemos em pormenor.

Um dos casos mais interessantes, porque ligada a uma figura central no processo de transformação social do período pombalino, é a **quinta da Glória**. Integrada numa propriedade vinculada em 1541, foi adquirida por permuta em 1779 pelo coronel Nicolau Maria Raposo do Amaral¹³⁹. Nicolau Maria Caneva, de seu apelido original,

¹³⁷ Cf. Ernesto do Canto, *Igrejas, ermidas e Altares da Ilha de S.Miguel*, ob.cit., n.º219.

¹³⁸ Algumas destas quintas vêm indicadas na "Carta Melitar(sic) da Ilha de S.Miguel levantada no ano de 1822" pelo major do corpo de engenheiros, António Homem da Costa Noronha da Costa, natural da cidade de Angra. Outras ainda são referidas por Ernesto do Canto nas *Igrejas, Ermidas e Altares da Ilha de S.Miguel*, ob.cit.

¹³⁹ S.D.U.A., cop. c/RAP. vol 1, cartas a António José Silveira, 1779.

havia emigrado para o Brasil quando contava apenas 18 anos e por lá fez fortuna. Regressa a S. Miguel no ano de 1767, instalando-se como comerciante de grosso trato na praça de Ponta Delgada. Além de armador, arrematador dos dízimos e empresário da indústria de captação, salga e distribuição de pescado e carnes para as nove ilhas do arquipélago, adquiriu ainda o monopólio do comércio do azeite e dos transportes de passageiros inter-ilhas, para o continente e para todo o império português. Entre 1769 e 1816, Nicolau Maria foi um empresário de grande sucesso, o comerciante mais rico e ainda um importante proprietário imobiliário com os bens que adquirira.

O seu interesse pela quinta da Glória não se misturava, porém, com os seus interesses de negócio. No processo negocial para a aquisição da propriedade, explicava claramente ao seu correspondente em Lisboa, que a única razão por que pretendia a quinta era para "seu divertimento", e acrescentava em justificação desse facto que para "alem da sua antiguidade [a quinta] não hé de rendimento solido, e para conservar-se, e redificar as cazas nececita gastar, quando(sic) pouco, doze mil cruzados". Certo de que só lhe traria despesas, mesmo assim a quinta da Glória que, acrescenta, tem "o nome de quinta de recreio", tornava-se muito apetecível para passar "os meses de Verão"¹⁴⁰.

As novas construções compreendem o levantamento de muros de suporte "para a defender dos areais" e a completa reedificação da casa - com destruição da antiga ermida de N. Sra. da Glória que passa a integrar o oratório da nova habitação. A implantação do edificio obedece a uma tipologia de pátio com o corpo maior ao longo da via e a entrada principal feita pelo pátio murado, com ligação para a rua ilharga. Não sabemos se outras modificações foram implementadas na quinta, que se compunha, ao que parece, quase exclusivamente de terrenos de vinha. É quase certo, no entanto, que além dos "cómodos" que Nicolau Maria introduziu na casa, a quinta não foi submetida a nenhum plano de ordenamento paisagístico nem integrava peças decorativas. O seu poder recreativo não ultrapassava o facto de ser "admirável para a vista por ficar tão perto do mar", possibilitando ainda "o divertimento da pescaria" e o gozo dos ares puros do campo, que o seu proprietário tanto apreciava.

Encontramos aqui, claramente, uma função recreativa que, se aparece como determinante fundamental da casa de campo, não chega para engendrar concepções estéticas elaboradas, ou sequer, para justificar um desejo de homologação com as sumptuosas quintas de recreio delineadas no território nacional ou no estrangeiro. Tal como acontecia, em grande parte, com o Tanque de Hickling nas Furnas, o sentido do recreio evidencia-se apenas através da mais elementar noção de convivência com os elementos naturais, subjectivamente valorizados mas pouco modificados na sua configuração visível.

¹⁴⁰ Idem, cartas de 14 de Jan. e 30 de Mar. de 1779.

Se as integrarmos num contexto insular mais alargado, verificamos que as quintas de veraneio são sempre muito rústicas, impondo modos de habitar quase sumários, sem luxos nem requintes. Ouvindo o que diz o Governador Geral Diniz Gregório de Melo e Castro) sobre a quinta da Nasceágua, nos arredores de Angra, percebemos que esse quadro é válido mesmo para a mais cortesã das cidades açorianas. Numa carta escrita para o Ministro do Ultramar em 1793, Diniz de Melo e Castro conta como, por razões de saúde, foi obrigado a arrendar a quinta da Nasceágua "por ser a única de alguns comodos perto da cidade"¹⁴¹. Conhecemos a sua composição: perto da casa e suas dependências tinha a quinta "o pomar velho das casas", Seguindo-se os diversos pomares e serrados: o "pomar da grota da canada", o pomar dos castanheiros, um serrado de trigo abaixo deste, o pasto de cima, o serrado da eira, um outro serrado junto à ribeira para nascente, até ao caminho, e o "biscoutinho encostado ao caminho da parte de baixo"¹⁴².

Não há qualquer referência a jardins, cascatas, fontes, tanques de rega ou casas de fresco. Esse tipo de equipamento de jardim, contudo, fará a sua tímida aparição no âmbito das quintas peri-urbanas de feição mais sumptuosa. Nos solares de **Sta.Catarina**, dos Rebelos; do **Parto**¹⁴³, dos Bicudo; da **Arquinha**, dos Faria e Maia; das **Laranjeiras**¹⁴⁴, dos Albuquerque; ou, já mais afastado, das **Necessidades**, aparecem os primeiros jardins - *jardins d'agrément* à francesa ou à italiana - muito embora marcados pela pobreza dos seus programas iconográficos e cenográficos.

Do solar de Santa Catarina sabe-se que a ermida da quinta, situada no Alto da Fonte do Maranhão (actual rua de Santa Catarina), foi fundada nos começos do século XVI pelo cavaleiro de África, Pedro Jorge e sua mulher Ana Gonçalves. Integrava-se nas terras do vínculo que compreendiam "oito alqueires de terra e casas nobres, quinta e ermida de Santa Catarina", ligadas a um outro corpo de terras com 30 alqueires, pertencentes ao mesmo vínculo¹⁴⁵. No início do século XVIII, o capitão Manuel Rebelo Borges da Câmara, casado em Angra no ano de 1725 com D.Ursula Isabel de Castro (ou de Bettencourt), era o legítimo administrador dos vínculos de Pedro Jorge. O estado de ruína em que se encontrava a casa de Santa Catarina levou o seu proprietário a dirigir ao bispo de Angra um pedido para a demolição dos edifícios e a

¹⁴¹ A.H.U., "Açores", cx.23,doc.2.

¹⁴² Conhecemos a composição desta quinta graças ao relatório de 1 Dez de 1790, apresentado pelos "Avaliadores dos Pomares e terras da Câmara desta cidade de Angra". Cf. A.H.U., "Açores", cx.23, doc.2.

¹⁴³ Vinculado em 1764 por Pedro Borges Bicudo, o solar do Parto, deve ter sido construído nos começos do século como se prova pela inscrição gravada no frontispício da capela, com data de 1724. Tal como vem descrito no processo de legados pios, não inclui jardim. É possível, no entanto, que mais tarde viesse a integrar um jardim tal como acontecia noutros solares peri-urbanos ligados às famílias de maior destaque social. O jardim fronteiro com canteiros de buxo não pertence certamente à época primitiva, mas data dos anos de 1870, altura em que o jardineiro inglês George Brown aluga o solar para o transformar em hotel. Com essa função serviu até aos começos de 1940 e depois de um longo abandono foi recentemente convertido em pousada da juventude.

¹⁴⁴ O solar das Laranjeiras, edificado durante os últimos anos de Setecentos, será tratado no capítulo seguinte uma vez que constitui um dos primeiros exemplos das quintas ajardinadas.

¹⁴⁵ Cf. Ernesto do Canto, *Igrejas, Ermidas e Altares...*, nº71.

construção de uma nova ermida sob a invocação de Santa Catarina de Sena. Em 1758, o seu filho casava já na ermida de Santa Catarina e em 1785 era concedida a D. Ursula Isabel de Castro, então viúva, licença de oratória particular no "oratório das casas"¹⁴⁶. Presume-se, por isso, que o novo solar e ermida de Santa Catarina sejam obras de meados do século XVIII.¹⁴⁷

O jardim, ocupando uma área com 5.542 m² nas traseiras da casa, é delimitado a sul pelas construções da casa e nos restantes lados por muros altos, comunicando com o pátio da entrada por um portão rasgado próximo do ângulo norte. Na sua forma actual, compõe-se por um vasto *parterre* rectangular traçado em cruz, formando ao centro um tabuleiro oval no sentido do eixo maior, onde se inscreve um outro canteiro ovalóide, mais pequeno, no sentido do eixo menor. Aparecem buxos nas bordaduras dos canteiros de relva e algumas plantas herbáceas vicejando nos canteiros formados ao centro. Um ou outro arbusto nos ângulos das ruas e duas árvores de maior porte, completam o arranjo.

Uma fotografia aérea de 1940 assegura-nos que esta disposição não foi alterada nos anos seguintes, sendo mantida após a compra do solar pelo Estado, em Agosto de 1949. Se corresponde ou não à configuração original, não o podemos afirmar com segurança. Não obstante, é muito provável que o retorno ao formalismo nos finais do século passado, tenha determinado algumas alterações significativas no traçado do jardim, que deveria apresentar um traçado de maior simplicidade e uma disposição das espécies vegetais, mais "confusa" e aleatória.

O solar dos Faria e Maia, conhecido por "casa da Arquinha", foi vinculado em 1705 pelo juiz contador Francisco Machado de Faria e Maia¹⁴⁸. A expressão grandiosa do solar, com os seus 22 vãos na fachada que comunica com a rua, mais os 12 da fachada do pátio, as varandas com balaústres de pedra, o balcão elevado sobre arcaria dando para o jardim, e o próprio jardim com os seus muros ritmados por arcaria cega e cimalha decorativa, não são, certamente, obra do início do século. Mais consentâneo com o espírito e o gosto desta obra é aceitar que um dos sucessores na administração do vínculo a tivesse realizado. Tavez o morgado José Inácio, nascido em Lisboa depois de 1741 e apresentado pelo seu bisneto como "grande viajante e polyglota"¹⁴⁹; mas a quem um processo judicial retira por duas vezes a administração dos vínculos, por se encontrar "incapacitado pelos vícios estando em estado cada vez mais deplorável"¹⁵⁰. Ou então, a sua filha, a morgada Helena Vitória Máxima da Câmara,

¹⁴⁶ Cf. *O Solar de Santa Catarina*, 1964, pp.6-8.

¹⁴⁷ O brasão gravado no frontespício da capela apresenta as armas dos Rebêlos e dos Castros nos quartéis superiores e dos Câmaras e dos Bettencourt, nos dois inferiores, o que prova que a construção do solar se deve a este casal.

¹⁴⁸ João Machado de Faria e Maia, *Memórias da casa da Arquinha*, "Diário do Açores", 1-11-1906

¹⁴⁹ Ibidem.

¹⁵⁰ A.H.U. "Açores", cx.22, doc.54.

que passa para a administração do vínculo depois de casar com Bernardo António Cymbron Borges de Sousa, continuando na posse dos bens após o segundo casamento, com o desembargador Dr. Vicente José da Costa Cardoso¹⁵¹. O facto do jardim se encontrar aparentemente inacabado, acrescido do facto de ter sido o morgado José Inácio o primeiro a residir na casa da Arquinha depois de longa ausência da família no continente, levam-nos a crer que tenha sido este o encomendador da obra. Se assim for, a construção deverá situar-se nas décadas de 1760 ou 70, antes do processo judicial que lhe retirará a administração dos bens, primeiro em 1781 e depois em 1792.

Situado na rectaguarda da moradia, encostado à fachada posterior, o jardim define uma quadra regular encerrada por altos muros interrompidos por portões, entre uma sequência de quatro arcos cegos. A arcaria, percorrendo os muros pela face interna, desenha-se em reentrância, permitindo inserir no recesso dos arcos, banquetas com assentos de pedra. Em toda a volta do recinto eleva-se uma cimalha decorativa, coroada por esferas e losangos perfurados, conferindo a este jardim um decorativismo de sabor mediterrânico. Para completar o programa decorativo, faltam apenas os painéis de azulejos que deveriam preencher os panos cegos do interior dos arcos. No centro do recinto traçado em cruz, desenha-se o tanque circular de rebordos baixos e coluna central. Os quatro canteiros perderam já os vestígios da sua vegetação primitiva mas é provável que o plano não diferisse muito do actual.

Na implantação sem terraceamento, na espacialidade contida, na simetria dos alçados, no aspecto intimista e, simultaneamente, num certo gosto pelo decorativismo que não atinge a exuberância barroca, este jardim participa da esfera cultural e ambiental do sul do país. Podemos entrever o modelo dos jardins privados alentejanos, guardados por altos muros e decorados com certo formalismo maneirista. Constituiu, no entanto, uma experiência única que não deixou réplicas nos jardins morgadios.

Diferente é o jardim da quinta das Necessidades. Implantada numa zona de acentuado declive, esta quinta desenvolve-se ao longo de vários terraços, estando o conjunto da casa e ermida, a uma cota de 90m, rodeada por pátios e terraços e tendo em frente da fachada sul o jardim privado, a uma cota de 84 m. Do seu núcleo primitivo, resta apenas a ermida, dotada em 1690 por Jacinto Sequeira e sua mulher Maria Gonçalves¹⁵². Estava integrada num conjunto que incluía casas e terrenos de vinha, mas não conhecemos as suas dimensões nem a feição arquitectónica da casa. Durante a administração do morgado Filipe António Brum Botelho (1726-1809), é construído o novo solar de feição barroca, bem como o jardim. Este define-se como uma peça de gosto erudito, envolvendo uma concepção aparatosa, tanto ao nível das peças decorativas como dos efeitos cenográficos. Serve de enquadramento ao jardim, a

¹⁵¹ ver n.188, *infra*.

¹⁵² Ernesto do Canto, *Igrejas, Ermidas e Altares...*, nº175.

fachada sul da casa, percorrida por um balcão largo que termina num parapeito com balaústres de basalto e duas escadarias nos ângulos. O alçado bem proporcionado desta fachada, ritmada com o agrupamento de três janelas-varandas no primeiro piso, que se repetem no piso inferior em modelações mais simples, oferece um belo fundo cenográfico ao plano do jardim. Traçando uma planta trapezoidal de modestas dimensões (com cerca de 35m de comprimento e 37 de largura no lado maior), o jardim encontra-se encerrado entre muros altos, incluindo o do lado da fachada que termina no muro de suporte ao balcão fronteiro. Dos lados este e oeste, os muros simples são animados por duas estruturas semelhantes, colocadas simetricamente ao centro, e formando *pendant*. Do lado este, abre-se um portal lavrado em cantaria basáltica por onde se comunica com um dos pátios laterais, através de um corredor e escadarias cobertos por latada. Do lado oeste, ergue-se idêntica estrutura, convertida em fontenário. Encostados ao muro do fundo, duas escadas conduzem a pequenas casas de fresco de planta quadrada e cobertura piramidal, situadas nos ângulos. O centro da composição é ocupado pelo habitual tanque circular com repucho elevado sobre coluna central, com os canteiros distribuídos em volta dele. Dos elementos inertes merecem destaque o portal e o fontenário, pela sua carga decorativa. O primeiro é composto por um arco central, ladeado por quatro ordens de peanhas destinadas a receber jarrões de porcelana da Companhia das Índias; o coroamento é simples, com duas aletas mostrando motivos florais nos enrolamentos e remates em esferas. O fontenário repete o mesmo vocabulário decorativo, com aletas, enrolamentos em aspa e conchados no preenchimento do arco cego. O tratamento dos motivos é esquemático e pouco volumoso, atestando a forte persistência de um gosto maneirista em território insular.

No que toca ao coberto vegetal, a leitura deste espaço torna-se bastante mais difícil porquanto novas espécies foram introduzidas no correr dos anos, como é o caso das palmeiras, cycas, azáleas e várias herbáceas. Além disso, o tracejado das ruas de buxo pertence quase seguramente a uma época mais recente. De salientar, a presença de alguns arbustos ornamentais da flora brasileira que poderão ter integrado o coberto vegetal primitivo.

Um dos aspectos mais importantes no ordenamento paisagístico da quinta das Necessidades prende-se com o domínio visual. O jardim fechado entre muros não estabelece pontos de vista abertos para o exterior e tem, pelo contrário, um uso estritamente privado. Mas nos dois topos, tanto as casas de fresco como o balcão fronteiro à habitação, estabelecem uma dupla ligação visual com o jardim no plano próximo e com a paisagem envolvente, nos planos mais recuados e longínquos, até se perder na linha do oceano. Estes pontos, em frente um do outro, tiram o máximo de fruição visual sobre o jardim e "olham" os campos circundantes, a costa e o mar como

se fossem controlados à distância. O grande desnível do terreno em volta do edificado acentua muito esse efeito, anulando as envolventes mais próximas e fazendo dele um terraço avançado sobre a paisagem. A este aspecto foi muito sensível Yves Bottineau quando escreve:

O solar das Necessidades (...) evoca a casa do Freixo de Nasoni nas margens do Douro: nesta última porém, além do italianismo, a função de lazer é mais marcada que no solar açoriano, em que a docura de viver e o encanto da vista não apagam a sugestão de domínio sobre a paisagem circundante¹⁵³.

Em conclusão, podemos dizer que durante o século XVIII, e com particular incidência na sua segunda metade, a construção de solares e residências sumptuosas faz-se dentro do perímetro urbano ou na sua periferia mais próxima, denotando um certo grau de urbanização no modo de vida das camadas abastadas. Essa urbanização, por outro lado, motiva a conservação das antigas quintas morgadias como casas de campo, ou até mesmo a construção de novas, ligadas à produção do vinho e em breve da laranja. Se nas quintas rústicas não surgem vestígios de jardins, difunde-se entre os proprietários a noção de disfrutar as delícias campestres, uma noção bem característica de uma cultura urbana.

Nas habitações urbanas e peri-urbanas aparecem os jardins ornamentais, distintos dos pomares. Embora muito presos ainda ao "universo de lusitanidade quatrocentista", responsável por um sentido cripto-sagrado que se evidencia no traçado em cruz centrado por uma *fons vitae*¹⁵⁴, estes espaços podem ser enobrecidos com portões lavrados, fontes de pé, banquetas de encosto, escadarias e balcões de vistas mais amplas. Se a iconografia de raiz é tardo-medieval, os elementos decorativos pertencem já a um vocabulário proto-barroco, de influência nortenha no caso das Necessidades e alentejana no caso da Arquinha.

Em termos da integração paisagística, todas as construções definem espaços fechados, onde a primeira função dos muros é o acto fundador de excluir a natureza exterior para afirmar a posse e domínio de uma porção dela que foi domesticada. A dimensão da vista - elemento novo introduzido no Renascimento - só agora recebe, verdadeiramente, uma valorização visível através de certas peças arquitectónicas. Encontram-se neste caso os balcões, erguidos geralmente sobre arcos abatidos dando para o jardim, as varandas e os mirantes. Estes últimos, que conhecerão ampla divulgação nos inícios da centúria seguinte, poderão ter surgido ainda no século

¹⁵³ Yves Bottineau, "A Arquitectura nos Açores do Manuelino ao Barroco", in Francisco Ernesto de Oliveira Martins, *A Arquitectura dos Açores*, p.106.

¹⁵⁴ Terry Comito, a propósito da tradição medieval que aproxima os quatro rios do paraíso aos braços da cruz (como uma nova árvore da Vida), cita a opinião do editor seiscentista De Bry, para quem um jardim rectangular dividido em 4 ruas partindo de uma fonte ou árvore central era a própria "antevisão do Céu", cf. *The Idea of the Garden in the Renaissance*, p.44.

XVIII, como estruturas autónomas e complementares do torreão da habitação. Erguidas sobre as extremas da propriedade, estas torres-mirantes afirmam-se como marcos visuais na paisagem, com as suas formas prismáticas e o seu ar austero e quase hostil, característico da arquitectura militar. Funcionalmente, demarcam-se do campo da defesa militar, conjugando funções utilitárias com o recreio das vistas.

Finalmente, no que toca a espécies vegetais, a limitação das variedades tradicionalmente cultivadas é enriquecida com algumas exóticas ornamentais e frutíferas. Embora a moda pela horticultura ainda não conhecesse muitos cultores, algumas referências esparsas apontam para a divulgação de experiências feitas com novas espécies úteis e ornamentais, pelas "pessoas de maior génio". Entre estas destacam-se exemplares silvícolas da América do Norte e fruteiras do Brasil. Nos jardins aparecem frutos exóticos como a goiaba (*Psidium guajava*), o araçá (*Psidium araca*), o maracujá (*Passiflora edulis*) e o capucho (*Physalis pubescens*), além de plantas industriais, como o tabaco e o chá.

2.2. Aspectos da intervenção na paisagem: as florestações

Na documentação oficial do período que se segue à reforma político-administrativa de 1766, a atenção dispensada ao plano de desenvolvimento agrícola ("a única riqueza sólida dos Estados") - onde se incluía, também, um plano inédito de florestações com a promoção de matas de corte - constitui um dos núcleos centrais, senão mesmo o mais importante, da acção a desempenhar pelos governadores-gerais¹⁵⁵. Nas "Instruções particulares a D. Antão de Almada", considerava-se prioritário aumentar a área cultivada em todas as ilhas, à custa da diminuição dos baldios e dos incultos. Outro dos objectivos fundamentais dizia respeito à criação de arvoredos, "como acontece em toda a Europa". Com eles se acrescentavam novas produções úteis às que já existiam na terra, podendo as madeiras serem usadas como matéria-prima para a indústria e utilizadas no comércio com o exterior¹⁵⁶.

Para o cumprimento deste programa, o Ministro do Ultramar enviava, na companhia do Governador, oficiais engenheiros que deviam tirar a carta topográfica de todas as ilhas, assinalando os terrenos a várias cores, de acordo com o estado e qualidades dos solos. Devia, ainda, fazer-se o arrolamento dos proprietários de terras livres e vinculadas, bem como das rendas, foros, jugadas e capelas que impendessem sobre as referidas terras. Alguns anos mais tarde, nas instruções dadas pelo Ministro

¹⁵⁵ Sobre o programa da política económica destinada aos Açores após a reforma pombalina, ver José Guilherme Reis Leite, *Administração, Sociedade e Economia dos Açores: 1766-1793*, dissertação de licenciatura em História apresentada à Faculdade de Letras de Lisboa, 1968 (inédita), publ. em abstract no *Arquivo Açoriano*, vol. 16, Lisboa, 1971.

¹⁵⁶ A.H.U., "código do Conselho Ultramarino", n.º 529, fl. 10, 2-8-1766. Apud. José Guilherme Reis Leite, ob.cit., p. 155.

do Ultramar D.Rodrigo de Sousa Coutinho, ao conde de Almada, volta-se a insistir na necessidade das florestações, criação de prados artificiais, forragens nas terras de pão e, aspecto novo e relevante, no fomento das plantações de pomares de espinho, da cultura da seda e do linho. Para os arvoredos, o mesmo documento aconselha a que se plantassem pinheiros nos terrenos mais arenosos, e nos lugares altos, “Platanos, Cedros, Loureiros, Pinheiros de Weimouth(...)” e outras árvores, cujas sementes mandassem vir de Lisboa ou dos Estados Unidos. Para tanto, o mesmo documento propõe que “S.A.R. as mande dar”, a fim de serem utilizadas nos terrenos da Coroa, mas também nas terras públicas e nas dos particulares, “tendo, porém cuidado, em que nestas últimas as plantações sejam voluntárias, e só fructo da persuasão”¹⁵⁷.

Atestando a importância e a urgência na aplicação destas medidas, sucedem-se durante todo este período, os “relatórios sobre o estado da agricultura e criações” preparados pelos oficiais da administração e pelos Governadores Militares. Sobrepoem-se as instruções dadas pelos Governadores Gerais aos provedores das comarcas e aos Municípios e a vária correspondência oficial que incide sobre a questão agrícolas. Confrontada esta documentação com a produzida no âmbito da governação local - nomeadamente no que toca aos acordãos e disposições camarárias -, verificamos que não se trata de um conjunto de propósitos vagos e abstractos, sem tradução no campo de uma legislação de teor mais imediato.

Várias medidas práticas tentaram pôr cobro à desflorestação da ilha de S.Miguel - sistematicamente praticada desde os inícios do povoamento e tornada matéria de atenção constante por parte das vereações camarárias. A autorização do corte das lenhas só em determinados períodos do ano, as penas pelo transporte da madeira para fora dos concelhos ou a delimitação precisa das áreas reservadas às roçadas, são algumas das medidas que pretendem colmatar a crónica falta de madeiras. Mas a acção das Câmaras, tentando articular-se com a política económica prevista para as ilhas, não se limita às proibições. Pelo contrário, tenta-se fomentar o hábito de plantar árvores através da concessão de vantagens aos lavradores que o fizessem, fazendo distribuir pelos proprietários mais empenhados sementes e plantio de diversas espécies silvícolas ou determinando os locais mais adequados para a criação de matas concelhias¹⁵⁸. É o que acontece com a Câmara de Vila Franca quando, em Dezembro de 1786, a vereação ordena aos juizes das vintenas dos lugares que dessem os mapas dos sítios mais convenientes para a plantação de castanheiros, nogueiras, álamos e outras árvores¹⁵⁹. Posturas semelhantes verificam-se um pouco pelas Câmaras das duas principais ilhas do arquipélago¹⁶⁰.

¹⁵⁷ A.H.U., “Açores”, cx. 3o, doc. 19.

¹⁵⁸ Cf. Maria Margarida de Mendonça Dias Vaz do Rego Machado, ob.cit, p. 30 e segs.

¹⁵⁹ A.M.V.F.C., “livro de acordãos”, 1779-90, 30-12-1786, fl.232. Apud. Maria Margarida Machado, ob.cit., p.31

¹⁶⁰ Nos “livros de Acórdãos” da Câmara de Angra e Ponta Delgada encontram-se posturas semelhantes publicadas durante o governo de Diniz Gregório de Melo e Castro

Os resultados práticos dessa política não são absolutamente seguros. Segundo afirma Francisco José de Teixeira num relatório enviado à Secretaria de Estado dos Negócios Ultramarinos em 1798, as posturas camarárias "tam felizmente concebidas" não produziram os resultados esperados. Pois, como adianta, as "plantações que se tem feito são mais produção do génio de alguns particulares do que emanadas da força e acerto das mesmas posturas"¹⁶¹. Nesse sentido, aponta os nomes de alguns proprietários da ilha Terceira que "por mera curiosidade" e às suas custas empreenderam a plantação de extensos pinheirais¹⁶².

Ao que parece, alguma iniciativa privada recebeu favoravelmente as directivas anunciadas pela nova política económica da governação pombalina. Na ilha Terceira, onde a influência dos governadores gerais se fazia notar mais directamente, verificaram-se várias experiências de florestações, sobretudo com pinheiros¹⁶³. Mas também em S.Miguel temos notícia de casos semelhantes. Na correspondência trocada entre o comerciante Nicolau Maria Raposo do Amaral e o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, há referências à "questão dos arvoredos". Em várias cartas expedidas para a Secretaria do Ultramar, o comerciante micaelense confirma o recebimento de grandes quantidades de sementes de penisco que o Ministro - na altura ligado à administração do Jardim Botânico da Ajuda - lhe destinava, e que ele se apressa a plantar nas suas propriedades dos Ginetes, distribuindo ainda alguma parte por "todos aqueles que queiram semear"¹⁶⁴. Da mesma fonte recebe também cedros do Bussaco e provavelmente outras espécies, como se depreende de uma carta de 28 de Outubro de 1799, onde acusa ter recebido "as Sementes de diversos arbustos" que semeará no seu tempo próprio, e dará "aquellas pessoas que tiverem génio de cultivar estas plantas..."¹⁶⁵.

Apesar deste exemplo, muito poucos faziam empenho "nessa interessante cultura", garante o próprio Nicolau Maria. Cita, no entanto, o caso do brigadeiro Francisco Jerónimo Pacheco de Castro, então Governador interino da ilha de S.Miguel, o qual tinha iniciado há poucos anos um pinhal com perto de 2.000 árvores, nas suas terras

¹⁶¹ A.H.U., "Açores", cx. 28, doc.41. Este "Relatório sobre a Agricultura e criação de gados" vem publ. no A.A., vol.XIII, 1983, p. 518-28.

¹⁶² Francisco José de Teixeira no alyudido relatório cita a este propósito alguns proprietários da ilha Terceira: é o caso de Frutuoso José Ribeiro a quem se devem as maiores extensões de pinhais; João Cabral de Melo na sua fazenda do Barqueiro; o Capitão mór Pedro Homem da Costa na quinta da Nasce água; José do Canto e Castro Pacheco na quinta do Serrado Grande e Domingos de Ramos Pimentel na quinta das Rosas.

¹⁶³ No relatório acima citado, diz-se explicitamente: "...Há muitos outros, que nomearei depois, que sendo provocados por este governo, tem possibilidade, e genio para a propagação não só da cultura dos Pinheiros, mas de outras árvores úteis como sobreiros, carvalhos, Vinháticos, Cedros, Castanheiros, Alamos, Nogueiras, Amoreiras, Freixos, Buxos, tudo Madeiras, e folhagens úteis, segundo as suas diversas aplicações." (sublinhado nosso).

¹⁶⁴ A.H.U., "Acores", cx.28,doc.25; cx.29, doc.37; cx.30,docs.37, 47 e 58; cx. 32,doc.4. Numa dessas cartas, Nicolau Maria acusa a recepção de 60 alqueires de semente de Pinho dos quais, afirma, dará metade ao governador interino e da restante fará distribuições por "todos aqueles que queiram semear..." A.H.U., "Açores", cx.29, doc.37.

¹⁶⁵ A.H.U., "Açores", cx.30,doc.47.

das Furnas¹⁶⁶. Essas terras, que havia arrematado em hasta pública no ano de 1777, encontravam-se já abonadas com matas de álamos e faias que os Padres da Companhia de Jesus haviam plantado, por volta de 1750. O mesmo exemplo tinham seguido os condes da Ribeira Grande, grandes proprietários de matos nas Furnas. Pelos processos de arrendamento ficamos a saber que os colonos eram obrigados a plantar 600 álamos cada ano e conservar as matas de faias aí existentes - facto que motivou uma longa disputa pelos direitos de corte e venda das madeiras¹⁶⁷.

Alguns anos mais tarde, o Ministro D. Rodrigo de Sousa Coutinho, por ordem do próprio Rei, enviava ao Governador Geral sementes de diversas árvores silvícolas originárias da América do Norte, para que este "as fizesse distribuir pellas pessoas destas Ilhas, afim de serem plantadas, e tratarem da Cultura destas Sementes". A distribuição seria feita por intermédio das três principais Câmaras dos Açores, que receberiam pacotes de sementes, em porções iguais, de variedades de *Acer*, *Magnólias*, *Amorpha-fruticosa*, *Chionanthus-virginiana*, *Rhus-vernix*, *Calicanthus-florida*, *Ceanothus-americana*, *Halesia*, *Pinus*, *Escallonia*, *Sofora-alba* e *Hydrangeas*¹⁶⁸. A remessa chegou, de facto, às Câmaras, que dela passaram os devidos recibos, embora só em Angra se tenha procedido à elaboração de um minucioso e extenso relatório das distribuições feitas e dos resultados obtidos com a experiência, conforme prévia ordem expedida pelo Governador Geral¹⁶⁹.

É preciso dizer que apesar de todos estes esforços, no ano de 1813 metade do solo micaelense permanecia inculto¹⁷⁰. Relação que seria mantida até meados do século¹⁷¹. As matas, por sua vez, ocupavam uma porção diminuta do solo, de tal forma estava a terra "reduzida à nudez de arvoredos". Em 1842, Caetano Alberto Maia podia ainda observar que "a ilha é pobríssima de arvoredos, pois que a superfície por eles ocupada não excede 1/22 avos da superfície total."¹⁷² Pela mesma altura, o cônsul inglês Carew Hunt apenas notava a existência de "pequenas e recentes plantações

¹⁶⁶ A.H.U., "Açores", cx.28, doc.25.

¹⁶⁷ A longa disputa mantida entre o capitão donatário e os colónos das terras das Furnas foi finalmente resolvida a favor dos últimos pelo facto das pretensões do proprietário não constarem dos testemunhos da formalidade. Cf. Urbano de mendonça Dias, *História do vale das Furnas*, 1945, p. 64; Maria Margarida Machado, ob.cit., p.35.

¹⁶⁸ A ordem das espécies mencionadas obedece à quantidade de pacotes destinada a cada uma. Assim, as sementes de *Acer* e *Magnólias* foram as distribuídas em maior quantidade, com 62 pacotes para os primeiros e 29 para as segundas, enquanto que de *Hydrangeas* e *Sofora-alba* apenas estava destinado 1 pacote.

¹⁶⁹ A.H.U., "Açores", cx.39, doc.28. (1801)

¹⁷⁰ Cf. Artur Teodoro de Matos, "Achegas para a História Económica e Social da Ilha de S.Miguel no ano de 1813", *Arquipéago*, nº1, Jan.de 1979, p. 170.

¹⁷¹ Em 1853 na *Breve Memória sobre o estado da Agricultura, Commercio e Indústria do Districto de Ponta Delgada*, António Teixeira de Macedo afirmava que "mais de metade da ilha jaz inculta", p. 3.

¹⁷² Caetano Alberto Maia, "Observações meteorológicas feitas na ilha de S.Miguel, no ano de 1842", *Revista Universal Lisbonense*, tomo II, 1842-3, p.551.

privadas"¹⁷³, plantações que se compunham, essencialmente, de pinheiros, faias e castanheiros¹⁷⁴.

A sistemática acção de florestação da ilha só se verificará, de facto, durante a segunda metade do século XIX, em resultado da acção da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense (criada em 43) e da iniciativa de alguns grandes proprietários locais. Em 1853, uma *Memória sobre o Estado da Agricultura* atestava a existência de "plantações modernas", de vinháticos e álamos, a par de outras "de menor consideração" onde se incluíam carvalhos, faias e giesteiras brancas. Faziam-se então experiências com algumas novas espécies "mas em muito pequena escala"¹⁷⁵. Mais tarde falar-se-á delas nos relatórios produzidos pela S.P.A.M e publicados nas páginas d'*O Cultivador*. Enfim, será só a partir dos anos 70 que se podem notar as "grandes plantações silvícolas" e os benefícios resultantes da intensa florestação e aclimação desenvolvidas na ilha de S.Miguel¹⁷⁶.

Independentemente dos resultados obtidos com as florestações - uma prática que naturalmente permanecia ainda desfazada dos hábitos de cultivo e dos interesses dos agentes económicos locais - importa reconhecer que neste último terço do século XVIII, se assiste a uma mudança de atitude em face da natureza. Sob o signo da utilidade e da eficácia, a política pombalina implementada através dos seus oficiais mais próximos, promove um espírito experimentalista e "científico" que modificaria a atitude passiva e depredadora, verificada até então, relativamente aos recursos naturais.

A questão dos arvoredos continua a ser, sob este ponto de vista, paradigmática. Percorrendo os registos descritivos, facilmente se percebe como o esforço dirigido contra o desaparecimento do bosque primitivo, constituiu um autêntico "cavalo de batalha" ao longo dos séculos. Já nos finais do século XVI, Gaspar Frutuoso, numa passagem a que aludimos, lamentava que "o que em longíssimos e antiquíssimos anos foi criado, em tão poucos se queimou, roçou e consumiu quase tudo..."¹⁷⁷. As manifestações de repúdio pela escassez de recursos silvícolas recolhem subscritores aos mais diversos níveis e multiplicam-se ao longo das centúrias seguintes. Neste sentido, têm particular incidência as denúncias feitas pelos corregedores e juizes camarários no que respeita ao corte selvagem das lenhas, descasque das faias e toda a sorte de pilhagens a que os matos estavam sujeitos¹⁷⁸. O zelo proteccionista até ao

¹⁷³ "Forests there are now none: small and young plantations, the property of private individuals..." Carew Hunt, ob.cit., p.259

¹⁷⁴ António Teixeira de Macedo em 1853 refere-se a estas árvores como sendo as únicas que formam "mattas de consideração", ob.cit.,p.15.

¹⁷⁵ Ibidem.

¹⁷⁶ Ver entre outros: Fouquet, *Voyages Géologiques aux Açores*, extrait de la *Revue des Deux Mondes*, 1873,p.11; Wyville Thomson, "The Azores: Letters from H.M.S.Challenger", in *Good Words*, Jun.1874,p.494.

¹⁷⁷ Gaspar Frutuoso, ob.cit.,p.11.

¹⁷⁸ Cf. Maria Margarida Machado, ob.cit.,pp.30-1.

ocaso de Setecentos, porém, raramente foi acompanhado de medidas mais positivas no que respeita às plantações.

Aumentar os "frutos da terra" e promover matas de corte, são dois objectivos económicos defendidos como prioritários. Para isso, como vimos, fizeram-se estudos da situação dos solos, determinaram-se as áreas mais adequadas para as diversas culturas, experimentaram-se novos produtos e, numa atenção muito especial, tentou-se incentivar a criação de florestas. Mas nesse objectivo, sublinhe-se, não está incluída a ideia de devolver o carácter majestoso que o bosque primitivo outrora emprestara à paisagem. A nova "floresta" não se distingue ao nível teórico da "mata de corte". Conceptualmente, a imagética da "floresta" que tanto se identificou com o ideário romântico, não tem aqui representação¹⁷⁹. A carência de árvores que tanto aflige as autoridades locais, longe de ser encarada com o sentimento nostálgico da perda do bosque primitivo, inscreve-se no âmbito de preocupações exclusivamente económicas. E nessa medida, as tentativas de florestação não têm outro sentido senão o de converter terrenos mantidos incultos em rendosas matas de corte. É importante salientar este aspecto, porquanto a intervenção na paisagem - no caso das florestações como em outras intervenções - serve-se da ciência e da técnica, tão só com o objectivo pragmático da transformação útil e desejável dos recursos naturais. Na base desta actuação está um tipo de valorização da natureza que não se afasta, na sua essência, das concepções tradicionais.

Na realidade, o entendimento da natureza continua a receber o seu fundamento de uma reflexão antropológica cristã. Eis porque "as produções naturais", como parte essencial da "obra criada" por Deus, têm a sua existência justificada enquanto recursos úteis para o homem. "O homem só com a força da sua imaginação não podia comer, nem vestir-se, nem executar os seus desejos", explica Domingos Vandelli; "...em fim nada podia fazer sem o auxílio das produções naturais, que são a base de todas as Artes, de que dependem principalmente os comodos, e prazeres da vida". Vandelli conclui assim " que o conhecimento delas contribui à felicidade humana"¹⁸⁰. Contribuindo para a felicidade no mundo, o domínio e manipulação dos recursos naturais constitui uma obrigação fundamental do homem. Continua a ser a doutrina do finalismo utilitário - que à luz dos fundamentos antropocêntricos tem raízes longínquas na tradição da metafísica cristã - que justifica a melhor *performance* conseguida na utilização dos recursos naturais. Como realça Pedro Calafate, o pensamento iluminista em Portugal, ao reforçar a tónica do estudo científico e técnico da natureza impõe, de facto, uma mudança de atitude em face daquela. Mas essa mudança, conclui o mesmo autor, deve-se à "(...) confluência de condicionalismos históricos vários e, sobretudo,

¹⁷⁹ A este respeito consulte-se: Keith Thomas, *Man and Natural World*, 1983, cap. V.i.: "the Wild wood", pp.192-7.

¹⁸⁰ Domingos Vandelli, *Diccionario dos Termos Technicos da Historia Natural*, 1788, p. I.

[ao] inegável grau de desenvolvimento adquirido pela ciência e pelas técnicas". Foram estas que permitiram "(...) atribuir àquele antigo ideal uma eficácia e uma projecção talvez nunca antes alcançada"¹⁸¹.

Neste quadro, as posições dos iluministas portugueses - entre os quais se destacam Frei Manuel do Cenáculo e o Pe. Teodoro de Almeida - afastam-se das correntes naturalistas e materialistas que viam o homem como mero produto da natureza, inserido na escala dos seres e diferenciado destes apenas por diferenças de grau¹⁸². A consequência imediata para o assunto que nos interessa, é a persistência, que será longa e duradoura, de um quadro mental que tende a valorizar apenas os aspectos utilitários da intervenção humana na natureza.

É ainda a questão da utilidade que leva, por exemplo, o médico Felix Valois da Silva a dizer, a respeito das águas termais das Furnas, que "a Onipotência sem duvida não creou aqueles laboratórios de aguas de tão diferentes, e singulares qualidades, para estarem no esquecimento do mundo, mas antes para remediamem as queixas mais chronicas"¹⁸³. Por essa razão, como vimos, o Governador Geral Diniz Gregório de Melo e Castro Mendonça manda às Furnas o tenente coronel Eng. João António Júdice, a fim de que este levantasse a planta das caldeiras e recolhesse amostras das águas para posterior análise. O seu relatório é outro importante documento sobre a utilidade da ciência e dos seus recursos.

João António Júdice começa por fazer uma entusiasmada exortação ao vale das Furnas, esse "Citio ponderável"; "este óptimo lugar pelas raras circunstâncias que envolve em sy...", levando-o ao convencimento de que "...athé aos confins da terra não se topará huma porção de Citio que possa graduar no mesmo parallelo"¹⁸⁴. Perante este espectáculo, o engenheiro militar considera-se incompetente para uma descrição "metódica", pois que para isso "deveria estar prevenido, e Ilustrado na quimica, na Botânica e na Estoria Natural", matérias em que se sente "hospede". Finalmente, aconselha "a que mandem Quimicos, Botânicos e Naturalistas para estudarem as virtudes das águas, ervas e de tudo aquilo com que a Natureza provide, e atenta oferece ao olho do sábio."¹⁸⁵

Toda uma visão da natureza, assim como todo o programa iluminista no campo das ciências naturais, estão contidos neste eloquente depoimento de João António Júdice. A utilidade da ciência para o "proveito dos povos", liga-se o prazer do

¹⁸¹ Pedro Calafate, ob.cit.,p.128.

¹⁸² A respeito desta questão na obra do Pe. Teodoro de Almeida, Pedro Calafate conclui: "O elogio profundo e sincero das ciências naturais, que constitui, afinal, um dos temas mais importantes da sua *Recreação Filosófica*, não vai ao ponto de admitir, em antropologia, uma concepção puramente "naturalista" que, a seu ver, dissolveria a natureza humana, pela sua dissolução em planos inferiores", ob.cit., pp.139-40.

¹⁸³ Felix Valois da Silva, ob.cit.,p.442.

¹⁸⁴ "A respeito das águas minerais no Sitio da Ilha de S.Miguel", relatório apresentado a Diniz Gregório de Melo e Castro em 28 de Ag. de 1787, pelo "tenente coronel de Infantaria com exercicio de Engenheiro, João António Júdice". A.H.U., "Açores", cx. 20,doc.30.

¹⁸⁵ *Ibidem*.

convívio com a natureza e o saber especializado do naturalista, único que pode verdadeiramente tirar partido da observação dos objectos naturais, servindo-se dessa *visão* como de uma essencial mediação cognitiva.

As instituições que melhor reúnem a dupla função (de estudo e de recreio) reservada à ciência natural são, sem dúvida, os **Jardins botânicos** e os **Museus de história natural**. Na introdução ao "Index das Plantas do jardim botânico de Queluz" de 1789, Manoel de Moraes Soares, então seu director, assegurava que a função primordial do jardim botânico era o conhecimento que proporcionava em termos do uso das plantas. Mas também, explica, o jardim botânico surge para recreio das pessoas ilustradas e cultas que, na observação das colecções de plantas e de história natural, sentem o maior prazer¹⁸⁶. A grande virtude do museu, continua ainda Vandelli, consiste na possibilidade de aí reunir "...como em hum Amphiteatro" "(...) todas as produções da Natureza espalhadas em paizes tão remotos", tomando-se "(...) em huma vista do olho, o que o globo contém."¹⁸⁷

No domínio e manipulação dos instrumentos do conhecimento científico, perpassa todo um ritual ligado a uma cultura do espectáculo; ou dito de outro modo, toda uma *mise en scène* da natureza que valoriza a relação com o olhar. A promoção e divulgação dessa cultura escapa, como é óbvio, ao domínio estrito do "científico" para se afirmar enquanto discurso político ligado à representação do saber e do poder. A apropriação ao mais alto nível institucional dos instrumentos do conhecimento e leitura da natureza, produz um jogo de linguagens artísticas e científicas que são, simultaneamente, uma retórica dos temas da *razão*, da *celebração* e do *espectáculo*.

Da *razão*, pela forma de instituir uma ordem universal na qual o mundo ganharia sentido; da *celebração*, pela evidência com que é demonstrada a existência de Deus e o conhecimento dos seus atributos; finalmente, do *espectáculo*, pela exibição dos elementos naturais, esteticamente ordenados em função do recreio da vista. Não é por acaso que a criação dos três primeiros jardins botânicos em Portugal se tenha ficado a dever à iniciativa régia. Não é por acaso que o desenvolvimento dos estudos botânicos tenha dependido tão directamente da vontade política do marquês de Pombal, primeiro na Ajuda e depois em Coimbra, onde, após a reforma de 1773, foi criada a disciplina de História Natural, o Jardim Botânico e o Museu¹⁸⁸. Quem melhor do que a classe política e dirigente (incluindo os altos dignatários do estado e os seus funcionários

¹⁸⁶ Este documento publ. com o título "índez (sic) das plantas que contém o Real Jardim Botânico de Queluz" vem mencionado e comentado na obra de João Silvestre Ribeiro, História dos Estabelecimentos Científicos, Literários e Artísticos de Portugal nos sucessivos reinados da Monarquia, tomo VII, 1878, p.406.

¹⁸⁷ Domingos Vandelli, ob.cit., p. II n.(a).

¹⁸⁸ Em consequência desse empenhamento iluminista nas ciências naturais, afirma um artigo do "Curti's Botanical Magazine", os únicos botânicos portugueses verdadeiramente eminentes, foram Brotero e Correia da Serra, dois espíritos educados durante o período pombalino. Cf. Scouler, Notice respecting the present state of botany and botanical gardens in Portugal (in a letter to Sir. William Hooker). "Curti's Botanical Magazine", nº1 - 3rd.serie, 1845, pp.34-5.

mais chegados) estaria preparado para perceber as vantagens económicas e políticas decorrentes do progresso da ciência natural?. Assim se compreende que o ideário político do pombalismo iluminista nos Açores, tenha encontrado nos Governadores Gerais os seus maiores e mais directos defensores.

Sabemos já o relativo grau de aceitação que tiveram as florestações junto da iniciativa privada. É preciso dizer, no entanto, que o proselitismo dos Governadores Gerais foi sempre guiado por métodos pouco autoritários, mediados por uma pedagogia da "persuasão" e nunca fruto do "constrangimento"¹⁸⁹. Repetidas vezes é reforçado o conselho de repartir as plantas apenas por entre as "pessoas que com mais gosto e curiosidade as fizessem semear e plantar". A tentativa de fomentar junto dos negociantes "Sociedades livres" de Agricultura e Artes, devia passar sómente pela concessão de facilidades burocráticas e fiscais, adverte ainda o Ministro dos Negócios Ultramarinos nas instruções ao conde de Almada¹⁹⁰. Há a consciência de que os frutos mais duradoiros são aqueles que penetram no espírito, transformando atitudes e propulsionando a capacidade de iniciativa e empreendimento. Seria necessário antes de mais, alterar as atitudes rentistas e absentistas que caracterizavam o grupo dos privilegiados, de modo a que se formassem verdadeiros agentes económicos privados. E os primeiros exemplos dessa nova mentalidade experimentalista e pragmática, vão surgindo.

Nicolau Maria Raposo do Amaral, de quem já falamos, foi neste período o mais activo empresário micaelense, associando os negócios do comércio externo com a actividade industrial e a extensa plantação de matas de corte. Mas há exemplos de experiências de menor extensão feitas com várias exóticas úteis, destinadas a aplicações industriais e comerciais. É o caso do chá, do tabaco¹⁹¹, das amoreiras para a cultura do bicho da seda¹⁹² ou de uma outra interessante experiência, levada a cabo

¹⁸⁹ A preocupação pedagógica neste campo consiste em persuadir os povos das vantagens que têm na produção de determinadas culturas, sem que a isso sejam obrigados. A título de exemplo citamos o que diz o alvará de 6 de Setembro de 1799 a respeito da plantação de pinheiros e outros matts e arvoredos: "...mando que o governo de acordo com as Câmaras e ouvindo primeiro os seus votos, que devem ser livres e sem nenhum constrangimento, pratique o mesmo a respeito dos terrenos baldios se as Câmaras e os povos nisso convierem." A.H.U., "Açores", cx.30, doc.12.

¹⁹⁰ Cf. "instrução para o conde de Almada" 16-9-1799: A.H.U., "Açores", cx.30, doc.19.

¹⁹¹ As primeiras experiências feitas com a planta do tabaco devem-se a Vicente José Ferreira Cardoso da Costa (1765-1834). Nascido na Baía, formou-se em Leis pela universidade de Coimbra em 1785, tendo ascendido a posições importantes no ensino da Jurisprudência e no desempenho de cargos administrativos. Em 1810 é deportado para os Açores, vítima da Setembrizada. Reside primeiro na ilha Terceira, passando depois para S.Miguel onde casa com a morgada Helena Vitória Machado de Faria e Maia em 1815. Nas propriedades vinculadas dos Faria e Maia, tanto em Ponta Delgada, como no Cabouco e Nordeste, desenvolve inúmeras experiências com árvores silvestres (entre elas Cedros do Bussaco e Pinheiros) e com a planta do tabaco, experiência que seria muito bem sucedida. Os privilégios concedidos à produção do continente impediram no entanto o desenvolvimento desta indústria até aos anos de 1860, altura em que José Bensaúde e José Jácome Correia fundam a primeira fábrica de tabaco.

¹⁹² ver nota anterior.

pelo morgado João de Arruda Botelho e Câmara¹⁹³ para a produção de óleo de ricino a partir da plantações de *Mamonas*.

Com um espírito que podemos já considerar iluminista, o morgado João de Arruda, regista os vários passos dessa experiência. Para o industrial na produção do óleo, convidou para a sua propriedade da Ribeira Grande "um paulista chamado Manoel de Sampaio que esteve n'esta casa oito dias para me ensinar a fazer o azeite", tal como se fazia no Brasil. A experiência resultou pois, como assegura o morgado Arruda, "Já fiz almudes d'azeite e faço óleo de ricino melhor que o que se vende nas boticas que vem de fóra..."¹⁹⁴.

Também do Brasil vieram as primeiras plantas do chá. Em 1799 o Príncipe Regente D. João pedia ao Governador Geral uma remessa de plantas de chá que ao tempo vegetavam na ilha Terceira, remessa que lhe seria enviada dois anos mais tarde. Outras notícias indicam também a sua existência em S. Miguel, numa quinta do morgado João Soares de Albergaria nas Capelas, com plantas trazidas do Brasil. Um pouco mais tarde, sabe-se que era cultivado nas Calhetas por Jacinto Leite, um homem que havia desempenhado o cargo de comandante da guarda real na corte do Rio de Janeiro¹⁹⁵.

As estreitas relações que o arquipélago mantinha com o Brasil, por razões comerciais e pela forte emigração açoriana para essa colónia portuguesa, foram seguramente responsáveis pela introdução nas ilhas de muitas outras espécies exóticas. De resto, o conhecimento da flora e produções naturais brasileiras merecia o maior interesse por parte dos naturalistas europeus. Depois da fixação da corte no Brasil, fundaram-se aí os primeiros jardins botânicos, entre eles o do Rio de Janeiro (1808) e o Real Jardim de Lagoa de Freitas, criado a partir de uma colecção de plantas exóticas de Luis de Abreu¹⁹⁶. Reunir colecções de história natural tornara-se uma moda estendida a nacionais e estrangeiros. Exemplo disso é a "preciosíssima colecção de história natural" que Tomas Ashe mostrou em S. Miguel quando, em 1811, chegou à ilha vindo do Brasil¹⁹⁷.

¹⁹³ João de Arruda Botelho da Câmara (1774-1845), foi um activo agricultor, tendo desenvolvido várias experiências e plantações nas terras vinculares que possuía no pico Arde da Ribeira Grande. O seu nome está ainda ligado a um importante manuscrito dedicado às instituições vinculares e árvores de costado. Dos "mais notáveis factos genealógicos" mandou fazer um registo epigráfico em 16 pedras basálticas que colocou no coro e varandas da sua capela do Pico Arde (hoje parte do espólio do Museu Carlos Machado).

¹⁹⁴ Excerto de "notas e Memórias" do morgado João de Arruda, publ. no *Archivo dos Açores*, vol. XIII, 1983, pp. 516-18.

¹⁹⁵ Sobre a introdução do chá nos Açores, consultar o artigo "chá" do *Dicionário de História de Portugal*, vol. II, 1985, pp. 47-48.

¹⁹⁶ Notícia fornecida numa carta de João Gomes da Silveira Mendonça, datada de 30 Julho de 1812 e publicada no *Investigador Português em Inglaterra*, vol. XIII, 1815, p. 523.

¹⁹⁷ Esta colecção foi vista e apreciada em S. Miguel por Francisco Borges da Silva, merecendo-lhe a única nota elogiosa a Thomas Ashe, autor de um livro sobre os Açores que Borges da Silva considera cheio de falsidades e imprecisões, escrito apenas na mira de "pagar as despesas da viagem", in *O Investigador Português em Inglaterra*, vol. XII, 1815, p. 361.

Todas estas experiências com exóticas (onde se incluíam também algumas espécies ornamentais) levadas a cabo durante os finais de Setecentos e começos de Oitocentos, não tiveram um alcance imediato, quer na indústria quer na arte dos jardins. Esse alcance só viria a verificar-se mais tarde, durante a segunda metade do século XIX, já então numa outra conjuntura política e social. Mas a promoção das produções úteis, teve uma outra consequência a curto prazo: o incremento da cultura da laranjeiras, “de modo a que possam ser em poucos anos objecto de exportação”¹⁹⁸. O ideário político pombalino, com a sua aposta no desenvolvimento agrícola propiciou, sem dúvida, as condições para que os grandes proprietários investissem directamente na produção da laranja. Caberá pois aos pomares de espinho e não às matas de corte, a primeira grande acção de florestação da ilha de S.Miguel. Estes pomares, garante ainda em 1825 Mousinho de Albuquerque, são os únicos que em S.Miguel merecem o nome de bosques¹⁹⁹.

¹⁹⁸ Nas experiências pessoais de Diniz Gregório de Melo e Castro, feitas com grãos e árvores silvestres e fruteiras, reservava-se já um lugar especial para a cultura da laranjeira. Uma carta deste governador para o ministro do Ultramar atesta a protecção que a laranjeira lhe merecia - cf. A.H.U., “Açores”, maço 15. Apud. José Guilherme Reis Leite, ob.cit., p.161. Também nas “instruções particulares” ao conde de Almada se insitia no “fomento das plantações de Pomares de espinho” (...) de maneira que possam ser em poucos anos objecto de exportação”- A.H.U., “Açores”, cx.30, doc. 19

¹⁹⁹ Luis da Silva Mouzinho de Albuquerque, *Observações sobre a Ilha de S.Miguel: Recolhidas pela Comissão Enviada à Mesma Ilha em Agosto de 1925, e Regressada em Outubro do Mesmo Anno*, 1826, p.D2.

II. UM *TOPOS* NOVO: DAS QUINTAS DE LARANJA ÀS QUINTAS DE REGALO DA BURGUESIA LIBERAL

1. *As quintas de laranja*

Quem resolver passar em revista alguns dos relatos de viagem, escritos sobre a ilha de S.Miguel na segunda metade do século XIX, encontrará certamente descrições das *quintas* da ilha. Verificará então que estas constituíam uma figura da propriedade muito *sui generis*.

Uma porção de terreno de formato regular (geralmente rectangular) era atravessada por dois caminhos em cruz e preenchida, no restante, por uma malha ortogonal de sebes vivas, chamadas *abrigos*, formando o que na ilha se designa por *quartéis* de laranja. Cada quadrado não teria mais de 40 a 50 m de lado e ocuparia uma área com 7 a 10 ares de superfície, onde eram plantadas as laranjeiras a espaços regulares na disposição de *quincunce*. Este processo permitia uma boa protecção das árvores de espinho contra os ventos oceânicos que frequentemente assolam a ilha, com predominância de nordeste, e ao mesmo tempo, não impedia a entrada de luz e circulação do ar no interior dos *quartéis*. Em toda a volta do recinto, erguia-se um muro de pedra vulcânica, com cerca de 5m de altura, guarnecido no interior, por outra ordem de *abrigos* talhados a prumo, normalmente de incenso - *Pittosporum undulatum*.

Esta *quinta* não passava de um espaço de cultivo votado à plantação de laranjeiras. Quer aparecesse isolada na paisagem ou agregada a um conjunto mais vasto da propriedade, a quinta significava estritamente o pomar de laranjeiras. Assim, nos registos para partilhas, vendas ou aforamentos incluídos nos livros notariais, aparecem-nos tanto inscrições de propriedades muito reduzidas, com cerca de 1/2 alqueire de "terra plantada de quinta", como também, outras muito mais extensas, onde a descrição das parcelas inclui casas, jardins, *cerrados* ou corpos de terra lavradia, matas e *quinta*. Em qualquer dos casos, portanto, a quinta aparece registada com a mesma designação específica que a associa ao laranjal¹.

¹ A mesma vinculação é testemunhada pelos visitantes estrangeiros que traduzem o termo *quinta* por *orange gardens*.

O que parece estranho nesta acepção de quinta, é não só a ausência das determinações paisagísticas que costumam identificar a quinta de recreio - composta normalmente por um agregado que inclui a casa de habitação, os pátios, os jardins e a horta, os campos de cultivo, as vinhas, etc. - como, decorrente da primeira, o facto de estar destituída da sua vocação recreativa². O verbo latino "recreare", enquanto sinónimo de restaurar, restabelecer, renovar...³, justifica o *otium fecundo* que atravessa a arte dos jardins como uma das atribuições fundamentais do seu uso, sem o qual não há fruição ou contemplação estética.

Se recuarmos até aos finais do século XVI apercebemo-nos, apoiados sobretudo em Gaspar Frutuoso, de que a quinta açoriana não se afastava muito da tradição post-renascentista da *quinta de recreio* portuguesa. Esta envolve todo um conjunto de elementos da paisagem agrária e coloca uma parte substancial do deleite no acompanhamento da actividade produtiva. Nessa actividade revela-se o poder demiúrgico da mão do homem no ordenamento e disciplinarização da natureza, o que resulta, aliás, da estruturação da ideia de natureza subordinada ainda ao princípio clássico do *utile dulci*.

Pela análise que desenvolvemos para o capítulo anterior, ficamos a saber que esse carácter recreativo das quintas micaelenses não se perde ao longo da época moderna. Muito pelo contrário, acentua-se a tendência para fazer da quinta um bem de luxo, já que, como pretendia Nicolau Maria Raposo do Amaral no processo de aquisição da quinta de Nossa Senhora da Glória em 1779, aquela só serviria "para meu divertimento, ficando bem persuadido que não tenho outro objecto para pertendella, porque alem da sua antiguidade não he de rendimento solido(..)"⁴. Cada vez mais identificada com a casa de campo, a quinta passa a ser, essencialmente, um local de refúgio votado ao prazer das delícias campestres - embora sempre situadas em zonas peri-urbanas -, para o qual os mais abastados se dirigem nos meses de verão. Muito embora o pomar constituísse um dos atributos quase imprescindíveis da quinta, não podemos atribuir, de modo algum, uma vinculação desta, àquele.

É só a partir do primeiro terço de Oitocentos, que o laranjal, até então chamado "pomar", "jardim da fruta" ou "bosque de laranjeiras", passa a ser sistematicamente designado por *quinta*⁵. Esta alteração, longe de significar uma moda de linguagem,

² A função de recreio nas quintas portuguesas, garante Ilídio de Araújo, sempre esteve associada à distribuição dos vários elementos da paisagem agrária que, servindo a produção de bens de consumo, simultaneamente se submetia a uma composição paisagística cuidada e tratada de forma a constituir um conjunto agradável para a vista e para os outros sentidos. Cf. *Quintas de Recreio*, "Bracara Augusta", vol. XXVII, tomo I, nº63, (1973), p.325.

³ Apud. Ilídio de Araújo, ob.cit., p.321.

⁴ S.D.U.A., A.N.M.R., cop.C/RAP, vol.I, "Carta a António José Silveira", 30-3-1779.

⁵ A partir da década de 1820 a *quinta* aparece associada ao laranjal, muito embora se note ainda a utilização indiferenciada deste termo, que tanto pode designar a casa de campo, o bosque de laranjeiras ou o jardim. A especialização progressiva da quinta leva a que em 1852 o jardineiro Peter Wallace pudesse já clarificar que a quinta era o nome português dado ao laranjal: "... quintas, the Portuguese name of the orange grounds...". Peter

decorre da importância entretanto adquirida pela cultura da laranjeira no conjunto das produções açorianas. De facto, a conversão de grandes extensões de terreno ocupadas com outras culturas, nomeadamente de vinha, ou votadas ao abandono, em pomares de espinho, constitui a principal alteração paisagista da primeira metade de Oitocentos.

O fenómeno não pode explicar-se fora do quadro da chamada "economia da laranja". Durante um período de mais de 100 anos - desde cerca de 1750 a pouco mais de 1860 - a produção e comercialização intensiva de citinos constituiu a principal actividade económica dos Açores - com destaque absoluto para a ilha de S.Miguel⁶. No dealbar dos anos 50, os laranjais, concentrados apenas na zona central da ilha, ocupavam uma área de 3500 acres, num total de 46900 de solo cultivado (incluindo matas)⁷. Pela mesma altura, o *Dicionário Histórico-Geográfico* calcula que existissem 2000 proprietários de quintas na ilha de S.Miguel, o que faz pensar num número muito superior de propriedades, se considerarmos que os maiores proprietários possuíam para cima de uma dezena de quintas⁸.

Mas, se a função económica justifica a expansão do laranjal, não pode descurar-se o sentido eminentemente estético que atravessa a formação da "quinta de laranja", de tal modo ela se apropria do sentido recreativo que o termo - *quinta* - parece ter sempre implicado. De facto, paralelamente à especialização progressiva do pomar de laranjeiras, assistimos, durante a primeira metade do século XIX, a um movimento de ajardinamento no interior do espaço da quinta, que desencadeou a formação de um novo gosto de matriz romântica, muito ligado ao fenómeno do pitoresco da paisagem. A quinta (entenda-se quinta de laranjas) foi sem dúvida o principal agente dessa operação, aparecendo investida das funções de embelezamento, ostentação e deleitamento, capazes de a transformar em objecto de fruição estética. Ao *laranjal* substituiu-se a *quinta de regalo*.

1.1. A laranjeira na tradição do jardim

Na constituição temática subjacente à formação das quintas de regalo, o facto do *negócio* se fazer com laranjas em vez das tradicionais culturas do trigo, do pastel, do

Wallace, *Gardens and Orange Grounds of St. Michael*, "Journal of the Horticultural Society of London", nº1, 3rd. serie (1852), p.248.

⁶ O estudo mais completo e aprofundado sobre a economia da laranja insere-se na tese de doutoramento de Fátima Sequeira Dias apresentada à Universidade dos Açores em 1993 com o título: *Um percurso de sucesso numa economia periférica: A Casa Bensaúde e os Açores. 1800-1873* (inédito).

⁷ Cf. Gabriel de Almeida, *Dicionário Histórico-Geográfico*, 1893, p.24.

⁸ A título de exemplo registamos que António José de Vasconcelos nos papéis da sua administração para os anos de 1853-4, incluía o rendimento de 15 quintas de laranja (Arquivo de Luis Manuel Agnelo Borges); de igual modo, nos livros de registos prediais de Ponta Delgada, encontram-se os títulos de inúmeras quintas pertencentes aos maiores proprietários da ilha. No conjunto das propriedades imobiliárias e foros, registam-se 170 propriedades em nome do barão de Fonte Bela; 139 de André Alvares Cabral, 97 de António José de Vasconcelos, 82 do visconde das Laranjeiras e 80 do visconde da Praia. As maiores e melhores quintas pertenciam-lhes. Ver também n.145, infra.

linho ou da batata doce, não é de forma nenhuma indiferente. A laranja transporta consigo uma carga poética e literária ancestral, com correspondências evidentes na ideia de Jardim.

Na tradição grega, o Jardim dos Deuses, onde Zeus se havia unido a Hera, era um lugar longínquo e indefinido, mas nem por isso desabitado ou fora do alcance dos homens. Para o genealogista do século V a.C. Ferecides de Atenas, o Jardim onde Hera plantara os pomos de ouro que as Hespérides ciosamente guardavam com a ajuda da serpente, ficava junto de Atlas, para lá do rio Oceano⁹. Do mesmo modo Eurípides, no *Hipólito*, situa o Jardim das Hespérides nas margens dos confins da Terra, próximo do lugar onde Atlas segura o céu¹⁰. Esse é um lugar de abundância e deleite para o qual correm nascentes de ambrósia ante o leito nupcial de Zeus.

O século V a.C. uniu o mito das Hespérides, conhecido desde os inícios do período arcaico, ao Jardim sagrado dos amores divinos, dando-lhe as notações topográficas e geográficas que conferem contornos de realidade ao mito. Define-se assim a sua localização a ocidente, bem como os elementos que compõem essa paisagem mítica: as águas correntes (nascentes de ambrósia), os sons melodiosos das ninfas e os frutos de ouro, também agora, e pela primeira vez, identificados com os citrinos. A iconografia destas alterações está já perfeitamente fixada na pintura de uma "hydra" de cerca de 410 a.C., na qual Hércules aparece sentado no monte Atlas rodeado pelas Hespérides. Ao centro da cena está a árvore dos frutos dourados com a serpente enrolada¹¹.

Pela interpretação dos poetas latinos, o mito das Hespérides sai do reino da utopia para viajar no espaço real. A Hespéria para Horácio e Virgílio, é tanto a Península Itálica como a Península Ibérica. Uma outra interpretação, divulgada por Plínio na *Historia Natural*, situa a Hespéria no Norte de África, reafirmando a localização ocidental para que apontava o próprio termo *Hespero*. Esta precisa indicação geográfica perdura ao longo do Baixo Império, de tal forma que ouvimos Orósio, um autor peninsular do século V, marcar o limite ocidental do mundo conhecido no monte Atlas e "Ilhas Afortunadas", nos extremos de África. Citado por Azurara na *Crónica da Guiné*, são as Ilhas Afortunadas (nome por que eram conhecidas as Canárias desde a Antiguidade) que são tomadas por limite ocidental do mundo¹².

Já outros cronistas e viajantes portugueses do renascimento preferem identificar a Hespéria com as Ilhas de Cabo Verde. João de Barros, Duarte Pacheco Pereira e Camões seguem estas indicações geográficas do mito, idealizando as condições físicas

⁹ Para a origem e evolução do mito das Hespérides ver: Maria Helena da Rocha Pereira, (*) Jardim das Hespérides*, in *A Simbólica do Espaço: Cidades, Ilhas, Jardins*, 1993, pp.17-28.

¹⁰ No *Hipólito* o coro canta as belezas do jardim das Hespérides, situado a ocidente. Cf. *Hélade: Antologia da Cultura Grega*, trad. do original por Maria Helena da Rocha Pereira, 1963, pp.270-1.

¹¹ Maria Helena da Rocha Pereira, *Estudos de História da Cultura Clássica*, vol I, fig.76,p.527.

¹² Cf. Luis de Albuquerque, *Introdução à História dos Descobrimentos*, p.120.

e climatéricas daquele arquipélago para assim admitirem a existência dos componentes míticos do jardim das Hespérides¹³.

Para além desta interpretação, utópica, que vive na tradição literária, a herança clássica do Jardim das Hespérides, conheceu uma outra via, concreta, a que está ligada a construção do jardim mediterrâneo. Cellio fala da viagem do *Citrus* das montanhas da Mauritânia para a Média¹⁴, depois para a Grécia e daí para Itália. A história botânica no século passado apontava geralmente para a difusão da laranjeira na Europa Meridional, a partir do século II, tendo-se tornado desde então "objecto de utilidade, de regalo e até de luxo"¹⁵. Mas já antes disso, Plínio o moço, menciona a importação de citrinos pelos patrícios romanos, que os plantavam em vasos dos jardins das *villae* da Campânia¹⁶. Alguns frescos de Pompeia, bem como as pesquisas arqueológicas que W. Jashemski levou a cabo nas cidades do Vesúvio - revelando a existência de traços de raízes de citrinos em alguns vasos de jardins - corroboram a informação dispensada por Plínio¹⁷.

Por seu turno os árabes, no seu avanço para ocidente, não só foram os grandes intérpretes do jardim persa, como os maiores difusores do jardim romano. Está documentada a utilização decorativa que faziam da laranjeira no interior dos pátios, aparecendo o primeiro exemplo conhecido no *Pátio de los Laranjos*, junto à mesquita de Córdoba¹⁸. A sua longa permanência na Península Ibérica, terá sido determinante para a difusão da laranjeira em todo o sul mediterrânico e em especial na Península onde, com muita frequência, aparece no interior dos *hortos* medievais. Desta forma, a laranjeira passou a constituir uma presença obrigatória nos jardins e quintas portuguesas, até ao século XVIII, pelo menos¹⁹.

Na transferência cultural do sul para o norte, os amantes do jardim transportaram consigo o favor pela laranjeira. Um dos primeiros teóricos ingleses de jardins, Sir Thomas Hanner (1612-1678) dedica parte do seu *Garden Book* (1659) "à mais distinta das "greens", recorrendo sobre as várias espécies de laranjeiras existentes em Itália e em Portugal²⁰; No *The Dutch Garden* (1711) Van Oosten afirma que no "âmbito da jardinagem não existe outra planta ou árvore que sustente um tão profundo e extenso prazer" pois, justifica, durante todo o ano a laranjeira ostenta o verde das suas folhas,

¹³ É esta a conclusão a que chega Maria Helena da Rocha Pereira no citado estudo: *o Jardim das Hespérides*.

¹⁴ Alguns botânicos do século passado admitiam por isso que a espécie original da laranjeira fosse o *Citrus medica*, indígena dessa região montanhosa a norte do Irão, integrada no antigo império persa. Cf. Edmond Goeze, *Citrus*, "Jornal de Horticultura Prática", vol.6, pp.133-7.

¹⁵ *Almanack Rural para 1853*, p.139.

¹⁶ Plínio, *Letters*. Apud William Howard Adams, *L'Art des Jardins*, 1992, p.42.

¹⁷ Wilhelmina F. Jashemski, "The Campagna Peristyle Garden", in *Ancient Roman Gardens*, 1981.

¹⁸ Cf. Helder Carita, *Tratado da Grandesa dos Jardins em Portugal*, 1988, p.27.

¹⁹ Helder Carita fornece numerosos exemplos da existência de laranjeiras nos jardins portugueses desde o período medieval e até ao final de Setecentos. Ob. cit., passim.

²⁰ De todas as espécies conhecidas Hanner salienta a laranja da China trazida pelos portugueses e já então muito apreciada em Inglaterra. Apud. Miles Hadfield, *A History of British Gardening*, 1985 (1ª ed:1960), pp.100-1.

o agrado da sua forma e figura, a fragância das suas flores ou o brilho dourado dos seus frutos²¹.

Segundo dados de arquivo, Lord Burghley e Sir Francis Carew, de Beddington, Surrey, foram os primeiros jardineiros ingleses a cultivar alguns pés de laranjeira, trazidos de França em 1562. Estas árvores, de acordo com John Evelyn (1620-1705) foram "plantadas em céu aberto e protegidas no Inverno por um tabernáculo de tábuas aquecidas por meio de um fogão"²². Mesmo protegidas, dificilmente frutificavam, pelo que as sociedades de horticultura concediam prémios especiais aos jardineiros capazes de produzir fruto das laranjeiras. As experiências levadas a cabo com essa cultura disseminaram um tipo muito comum aos jardins centro e norte-europeus, as *orangeries*.

Variando na forma e no tamanho, as *orangeries* - funcionalmente precursoras das estufas e ambientes aclimatados - constituíam pavilhões de jardim em alvenaria e vidro, destinadas a abrigar dos rigores do inverno as preciosas árvores. Metidas dentro de caixotes e alinhadas ao longo de socacos - tal como eram vistas nos jardins italianos -, as laranjeiras podiam ser trazidas para o ar livre nos meses de verão, onde formavam extensas alamedas ou composições geométricas em recinto próprio²³.

Mas a seu sucesso não se limita aos jardins renascentistas, maneiristas e barrocos, continuando presente nos séculos XVIII e XIX. No novo plano de Twickenham, idealizado por Pope e desenhado por Kent - esse marco do jardim paisagista inglês - havia ainda lugar para uma *orangery*. Do mesmo modo, William Chambers não prescindiu da *orangery* nos desenhos que fez para Kew, por volta de 1761. Até finais do século XIX as longas avenidas de laranjeiras patentes nos jardins das Tulherias e Versailles, constituíam motivo de admiração e modelo para a construção das *vistas*²⁴ - tratadas enquanto eixos longitudinais e pontos privilegiados na perspectiva interna do jardim, na esteira da boa tradição do jardim inglês de Seiscentos. Quando, por volta de 1820, a moda das *villas* italianas se instala em Inglaterra, a grande dificuldade residiu inicialmente, na impossibilidade de cultivar laranjeiras no exterior. O problema foi resolvido de forma insólita recorrendo a falsas laranjeiras ('mock oranges'), para o que serviam os loureiros de Portugal, educados de forma a comporem uma copa redonda. Foi a este artifício que recorreu o famoso arquitecto do *Cristal Palace*, Joseph Paxton, no novo arranjo implementado em Chatsworth por volta de 1839.²⁵

²¹ "In all the compass of gardening there is not a plant or tree that affords such extensive and lasting pleasure..." Cit. por Kenneth Lemmon, *Orangery*, in *The Oxford Companion to Gardens*, 1986, p.410.

²² "...planted in the open ground and sheltered in winter by a tabernacle of boards warmed by means f stoves...", Idem. p.409.

²³ Em Versailles um desses recintos com composições geométricas de laranjeiras, vê-se numa gravura de Perelle de cerca de 1678. Na Alemanha, este tipo de recintos adquire grande popularidade sendo escolhidos para a realização de concertos, teatros e outros eventos culturais.

²⁴ Cf. *O Panorama*, vol 5, 1841, p.249.

²⁵ Cf. Brent Elliott, *Victorian Gardens*, 1986, p.75.

Estas e outras referências que poderiam aduzir-se, ajudam a perceber o favor que a laranjeira mereceu enquanto árvore especialmente dotada de um poder ornamental. Facto que se fundamenta não só no mito antigo como, também, na frescura das suas copas sempre verdes, na qualidade pictórica dos frutos, no cheiro e no sabor agradáveis, características tão facilmente associadas à ideia de jardim.

Mas os Açores parecem estar afastados de todos os principais circuitos culturais onde a laranjeira adquiriu significado especial. Apesar de serem as ilhas mais ocidentais da Europa, nunca lhes foi imputada qualquer relação com a Hespéria²⁶. Milton no livro IV do *Paraíso Perdido* serve-se destas ilhas para construir uma metáfora do ocidente mas não faz qualquer alusão ao jardim das Hespérides:

(...)

And Uriel to his charge
Returned on that brigh beam, whose point new raised
Bore him slope downwards to the Sun, now fallen
Beneath the Azores; whether the prime orb,
Incredible how swift, had thither rolled
Diurnal; or this less volúbil Earth
By shorter flight to the East, had left him there,
Arraying with reflected purple and gold
The clouds that on his wester thron attend

Mais ainda, do ponto de vista das condições naturais, os Açores não possuíam nem o clima nem os solos mediterrânicos adequados à cultura da laranjeira. A formação vulcânica das ilhas, associada a um clima temperado marítimo, pouco ensoalhado e muito húmido, não favoreciam as culturas tipicamente mediterrânicas, como ficou provado desde os inícios do povoamento quatrocentista, com as tentativas para a introdução da trilogia do "pão, vinho e azeite", só amplamente sucedida no caso do trigo. Mas, apesar de todas as decepções, a laranjeira vingou e determinou um uso e um aproveitamento específicos. Sigamos o percurso e as vicissitudes sofridas por essa cultura.

1.2. "Economia da laranja"

A primeira menção conhecida da existência de laranjas nos Açores, data de 1524 e vem expressa no testamento de um Pedro Corrêa, que morreu no lugar de Agualva na ilha Terceira, deixando a cada um dos seus quatro filhos, "3 laranjeiras do pomar de Agualva"²⁷.

²⁶ Em nenhum dos textos conhecidos, anteriores ao século XIX, encontramos qualquer referência aos jardim das Hespérides associado aos Açores.

²⁷ Cf *Nota histórica sobre a cultura da laranjeira doce em Portugal e nos Açores*, in *Archivo dos Açores*, vol.III, p.355.

Não seriam certamente laranjas doces ou laranjas da China (*Citrus sinensis* (L.) Osbeek), visto que estas só foram introduzidas na Europa, muito provavelmente pela mão de D. João de Castro, que em 1543 as trouxe de Goa para a sua quinta da Penha Verde²⁸. A fortuna da “laranja doce” foi imediata, de tal forma que “Dez anos após o seu sucesso de transplantação para Lisboa, a laranja doce da China, foi cultivada nos jardins do Vaticano onde era conhecida por Laranja de Lisboa”²⁹. No final do mesmo século, o Dr. Gaspar Frutuoso noticia a existência de 107 laranjeiras no pomar de Jorge Nunes Botelho, na quinta de Rosto do Cão, das quais, diz-se, sobreviveram algumas até 1830³⁰. Tratar-se-ia já do *Citrus sinensis*? Não o sabemos, embora o facto de terem sido comercializadas até tão tarde possa fazê-lo supôr.

A primeira menção explícita à laranja da China é feita posteriormente, por Frei Agostinho de Mont’Alverne, nas *Crônicas da Provincia de S.João Evangelista das Ilhas dos Açores*, de 1695. Aí refere como “A fruta que davam as árvores era tanta que carregavam navios para a Terceira e mais ilhas, e ainda hoje, de laranjas da China e peros podem fazer o mesmo”³¹. A laranja aparece aqui já associada à comercialização, o que indicia algum excedente. No mesmo sentido, Francisco Afonso de Chaves e Melo na sua *Margarita Animada* (1723), anuncia a existência de

laranjas da China, cujas arvores são tão grandes, e copiosas de fructo, que ha muitas que dão cada ano mais de seis mil laranjas muito gradas, sumarentas e de gosto muito singular. Destas [continua] se tem navegado para França e Inglaterra, e se podem todos os annos carregar muitas embargações a fôra a muita quantidade que se gasta na terra.³²

Acrescenta que disso pode dar prova através do rendimento dos dízimos da ilha. Por seu turno, os livros da Alfândega de Ponta Delgada reproduzidos n’*O Cultivador*, noticiam a primeira exportação de laranjas para o Reino Unido, em 1751, com o embarque de “3 1/3 caixas grandes para o porto de Cork, na Irlanda”³³.

Os carregamentos de que nos fala Chaves e Mello, referem-se, muito provavelmente, à utilização da laranja para “refresco” das tripulações e a alguma carga adicional que seria levada para os portos de destino. De facto, o desenvolvimento da marinha mercante inglesa e a facilidade das ligações comerciais com o Brasil decorrente do tratado luso-britânico de 1654, fizeram dos Açores um porto de escala muito frequentado a partir da segunda metade do século XVII.

²⁸ Contrariamente à tese tradicional segundo a qual a laranja da China havia sido trazida para Portugal no século XVII por D.Francisco Mascarenhas, Cristina Castel-Branco prova que essa introdução deve-se ao vice-rei D.João de Castro. Cf. *O Lugar e o Significado: Os jardins do Vice Reis*, p.288 segs.

²⁹ Cit. por Cristina Castel-Branco, ob.cit., p.291.

³⁰ Alguns relatos do século XIX registam de memória a longevidade destas laranjeiras. Cf. Edmond Gocz, *A Ilha de S.Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra*, “O Instituto”, 1967,p.23; Frederick Walker, *The Azores or Western Islands*, 1886, p.82.

³¹ Frei Agostinho de Mont’Alverne, *Crônica da Provincia de S.João Evangelista*, vol. II, p.17.

³² Francisco Afonso de Chaves e Melo, ob.cit., p.224.

³³ *O Cultivador*, Ano 1, nº5, 1873, p.139.

Os pomares de espinho devem, no entanto, ter ocupado uma posição perfeitamente subsidiária e marginal no conjunto das produções açorianas, até aos meados do século XVIII. Quando, em 1753, o naturalista Michel Adanson passa pelos Açores no regresso da viagem que o havia levado ao Senegal, refere-se à importância dos jardins para a economia familiar, onde cultivam laranjas, limões, peras, maçãs, figos, romãs e alguns vegetais³⁴. Vinte e quatro anos depois, um outro naturalista, Francis Masson, observa como em S.Miguel "Há nas regiões planas uma quantidade de agradáveis *country seats*, com pomares de laranjeiras, que se estimam as melhores da Europa"³⁵.

Já então se notava uma especialização nos pomares - ainda nas dependências da casa - e a fama da laranja açoriana atravessava fronteiras. A mesma fama que levaria ainda um articulista do *Gardener's Chronicle*, cem anos volvidos, a afirmar que a laranja de S.Miguel, bem conhecida pelo seu volume, casca fina e sabor doce era "a laranja por excelência do Universo!"³⁶ - muito embora estivesse ultrapassado há muito o período áureo dessa produção e a fraca qualidade dos frutos ter-se tornado, então, uma realidade irrecusável.

A substituição das árvores de "diversas pomagens" pela laranjeira, perceptível no decorrer do último terço do século XVIII, conforma-se com os resultados fornecidos pelos estudos económicos, segundo os quais a década de 80 terá sido decisiva para o arranque do negócio da laranja³⁷. Segue-se uma relativa quebra, durante o período das guerras napoleónicas, após o que um impulso definitivo se verifica na década de 1820³⁸. O número de caixas de laranja exportado não mais cessaria de aumentar, até finais de 1860.

Ao que parece, terão sido os ingleses residentes, os primeiros interessados no comércio da laranja e os principais responsáveis pelo desenvolvimento de um tráfego marítimo específico com destino ao arquipélago³⁹, satisfazendo a procura de uma população que, em Inglaterra, não só aumentava em número, como melhorava o seu poder de compra. O mercado interno do arquipélago - pela reduzida dimensão populacional e baixo poder de compra - não justificava os altos níveis de produção atingidos, nem os riscos próprios do comércio internacional da laranja tornavam apetecíveis, nos seus primórdios, as iniciativas dos negociantes locais. Mas, como veremos, não foi essa a situação no campo da produção.

³⁴ "they have a considerable dependence upon their gardens...", Michel Adanson, ob.cit., p.230.

³⁵ "there are in the plains a number of pleasant country seats, with orchards of orange trees, which are esteemed the best in Europe", Francis Masson, ob.cit., p.603.

³⁶ *Gardener's Chronicle*, 24-10-1874, reprod. n.º *O Cultivador*, n.º16, 1874, p.653.

³⁷ Cf. Sacuntala de Miranda, *O ciclo da laranja e os "gentlemen farmers" da ilha de S.Miguel: 1780-1880*, p.12

³⁸ Cf. Sacuntala de Miranda, ob.cit., p.18; Fátima Sequeira Dias, ob.cit., cap.3, especial pontos 3.2.2. e 3.2.3.

³⁹ Fátima Sequeira Dias, ob.cit., pp.232-3.

Laranjas e limões constituíam os frutos natalícios por excelência, durante o chamado "período vitoriano". Alguns navios fruteiros vinham do Mediterrâneo - nomeadamente com limões da Sicília e laranjas de Valência -, mas o grosso da fruta chegava dos Açores. De Novembro a Maio aportavam aos portos ingleses, em média, 200 a 300 veleiros carregados com as famosas "St. Michael oranges". Ao grito de "Ripe St. Michaels!" iam sendo desembarcadas as caixas de laranjas que se iriam amontoar "em todas as montras de todas as ruas das grandes e pequenas cidades inglesas, sem excepção, e empilhadas nos balcões de todas as locandas de aldeia, nas mais afastadas regiões."⁴⁰ Um viajante inglês que navegava na escuna fruteira de Mr. White of Cowes, saída da ilha de Wight em direcção ao arquipélago, comentava à vista da ilha:

A expressão -S. Miguel- encontra-se nas nossas mentes tão fortemente associada com a ideia de laranjas sumarentas e doces, que nos sentimos inclinados a formar da ilha um conceito mais relacionado com o paladar do que com as belezas rústicas...⁴¹.

A presença da laranja na dieta alimentar inglesa assume-se como uma moda generalizada a todas as camadas sociais, tornada possível devido ao seu baixo preço, por vezes ainda inferior ao das frutas domésticas. Num artigo da *Peny Encyclopaedia*, de 1837, vem expressa a preferência pela fruta dos Açores, especialmente a de S. Miguel, considerada inexcédível. Entre os anos de 1836-38, as entradas anuais no mercado inglês cifraram-se numa média de 260 000 caixas (com 700 frutos cada)⁴². Destas, a percentagem de citrinos provenientes do arquipélago, no conjunto das importações pelo Reino Unido, variaram de 1841 a 1850, entre 32 e 50%.⁴³

O tráfego fazia-se em escunas veleiras de pequena tonelagem expressamente destinadas a esse comércio, transportando uma carga média de 700 caixas. Construídos pelos grandes armadores dos principais portos ingleses - Londres, Southampton, Liverpool e Bristol - estes navios eram fretados pelos comerciantes estabelecidos na ilha ou, mais raramente, directamente construídos por estes.

No relato que nos deixou o americano Webster, de visita à ilha entre 1817-18, ficamos a conhecer o papel desses comerciantes :

o comerciante que pretende embarcar fruta emprega um certo numero de homens [chamados os 'cabeças do rancho'], durante o tempo da laranja, os quaes conhecem bem todas as quintas na ilha, e cuja obrigação é informar o patrão do estado e valor de qualquer pomar que ele tencione comprar. Para este fim os homens vão ver as quintas, e devido a uma longa pratica são capazes

⁴⁰ Joseph e Henry Bullar, ob.cit., p.88.

⁴¹ Idem, p.10.

⁴² Cf. "Orange", in Dictionary of Science, Literature and Art, 1842.

⁴³ Cf. Fátima Sequeira Dias, ob.cit., vol.II, p.449.

de formar opinião muito aproximada da qualidade e provável quantidade da fruta, mesmo quando ainda nas árvores⁴⁴

A este processo chamava-se "comprar fruta no ar", o que implicava grande risco, pois que

os calculos do comerciante, como o preço que elle deseja dar pelo fruto, são baseados muitas vezes simplesmente na informação d'estes homens, que d'isso o fazem sciente e que acceita ou rejeita o contrato proposto, conforme o estado do mercado o justifique.⁴⁵

O proprietário deixa de se preocupar com o pomar a partir do momento em que este fica contratado. Se os temporais destruírem as colheitas, o comprador sofrerá uma grande perda; caso contrário, é provavel que consiga um preço bastante compensatório pelo facto de ter os contratos estabelecidos antes da estação de embarque. Todas as fases posteriores ficarão ainda por sua conta, desde a apanha, à embalagem, transporte e embarque.

Quando o barco chega ao porto:

Os 'cabeças' dos comerciantes recebem ordem de juntar os seus 'ranchos' ou bandos de assistentes, compostos por homens e rapazes. De manhã cedo dirigem-se à loja do patrão, onde se fazem as caixas das frutas ou onde se guardam prontas para uso; todos os homens teem cada um o seu burro, o qual carregam com 6 a 8 caixas, e d'ali vão para as quintas, às vezes a algumas milhas de distância.⁴⁶

Uma vez no laranjal - contam-nos os irmãos Bullar - "bandos de crianças" empoleirados nas árvores apanham os frutos enquanto a seu lado, "grupos joviais de homens e rapazes" se encarregam da embalagem "sentados em montes de camisas ou folheto de milho seco, em que cada laranja [é] envolvida antes de ser colocada na caixa". Todas estas operações são feitas com incrível rapidez, acompanhadas por um "continuo e rápido tiroteio de ditos maliciosos"; à cena assistem os vários burros que "pacientemente [deixam] descair as cabeças por baixo dos ramos das faias, em forte contraste asinino com os activos trabalhadores, comendo as folhas secas ou zurrando, enquanto lhes não é chegada a vez de receberam a carga."⁴⁷ Chegado esse momento

cada jumento carrega duas caixas de laranja, presas por meio de cordas atadas em forma de oito, bem seguras com correias por debaixo da barriga do animal. O burreiro toma então a verdasca, pica o burro e vociferando o eterno 'sacáiôo' ['passa cá asno'] põe-se a caminho da cidade.⁴⁸

⁴⁴ John Webster, *A Description of the Island of St. Michael*, 1821, trad. por Cesar Rodrigues in *Archivo dos Açores*, vol XIII, p.151.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Idem*, p.152.

⁴⁷ Joseph e Henry Bullar, *ob.cit.*, p.56 e 57.

⁴⁸ *Idem*, p.58.

A organização comercial do produto durante o primeiro período - compreendido grosso modo entre 1750 e 1830 - encontrava-se rigorosamente controlada por mãos estrangeiras⁴⁹. Dados estatísticos da Alfândega de Ponta Delgada informam-nos que, para o ano de 1800, 93.6% dos exportadores de laranja são estrangeiros; em 1810 a percentagem situa-se nos 88% ; em 1820 desce para 78.6% ; e em 1830 para 67.3%⁵⁰. O volume de negócios implicado decresce, no entanto, a uma taxa mais alta, de tal forma que, a partir dos anos trinta, são os agentes locais, em número reduzido, que passam a controlar o "negócio da laranja". Inicia-se a segunda fase na organização comercial do negócio, liderada por um pequeno grupo de poderosos capitalistas que, para além da actividade comercial e financeira (onde se incluem os empréstimos de dinheiro), são também grandes proprietários fundiários⁵¹. Depois de 1845, quando é fundada a primeira "Companhia Exportadora de Laranja" - seguida por outras três nos anos seguintes - os produtores defendem os seus interesses comerciais das especulações dos negociantes, reestruturando profundamente a organização comercial do ramo .

Mas o que caracteriza todo o longo período de implantação da "economia da laranja" é, sem dúvida, a separação entre as esferas *produtiva e comercial*. Os interesses dos produtores separavam-se, então, do dos comerciantes, que compravam o produto dos pomares aos morgados, "sendo pequeno o numero dos naturais que queiram meter-se nestas especulações"⁵²

Mesmo na esfera da produção há resistências e a conquista dos laranjais no espaço da paisagem agrícola não é, de forma alguma, imediata. Só as exigências sempre crescentes do mercado inglês admitiriam a sua expansão, numa linha evolutiva de hesitações e fracturas que parece estar marcada por três fases ou momentos de aceleração: a primeira, notada no decurso do último quartel de Setecentos, com a especialização dos pomares junto à casa de residência; a segunda, dominante até à década de 1820, quando se torna patente a expansão dos laranjais para os terrenos de vinha do litoral; finalmente, o movimento decisivo de implantação da cultura intensiva da laranjeira, com os arroteamentos de baldios e incultos verificados a partir dos anos

⁴⁹ No citado estudo de Fátima Sequeira Dias, a autora divide a época da laranja em três fases, coincidindo o fim da primeira fase com queda do predomínio estrangeiro na comercialização do produto. Cf. Vol.I, p.253 e segs.

⁵⁰ Apud. Fátima Sequeira Dias, ob.cit., p.255.

⁵¹ Entre estes pontificava Jacinto Inácio Rodrigues da Siveira de quem falaremos adiante. Thomas Hickling Jr. diz dele numa carta escrita em 1848: "...o Sr. Jacinto Inácio Rodrigues da Siveira (agora Barão de Fonte Bela) herdou importantes bens em terras e dinheiro e meteu-se no comércio da laranja. Os seus meios permitiram-lhe monopolizar de tal forma o negócio que arruinou todos os mercadores ingleses, alguns definitivamente e outros só conseguiram recuperar quando aumentou a produção da fruta. Cf. *Carta de Thomas Hickling Jr., "Insulana"*, nº2 vol LI (1995), p.192.

⁵² John Webster, ob.cit., p.151.

20 e que deram origem às "quintas novas" ou "quintas de árvores novas", como são designadas nos documentos e registos notariais.

Poder-se-ia perguntar porque foi tão moroso todo este processo. Às resistências encontradas por parte dos produtores locais não são alheias as condições naturais, em alguma medida adversas à cultura da laranjeira. Num artigo escrito alguns anos mais tarde por um jardineiro inglês que trabalhou na ilha, encontramos a reafirmação desta ideia. Esclarece ele numa passagem: "É suposto por muitos que as laranjeiras em S.Miguel cescem espontaneamente, e produzem os seus frutos sem quaisquer cuidados. Nada é mais falso"⁵³. Se alguma resistência dos proprietários locais entronca no conhecido absentismo dos terratenentes - agudizado pelo proverbial imobilismo da sociedade islenha - o acompanhamento desta actividade produtiva não nos deixa dúvidas sobre as dificuldades experimentadas. As operações de preparação do terreno, reprodução das plantas e protecção contra os ventos, envolviam esforços consideráveis e custos avultados que só um longo acumular de experiências permitiu superar.

O capitão Thomas Ashe, que aportou a Ponta Delgada no ano de 1811, publicou uma notícia sobre os Açores na *Quarterly Review* - mais tarde organizada em volume⁵⁴ -, descrevendo-nos as operações preliminares: a lava que cobre o solo é limpa, formando-se muros baixos dentro dos quais se abrem cavidades destinadas a receber as plantas⁵⁵. Por vezes a camada de lava apresentava-se profunda. Nestes casos, havia que fazê-la explodir com pólvora e encher os buracos com terra vegetal trazida dos terrenos mais próximos. Só então poderia ser introduzida a planta. "As laranjeiras - assevera o major Sá Nogueira, em 1827, quando habitou em casa do cônsul inglês na Bella Vista - são cultivadas nestes buracos e no Verão ficam completamente abrigadas dos ventos (...); de cada laranjeira até ao alto da lava há certamente a altura de uma laranjeira."⁵⁶.

De acordo com outros testemunhos, o processo de reprodução fazia-se por mergulhia. Consistia este processo em

dobrar um ramo que é metido na terra até que as raízes se desenvolvam; são então separadas da planta mãe e transportadas para covas forradas de pedra e abrigados com plantio de louro, faia ou giesta até adquirirem vigor suficiente para dispensar esta protecção⁵⁷.

A utilização de faias na protecção das árvores de fruto deve ser muito antiga, porquanto Gaspar Frutuoso menciona já um "fresco pomar, acompanhado e ornado

⁵³ "It is supposed by many that the Orange-trees in St.Michael's grow spontaneously, and produce their fruit without care. This is a mistake", Peter Wallace, ob.cit.,p.249.

⁵⁴ Thomas Ashe, *Azores or Western Islands*, 1813.

⁵⁵ Idem, p. 65.

⁵⁶ Sá da Bandeira, *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*, coord. por José Tengarrinha, 1976,p.59.

⁵⁷ *Gardener's Chronicle*, 24-10-1874. Trad. n' *O Cultivador*, n.º16 (1874). Uma nota esclarecedora do tradutor elucida que "o autor refere-se à cultura feita em terrenos pedregosos e de vinha, mas este systema está hoje abandonado", p.653.

com muitas faias" que havia pertencido a um rico proprietário da vila de Lagoa, o capitão António Lopes de Faria⁵⁸. Em 1824, a plantação de abrigos exteriores não constituía ainda uma prática generalizada, uma vez que Mouzinho de Albuquerque aconselha a utilização de "...massiços, ou paredes de arvoredos, quaes são as que em Portugal formâmos com loureiros, e folhados, e que em toda a Europa se formão com diversas plantas para abrigar as diferentes culturas". O sistema utilizado esgota o terreno e retira o sol e o ar necessários à laranjeira, tornando as árvores protectoras "abrigad[as] em vez de abrigos, e pupillos em lugar de tutores"⁵⁹.

Em 1832, quando esteve nos Açores o jornalista e político Luz Soriano acompanhando a comitiva de D. Pedro IV, os terrenos preferidos para o cultivo da laranjeira continuavam a ser "os bancos superficiais de lava porosa", divididos em *currais* de pedra solta, onde se plantava vinha à mistura⁶⁰. O que significa que as laranjeiras ocupavam, preferencialmente, as terras de *biscouto* do litoral e da plataforma central da ilha, tradicionalmente votadas à vinha; por entre as "árvores de espinho", plantadas irregularmente nas covas abertas na lava, interpunham-se "árvores silvestres" com vista a resolver o problema da protecção contra os ventos.

Este foi, aliás, o principal factor que condicionou a disposição dos laranjais até à utilização sistemática das "paredes de arvoredos" (*abrigos*). Na opinião do geólogo francês Ferdinand Fouqué, que visitou a ilha em 1874, foi "... sómente depois de 1845 que uma disposição normalizada parece ter sido adoptada definitivamente"⁶¹. A leitura de inúmeros relatos e descrições permite-nos fazer recuar um pouco essa data, já que é frequente, durante a década de 30, a referência aos "muros de arvoredos" usados na protecção dos laranjais. As exigências de eficácia e racionalidade impostas pela necessidade de aumento da produção e rentabilidade no espaço dos novos *enclosers* especificamente criados para a cultura da laranjeira, acabariam por determinar uma configuração mais normalizada para a quinta. Não apenas os muros altos em volta do recinto e as "paredes de arvoredos" que o dividiam internamente em quartéis⁶², como ainda a melhoria das técnicas de poda e a disposição das laranjeiras em *quincunce*. A este novo arranjo do espaço corresponde um efeito de regularidade, ordem e cuidado na disposição dos elementos vegetais que facilitou a apropriação de um sentido estético. Ainda submetidos às estruturas funcionais, aproveitam-se os elementos inertes para introduzir alguma adjectivação decorativa.

⁵⁸ Gaspar Frutuoso, ob.cit., Livro IV, vol II, p.59.

⁵⁹ Luis da Silva Mousinho de Albuquerque, *Observações sobre a ilha de S.Miguel...*, 1825, p. D2.

⁶⁰ Simão José da Luz Soriano, *Revelações da minha vida...*, 1860, p. 503.

⁶¹ "...seulement depuis 1845 qu'une disposition normale paraît avoir été adoptée définitivement", Ferdinand Fouquet, *Voyages Géologiques aux Açores*, 1873, p. 3.

⁶² Para os abrigos usaram-se essencialmente faias (*Myrica Faya*) e incensos (*pittosporum undulatum*), mas também foram experimentadas outras espécies como: *Lophostemon australe*, *Eribothrya japonica*, *Cunonia capensis*, *Criptomeria japonica*, *Banksias*, entre outras.

Importa reter em todo este processo, que o desenvolvimento dos laranjais açorianos esteve estreitamente dependente da existência de condições bio-físicas e climatéricas particulares, não tendo por isso beneficiado do cumulado de experiências que informa a tradição mediterrânica do jardim-pomar. Desde a escolha dos terrenos (implicando o terraceamento muitas vezes necessário), às técnicas de rega, de plantio, de poda e de estacamento, muito pouco da experiência testada nos pomares mediterânicos pôde ser aplicada ao laranjal açoriano, que se viu forçado a evoluir segundo um "modus" próprio de soluções e verificações práticas⁶³. A esta condição está ligado, em grande parte, o seu carácter *sui generis*.

2. Ajardinamento das "quintas novas"

O efeito de ajardinamento nas "quintas novas" resulta das exigências de eficácia e racionalidade produtivas, ou seja, de uma funcionalidade que não é determinada por factores de ordem artística. A mesma condição é, aliás, comum aos jardins portugueses, pouco propensos ao desenvolvimento de concepções artísticas muito elaboradas e bastante chegados - como garante Ilídio de Araújo- aos princípios de utilidade e aos condicionalismos funcionais de vária ordem⁶⁴. A introdução de uma certa ordem racional no ordenamento dos componentes da quinta, deve ser entendido - de acordo também com a avaliação coeva - como a garantia de que o domínio técnico permite a superação de um primitivismo pouco aceitável. O aspecto anárquico e selvagem que ressaltava dos laranjais antes da renovação imposta pelas quintas novas, motivara em regra, comentários desfavoráveis por parte dos visitantes mais treinados na apreciação das belezas da paisagem. A falta de gosto e a ausência de arte manifesta nestes recintos, insuficientemente disciplinados, só poderia ser fruto de um sentido estético muito incipiente, defendiam alguns dos estrangeiros que as visitaram. Nenhum esforço é feito para regularizar a distribuição das plantas no interior do recinto, queixava-se Thomas Ashe⁶⁵, pois que "as árvores atingem geralmente uma altura de 15 a 20 pés, sendo plantadas com pouca simetria, e deixadas crescer com demasiada abundância de folhas e vergontas", argumentava. O capitão Boid, no seu etnocentrismo acérrimo, vai mesmo mais longe a ponto de acusar os naturais de

⁶³ Neste aspecto é significativo notar como os processos e técnicas veiculadas por toda uma literatura hortícola dedicada ao Jardim-pomar mediterrânico, não tiveram repercussão prática no plano insular. Referimo-nos a uma série de artigos publicados na *Revue Horticole* ou no *Archivo Rural* que chegavam à ilha mas cujo interesse se mostrou de pouca valia para a experiência local.

⁶⁴ Cf. Ilídio de Araújo, *Quintas de Recreio*, "Bracara Augusta", vol XXVII, nº63 (1973), p.325.

⁶⁵ Thomas Ashe, ob. cit., p.68.

viverem num estado de semi-barbarismo, sendo por isso incapazes de aproveitar a prodigalidade da natureza para a transformação exigida pela arte e pelo gosto⁶⁶.

Evidentemente que interessa averiguar a que arte e a que gosto se refere o capitão Edward Boid, já que o alvo da sua crítica não atinge apenas as quintas mas parece abranger a paisagem, de uma forma mais lata. Boid, que esteve nos Açores em 1832 integrando o corpo expedicionário comandado pelo almirante Sartorius, não é um simples oficial britânico com preocupações militares. Os seus interesses no campo artístico estão documentados pelas obras que deixou sobre pintura e arquitectura. Interessou-se igualmente pelas belezas da paisagem italiana, descritas num relato de viagem publicado alguns anos antes da sua passagem pelos Açores⁶⁷. Em *A Description of the Azores or Western Islands*, procura captar vários aspectos da política e sociedade açorianas, registando com particular interesse e atenção as paisagens que encontrou. O seu olhar, treinado nas belezas do pitoresco, procura antes de mais a composição de *vistas* picturais para fundamentar a excelência do cenário descrito. Numa das muitas passagens onde descreve trechos da paisagem açoriana, os critérios picturais que utiliza para nobilitar o cenário natural, tornam-se bastante explícitos:

(...) We had a beautiful picture of the town of Vila Franca, with its undulating heights and rich-looking environs”, começa por dizer; “these, seen as through a vista...”; conclui, dizendo que: “The whole constituted as fine a specimen of the picturesque as Poussin, in the most fastidious moments, could have desired(...)”⁶⁸

O apoio da arte paisagista em referências da pintura de paisagem - com destaque para a obra de Nicolas Poussin, Claude Lorrain e Salvator Rosa - não é uma novidade do século XIX. Desde os inícios do movimento paisagista inglês, na primeira metade do século XVIII, que William Kent, simultaneamente pintor e arquitecto paisagista, se servia das paisagens italianas e dos “quadros” descritos por Plínio, Virgílio e Horácio para criar os jardins de Rousham, Chiswick ou Kensington. Horace Walpole, grande defensor da obra de Kent, afirmava explicitamente que o embelezamento da natureza dependia da pintura da paisagem. O diálogo estabelecido entre a Jardinagem e a Pintura continua no centro das preocupações dos teóricos do pitoresco que, nos fins do século, pretendem converter as qualidades pictóricas da paisagem em categorias estéticas objectivas. Neste sentido, afirmava William Gilpin, uma paisagem natural raramente pode ser “correctamente pitoresca”⁶⁹.

⁶⁶ Captain Boid, *A Description of the Azores or Western Islands*, 1835, p.24.

⁶⁷ Para outros dados sobre a personalidade de Edward Boid ver: João Paulo Pereira da Silva, *Os Açores em 1832: A perspectiva do comendante Edward Boid, oficial inglês e romântico*, “Arquipélago”, nº especial 1988: Relações Açores-Grã Bretanha, pp.211-32.

⁶⁸ Captain Boid, ob.cit.,p.127-8.

⁶⁹ Cit por Keith Thomas, ob.cit.,p.18.

Quando o capitão Boid reclamava a necessidade de transformar a natureza pelas regras do gosto e da arte tinha, pois, em mente, as qualidades pitorescas do cenário. Neste contexto, a quinta ajardinada, submetida ao princípio tradicional do jardim murado, voltado para um uso (ou usufruto) interno, sem participação nas envolventes, não poderia produzir grandes resultados "pitorescos" no que toca à paisagem, globalmente considerada. Os altos e intermináveis muros de basalto que abrigam as quintas dos ventos e as protegem dos ladrões, confessam os irmãos Bullar⁷⁰, conferem monotonia aos arredores de Ponta Delgada, de tal forma que "não é paradoxo dizer que mais se vê da paisagem ficando em casa que saindo à rua."⁷¹. Nas suas incursões pelo campo "em busca do pitoresco", o capitão Boid depara-se apenas com uma "enorme sucessão de altos muros de pedra que encerram os jardins, as quintas, e as residências dos Morgados(...)", contrariando abertamente a ideia que fazia de uma terra onde abundavam frutos doirados⁷².

Não há aqui vestígios do "carácter magnificante e pitoresco" da paisagem inglesa onde os terrenos ajardinados comunicam visualmente com os campos em redor, pontuados pelos *clumps* brownianos ou os maciços de arvoredo do paisagismo reptoniano. Pelo contrário, fora destes *towering enclosers* raramente se vê uma árvore (Boid), de tal forma está a ilha reduzida à "nudez de arvoredos". Mousinho de Albuquerque é ainda mais preciso: "se exceptuarmos os castanhaes, que vestem algumas encostas nas visinhanças da Povoação Velha, e os Pomares de espinho de Ponta Delgada, e seus arredores, não se encontra em toda a Ilha de S.Miguel massiço de arvores, que mereça o nome de bosque."⁷³. Na sugestiva prosa dos Bullar, as árvores representam a "população" vegetal que falta à ilha, "porque se houvesse aqui tantas e tão boas árvores como há belas crianças, seria a ilha uma das mais bem arborizadas do globo."⁷⁴

A esta visão desoladora da paisagem globalmente considerada, contrapõe-se, no interior das quintas, uma natureza rica e luxuriante onde a magnificência das laranjeiras não tem limites e a excelência vegetativa da ilha pode ser levada à perfeição⁷⁵. Sucodem-se os testemunhos que convertem este *insulo* num outro Jardim das Hespérides, finalmente associado à imagética da ilha.

Se acaso existem os Jardins das Hespérides, é aqui, decerto, que eles se encontram", assevera W.Prescot; (...) os mirtos, as roseiras e os loureiros mostram-se cobertos de flor, em

⁷⁰ Joseph e Henry Bullar, ob.cit.,p.34.

⁷¹ Idem, p. 27.

⁷² "Early in the morning, I Wandered about the environs in search of the picturesque, which (from the idea I had of the land teeming with golden fruits) I expected at every step to meet; but alas! to my utter disappointment, it existed not.(...)"Captain Boid, ob.cit.,p.123-4.

⁷³ Luis da Silva Mousinho de Albuquerque, ob.cit.,p.D.

⁷⁴ Joseph e Henry Bullar, ob.cit.,p.31.

⁷⁵ Esta visão encantada do interior das quintas é testemunhada várias vezes, sobretudo pelo capitão Boid e pelos irmãos Bullar.

admirável contraste com o verde escuro das laranjeiras, com seus 'pomos de ouro' a reluzir por entre a folhagem"⁷⁶;

"A laranjeira é a providência, a riqueza e o ornamento da ilha" escreve um outro visitante em 1839. E acrescenta que viu bosques frondosos por onde se podia andar a cavalo no meio de ramalhetes de laranjeiras⁷⁷. "Nada ultrapassa o aspecto de riqueza e de magnificência destes jardins das Hespérides..." conclui M. D'Avezac⁷⁸. Frederick Walker, depois de elogiar a qualidade superior da laranja de S.Miguel, procura mesmo fundamento na mitologia antiga para justificar essa associação: Acreditava-se então, reafirma ele, que o jardim das Hespérides com os seus frutos dourados existisse nalguma ilha do Oceano, a norte ou a oeste da costa de África⁷⁹.

Pela primeira vez, a laranjeira - carregada com as significações míticas de abundância, fertilidade e docilidade - associa-se ao imaginário ilhéu. As ilhas com o seu clima doce e temperado passam a ser as *ilhas afortunadas* onde crescem as laranjeiras⁸⁰. Pela primeira vez, também, as quintas estruturam uma ideia de paisagem, sugerida e sustentada pela presença excepcional da laranjeira, espécie de traço fundamental (e fundador) da paisagem insular.

Traços de uma paisagem de que restam hoje, afinal, poucos vestígios. Submetidas a transformações posteriores ou completamente destruídas, a reconstituição destas antigas quintas de laranja só é possível graças a testemunhos indirectos e a algumas estruturas inertes, que persistem dispersas por um vasto território que ultrapassa muito "os bancos superficiais de lava porosa". Muros, arruamentos, pavilhões, mirantes e, sobretudo, os portais de acesso à quinta (onde por vezes se lê uma data gravada no frontespício), são os principais indicadores de um avanço dos laranjais para as povoações de S.Vicente, Calhetas, Capelas, Ribeira Grande e Vila Franca do Campo, bem como da relativa penetração para o interior, através da Fajã de Baixo até à Abelheira; do Calço da Má Cara, a norte da Cidade; de S.Roque para o Livramento; da Lagoa até ao Cabouco.

São também estas estruturas que permitem fazer uma leitura dos aspectos funcionais e decorativos - onde uma nova utensilagem recreativa e ostentatória aponta para orientações do gosto de carácter burguês. Desde logo sensíveis nos altos e majestosos portais de acesso à quinta, as alterações do gosto manifestam-se pela utilização de uma linguagem elegante cujas formas simples, reguladas por proporções

⁷⁶ William Prescott, Carta à irmã - 12-3-1816, in "Insulana", nº3 e 4 (1951), p.225.

⁷⁷ *Lembranças dos Açores*, "Revista dos Açores", 1851, p.130.

⁷⁸ M D'Avezac, *Ilhes de l'Afrique*, 1848, p.48.

⁷⁹ Frederick Walker, conhecedor da mitologia antiga tanto como da história da laranjeira, traça o percurso deste fruto apontando o papel de Portugal na introdução da laranjeira doce; conclui que o clima ameno de S.Miguel aproxima-se da descrição que Homero fazia do jardim da Hespérides. Cf. *The Azores or Western Islands*, 1886, cap I, passim.

⁸⁰ Henri Drouet, *Lettres Açorèennes*, 1862, p.27.

clássicas, contrastam com a retórica decorativa, carregada de motivos heráldicos, enrolamentos, aletas e ramagens, dos antigos portões dos solares e quintas morgadias. O modelo mais generalizado - de que é exemplo o portal construído em 1830 pertencente a uma antiga quinta da rua de Santa Rita (Fajã de Baixo) - compõe-se por uma estrutura rectangular, em alvenaria, com cerca de 5m de altura, centrada por um arco de volta inteira com moldura simples de basalto rematando numa aduela saliente. Enquadrando o arco, aparecem uma ou duas pilastras de leve ressaltado que, partindo de um embasamento simples, terminam em capitéis toscos, incorporados no entablamento. Uma forma mais elaborada de conceber este modelo surge nos dois portais da entrada do palacete Fonte Bela, construído durante a década de 1820⁸¹. Aqui as pilastras adossadas são substituídas por duas grossas colunas estriadas, terminando em capitéis compósitos. A inspiração nos figurinos da arquitectura inglesa do período *regency* é evidente. É mesmo possível que o desenho para esta construção (incluindo o do palacete), tenha sido trazido de Inglaterra numa das frequentes viagens de negócio que o seu proprietário efectuava àquele país.

Um outra solução arquitectónica consiste na integração do portal numa articulação de construções que envolvem balcões corridos ao longo dos muros, escadarias, mirantes e pequenas casas de arrumos. Numa das quintas que existia na estrada de S.Gonçalo vê-se, ainda hoje, um portal sobrepujado por um pavilhão coberto, com varanda comprida e dois corpos laterais; Na estrada das Laranjeiras, a quinta do comerciante Manuel José Ribeiro (hoje em ruína), aproveitava da estrutura em alvenaria do portal e muros para integrar dois mirantes de planta trapezoidal, com espaço coberto no piso inferior, ligados entre si por um corredor e duas escadarias opostas. Um outro exemplo, certamente anterior a este, é o de uma quinta na canada da Abelheira de Cima, onde o portal dá acesso a um pequeno pátio interior, em volta do qual se distribuem as construções em U; dois blocos mais baixos ao lado do portal, prolongam-se na fachada da habitação fechando o pátio.

Por estes e outros exemplos, percebe-se que a existência de uma espaço habitado - embora raramente destinado a residência permanente - faz parte das atribuições da quinta. A maioria delas, afirma Peter Wallace, possui um *smug cottage* onde os seus proprietários passam os domingos e dias feriados e para onde se dirigem nos meses de verão⁸². Essa pequena casa (ou pavilhão) é o centro da vida familiar e social da quinta e o lugar mais adequado para o esboço de um jardim.

A sua localização não obedece a uma norma rígida. Tanto pode ficar situada junto da entrada, desenvolvendo-se ao longo do arruamento, como posicionar-se num

⁸¹ Em 1817 inicia-se a construção do palacete, segundo a informação de João Jorge, um jornaleiro que trabalhou nas obras: cf. *Album Açoriano*, 1903, p.79. Em 1831 o edifício aparece já perfeitamente definido na "Planta da Cidade de Ponta Delgada", de António Ferreira Garcia de Andrade.

⁸² Peter Wallace, ob.cit.,p.248.

recanto escondido do recinto, geralmente um ponto mais alto, de modo a elevar-se acima da densa vegetação. Daí podia obter-se vista para o mar e para o interior da quinta, controlando-se à distância os ritmos da actividade comercial no porto e as tarefas executadas no laranjal. Estas construções em alvenaria rebocada assumem, quase sempre, a forma de uma torre quadrada com um balcão-terraço no piso intermédio ou no superior. Quando o plano inclui limites menos apertados do espaço habitado, a construção alonga-se, erguendo-se no centro o tradicional torreão. De uma forma ou de outra, adivinha-se a preferência pelos espaços compactos, de formulação extremamente simples. Com o advento dos ecletismos de Oitocentos, os pavilhões das quintas assumem muitas vezes formas acasteladas, de pequenas torres de planta quadrada, servidas por um vocabulário decorativo de cariz militar e vagamente goticizante. Nessa altura, aparecem os vãos de perfil quebrado com vidros coloridos nas bandeiras, balcões lageados e terraços terminando em merlões chanfrados. Exemplos deste tipo encontram-se em dois pavilhões existentes, um na Fajã de Baixo, outro na rua de S. Gonçalo.

Os muros e arruamentos constituem outras das estruturas que ainda persistem em alguns casos. De um ponto de vista funcional, os muros têm uma dupla função: por um lado servem de protecção aos laranjais e por outro permitem limpar o solo da acumulação da pedra vulcânica que cobre o terreno em toda a extensa região central da ilha. Mas o cuidado que é posto na construção destes muros assegura-lhes uma importante função estética. Não apenas delimitam a propriedade como estruturam os percursos no interior da quinta, articulando-se com os passeios riscados entre os quartéis de laranja, escadarias, portões e mirantes. Em algumas quintas mais ricas, aparecem rebocados pelo interior, recebendo decorações com fitas coloridas, motivos geométricos, colunas e capitéis, num processo ilusionístico semelhante ao que se usava nos interiores dos salões⁸³. Um bom exemplo deste recurso decorativo com ressaibos *rocaille* observa-se na quinta da rua Direita da Fajã de Baixo, ordenada no início do século XIX por Leocádio Vieira⁸⁴. Nessa quinta o recinto do “passeio”, situado longe da casa, iniciava-se por um arco aberto num muro de alvenaria; o passeio conduzia directamente ao mirante situado no outro extremo e a meio do percurso uma escadaria conduzia ao rosal. Trata-se de um conjunto de grande unidade formal, cuja peça central é o magnífico mirante, assente sobre sólidos arcos de volta inteira e acedido por uma larga escadaria de dois lanços.

⁸³ O recurso ao *tromp l'oeil* como jogo cénico e lúdico próprio da estética *rocaille* é documentado por Webster nos incícios do século XIX como “a moda que ha em algumas casas, de ornamentar os quartos, pintando as paredes a aguarela(...) vendo-se em muitas uma agglomeração (sic) fantastica de vasos, fontes, arvores, aves, columnas, cascatas, centauros, dragões, emblemas de agricultura, etc.” Ob.cit., p.41.

⁸⁴ João Leocádio Viera era um imigrante brasileiro que nos fins de Setecentos ou começos de Oitocentos construiu uma quinta e casa solarenga na rua direita da Fajã de Baixo. Essa quinta, durante as primeiras duas décadas do século XIX, foi palco de movimentações sociais importantes lideradas pelo conde do Sabugal que aí residiu durante os anos de exílio.

Os mirantes são porventura as estruturas mais características das quintas ajardinadas. Peter Wallace depois de garantir que não há unidade formal nem de gosto para as quintas - as quais, adverte, assumem tantas diferenças de forma e tamanho quanto a posse dos seus proprietários, sendo cada um o seu próprio *designer* - conclui que todas coincidem num ponto: "todas as quintas têm uma alta torre com mastro de bandeira, donde oscilam ao vento bandeiras e galhardetes em todas as ocasiões"⁸⁵. A função emblemática e quase heráldica do mirante evoca situações militares que se inscrevem na *longa duração* do ambiente construído da ilha. Tanto no domínio do simbólico como no arquitectónico, aliam a tradição das construções militares a uma nova função de teor essencialmente recreativa.

Finalmente a vegetação. Para além das laranjeiras e dos *abrigos* que formavam "paredes de verdura" uma outra população, de exóticas, preenche o recinto das quintas. Num processo ainda tradicional, as principais ruas das quintas podiam ser ladeadas de buxo, castanheiros e pontuadas pela coloração branca das rosas⁸⁶. Mas a maior inovação consiste na criação de pequenos recintos destinados às espécies da flora tropical e subtropical. Junto ao mirante, em volta da casa-pavilhão ou num outro recanto mais afastado da quinta, reserva-se lugar para o pequeno jardim de plantas exóticas. Thomas Ashe atesta a grande variedade de arbustos floridos, nativos da América do Sul que, segundo ele, foram sendo importados do Brasil para os jardins privados⁸⁷. Embora os conhecimentos botânicos do capitão inglês não nos mereçam grande confiança⁸⁸, é absolutamente certo que das relações privilegiadas com o Brasil tenha resultado a introdução de diversas exóticas, tanto utilitárias como ornamentais, como vimos no capítulo anterior. Cinco anos depois da visita de Ashe, Webster confirma: "Nos jardins das ilhas maiores do archipelago [refere-se às quintas] têm-se introduzido muitas flores e arbustos de outros países"⁸⁹, o mesmo acontecendo com os jardins dos colonos estrangeiros onde as palmeiras e os dragoeiros (*Dracaena draco*) vegetam perfeitamente ao lado dos exemplares da flora das regiões temperadas⁹⁰. Do mesmo modo, Caetano Alberto Maia nas suas *Observações metereológicas*, nota com espanto como os dragoeiros e as bananeiras coabitam com espécies das zonas temperadas⁹¹.

⁸⁵ "On one point, however, they all agree, which is that every quinta must have a high tower and flagstaff, from which flags and pennants wave on every occasion." Wallace, ob.cit.,p.248.

⁸⁶ Cf. Boid, ob.cit.p.124.

⁸⁷ Thomas Ashe, ob.cit.,p.139.

⁸⁸ As recepções ao livro de Thomas Ashe foram, na época, muito negativas. José de Torres nas *Variedades Açorianas* (volV, p.63) afirma mesmo que Ashe descreve a ilha sem nunca ter saído de Ponta Delgada. Cf. também Francisco Borges da Silva, *Literatura Portuguesa*, "O Investigador Português em Inglaterra", vol X (1814), p. 164.

⁸⁹ Jonh Webster, ob.cit.,p.148.

⁹⁰ Idem, p.149.

⁹¹ Alberto Caetano Maia, *Observações Metereológicas feitas na ilha de S.Miguel no ano de 1842*, "Revista Universal Lisbonense", tomo II (1842-43), p.550.

A coabitação de espécies provenientes de diversas zonas, surge como um factor caracterizador das quintas onde, desde logo, começam a definir-se preferências declaradas. Entre as espécies mais apreciadas colocam-se as palmeiras, as bananeiras, os dragoeiros, as nespereiras (*Erybotria japonica*) e acima de todas, as cameleiras.

Tendo chegado a Portugal nos finais do século XVIII, por via dos comerciantes ingleses estabelecidos no aro do Porto, as camélias conhecem uma rápida difusão pelas quintas e jardins do norte do país⁹². A presença desta planta originária do Japão, veio então substituir, sem alteração substancial, a tradicional utilização do buxo, do teixo e da murta. Desta forma, foi submetida às composições rígidas das sebes vivas, dispostas ao longo dos arruamentos ou assumindo configurações geométricas de cones, pirâmides e outros grupos escultóricos que povoam os *parterres* junto à fachada da habitação⁹³.

Durante o primeiro terço de Oitocentos, as camélias fazem a sua aparição nas quintas micaelenses, onde recebem um tratamento menos formal, embora distribuídas em linha ao longo dos arruamentos ou dispostas em círculo, nos "sitios de estar". O capitão Boid descreve-nos algumas dessas quintas interceptadas por avenidas de variegadas camélias do Japão, que na ilha atingem frequentemente o porte de árvores⁹⁴. Na quinta das Maricas, propriedade de José de Arruda Botelho, existia, desde os começos de 1830, uma dessas alamedas de alinhadas cameleiras, que o médico inglês Frederick Walker, residente na ilha durante largos anos, afirmava serem as maiores árvores que conhecia⁹⁵. Numa outra quinta, pertencente ao visconde da Praia, desenhava-se uma pequena rotunda de camélias, tendo ao centro uma espécie rara de *Pandanus odoratissimus*.

Por meados do século, as cameleiras constituíam já um complemento indispensável a todos os laranjais, multiplicando-se o número de variedades cultivadas. "Tão grande é o desejo de Camélias, remata P.Wallace, que muitos *gentlemen* portugueses têm comprado plantas de todas as variedades já catalogadas

⁹² Contrariamente à ideia de que a camélia havia sido introduzida em Portugal no ano de 1558 pela mão de Fernão Mendes Pinto que as teria plantado numa quinta em Montemor, é hoje aceite que esta planta só chega a Portugal em finais de Setecentos por intermédio dos comerciantes ingleses do vinho do Porto. Concretamente sabe-se também que Van Zeller importou entre 1808-10 algumas variedades de Camélias do Mile End Nursery, um dos raros viveiristas que na altura as comercializava: cf. Alfredo Moreira da Silva, *Historical facts on the Camellias of Oporto*, "International Camellia Journal", nº1 (1963), p.24; T.J.Savidge, *The Ancient Camellias of Europe*, "International Camellia Journal", nº17 (1985), p.81.

⁹³ Sobre o uso das camélias, sujeitas à tradicional arte da topiária devem ler-se as descrições de quintas portuguesas no *Jornal de Horticultura Prática*. A título de exemplo na quinta de Folgosa (Castro-Daire) as Camélias eram usadas para formar "mezas redondas e quadradas; caramanchões cobertos e vestidos de tal forma que não deixam penetrar-lhe o sol de verão do meio dia; paredes vestidas com elas e sobretudo arcos cobrindo o encruzamento das ruas.". Vol.3, p.53; cf. também Ilídio de Araújo, *Jardins, Parques e Quintas de Recreio no Aro do Porto*, Sep. da "Revista de História", 1979, p.10.

⁹⁴ Boid, ob.cit., p.124.

⁹⁵ Frederick Walker apresenta o proprietário desta quinta como sendo A.J.Botelho. Provavelmente terá trocado as iniciais uma vez que se refere certamente ao mesmo personagem, proprietário de quintas, amigo e frequentador do círculo da Bella Vista. Cf. *The Azores or Western Islands*, 1886, p.141.

nos viveiristas ingleses e franceses"⁹⁶ A moda das camélias comunicara-se, aliás, a toda a Europa, instalando-se entre os viveiristas uma desenfreada concorrência pela produção de novas variedades, artificialmente conseguidas através de hibridizações. Em Portugal, o prestígio das camélias conheceu uma fase de internacionalização com a acção de José Marques Loureiro, que do Real Horto Loureiro produzia e exportava variedades originais. Em 1865 apresentou, no Palácio de Cristal, a primeira colecção de espécies de origem portuguesa, entre as quais se contavam a "Rainha Santa Isabel", "Duarte de Oliveira", "Bella Portuense", "Dom Pedro V", "Dona Maria Pia" e "Princeza Real"⁹⁷. No norte, outros horticultores seguiam-lhe as pisadas - com destaque para António Gomes da Silva, Camilo Aureliano da Silva e visconde de Vilar Allen -, de tal forma, que em 1872, o *Jornal de Horticultura Pratica* afirmava que Portugal se tornara no país por excelência das camélias, sendo aqui cultivadas em maior número do que no resto da Europa⁹⁸.

As quintas ajardinadas, como barómetro de uma situação sociológica, atestam importantes alterações nos hábitos sociais. Contrastando com as visitas aos parlatórios dos conventos que, três décadas antes, Catherine Hickling afirmava ser o único divertimento das classes abastadas, as quintas favorecem a criação de novas modalidades de convívio traduzidas nos passeios e pic-nics. Fenómeno recente, que se traduz na moda generalizada de possuir uma quinta.

É ambição de todos possuir uma quinta. Trabalham de sol a sol, vivem de pão de milho e água dia após dia, com vista a poderem comprar uma, onde possam passar os dias Santos e os Domingos. As quintas são os emporiums dos pic-nics, os lugares de refúgio dos cidadãos no Verão... diz-nos Peter Wallace⁹⁹.

A par desta "revolução" sociológica que elege a quinta palco privilegiado de transformações sociais (*emporium dos pic-nics*), assistimos ao despontar de uma tendência generalizada para a adesão (ou conversão) aos encantos dos elementos naturais existentes sob céu aberto. O apetrechamento das quintas de laranja ("a riqueza, a providência e o ornamento da ilha") com uma utensilagem variada e multicolor de funções recreativas e ostentatórias, aponta para um padrão de gosto de teor burguês. Um gosto que necessariamente se manifesta tímido, hesitante, pontuado por soluções de embelezamento que carecem de plano de conjunto e de coerência: as banquetas de pedra decoradas com azulejos de fabrico local; os mirantes de silharia

⁹⁶ "So great is the desire for Camellias, that several of the Portuguese gentlemen have purchased plants of all the named varieties in the English and French nurseries." Peter Wallace, ob.cit., p.243.

⁹⁷ Cf. Robert Gimson, *Portuguese Camellia Nurseries*, in *American Camellia Yearbook*, 1992, pp.87-89; *Jornal de Horticultura Pratica*, vol.1, p.154; vol.2, p.2.

⁹⁸ *Jornal de Horticultura Pratica*, vol.3 (1872), p.52.

⁹⁹ "It is every man's ambition to possess a quinta. They toil early and late, live on Indian corn-bread and water day after day, in order that they may purchase a quinta in which to spend their saint-days and Sundays. Quintas are de emporiums of pic-nics, the places of retreat of the citizens in summer." Ob.cit., p.248.

bem aparelhada com a forma de torres acasteladas; as cascatas e os pequenos tanques em pedra de lava vermelha com tratamentos naturalistas, compõem um conjunto de objectos onde já se adivinha um ecletismo próprio de Oitocentos. A afirmação de um gosto "moderno" e civilizado aparece reforçada na pureza formal e linhas classizantes dos novos portais, em renovação da imponência retórica dos portais barrocos.

Mas não antecipemos reacções do gosto e da história, cujo protagonismo caberá ao grupo restrito dos capitalistas liberais, experimentado e consumado no âmbito das suas quintas de luxo. Tentemos antes apreender, no processo de ajardinamento das quintas novas, o contributo prestado pela comunidade inglesa nos avanços do *ornamental gardening*.

2.1. O papel dos ingleses no *ornamental gardening*

Estudos locais, apoiados e servidos por um importante caudal de relatos e livros de viagens, atribuem aos ingleses não só o papel de principais impulsionadores do cultivo e comercialização da laranja¹⁰⁰, como também os méritos da introdução na ilha da horticultura ornamental.

Thomas Ashe, nos termos encomiásticos com que se refere ao consul inglês William Harding Read, afirma que ele e outros capitalistas de gosto e conhecimento são os únicos responsáveis pelas belezas agradáveis ao olho pitoresco¹⁰¹. As exigências de ordem e boa forma impostas por esse gosto chegam para que o laranjal da Bella Vista, propriedade do cônsul desde 1801, possa ser descrito como uma plantação em "quinc-quinx", exibindo "linhas direitas e ângulos rectos a partir de qualquer ponto de vista"¹⁰², contrariando descaradamente o testemunho do major Sá Nogueira, para quem o laranjal compunha uma porção de terreno, que "não fora completamente arranjada"¹⁰³.

Do mesmo modo, o capitão Boid refere o hábito difundido por entre os ingleses e americanos de arrendar as quintas, convertendo-as seguidamente em belíssimos espaços de recreio. A mesma afirmação é reproduzida por um outro visitante, que assinala a propensão dos ingleses para transformarem as quintas em maravilhosos

¹⁰⁰ A recorrente afirmação de que os ingleses foram os principais impulsionadores da produção de laranja, julgamos que se fundamenta numa passagem da obra biográfica dedicada a W.Prescott, segundo a qual Thomas Hickling (avô do biografado) teria sido um dos maiores produtores e exportadores de laranja "até que os seus frutos se tornaram a cultura principal da ilha...", cf. "Insulana", vol. VII, p.221. A partir deste texto as biografias de Hickling têm sempre valorizado esse aspecto, estendido igualmente aos outros comerciantes estrangeiros. No entanto, se as exportações de laranja pela casa comercial de Hickling rondaram as 280.141 cx/ano entre 1774 e 1827 (v. João Anglin, *Thomas Hickling*, in "Insulana", vol. V, p.113), essa actividade, conjugada com a armação de navios era-lhe exclusiva.

¹⁰¹ Cf. Tomas Ashe, ob.cit.,p.69.

¹⁰² "The quinc-quinx manner of planting, exhibiting straight lines and right angles from every point of view, makes the wole plantation look like garden.": Ibidem.

¹⁰³ Sá da Bandeira, ob.cit.,p.59.

retraites.¹⁰⁴ O capitão é peremptório na certeza de que aos estrangeiros cabe todo o mérito no que se refere às *beauties of ornamental gardening*. Para testemunhá-lo, recorda uma manhã em que tentado pelos portões abertos de uma dessas quintas, se vê repentinamente rodeado de flores, tomando-o como uma imagem do Paraíso, tal o efeito do espectáculo produzido. A conclusão vem a seguir: "No mesmo momento, uma adorável criança loura de oito anos vem ao meu encontro e exclama: Oh, Sir, it was papa who did all this"¹⁰⁵.

Com base neste tipo de invectivas tem-se, porventura, avaliado mal a influência inglesa nos avanços da arte paisagista em território insular.

É naturalmente por via das fontes ligadas ao comércio da laranja que chegamos ao conhecimento dessa comunidade estrangeira. Nos "Livros de direitos reais de 10%" da Alfândega de Ponta Delgada¹⁰⁶, encontram-se séries contínuas dos maiores exportadores de laranja por volume de negócios, de 1800 a 1831. Colocam-se à cabeça uma dezena de nomes ingleses - com excepção do americano Thomas Hickling e do prussiano João Carlos Scholtz (ou Schultz, na grafia alemã) - entre os quais figuram Harding Read, Diogo Cockburn, William Ivens, William Shelton Burnett, John Anglin, John Nesbitt e Thomas Blunt. Quase todos estabelecidos na praça comercial de Ponta Delgada, na viragem para a centúria de Oitocentos¹⁰⁷. Estes dados revelam-nos uma colónia inglesa relativamente numerosa¹⁰⁸ e composta exclusivamente por mercadores - excepção feita para o capelão Brant e o médico Landerson Walker, por inerência de funções elementos vitais à própria comunidade.

Neste contexto, é forçoso dizê-lo, tiveram lugar preponderante, como se entre si rivalizassem, os dois consules inglês e americano¹⁰⁹. Após doze anos de tentativas e diligências junto do Congresso americano, Thomas Hickling é confirmado vice-cônsul geral dos E.U.A em 1795¹¹⁰. Cinco anos depois, William Harding Read é nomeado cônsul inglês, em recompensa de feitos heróicos prestados no período das guerras napoleónicas¹¹¹. Durante os próximos trinta anos, estarão envolvidos nos negócios da

¹⁰⁴ M. D'Avezac, ob.cit.,p.78.

¹⁰⁵ Captain Boid, ob.cit.,p.125.

¹⁰⁶ B.P.A.P.D., Fundo Ernesto do Canto, "Livro dos direitos reais de 10% da Alfandega de Ponta Delgada".

¹⁰⁷ A estas referências fomos encontrar muitas outras nos "Registos de baptismos e mortes da igreja protestante de Ponta Delgada", de que existe cópia na B.P.A.P.D.

¹⁰⁸ Em 1845 Carew Hunt dá 200 residentes estrangeiros para uma população urbana que segundo o censo de 1840, rondava os 20.000 hab. (incluindo as periferias suburbanas). Cf. *Description of the Island of St.Michael and St.Mary*, ob.cit.,p.285.

¹⁰⁹ Convém lembrar que a nova conjuntura político-comercial gerada com o Bloqueio Continental, fixação da corte no Brasil e incremento da produção da laranja, tinha reforçado a importância estratégica dos Açores. Nestas circunstâncias o cargo de cônsul mostrava-se ainda mais apetecido. A par da Inglaterra colocavam-se agora os E.U.A. a quem Portugal reconhecera a independência e para quem os Açores constituíam porto de escala importante nas relações com o velho mundo.

¹¹⁰ Cf. Henrique de Aguiar Oliveira Rodrigues, ob.cit.,p.24.

¹¹¹ Segundo o relato de Guilherme Read Cabral, o cônsul havia conduzido uma manobra arriscada contra a frota inimiga durante as guerras napoleónicas. Em recompensa desse feito o almirante Nelson ter-lhe-ia oferecido um cargo muito cobiçado: o consulado dos Açores.

laranja e investirão na compra de propriedades que convertem em *country seats*. As fortes ligações que Hickling e Read estabeleceram com a gente da ilha, promovendo um convívio e uma sociabilidade alargada e deixando raízes familiares duradouras, contrariam o proverbial espírito segregativo das colónias inglesas estabelecidas no estrangeiro. A hospitalidade de ambos é reafirmada por nacionais e estrangeiros, que elogiam as qualidades francas e sinceras de Hickling a par do requinte, finura e gosto do cônsul Read. Continuando a par, conhecem a decadência e a ruína absolutas, vindo a desaparecer, o primeiro em 1834 e o segundo em 39. Simbolicamente, estas datas assinalam o termo de um ciclo marcado pelo predomínio britânico nas esferas do social e do económico (senão mesmo do político), tendo constituído a fase de maior anglicização da sociedade insular.

A situação não era exclusiva nem pioneira. A preponderância britânica nos sectores do *import-export* revelara-se poderosa na exploração do vinho do Porto e do vinho da Madeira, enquanto Lisboa via a colónia dos mercadores ingleses crescer até 50%, durante os últimos anos de Setecentos¹¹². Estas comunidades, abonadas com os lautos rendimentos da actividade comercial e cientes de um maior avanço civilizacional, promovem hábitos de requinte e de gosto que de uma forma geral não se comunicam à sociedade portuguesa e nem mesmo aos membros da aristocracia, que permanece por mais 30 a 40 anos, presa às estruturas tradicionais dos padrões da corte.

No plano artístico, surgem as primeiras experiências neoclássicas com a chamada arquitectura do *Port wine*, directamente influenciada pela comunidade inglesa. Mas por outro lado, a permanência de uma estética tardo-barroca continuava enraizada por todo o norte do país. Já em Lisboa, onde as arquitecturas despojadas e "chãs" não haviam sido apagadas pela arte pombalina, a via de penetração do neoclassicismo não se ficou a dever à acção dos ingleses. Esse gosto, manifesto nas linhas clássicas ou nos modelos do revivalismo romântico, em construções decoradas com estuques e frescos ao gosto "Adam" e recheadas com boas peças de mobiliário e colecções de obras de arte, destinava-se a um consumo bastante restrito¹¹³. Podemos presenciar-lo nas casas de campo de Sintra e nas quintas luxuosas dos arredores do Porto ou do Funchal.

Em Itália ou, mais tarde, em Espanha e no sul de França, onde os ingleses tradicionalmente estabeleceram colónias mercantis, os mesmos hábitos, os mesmos costumes e uma sociabilidade muito restrita sempre acompanharam a presença inglesa. No que toca à jardinagem, a moda dos jardins paisagistas nunca foi muito difundida nessas regiões mediterrânicas - até porque as condições bio-físicas aí verificadas não favoreciam a criação dos grandes parques à inglesa. No entanto - assegura-nos Charles

¹¹² Cf. José Augusto França, *A Arte em Portugal no Século XIX*, vol I, p.56.

¹¹³ Veja-se por todos J.A.França, *Idem*. vol.II, *passim*.

Quest-Ritson num dos raros estudos dedicados aos jardins ingleses no estrangeiro -, centenas de quintas italianas foram restauradas pelos súbditos de Sua Magestade e convertidas numa espécie de reinterpretação romântica do estilo italiano do século XVII¹¹⁴. Tal como no Porto, em Sintra ou no Funchal, os jardins adquiridos pela comunidade inglesa são manifestações autênticas do paisagismo inglês, cuja fisionomia é alterada em virtude das condições vegetativas excepcionais dos climas do sul. É aí que a paixão inglesa pela botânica encontra as condições ideais para a sua expressão.

Com a colónia mercantil da laranja a situação não é muito diversa. Aos comerciantes ingleses que “compram o produto dos pomares aos morgados”, as quintas não são propriedades exclusivamente destinadas ao cultivo da laranjeira; nas suas mãos transformam-se em maravilhosos “*retraites*”, de acordo com a expressão de Boid e D’Avezac. Ou seja, não são quintas *tout cour* mas, essencialmente, *country seats*.

A este propósito é importante distinguir o papel desempenhado pelos ingleses no desenvolvimento da *comercialização* da laranja, da acção que tiveram como *produtores* do precioso fruto. Ao contrário do que se tem afirmado, não coube aos comerciantes estrangeiros o esforço primacial no empreendimento das “maiores plantações de laranjeiras” efectuadas entre os anos de 1823 e 1838¹¹⁵. Este, como vimos, foi iniciado nos finais da centúria anterior, permanecendo ligado aos proprietários locais. Para tanto basta verificar que enquanto estes últimos possuíam várias quintas espalhadas por diversos locais, o número de propriedades registadas em nome dos estrangeiros é comparativamente muito reduzido. Nos róis de bens ou nos contratos notariais de compra e arrendamento, raras vezes aparecem nomes de comerciantes estrangeiros. Pelo que sabemos, o cônsul americano possuía apenas a propriedade das Furnas, uma residência urbana no largo de S.Pedro e uma casa de campo na Glória (Livramento)¹¹⁶. Do mesmo modo, o cônsul inglês possuía a propriedade da Bella Vista (Abelheira) e um belíssimo prédio urbano que edificou na (actual) Rua Luis Soares de Sousa, antes de 1830¹¹⁷; João Carlos Scholtz adquirira em finais de Setecentos, uma vasta propriedade de campo, no lugar das Socas, onde fazia experiências com exóticas¹¹⁸. Um pouco mais tarde, constrói uma boa habitação rodeada de jardins, num dos eixos peri-urbanos de Ponta Delgada; No Pico do Nesbitt, a norte da cidade (actual Pico do Salomão), George Nesbitt tem a sua habitação

¹¹⁴ Cf. Charles Quest-Ritson, *The English Garden Abroad*, 1992, p.78.

¹¹⁵ Cf. Gabriel de Almeida, ob.cit., p.24.

¹¹⁶ Numa carta de 1848 escrita por Thomas Hickling Jr. à irmã Catherine Hickling, sabemos que o americano possuía para além da casa de S.Pedro e das Furnas, dois armazéns vazios, e dois lotes de terrenos para casas. Cf. *Insulana*, vol.XX, nº2 (1995), p.202.

¹¹⁷ Cf. Luis Bernardo Leite Ataíde, *Emografia, Arte e Vida Antiga nos Açores*, vol I, p.369.

¹¹⁸ Desta *Fazenda* o engenheiro Borges da Silva dizia em 1813 que havia um “Pico que tem um excelente golpe de vista.” (Pico do Vicente). In *Notas e Estatística da Ilha de S.Miguel*, “Revista Michaelense”, ano 3º, nº1, (1920), p.605.

rodeada de espécies exóticas vindas do Brasil e de outras paragens, fazendo experiências de aclimação numa estufa construída para o efeito¹¹⁹. Outros pequenos jardins passam a rodear as habitações dos colonos ingleses, instalados nos "forais novos" que iam alargando o perímetro urbano.

Em todos estes exemplos afirma-se apenas um desejo pela construção de boas habitações, rodeadas de jardins e implantadas favoravelmente em função das vistas panorâmicas e da situação campestre. As laranjeiras, por facilidade imediata no aproveitamento do solo cultivado e por um acto convocatório de um certo imaginário mediterrânico, constituem a principal "população" destes jardins. Como ignorar o prestígio da laranjeira enquanto árvore de jardim e bem assim todos os esforços empreendidos desde o século XVII para a cultivar, em ambientes cuidadosamente climatizados? Maravilhados perante a possibilidade de o poder fazer ao ar livre, os novos proprietários das quintas, chamam-lhes *orange-gardens*, recuperando um termo antigo usado em alternativa a *orangery*¹²⁰.

Um outro traço muito presente na paisagem açoriana, capaz de suscitar imagens do Mediterrâneo diz respeito à presença das flores silvestres. A benignidade do clima que faz crescer as laranjeiras, enche também o terreno de um manto de flores silvestres e espontâneas - a *little forest of flowers*, diria Boid, que acrescenta : "Na Primavera (...) as flores ornamentam com sua pompa, beleza e aroma os jardins e os campos onde crescem com abundância"¹²¹. De Novembro a Janeiro "está a atmosfera perfumada com o aroma dos gerânios, das murtas, e das rosas, então na plenitude da sua florescência"¹²².

E assim, durante todo o ano existem flores. Mas o seu emprego nos *orange-gardens*, pontuando as ruas com as suas colorações suaves, espalhadas por entre a verdura ou metidas em pequenos alegretes, produz um efeito muito diverso daquele que é usado nos *parterres* dos jardins franceses ou nos tabuleiros de cores vivas do *gardenesque* inglês. Aqui, as flores crescem livremente sem estarem submetidas a composições formalistas. A alegria dos ingleses, explica Boid, consiste em aproveitar dessa prodigalidade da natureza, transformando-a pelas regras do gosto e da arte num novo espaço, cuja transmutação de sentido permite pensá-la nos termos do paisagismo inglês.

¹¹⁹ Cf. *Almanak Rural dos Açores para 1853*, p.130.

¹²⁰ A expressão *orange-garden* usada em alguns relatos de ingleses que residiram na ilha, não se encontra fixada nos dicionários contemporâneos de língua inglesa. A fórmula, que caiu em desuso, encontra-se em autores do século XVII como sinónimo de *orangery*: cf. Kenneth Lemmon, *Orangery*, in *The Oxford Companion to Gardens*, op.cit., p.410

¹²¹ "Nothing can be more enchanting or lovely than spring (...) "...and a brilliant, beauty and fragrance in the flowers, eminently ornamental to the different gardens and parts of the country where they abound". Ob.cit.,p.10.

¹²² Webster, ob.cit.,p.148.

Não fica, porém, explícito o sentido “inglês” da quinta sem uma abordagem aos elementos do *plano*, *traçados de arruamentos*, *perfil das arquitecturas e composição do coberto vegetal*.

No que toca aos aspectos do *plano* e ao *design* do jardim, a sua leitura é decepcionante. Espanta-nos a forma empírica como é conduzido o seu ordenamento, sem referências directas aos modelos ingleses ou a correntes estéticas muito definidas. Aspectos que os testemunhos da época confirmam: Na quinta da Bella Vista, o cônsul inglês orgulhava-se de ter sido a sua mulher a autora do jardim; Hickling na quinta da Glória entretinha-se a plantar flores por entre os laranjais e, num recanto escondido da quinta, chegou mesmo a introduzir uma *boutade* colocando uma enorme pedra onde se lia “volta-me”, sugerindo com isso a existência de um tesouro escondido pelos piratas¹²³. As marcas pessoais no arranjo destas quintas, determinaram a variedade de soluções, tanto no plano como nas espécies cultivadas.

Esta diversidade, devemos reconhecer, não é exclusiva das quintas micaelenses. No estudo citado de Quest-Ritson, o autor confessa a sua perplexidade inicial perante a diversidade de “estilos” e formas encontradas nos jardins dos colonos ingleses. Por seu lado, William Robinson quando visitou a ilha da Madeira nos finais de Oitocentos, observou aí a mesma diversidade, adiantando que cada proprietário, em vez de seguir uma ideia fixa de estilo, se sentia livre para fazer aquilo que o terreno propiciava. Conclui ainda que em França, Inglaterra ou Alemanha isso seria impensável¹²⁴.

Mas para além da criatividade individual, as quintas dos colonos estrangeiros da ilha de S. Miguel revelam ainda uma curiosa assimilação de aspectos da tradição local, sobretudo no que toca às arquitecturas. Obedecendo a programas pouco ambiciosos, as novas construções não perfilam um gosto erudito, neoclássico ou neogótico - que mais facilmente se verificará nas construções “estrangeiradas” de ricos proprietários locais, como é o caso do palácio Fonte Bela ou do Jácome Correia - preferindo, em vez disso, a adopção de certos elementos da construção local.

Depois de ter ocupado durante algum tempo uma casa no centro da cidade, Harding Read adquire a propriedade da Bella Vista para nela fixar residência. A casa que constrói, poderia pertencer a um membro da fidalguia endinheirada da ilha. O vasto casarão rectangular com os seus dois pisos de fachada, andar nobre percorrido com varandas voltadas para o mar e compartimentos inter-comunicantes, não se afasta dos modelos setecentistas da arquitectura solarenga. Nessa propriedade, o cônsul

¹²³ Essa propriedade aparece descrita nos livros do registo predial com “8 alqueires de terra, quinta e vinha”, “Livros de Declarações”, B4 a fl.32v.

¹²⁴ “The island of Madeira is very instructive in the variety of its gardens; every one I remember was distinct, and this was owing to the owners being free to do as the ground invited them, instead of following any fixed idea as to style, or leaving it to men who are ready with similar plans for all sorts of positions. In France, England, or Germany, this could never happen”. William Robinson, *The English Flower-Garden*, 1885. Cit por Charles Quest-Ritson, ob.cit., p.165.

edificou também um pequeno mirante. Daí, diz-nos um viajante anónimo, “parece com o seu oculo querer governar o mar, e testemunhar (sic) o seu império...”¹²⁵. Também na quinta da Glória, o americano Hickling ergueu dois mirantes: o primeiro elevado sobre um paredão recto em alvenaria, aproveitando o desnível do terreno; o segundo, de grandes dimensões, assemelha-se a um pequeno morro circular a que uma rampa elicoidal dá acesso ao topo. Noutras habitações persistem os tradicionais balcões erguidos sobre arcaria abatida, como acontece na casa do pico do Nesbitt ou na casa de S. Pedro, onde o andar térreo destinado às lojas e a distribuição dos aposentos, seguem um programa construtivo muito arraigado na ilha.

Evidentemente que as habitações dos colonos estrangeiros, empregando mão-de-obra mais experimentada, contratada por entre os tripulantes dos navios ou importando materiais “nobres” - ferro, mármore, madeiras, vidros etc - e apetrechando-se com melhores “cómodos”, distinguem-se, pela qualidade da construção e pelo conforto, das habitações frias e húmidas que ainda em meados do século Carew Hunt depreciava¹²⁶. Apesar disso, não parece haver no seu programa a marca de um gosto muito distanciado do viver social de uma camada mais favorecida, com a qual a comunidade estrangeira estabeleceu um certo grau de entrosamento.

Se os planos de jardim e das arquitecturas não revelam grandes especificidades, a afirmação dos temas do paisagismo inglês relacionam-se com um ponto específico: a possibilidade de cultivar plantas exóticas. Ao lado das laranjeiras, “os jardins dos colonos estrangeiros tornam-se dia a dia mais atractivos com a presença de Palmeiras, Dragoeiros e muitas plantas tropicais”, comentava Webster em 1817. Referindo-se à quinta da Glória, o engenheiro Francisco Borges da Silva afirmava em 1813 que estava “mui bem cultivado, cheio de diversas plantas não indígenas”¹²⁷; o mesmo dizia do jardim da Arquinha, onde o cônsul prussiano se orgulhava de possuir “grande numero de plantas e flores”¹²⁸. Entre elas um *Laurus canariensis*¹²⁹ - o primeiro exemplar de uma espécie erradamente popularizada na ilha como árvore da cânfora; havia ainda uma esplêndida magnólia que crescia junto da entrada, belas palmeiras, um *Liliodendron tulipeiro* tido como o primeiro exemplar da ilha¹³⁰ e “ensaios bastante

¹²⁵ *Lembranças dos Açores*, Revista dos Açores, 1853, p.52.

¹²⁶ A respeito das casas urbanas de Ponta Delgada Carew Hunt escrevia: “An open entrance and condensing stone staircase introduce damp, to be deposited on the bare whitewashed walls; the badly fitted doors and windows give rise to draughts of air when not swelled by humidity, the want of ceilings below admit to the first floor sitting-rooms either the cold of vaults or effluvia of horses and other animals occupying them; no fire-places warm de rooms; no grate furnishes the kitchen; and, to complete the style of arrangement, there is either a total want or inconvenient adaptation of other desiderata deemed indispensable in England”. *Description of the Islands of St. Michael and St. Mary*, “Journal of the Geographical Society of London”, vol XV(1845), p.290.

¹²⁷ Notas e Estatística da Ilha de S. Miguel: Cidade de Ponta Delgada, Revista Michaelense, nº1, 1920, p.605.

¹²⁸ *Idem*, p.604.

¹²⁹ Esta árvore, identificada pelo naturalista Henri Drouet como sendo um *Laurus canariensis*, atingira já por meados do século cerca de 30m, sendo necessários 4 homens para abraçá-la: Henri Drouet, *Catalogue de la Flore*, p.43.

¹³⁰ *Almanak Rural dos Açores para o ano de 1853*, p.133.

felizes da cultura da cana do açúcar"¹³¹. A tradição atribui a João Carlos Scholtz, a introdução do incenso (*Pittospum undulatum*) - o que não estando provado, encontra apoio na homenagem prestada por Mouzinho de Albuquerque ao cônsul prussiano pela "aclimação de árvores exóticas, propriíssimas para servirem de abrigo às laranjeiras"¹³².

Os exemplos multiplicam-se: A Bella Vista encontrava-se, em 1829, profusamente arborizada com loureiros, carvalhos, castanheiros, vinháticos e "uma árvore da borracha; um *Cactus brasiliensis*; uma pequena *Magnolia glauca* e várias plantas intertropicais. Havia ainda, segundo o mesmo testemunho do major Sá Nogueira, futuro marquês Sá da Bandeira, uma estufa não quente com 600 ananases¹³³. A fazer fé nesta notícia, terão sido os primeiros plantados nos Açores¹³⁴. No Pico do Nesbitt, o médico inglês introduziu diversas espécies novas e com elas fazia algum comércio, sendo responsabilizado pelo crescente interesse dispensado ao "coleccionismo dos vegetaes". São disso exemplo, as *Casuarinas filau* trazidas por um tal Francisco Alves Viana Serra do Rio de Janeiro e distribuídas pelos jardins da ilha a partir do jardim do Dr. Nesbitt¹³⁵. Nele se cultivavam as melhores espécies de camélias, *Arbutus* e *Metrosideros* existentes na ilha, além de uma árvore de papel (*Malaleuca leucodendron*) muito festejada pelos visitantes¹³⁶; Sabemos ainda que na Quinta de William Ivens (Livramento) existia uma *Auracaria excelsa* que, em meados do século, atingia já 15m de altura¹³⁷ - certamente uma das primeiras árvores desta espécie plantada em solo português.

A introdução do pinheiro de Norfolk nos Açores merece-nos uma atenção especial, dada a sua difusão tão rápida e generalizada. Uma notícia publicada n' *O Agricultor Michaelense*, em Julho de 1850, afirma que a "Auracária excelsa - esta formosíssima árvore que sem lisonja nem exageração é a verdadeira rainha das florestas, existe nos Açores pelos cuidados do nosso consócio, o (...) Dr. Webster". Jonh Webster visitara a ilha em 1917-18, tendo seguido daqui para o Faial onde se hospedou em casa do cônsul americano, Charles Dabney. Certamente em gesto de reconhecimento, ter-lhe-á oferecido um exemplar desta prestigiada espécie que, chegada à Inglaterra em 1793, após a expedição botânica do Capitão Cook à Austrália, permaneceu durante muito tempo monopólio dos viveiristas ingleses, os únicos que a

¹³¹ Henri Drouet, ob.cit.,p.42.

¹³² Luis Mousinho de Albuquerque, ob.cit.,p.D2.

¹³³ Sá da Bandeira, *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*, 1976,p. 59.

¹³⁴ O Ananás, primeiramente cultivado na Holanda para onde foi levado por La Cour no século XVII, foi durante o século seguinte muito cultivado nas estufas dos jardins ingleses onde era muito apreciado. Não é pois de admirar que existisse na Bella Vista nas primeiras décadas do século XIX, muito embora aos números fornecidos por Sá da Bandeira nos pareçam manifestamente exagerados.

¹³⁵ Cf. *Almanak Rural*...,p.129.

¹³⁶ *Les Açores et les Jardins de St.Michel*, "Journal d'Horticulture Pratique", 2ªserie, tomo II, 1857, p.167.

¹³⁷ Peter Wallace, ob.cit.,p.240.

sabiam reproduzir¹³⁸. Pelos meados do século, a árvore de Charles Dabney atingira já 20m de altura¹³⁹ e havia frutificado, facilitando assim a sua difusão precoce nas ilhas, quando era ainda uma espécie muito rara no continente e na Europa¹⁴⁰. No final do século, a auracária tornara-se numa espécie de *ex libris* de Ponta Delgada¹⁴¹.

Os jardins dos colonos estrangeiros, todos o afirmam, distinguem-se pelo grande número de espécies exóticas contempladas. Trata-se de uma paixão que caracterizou, de forma indelével, os avanços da jardinagem inglesa desde o primeiro vinténio do século XIX. Depois dos jardins paisagistas desenvolvidos no século anterior, o maior contributo dos ingleses no campo da jardinagem, afirma Quest-Ritson, foi dado pela horticulura ornamental¹⁴². Enquanto distinta do estudo botânico e científico, a insistência na diversidade dos vegetais cultivados, incrementada por cultivadores experimentados - de entre os quais se destaca John Claudius Loudon -, converteu-se numa autêntica colectomania dos amadores vitorianos. Loudon afirmava que nenhum jardim de estilo moderno podia pretender sê-lo se não tivesse um apreciável número de árvores e arbustos exóticos. E se "o magnético toque que é requerido para inflamar a imaginação do Norte é proveniente da Itália", segundo afirmava o autor de *Sketches and Studies in Italy* ainda em 1879, a essa herança dos *Grand Touristes* sobrepunha-se a obsessão pelas plantas. Uma paixão que se compraz na simples avaliação das "suas formas, as suas flores, os seus aromas, o simples facto de crescerem."¹⁴³

Seria pois muito natural que o clima temperado e a humidade relativa existentes na ilha, fossem aproveitados pelos comerciantes estrangeiros, no sentido de desenvolverem experiências com plantas que dificilmente vegetariam a céu aberto no seu país natal.

No relatório que o jardineiro inglês Peter Wallace apresentou à Sociedade de Horticultura de Londres, o interesse posto nos jardins e laranjais micaelenses - na linha de uma argumentação que defendia a ideia da estação de aclimação - justificava-se

¹³⁸ Numa carta de 15 de Fevereiro de 1854, José do Canto escreve: "É escusado advertir que sendo a Inglaterra o único paiz, que as importa directamente, todos os mais paizes do Continente se vão ali fornecer e não as podem por conseguinte vender por menos preço". In *Cartas Particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jácome e Conde de Jácome Correa: 1841 a 1893*, 1915, p.40.

¹³⁹ Cf. Henri Drouet, *Catalogue de la Flore des Iles Açores: précédé de l'Itinéraire d'un Voyage dans cet Archipel*, 1866, p.64.

¹⁴⁰ A *Auracária excelsa* do jardim do Lumiar, plantada em 1842 por Friedrich Welwitsh tem sido noticiada como a primeira desta espécie plantada em solo português (*Archivo Pitoresco*, 1863; *Parque do Monteiro Mor*, 1987, p.9); quando em 1852 o rei D. Fernando II ofereceu um exemplar ao jardim botânico de Coimbra, esta espécie era ainda rara na Europa (Cf. Júlio Augusto Henriques, *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, 1876, cap.IV) e nos anos 70 o *Jornal de Horticulura Pratica* noticiava que a árvore de Coimbra tinha finalmente frutificado o que certamente contribuiria para baixar o seu preço no mercado.

¹⁴¹ Em 1893 o continental Emidio da Silva afirmava: "Uma das cousas que também impressiona quem entra pela primeira vez em Ponta Delgada, é o grande numero de araucarias de grande porte, espalhadas pela cidade, nos passeios, em frente de igrejas, nos cemitérios, pelas encostas das colinas, não falando nas dos jardins. A araucaria está para Ponta Delgada, como os obeliscos para Roma", conclui. Cf. Emidio da Silva, *S. Miguel em 1893: Cousas e Pessoas*, 1893, p.9.

¹⁴² Charles Quest-Ritson, ob.cit., p.5

¹⁴³ *Ibidem*.

pela possibilidade que ofereciam, enquanto laboratórios naturais, para plantas de diversas proveniências. Adianta o mesmo autor, que o conhecimento das plantas melhor sucedidas aqui, poderia servir de precioso guia àqueles que, de entre a rica aristocracia inglesa, possuissem *villas* nas costas do Mediterrâneo¹⁴⁴. Esta condição enunciada por Wallace indica que a "gama dos vegetais" oferecidos com a aclimação na ilha, adaptar-se-ia melhor às características físico-climáticas dos jardins italianos do que às do seu próprio país de origem, onde muitas delas só poderiam crescer em estufa. Mas indica também que os jardins da ilha se colocam no ponto intermédio entre o sul e o norte, espécie de traço de união entre as zonas temperadas e as regiões tropicais e sub-tropicais¹⁴⁵.

A constituição de um ideário adequado aos jardins micaelenses ganha forma com a ideia de transformar as ilhas em verdadeiras estações de aclimação. Várias vezes expressa desde a segunda metade de Setecentos, a ideia não era inédita. Adanson fizera-lhe referência ainda em 1753; T.Ashe e Boid advogaram-na insistentemente no começo da centúria seguinte e o jornalista Luz Soriano volta a falar dela¹⁴⁶. A ideia chega a ter eco internacional quando Seubert, na sua *Flora Azorica* publicada em 1844, defende que "estas ilhas parecem oferecer uma estação apropriadíssima, onde as plantas das regiões mais quentes a introduzir na Europa poderiam habituar-se a um mais rigoroso clima"¹⁴⁷. Joseph Decaisne, director do Museu de História Natural de Paris, volta a defender publicamente o mesmo projecto¹⁴⁸.

Uma primeira experiência havia já sido implementada na Macaronésia com o **Jardim de Aclimação de Puerto Cruz** (1788-1808), nas ilhas Canárias, destinado a aclimatar espécies da América e da Ásia. Em consequência disso, muita da flora exótica das ilhas Canárias passou a ser cultivada nos jardins das regiões de clima mediterrânico¹⁴⁹. Também a Madeira, mais ainda que os Açores, foi olhada com a possibilidade de se converter "no mais magnífico jardim botânico experimental do mundo inteiro"¹⁵⁰. E embora a criação de um jardim de aclimação, com

¹⁴⁴ Peter Wallace, ob.cit., p.239.

¹⁴⁵ Na tradução do artigo de Wallace para o *Journal d'Horticulture Pratique*, os jardins micaelenses são apresentados como o traço de união entre as regiões tropicais e as regiões temperadas do globo. 2ª série, tomo II (1857), p.159.

¹⁴⁶ Luz Soriano sugere a criação de uma estação de aclimação na caldeira do monte Brasil, na ilha Terceira onde, acrescenta, "se cultivassem e aclimassem, durante algumas gerações os vegetais delicados, que dos países quentes se quizessem transplantar para a Europa, e vice-versa." In *Revelações da Minha Vida...*, p.507-8.

¹⁴⁷ Seubert, *Flora Azorica*, 1844, trad. no *Arquivo dos Açores*, vol XIV, p.334.

¹⁴⁸ Joseph Decaisne, naturalista e publicista francês, foi muito conhecido em Portugal. Em 1866 quando se encontrava à frente do Museu de História Natural de Paris foi responsável pelo contracto de Edmond Goeze para o lugar de jardineiro chefe do jardim Botânico de Coimbra, graças aos contactos mantidos com o micaelense José do Canto. Provevemente também devido a esse conhecimento advoga a ideia de fazer dos Açores uma estação de aclimação, segundo afirma Edmond Goeze num artigo publicado no Instituto de Coimbra em 1866, p.29. Decaisne foi autor de vários trabalhos, entre os quais se destacam o *Manuel d'Amateur des Jardins* e vários artigos publicados no "Bom Jardinier", publ. em França desde 1855 e amplamente divulgado em Portugal.

¹⁴⁹ Cf. *Jardins Notáveis de Portugal - Necessidades*, "Jornal de Horticultura Prática", vol 7 (1876), p.42.

¹⁵⁰ D'Avezac, ob.cit., p.107.

características científicas, nunca tenha sido levada a cabo nos Açores, a verdade é que a paixão pelas plantas exóticas, com preferência pelas espécies tropicais e inter-tropicais, evidencia-se desde já nos jardins dos colonos estrangeiros e não mais seria abandonada pelos novos encomendadores dos jardins da Regeneração.

Chegados a este ponto, estamos em condições de concluir quanto ao papel dos ingleses nos avanços do *ornamental gardening*.

No que toca à *prática paisagista* (em sentido estrito), os ingleses não trouxeram propostas muito definidas e categorizadas. Pelo contrário, a sua conduta orientou-se mais para a valorização das potencialidades do solo insular, quer transfigurando os *valores do lugar* numa certa imagem de *insula afortunada* - onde o imaginário mediterrânico fornece importantes componentes da paisagem (as laranjeiras e as flores) -, quer infundindo-lhes um ideário que se define na vocação para a botânica ornamental, com especial incidência para a flora exótica das regiões tropicais e subtropicais.

A assimilação desse novo modo de entender a paisagem insular, acabará por penetrar no espírito mais urbanizado de alguns sectores da sociedade. Certamente que o relativo entrosamento da comunidade estrangeira com a sociedade local - podendo considerar-se uma condição especial se comparada com outras colónias inglesas - foi facilitadora da troca de gostos e hábitos diferenciados. Mas a maior anglicização - ou até melhor, europeização - do número restrito dos mais favorecidos, prende-se mais directamente com as oportunidades criadas após a instauração do regime liberal e com as condições de abertura ao exterior resultantes do envolvimento no negócio da laranja - negócio que os ingleses praticamente abandonam a partir da década de 30. Assim, quando no início dos anos 50, Peter Wallace fala dos jardins de S. Miguel para garantir que dentro em breve só teriam rival nos jardins ingleses existentes na sua terra natal, a comunidade inglesa residente e os seus jardins já não lhe servem de referência nesta questão.

3. As quintas de regalo no novo contexto do Liberalismo.

As medidas liberais vieram acentuar uma desmesurada concentração da propriedade.¹⁵¹ Na cidade de Ponta Delgada, uma pequena oligarquia de antigos fidalgos e novos burgueses, enriquecidos com a laranja, abraçam o novo programa

¹⁵¹ Cf. Maria Isabel João, *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*, 1991, p.165. A tendência para a concentração da propriedade é aliás confirmada por testemunhos da época: Em 1797 José de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque considerava mais de 20 casas vinculadas em Ponta Delgada; mas quase um século depois, Francisco de Arruda Furtado assegurava que “a ilha pertence a uma dúzia de grandes proprietários que possuem por toda a parte grandes corpos de terra”, in *Materiais para o Estudo Antropológico dos Povos Açoreanos*, 1884. Cf. ainda nota 8, *infra*.

ideológico e cultural do liberalismo, colocando-se em posição de poderem avançar com propostas estéticas inovadoras no quadro das suas quintas de luxo. Para a conversão de uma enorme riqueza acumulada, o Liberalismo veio dar o suporte ideológico favorável à inovação. É pois essa a conjuntura que deverá servir de ponto de partida à questão que nos ocupa.

Não se trata, evidentemente, de imputar progressismo - ou adesão profunda aos ideais republicanos e laicos da Revolução Francesa - a uma sociedade enfeudada nas prerrogativas e tradições ancestrais; uma sociedade encabeçada pelos morgados que, ainda há bem pouco tempo, o americano Webster acusava de estarem mergulhados na letargia e na ignorância "parecendo consistir quase toda a sua felicidade em comer, dormir e amontoar dinheiro"¹⁵² ; ou que a veia satírica do conde de Óbitos¹⁵³ resumia desta forma:

Meu primeiro outros aumenta
Meu segundo hervas come
O meu todo nesta ilha
Com tédio seus dias consome"¹⁵⁴

Tradição e inovação serão bem os termos de uma problemática que atravessa as várias esferas da vida social e do espírito sem que, no entanto, deixe de ser perceptível uma situação propícia à modernização. O que marcaria decididamente o novo estado de espírito seria a passagem pelos Açores de D.Pedro IV e a participação dos açorianos nas lutas liberais.

Numa obra que ainda não perdeu actualidade, Francisco Machado de Faria e Maia explica a rápida adesão micalense à revolução do Porto como a oportunidade, desde há muito esperada, para alcançar a libertação do Governo Geral sediado em Angra¹⁵⁵. Do pequeno número de activistas que em 1821 constituíram o primeiro governo interino, poucos terão insistido na defesa do liberalismo até aos acontecimentos que rodearam a chegada do duque de Bragança. A própria Junta Provisória criada em Angra durante o miguelismo é, para o mesmo autor, resultado da acção despótica e revanchista do general Tovar, pois que nessa ilha a aclamação a D.Miguel tinha sido em 23, geral e incondicional¹⁵⁶.

Contudo, não podemos esquecer o protagonismo dos Açores no processo de implantação do regime liberal em Portugal, desde o golpe militar do batalhão de caçadores nº 5, que criou o governo pró-constitucional em Angra, até à partida das

¹⁵² Jonh Webster, ob.cit., p.43

¹⁵³ D. Manuel Assis Mascarenhas Castello Branco, conde de Sabugal e de Óbitos. Foi um dos frequentadores dos serões poético-literários da Marquesa de Alorna, tendo sido deportado para os Açores em 1810. Aqui ficou instalado durante algum tempo no solar da Fajã de Baixo, então recentemente construído por Leocádio Viera.

¹⁵⁴ Cit por Francisco Ataíde de Machado Faria e Maia, *Um Deportado da 'Amazonas'*, 1930, p.62.

¹⁵⁵ Idem, pp.85-90, passim. Cf. também Maria Isabel João, ob.cit., p.218-20.

¹⁵⁶ Idem, pp.85-90.

tropas liberais de Ponta Delgada, a 27 de Julho de 1832. "Uma experiência tão rica marcou decisivamente o discurso político das elites locais" que, como muito bem percebeu Maria Isabel João no estudo dedicado aos movimentos autonómicos nos Açores, converteu esse complexo momento histórico numa forma estereotipada e, de certo modo, mitificada, capaz de unir os açorianos num movimento de participação decidida, heróica e gloriosa¹⁵⁷.

Durou cerca de 3 meses a permanência do estado maior do duque de Bragança na ilha de S.Miguel. No programa oficial incluíram-se passeios, caçadas, jantares e bailes, numa intensa agitação mundana, em que pontificaram homens como Palmela, Mousinho da Silveira, Marqueses de Loulé, de Fronteira e Alorna, de Ponte de Lima, Condes de Vila Flor, de Lumiares, Sá da Bandeira, Cândido José Xavier, Garrett, Herculano, José Estevão, Luz Soriano, José da Silva Carvalho, para além do elevado número dos oficiais britânicos que integravam a comitiva, entre os quais se contaram Edward Boid, Charles Napier, Peter Mins, Loyd G.Hodges - para só mencionar os que deixaram relatos sobre a expedição portuguesa. Os festejos, diria o capitão Boid, "tanto particulares como públicos, civis, militares e eclesiásticos, em honra da visita de Sua Magestade, espalhavam por toda a cidade uma onda de brilhante alegria, nunca presenciada dantes, e de que não havia memória entre os habitantes."¹⁵⁸ A aristocracia local, habituada aos estreitos limites do meio provinciano, vê chegada a oportunidade de empenhar, sem restrições, toda a sua *verve* e fortuna pessoal no desempenho de um papel que lhe garantisse outro merecimento no quadro nacional. A influência desse curto período, revelar-se-ia decisiva na conversão da elite local a outros horizontes culturais.

A mais proeminente figura do liberalismo micaelense foi Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira (1785-1868), futuro Barão da Fonte Bela e, certamente, o capitalista mais poderoso dos Açores. Grande produtor e exportador de laranja, aliava a esse ramo de negócios a armação de navios e a actividade bancária. "São extraordinárias [diz Supico] as sommas que os bancos inglezes lhe pagam anualmente, as quaes se lhe accumulam aos fundos que tem depositados nos mesmos bancos"¹⁵⁹. Somas que lhe permitiram fazer três grossos empréstimos a D.Pedro. Liberal desde a primeira hora, tendo integrado o governo interino em 21, foi o primeiro a acolher, com grande galhardia, o exército vitorioso de Vila Flor, na sua quinta do Botelho¹⁶⁰. Nessa mesma propriedade receberia em festa, mais tarde, toda a comitiva do duque de Bragança. O título, que chega em 36, a comenda de Cristo em 39 e o pariato em 43, vêm compensá-lo.

¹⁵⁷ Maria Isabel João, ob.cit.,p.221-2.

¹⁵⁸ Boid, ob.cit.,p.114.

¹⁵⁹ *Almanach do Archipelago dos Açores...para 1865*, p. 85.

¹⁶⁰ Cf. Gabriel de Almeida,*Dicionário histórico-Geográfico dos Açores*, Ponta Delgada, 1893, p.95.

Duarte Borges da Câmara Medeiros(1799-1872), futuro visconde da Praia, era senhor e administrador de 58 vínculos, tendo aumentado ainda o seu património com compras de bens nacionais e penhora por empréstimos não satisfeitos. Em 29, o major Sá Nogueira atribuía-lhe um rendimento anual de 60.000 a 70.000 cruzados¹⁶¹. Às suas custas fretou e armou um navio da expedição de 32 e participou no empréstimo de 400 contos insulanos lançado por D.Pedro. Ao contrário do barão, Duarte Borges provinha de velhas estirpes fidalgas da ilha, tendo recebido uma educação tradicional no Colégio dos Nobres (estudos clássicos, inglês, francês, esgrima, equitação e musica). A adesão à causa liberal custou-lhe uma prisão e deportação para Santa Maria, durante a regência de D.Miguel mas, por outro lado, garantiu-lhe mais tarde as honras de receber parte da comitiva do duque, um título de visconde e o pariato.

Outro dos "reis" do liberalismo insular, foi o morgado Manuel de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque(1798-1847). Primeiro barão das Laranjeiras, foi considerado na sua época, o pioneiro do cultivo da laranja em grande escala¹⁶². Chefe do partido reformista, tendo participado activamente na primeira revolução liberal, o barão das Laranjeiras era ao tempo presidente do Senado da Câmara e principal mação da "loja dos Gatos". Nessa qualidade, "teve a constância de reunir em sua casa em todos os Domingos e dias Santos (...) por meio de jantares maçónicos sempre de cinquenta talheres, todos os mais conspicuos membros do partido da opposição"¹⁶³. A sua bolsa ajudou a sustentar os emigrados políticos em França e Inglaterra e, chegado o momento de organizar a expedição dos 7500 bravos, foi ao barão das Laranjeiras que se ficou a dever o fornecimento dos víveres necessários para a frota. É evidente que os dividendos políticos da adesão à causa liberal, se converteram mais tarde, na conquista de posições proeminentes na governação da ilha. Em 33 recebe o título de barão, a comenda de Cristo e ascende ao pariato; em 38 é nomeado chefe governativo da ilha, com o título de "Administrador Geral"; e em 1846 nomeou uma "Junta Governativa", por ele próprio presidida e conhecida pelo "governo dos 5 reis".

Não ficaria completo este retrato sem uma referência ao morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros(1786-1858). Administrador de uma casa morgadia que reunia 16 vínculos, e incluído entre os vinte maiores proprietários da ilha já em 1807¹⁶⁴, foi como os restantes, um grande senhor da laranja e uma figura com responsabilidades públicas. Liberal, por reconhecimento do facto consumado e por obrigações de anfitrião para com o Senhor D.Pedro - que hospedou no seu palacete da Rua da

¹⁶¹ Sá da Bandeira, ob.cit., p.86.

¹⁶² Jacinto Victor Vieira afirmava ter sido o barão o primeiro grande cultivador de laranjas, apud. Peter Wallace, ob.cit., p.250. Outro testemunho é o do conde Vargas de Bedemar que atribui essa primazia à família do barão, cf. Observações teológicas feitas em uma viagem às ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores nos anos de 1835 e 1836, 1837, p.2.

¹⁶³ Luz Soriano, ob.cit., p.456.

¹⁶⁴ Cf. Sacuntala de Miranda, ob.cit., p.33.

Graça -, o morgado Caetano, como ficou conhecido, foi um homem menos politizado. Muito preso a valores tradicionais, evidencia ainda um espírito setecentista, do qual não está excluído um forte empenhamento pela "coisa pública". Em Dezembro de 1832 recebe a comenda da Ordem de Cristo.

Embora a permanência da corte nos Açores tivesse levado ao aparecimento de manifestações de "novo-riquismo", não devemos fazer desse fenómeno uma análise demasiado apressada e superficial. O ideário liberal penetrou profundamente nos espíritos através de uma ideia central, a ideia de "Civilização"; ou seja, os progressos materiais e espirituais (ou morais, como então se dizia), recuperados do Iluminismo, e que uma vez implementados, permitiriam resgatar as Luzes do seu programa nunca cumprido. Sonha-se com obras de "civilização": com o avanço da agricultura e da indústria, com a instrução pública e o cuidado na educação esmerada dos filhos de bem. Os ricos procuram, pelo gosto e pela arte, efeitos de emulação com as comodidades da vida de "lá fora". Pela primeira vez os micalenses (ou alguns deles) puderam sentir o pulsar de um mundo maior, com a certeza, agora, que dele faziam parte.

Nos progressos materiais assinalam-se várias iniciativas de monta. Em 1833, Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira apresenta à Junta Geral da Província Oriental, um projecto para a abertura de um molhe na cidade de Ponta Delgada dando, aliás, seguimento à proposta do Eng. Francisco Borges da Silva, de alguns anos atrás. Em 38, os negociantes e proprietários mandam vir de Londres o engenheiro Tucker com o objectivo de efectuar o plano da obra. Esta só seria adjudicada em 57 (com uma dotação que onerava a exportação da laranja), para só vir a ser concluída no final do século. Entretanto, as obras do caes novo - efectuadas durante a década de 30, sob o plano e direcção do morgado José Caetano, que nelas empenhou o seu esforço e o seu dinheiro - trariam a solução possível às deficientes condições de aportagem.

Outras iniciativas públicas iam deixando as marcas do "progresso" e da "civilização": A vereação da Câmara de 1839 decide, num projecto pioneiro nos Açores, iluminar as ruas da cidade com 120 lampiões de óleo de peixe; em 38, havia sido inaugurada a Rua Formosa e, pouco depois, o Foral da Alegria, rasgados em terrenos oferecidos pelo visconde da Praia; a Misericórdia instala-se no desactivado convento de S. Francisco e, logo em 1839-40, põe a funcionar uma "Escola Médico-Cirúrgica"; em 1841 é criada a *Biblioteca Pública*, sob o impulso do morgado Caetano e com donativos de particulares e fundos dos conventos extintos; em 46, iniciam-se as obras do cemitério de S. Joaquim e dois anos depois, um novo mercado é pensado para os terrenos da antiga cerca do convento da Graça, libertando o velho largo da Matriz da parafernália de produtos hortícolas; no centro da cidade, é finalmente proibida a circulação dos porcos.

Ponta Delgada beneficiava, também, desde 1824, de dois passeios públicos: o Campo de S. Francisco regularizado e ajardinado por acção do governador militar José Teixeira Homem de Brederode - para onde se ia aos domingos ouvir música - e o Alto da Mãe de Deus, que o mesmo governador transformara em passeio público com base num projecto de 1815. Em 38, a Câmara propõe a transformação do velho Campo dos Dizimos numa alameda, a que também se chamaria *Avenida da Liberdade* (depois de atrasos sucessivos só seria concretizada em 63).

Mas onde a mudança é mais sensível é no campo das várias publicações e agremiações culturais e recreativas, fundadas por cidadãos preocupados com a actuação cívica e crentes nos benefícios (científicos e técnicos) decorrentes da sua capacidade organizativa. Estão neste caso a fundação do "Açoriano Oriental" em 35, logo seguida de vários outros jornais¹⁶⁵; a *Associação Comercial de Ponta Delgada*, inaugurada em 35, a *Sociedade dos Alunos de Direito Público de Ponta Delgada*, criada em 36 ou, em 42, a transformação das duas "lojas" maçónicas em sociedades recreativas, o *Clube de Ponta Delgada* e a *Assembleia Micaelense*, mais tarde unidas no *Clube Micaelense*. Um ano depois, criava-se a *Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense*, que logo editava *O Agricultor Micaelense*, primeira publicação nacional da especialidade¹⁶⁶. No ano seguinte, José de Torres fundava a *Sociedade Escolástica Micaelense*, responsável pela publicação de 12 números d'*O Philologo*. Em 47, com a chegada de Castilho, formava-se a *Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes*, viva até 85 e responsável pela criação de cursos de Instrução Primária (para os quais Castilho inventou o célebre "método"). Fizeram ainda parte das atribuições da *Sociedade*, cursos de desenho topográfico, aritmética, geometria, higiene, francês, inglês, economia política, assim como a promoção de 2 exposições *Industriais, Artísticas e Agrícolas*, logo em 48 e 49. Desaparecido Castilho em 50, houve ainda lugar para *um Associação Auxiliadora das Letras Açorianas*, que publica a *Revista dos Açores*, sua folha mensal, entre 1851 e 53, e o *Almanach Açoriano* para os anos de 1851 a 56.

A transformação social do liberalismo atingiu as camadas mais abastadas da sociedade e, de um modo particular, os agentes envolvidos no negócio da laranja. Para estes, os contactos com o exterior, passaram a fazer parte de um modo de vida. A partir da década de 30, assiste-se à multiplicação das viagens de negócio e de recreio com destino às principais capitais europeias, onde podiam ser depositadas as somas realizadas com o comércio da laranja, adquiridos bens de consumo e de luxo e, de

¹⁶⁵ Em 1852 Ponta Delgada contava 4 tipografias e 9 jornais, dois dos quais exclusivamente literários. Cf. Carlos Caldeira, *Apontamentos d'uma Viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa*, vol 2, 1853, p.317.

¹⁶⁶ No ano seguinte saíria o primeiro número do *Jardim Portuense*, descrito como um "jornal popular de cultura, aclimação, nomenclatura e comércio de plantas". A partir de 1845 o *Jardim Portuense* passava a ser publicado pela Sociedade Horti-Agrícola do Porto, nesse ano fundada. Lisboa só teria uma sociedade congénere na década seguinte com a Sociedade Flora e Pomora fundada em 1853.

alguma forma, assimiladas outras referências culturais. Por entre as famílias mais abastadas que vivem na cidade, testemunham os irmãos Bullar, instalou-se o hábito de "mobilier as casas segundo os modelos europeus". Num baile a que assistiram na casa da Taveira em 38, os salões bem mobilados, os vestuários, as danças e a música, tudo fazia lembrar "um salão de baile em Inglaterra ou em França". "Ouvia-se excelente música: pianos, rabecas, flautas e pífaros; viam-se lustres reluzentes, serpentinas brilhantes, vasos de flores e espelhos resplendentes"¹⁶⁷. As senhoras falam "o francês e o inglês e lêem na sua língua o 'Panorama', bem redigida revista lisbonense, bem como traduções francesas de várias novelas de Walter Scott"¹⁶⁸.

Curiosa é, sem dúvida, esta referência à revista *Panorama*, ou às novelas de Walter Scott, revelando o acerto de ritmos com o nascimento do romantismo em Portugal. Um romantismo que, também aqui, de forma significativa, se ligava ao processo histórico do liberalismo. Sem esquecermos que o ideário liberal, no caso micaelense, é indissociável da vontade de ascender à governação da ilha - promovendo uma nova camada com poderes políticos e sociais, erigida contra as medidas centralistas das reformas pombalinas -, liberalismo e romantismo estabelecem uma equivalência que não deixa de encerrar uma das suas principais ambiguidades¹⁶⁹. Pois se a condição peculiar de terem sido os românticos - grupo social orientador formado no liberalismo - a promover a reformulação dos sistemas sociais e políticos vigentes, essa condição colocava-os numa predisposição de espírito afirmativa das vantagens do progresso e da modernização e, como tal, contrária à explosão sentimental do romantismo - pelo menos naqueles aspectos que se ligam à fruição lírica e emocionada da natureza.

Pode dizer-se, e isso é verdade, que o sentimento da natureza como propulsor da prática artística e também da reflexão estética, pertenceu a um tempo e a uma condição pré-românticas, com repercussão imediata na primeira metade de Setecentos. Reconhece-se que a utilização precoce do epíteto "romântico" aplicado à paisagem - a paisagem descrita com um sentido "romanesco"- foi um dos núcleos fundamentais para a constituição do conceito, no século XVIII¹⁷⁰. Mas enquanto a estética romântica da paisagem se afastava da prática paisagista para atingir valores de puro subjectivismo visionário - a que só a pintura e a literatura poderiam dar corpo -, a fase histórica dos "jardins românticos" inscrevia-se dentro de valores pré-românticos, na sua

¹⁶⁷ Joseph e Henry Bullar, ob.cit., p.17.

¹⁶⁸ Idem, p.135

¹⁶⁹ Sobre os compromissos ideológicos que o romantismo português estabelece com a classe política do liberalismo veja-se José Augusto França, *O Romantismo*, vol I, 1974; Maria de Lurdes Santos, *Intelectuais Portugueses da primeira metade de Oitocentos*, 1985(inédito).

¹⁷⁰ No *Dictionnaire de l'Académie Française*, de 1798 o termo "Romantique" tem o seguinte sentido: "Il se dit ordinairement des lieux, des paysages qui rappellent à l'imagination les descriptions des poèmes et des romans". Apud. Helena Carvalho Buescu, *Incidências do Olhar: Percepção e Representação*, p.40. A autora conclui que "...o termo "romântico" parece qualificar o objecto (não com certeza por acaso, ainda a paisagem) em função do seu potencial "descritivo" e "romanesco"("à maneira do romance").", p.40.

generalidade arcádicos. O jardim romântico, com a sua propensão para criar "cenas", campestres e idílicas, de sentido melancólico ou elegíaco, representava ainda uma iconografia do clássico *locus amoenus* (neste sentido é paradigmático que Rousseau invocasse uma natureza de imagens amenas e pacíficas na idealização dos jardins de Emernonville¹⁷¹). E mesmo quando se recriavam, no âmbito dos jardins anglo-chineses, valores de uma natureza agreste e selvagem - representada geralmente por formações artificiais de rochedos (*cliff*) - eram "quadros" de sentido emblemático, destinados a suscitar uma reflexão intelectualizada sobre tais objectos.

Paralelamente, no campo da formação de uma estética da paisagem - para a qual Edmund Burke contribuiu de forma decisiva¹⁷² - fixam-se os códigos disciplinadores do juízo estético sobre ela, reunidos em torno de três predicados: o *Belo*, o *Sublime* e o *Pitoresco*. O *Belo*, decorre dos princípios de harmonia, docilidade e serenidade e está ligado ao ideal clássico; o *Sublime*, gerado na contemplação do disforme, do grandioso e do infinito confunde-se com a emoção romântica; e finalmente, o *Pitoresco*, como uma *via mediocritas* entre as duas categorias anteriores, favorece a miniaturização em paisagens-jardim, pela exigência de cenários variados, de superfícies irregulares e de contrastes súbitos. Desta forma, o *Pitoresco* - constituindo-se num campo teoricamente impreciso - contribuiu poderosamente para garantir a instrumentalidade necessária à prática projectista, sem anular completamente a margem destinada à originalidade e subjectividade do seu autor.

Romantismo e paisagismo traçam percursos aproximados ao longo do século XVIII. No dealbar da centúria seguinte, os arquitectos da paisagem, herdeiros dessa formação cultural, preferem colocar o problema no âmbito do pitoresco. Mas a situação em Portugal não é de forma nenhuma coindidente com esse percurso, tanto do lado da reflexão teórica como da prática artística seguida, quer pela literatura quer (mais ainda) pela pintura.

É certo que a promoção de uma sensibilidade burguesa votada à paisagem tinha conhecido alguns precedentes no século XVIII. Não esqueçamos as pinturas de Pillement e os primeiros laivos de naturalismo que a Arcádia Lusitana inspirara a Bocage e à marquesa de Alorna. Mas este naturalismo é ainda, para António José de Saraiva e Óscar Lopes, "pretexto de convenção clássica, de cientismo literatizado ou

¹⁷¹ Cf. Daniel Mornet, *Le Sentiment de la Nature en France: De J.J.Rousseau à Bernardin de Saint-Pierre*, 1980, p.245.

¹⁷² Edmund Burke (1729-97) foi um político influente e um publicista conhecido pela sua reacção aos princípios da Revolução francesa. Em 1756 publica o *Philosophical Enquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful*, uma obra largamente difundida que influenciou directamente alguns dos mais importantes arquitectos paisagistas ingleses, desde Chambers (de quem Burke era amigo pessoal) até Repton, Price e Gilpin. A teorização sobre o Belo, O Sublime e o Pitoresco contida nessa obra teve sucesso imediato em Inglaterra mas também na Alemanha e na França, onde a sua obra foi saudada e traduzida por Diderot.

de encarecimento sentimental¹⁷³, a que faltam as notações sensíveis frente ao concreto e ao singular.

A temática do paisagismo acabaria por chegar, temperada de romantismo, na década de 1840. Nas páginas d'*O Panorama* multiplicam-se as exortações à natureza tal como esta tinha sido entendida pelos autores franceses mais ligados a uma via devocional e pietista, com destaque para J.J.Rousseau e Bernardin de Saint-Pierre¹⁷⁴. Este último é especialmente venerado como o contraponto perfeito aos enciclopedistas, “materialistas que não falavam com o coração e o sentimento”¹⁷⁵. O seu *Paul e Virginie* é o modelo seguido por Bulhão Pato, nas páginas da mesma revista, para uma delambida história de amor no cenário romântico do Bussaco e, ainda na década de 80, Júlio de Castilho invocava essa mesma obra para traçar os seus quadros de paisagem com as “notas de cor local verdadeira”¹⁷⁶. Tendo sempre por pano de fundo o pretexto literário, a pintura de paisagem portuguesa fixa-se na “documentação de costumes rurais e na opção animalista”¹⁷⁷, que a impede de tomar os caminhos líricos e visionários do sentimento romântico da natureza. Este sentimento da natureza - diria mais tarde Ramalho Ortigão em síntese da pintura romântica e naturalista -, nunca se desviaria da “paisagem pitoresca”¹⁷⁸.

Sem a formação estética do romantismo iniciado com a contemplação emocionada das belezas naturais, e, por outro lado, imbuídos dos imperativos iluministas do progresso e da civilização, os dirigentes da ilha - grupo consolidado com os acontecimentos de 32 - promovem um programa de melhoramentos nas suas quintas de luxo que é simultaneamente inovador e arcaizante.

Num relato de viagens escrito em 1852, aconselha-se a visita aos locais mais interessantes da cidade: o castelo de S.Brás, o passeio público da Mãe de Deus, a vista do Pico Tosquiado e as quintas..., em especial, a do **Barão das Laranjeiras**, a do **morgado Laureano Falcão** e a do **barão de Fonte Bela**¹⁷⁹. Será, pois, a estas que daremos um tratamento mais cuidado.

3.1. A Quinta das Laranjeiras

A Quinta das Laranjeiras ficava situada (como ainda hoje) acima do núcleo urbano de Ponta Delgada, no eixo viário que liga o sítio da Mãe de Deus ao lugar da Fajã de

¹⁷³ António José de Saraiva e Óscar Lopes, *História da Literatura Portuguesa*, p.652.

¹⁷⁴ Vejam-se os artigos: *Sobre a Natureza vivente e suas relações*, vol 3, 1839; *Estudos literários: Bernardin de Saint-Pierre*, vol 10, 3ª série, 1853 e *Apointamentos de Viagem: Uma história no Bussaco*, vol 9 (3ª série, 1852) e 10 (1853)

¹⁷⁵ *Estudos literários*...cit na nota anterior, p.44.

¹⁷⁶ Júlio de Castilho, *O Archipelago dos Açores*, 1886, p.13.

¹⁷⁷ Cf José Augusto França, *A Arte Portuguesa de Oitocentos*, 2ªed., 1983, p.63.

¹⁷⁸ Ramalho Ortigão, *Na morte de Miguel Lupi*, “O Figaro”, Maio de 1883, pp.8-10.

¹⁷⁹ Carlos José Caldeira, *Apointamentos d'Uma Viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa*, 1853, p.315.

Baixo. Foi provavelmente esta quinta que deu o nome à “estradas das Laranjeiras”, nome por que só aparece registada nos inícios do século XIX¹⁸⁰.

A primeira referência ao solar das Laranjeiras aparece na descrição de uma “vista” da cidade feita pelo engenheiro Borges da Silva no ano de 1813. Nessa “vista” destacam-se os sinais urbanos mais marcantes na composição de um quadro que o autor descreve com um claro sentido pictural:

A cidade vista do ancoradouro oferece uma linda perspectiva, a sua longa extensão ao longo da costa: as casas situadas nas alturas do Ramalho, Fajã, de Santa Catarina, Parto, Boa vista, Laranjeiras e Mãe de Deus, projectando grandes massas brancas, entre o verde escuro dos arvoredos (...) produzem um complexo pinturesco, interessante ao viajante¹⁸¹.

Podia traçar-se a história da perspectiva da “cidade vista do ancoradouro” até se chegar a esta definição de *pinturesco* onde, claramente, a valorização do cenário se baseia em critérios picturais. Mas interessa-nos sobretudo verificar como a localização do solar das Laranjeiras segue a preferência tradicional pela implantação sobre a linha circular periférica da cidade, beneficiando de um panorama alargado sobre o centro urbano e o mar.

De entre os vários solares aos quais já fizemos referência, o das Laranjeiras é o mais recente. Julgamos dever atribuir a sua construção, incluindo a casa, pátio do terreiro da entrada e capela anexa, a Agostinho de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque e sua mulher Joana Ricarda Soares de Albergaria. Numa escritura de 16 de Março de 1804, o casal aparece a dotar a ermida do Santo Cristo com a renda de 5\$000rs imposta numa vinha da Canada dos Prestes (acrescida de outros 7\$000rs. que ofereceram os pais de Joana Ricarda) - dotação exigida pelo bispo de Angra para licenciar a ermida¹⁸². No frontespício da capela aparece lavrada a data de 1806. Nada indica pois que se trate de uma reedificação, mas sim da construção de raiz, tanto da ermida como da casa que se articula com esta na fachada virada a oriente.

Pela implantação e ordenamento dos elementos do plano, esta construção integra-se perfeitamente nos modelos da arquitectura solarenga da segunda metade do século XVIII. Uma planta da cidade de Ponta Delgada, desenhada em 1831 por António Ferreira Garcia de Andrade¹⁸³, mostra-nos a edificação com o eixo maior ao longo do arruamento, reservando a fachada do lado sul para a entrada privada através de um terreiro murado. Ao longo do corpo rectangular distribuem-se os aposentos em linha, terminando com a capela num dos extremos, e com o balcão da entrada assente sobre

¹⁸⁰ É natural que fosse a quinta a dar o nome à rua, pois como acontecia antes das nomeações por decisão camarária, a nomenclatura da malha urbana fazia-se por referência a pontos fulcrais do espaço, pela sua distinção arquitectónica, social ou utilitária. Cf. Nestor de Sousa, ob.cit., p.31.

¹⁸¹ Francisco Borges da Silva, *Notas e Estatística da Ilha de S.Miguel: Cidade de Ponta Delgada*, “Revista Michaelense”, n.º 1, 1920, p.602.

¹⁸² Cf. Ernesto do Canto, *Igrejas, Ermidas e Altares*, ob.cit., n.º 95.

¹⁸³ B.P.A.P.D., “Planta da cidade de Ponta Delgada”, desenhada por António Ferreira Garcia de Andrade, 1831.

arcaria, no outro extremo. Esta distribuição, que seguia de perto o modelo adoptado em Santa Catarina, foi depois alterada em função da correcção do traçado da estrada das Laranjeiras, deixando uma zona livre na frente da casa, então aproveitada para integrar um jardim que ocupou, igualmente, toda a zona do pátio.

Provavelmente que desde o seu início o solar das Laranjeiras se rodeava de extensos laranjais, tendo sido uma das propriedades pioneiras na plantação intensiva dos citrinos. O conde Vargas de Bedemar que viajou pelas ilhas da Madeira, Porto Santo e Açores nos anos de 1835 e 36, descreve os terrenos centrais da ilha "cheios d'essas deliciosas quintas, ou pomares de laranjeiras, as quaes foram introduzidas pela família do Barão de Medeiros de Laranjeiras"¹⁸⁴. Por seu turno, é o próprio barão que o micalense Jacinto Victor Vieira toma por pioneiro das quintas de laranja¹⁸⁵. Seja como fôr, é durante a administração do filho dos construtores, Manuel de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque(1798-1847) - futuro barão das Laranjeiras em virtude dos serviços prestados à causa liberal - que a quinta conhece a época de maior prosperidade. No período áureo que representou para a elite local a estadia da corte do duque de Bragança, a quinta das Laranjeiras foi palco privilegiado de uma intensa actividade política e mundana, concretizada em jantares, bailes, caçadas e passeios de "visita às quintas". Durante a estadia na ilha das tropas liberais, conta-nos Luz Soriano, o morgado da Câmara Medeiros

teve a constância de reunir em sua casa em todos os Domingos e dias Santos (...) por meio de jantares maçonicos sempre de cincoenta talheres, todos os mais conspícuos membros do partido da opposição (...) Ninguém é capaz de apresentar jantares mais bem servidos nem com maior profusão [continua Luz Soriano]: tirada a primeira coberta, que era sempre um grande jantar, seguia-se uma segunda com a mesma grandeza e profusão, e depois uma terceira, que não desdizia das primeiras duas..¹⁸⁶

Nessa época, a quinta estendia-se até quase ao mar e atingia, em direcção à cidade, a rua do Perú¹⁸⁷. Por entre os laranjais abriam-se ruas ensombradas por árvores silvestres, mas os terrenos mais cuidadosamente ajardinados ficavam junto da casa. Ai cruzavam-se longas alamedas de acácias, giestas e faias, por entre as plantações de citrinos. Em alguns pontos de referência, distribuiu o barão algumas das essências exóticas mais apreciadas, como é o caso da *Jubea spectabilis*¹⁸⁸ - palmeira que atingira

¹⁸⁴ Conde Vargas de Bedemar, ob.cit.,p.2.

¹⁸⁵ Apud Peter Wallace, ob.cit.,p.250. Jacinto Victor Vieira foi muito provavelmente o jardineiro chefe do barão das Laranjeiras. Sobre a sua dedicação à cultura das laranjeiras deu à estampa os *Principios Gerais de Jardinagem*, obra publicada em 1838 e inteiramente dedicada ao cultivo das árvores frutíferas.

¹⁸⁶ Luz Soriano, ob.cit.,p.456.

¹⁸⁷ Os limites da quinta pelo lado da cidade são visíveis no projecto traçado por Francisco Borges da Silva em 1815 para o primeiro passeio público (B.P.A.P.D.). Nele vê-se como o caminho das laranjeiras atinge a base do promontório onde está a ermida da Mãe de Deus, ficando essa estrada integrada no projecto de ajardinamento, como um "Passeio de Sege" "de terra coberta de cascalho vermelho com uma porta para a rua de S.João" (no troço da actual rua do Perú).

¹⁸⁸ Edmond Goeze, ob.cit.,p.61.

já um porte majestoso quando o visconde das Laranjeiras tira o seu *cliché* na segunda metade do século -, ou a *Araucaria excelsa* que os visitantes da quinta muito apreciavam¹⁸⁹.

Dos elementos inertes, destacava-se o "portão velho do leão" (desaparecido), formado por um arco em pedra basáltica com duas meias colunas adossadas e um leão lavrado na mesma pedra, encimando o portal. Havia ainda, num relvado perto da casa, uma *rockerie* moldando uma gruta em pedra vermelha parcialmente coberta com trepadeira, sobre uma bacia de água talhada no mesmo material.

Nos inícios dos anos 50, o segundo barão das Laranjeiras (e primeiro visconde) António Manuel de Medeiros da Costa Canto e Albuquerque (1816-1884), promove novos melhoramentos na quinta, entregando o projecto ao paisagista inglês Peter Wallace, que se encontrava na ilha por intermédio de José do Canto¹⁹⁰. O visconde encarrega-o de projectar uma nova área de jardim para a zona em volta da casa, entretanto alargada, e de conduzir os trabalhos de plantação. Wallace começa por derrubar os altos muros que vedavam o pátio do terreiro, criando um espaço fronteiro onde desenhou um vasto canteiro de relva pontuado por alguns arbustos ornamentais, e um pequeno tanque circular, ao centro. O mesmo tratamento, com canteiros de relva de formas semi-geométricas, foi continuado para poente - ocupando toda a zona do antigo pátio -, deixando apenas os arruamentos necessários para a circulação das carruagens em frente da arcaria que assinala a entrada da casa. Delimitada a nova zona de jardim, criou um muro baixo encimado por gradeamento em ferro forjado, também aplicado nos portões, e interrompido por quatro pilares de elegante lava.

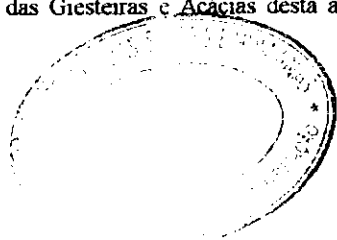
É difícil saber quais as alterações introduzidas na zona da quinta, pois tudo quanto resta da antiga propriedade resume-se a este pedaço de terreno junto da casa. Sucessivamente mutilada, a quinta sofreu muito com um "temporal cyclone" que em 1876 derrubou grande número de árvores, entre as quais as acácias e giesteiras que formavam as primitivas alamedas¹⁹¹. Parte sacrificada ao abandono com a decadência do comércio da laranja, parte desanexada para loteamentos urbanos, e ainda, muito recentemente, expropriados os últimos quartéis que restavam da antiga quinta - onde se incluía o "portão velho do leão"- , pouco podemos imaginar do seu antigo esplendor.

Do que vimos até agora não há lugar para a "explosão sentimental" que caracteriza o romantismo e que, pelo lado do sentimento da natureza, se manifesta na preferência por uma natureza selvagem e agreste ou na adopção de um ideal de vida rústica, ou mesmo celibatária. Ao contrário, a quinta das Laranjeiras nada tem que ver

¹⁸⁹ Idem, p. 50.

¹⁹⁰ Cf. Peter Wallace, ob.cit., p. 248.

¹⁹¹ Arquivo de António Albuquerque Jácome Correia, "foto da alameda da quinta das Laranjeiras" onde se lê numa anotação marginal que grande parte das Giesteiras e Acácias desta alameda foram destruídas por um "temporal cyclone" em 1876.



com esse ideal rosseuniano. É mais a *villa* peri-urbana onde os sinais de ostentação e riqueza se aliam a uma vontade de progresso económico e a uma acção de domínio sobre o espaço natural.

3.2. A Quinta do morgado Laureano

Paredes meas com esta propriedade ficava a quinta do morgado Laureano. Iniciada já em pleno período liberal, esta quinta evidencia um avanço nas concepções do espaço, na cenografia das arquitecturas e na morfologia dos seus elementos que a coloca, decisivamente, na última fase das quintas ajardinadas. Fase que podemos considerar marcada pela receptividade a outras perspectivas culturais, muito embora assimiladas de forma um pouco aleatória, sem o amadurecimento claro de um programa e de uma concepção unitárias.

Pouco sabemos das origens históricas desta quinta, antes da campanha de obras dos anos de 1840. É possível que tenha existido no local uma modesta habitação com a sua capela anexa, como parece provar a descoberta de uma pedra de pia baptismal, gravada com uma *suastika* de feição rústica, remontando, provavelmente, ao século XVII¹⁹². Seja como for, no novo traçado não persistem quaisquer vestígios dessa pré-existência.

A nova quinta, a que preside já a ideia da *quinta de regalo*, deve-se à acção do morgado Laureano Francisco da Câmara Falcão (1804-1868). Grande proprietário e senhor de vários vínculos na ilha de Sta.Maria - de onde era natural -, em S.Miguel e na ilha da Madeira, o morgado Laureano não foi, ao contrário dos restantes, um grande cultivador de laranjas nem tão pouco um negociante típico. Educado no Colégio dos Nobres, cedo abraçou a carreira das armas, sendo nomeado, com apenas 20 anos, tenente-coronel das Milícias de Ponta Delgada. Desde então residente nesta cidade, aqui desempenhou alguns cargos ligados à vida pública, como o de Governador Civil, Presidente da Câmara e Deputado às Cortes pelo círculo de Ponta Delgada, na legislatura de 1861-65. É certo que se interessou pelos progressos da agricultura, tendo levado a cabo experiências precursoras, com a cultura do milho, na sua propriedade designada "A Ilha", na freguesia de S.Jorge da ilha da Madeira. O mesmo aconteceu em S.Miguel, onde colaborou com a Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense. Sabemos que o seu gosto por experiências com plantas o levaram a introduzir na sua quinta às Laranjeiras, algumas exóticas que aí vegetavam, bem como o café, o chá e a *Hevea guianensis*¹⁹³. Mas o seu empenhamento, podemos

¹⁹² Cf. Inventário da colecção do Museu Carlos Machado, elaborado por Luis Bernardo Leite Ataíde.

¹⁹³ Henri Drouet, *Catalogue de la Flore des Iles Açores...*, 1866, p.37.

entrever, é apenas o normal interesse que um homem da sua condição devia demonstrar pelos progressos da agricultura.

De resto, a sua quinta não era grande. No conjunto, não ultrapassava os 30 alqueires, cerca de 41.800 m² de terreno ajardinado entre os laranjais. Mais do que ao rendimento da quinta, o morgado Laureano atendia ao enriquecimento decorativo da sua propriedade, fazendo projectos grandiosos como o da construção de um "salão de baile" ao cimo de uma extensa alameda, "um pequeno forte numa colina" ou o vasto casarão cujo plano só parcialmente foi cumprido. Tudo nesta pequena quinta devia concorrer para produzir o efeito encantatório de uma natureza pródiga, ornamentada com os "frutos da abundância" que de uma forma lenta, mas decisiva, ia marcando o imaginário ilhéu durante a primeira metade do século XIX.

Do confronto entre a documentação disponível e os vestígios construídos, destacam-se dois núcleos ajardinados que correspondem a duas fases sucessivas na construção da quinta: a primeira vai até 1845, ou pouco depois, no período que antecede a morte da sua primeira mulher, Maria Jacinta de Vasconcelos Falcão¹⁹⁴; a segunda, a que corresponde a construção da casa e sua envolvente, data dos primeiros anos da década de 50, depois do casamento com Maria Luisa de Medeiros Câmara em 1849 (Anuário da Nobreza, ...28/04/1849). O novo casal passa a residir na quinta onde o morgado viria a falecer no ano de 1868.

O núcleo inicial do ajardinamento e principal centro de interesse da quinta, situa-se junto da entrada, na zona do tanque. Segundo uma fonte coeva, este recinto "ocupando pouco mais do que metade de um acre [cerca de 2,5alqueires ou 3680m²] de terreno" é ocupado por "relvados, *rockwork*, água, elevações e depressões, fontes, etc"¹⁹⁵

De entre estes elementos, reveladores de um certo gosto pitoresco, devemos destacar o tanque. Trata-se de uma peça de água com cerca de 50m de diâmetro no eixo maior, de formato irregular, onde se implantam duas ilhotas de desigual tamanho e de aspecto contrastante. A maior assume uma forma alongada e povoa-se de bambús, canas indicas e outras exóticas da flora tropical. A segunda, muito mais pequena, faz assentar, sobre base circular, um pagode chinês de planta octogonal, cujos alçados se acham inteiramente cobertos por rendilhados de madeira, assinalados nos oito ângulos, por campainhas em terracota que pendem do beiral. Na bandeira dos dois vãos de acesso ao interior do pequeno templo, popularmente designado "o coreto", inscrevem-se os monogramas dos seus fundadores. Nas margens do tanque existem ainda dois "embarcadouros" que se olham entre si, destinados a atracar pequenos botes de recreio. Em volta do tanque, corre um passeio ou vereda por entre

¹⁹⁴ Cf. Livro de Registo de Óbitos da freguesia da Fajã de Baixo, 1830-60, fl.89.

¹⁹⁵ Peter Wallace, ob.cit.,p.248.

as margens "arrelvadas", interrompidas aqui e ali pelas banquetas de encosto, o fontenário e os pavilhões, junto ao muro do lado sul/nascente. São estes elementos inertes que completam o programa iconográfico do recinto ajardinado, conferindo-lhe um forte sentido cenográfico.

O fontenário mantido inacabado é uma peça típica do gosto fantasista das *fabriques* românticas inseridas em jardins. Temos neste caso uma construção em alvenaria rebocada, composta por um nicho central de perfil quebrado, onde se insere uma pequena cascata simulada por concreções calcárias; ladeam-no dois outros nichos mais pequenos e de idêntico perfil, enquadrados por quatro colunas adossadas com capitéis coríntios, de feição rústica. A composição acusa o ritmo trinário da *serliana*, adaptada embora a outra configuração no perfil dos arcos.

Os pavilhões, situados no ângulo sul/nascente do muro limite, compõem um conjunto de terraços que, significativamente, ficaram conhecidos pelo *castelo*. Habitado apenas no piso térreo, o *castelo* articula três terraços de formato irregular e altimetria diferenciada ligados por lanços de escadas e corredores estreitos, terminando numa linha ameçada de merlões chanfrados. A sugestão militar que já se havia notado nos mirantes das primeiras quintas, aparece aqui manifesta de uma forma intencional pelo uso retórico da linguagem militar.

Na distribuição das espécies vegetais incluem-se, nesta zona do jardim, algumas árvores de grande porte, como os *Meterosideros* e os *Eucaliptus* que ladeiam o passeio junto ao muro a oeste, e arbustos ornamentais, sobretudo de camélias, na vertente este; numa pequena elevação junto a uma curva do passeio no ângulo nordeste, existia um *clump* de bambús, recentemente desaparecido. As margens do tanque, outrora de relvas, enchem-se agora com *Agapanthus*.

Saindo deste recinto, podia então percorrer-se os laranjais ao longo de cinco avenidas que o atravessavam, três no sentido longitudinal e duas na perpendicular. Estas avenidas, de acordo com o testemunho da americana Elisa Nye, que em 1847 visitou a quinta, eram ladeadas por árvores "educadas de modo a formarem como que dois altos muros, havendo além de tudo uma avenida com árvores de cada lado, tocando-se no alto e formando esplêndida alameda"¹⁹⁶. Seriam portanto avenidas de *abrigos* as que tracejavam os laranjais. Avenidas e laranjais são hoje terrenos de pastagem. Subsiste apenas a "esplêndida alameda" central percorrida de árvores mais nobres: plátanos e palmeiras alinhados dos dois lados, certamente plantados em fase posterior, e dois antigos carvalhos ingleses, estes possivelmente da época primitiva.

Uma planta da propriedade levantada em data incerta, na segunda metade de Oitocentos, mostra-nos a disposição das ruas e dos espaços ajardinados tal como apareciam definidos no princípio da década de 1850. Nela estão já representados a

¹⁹⁶ Elisa Nye, *Diário de um viagem da América aos Açores*, ob.cit., p.63.

casa e os arranjos envolventes. O projecto para a construção da casa, embora não assinado nem datado, deve situar-se por volta de 1850. De facto, nessa data o Comendador Laureano mandava levantar a planta do tanque já existente, certamente porque tinha a intenção de empreender novas obras na quinta. A tarefa é entregue ao jornalista e escritor micaelense José de Torres¹⁹⁷ - possivelmente o autor do risco da nova habitação. O lugar escolhido foi um sítio elevado e com "vista", para o qual o proprietário havia já projectado, anos antes, a construção do salão de baile. Seguindo uma implantação algo arrojada, o plano da construção previa uma disposição perpendicular à alameda principal, atravessando-a com quatro arcos que venciam o desnível do terreno aí verificado. Parcialmente assente sobre este criptopórtico, o edifício desenvolvia um longo corpo rectangular de um único piso, centrado por um torreão elevado a dois pisos de altura. Pelo lado exterior das fachadas sul, oeste e norte corria um balcão lageado, terminando numa grade de ferro com pedestais para estátuas, a intervalos regulares.

Trata-se de uma implantação que integra o espaço envolvente, expondo-se à área circundante da quinta e dominando o panorama longínquo da costa marítima. Os valores presentes nesta forma de comunicabilidade visual e física com o exterior, distanciam-se já do recolhimento e intimismo que haviam caracterizado a arquitectura do período anterior. Por outro lado, os esquemas compositivos e funcionais da construção não se afastam muito dos que eram praticados pela arquitectura tradicional. Eles evidenciam-se, quer na preferência por uma planta rectangular alongada - com o acrescento das cozinhas em corpo destacado -, quer pela presença de certos elementos tradicionais, como sejam o torreão quadrangular marcando uma axialidade vertical na fachada ou o balcão não alpendrado assente sobre arcaria.

Pelo absoluto despojamento decorativo das fachadas, cujo único destaque vai para o conjunto central do portal sobrepujado pela janela-varanda; pelo espaçamento regular dos vãos agrupados em módulos de janela-porta-janela, típico da arquitectura popular micaelense; como ainda, pela presença vernácula da forma cúbica do torreão - não pode ler-se qualquer influência directa de um figurino erudito, neoclássico, georgiano ou outro... Mas a integração das formas e dos temas da arquitectura insular numa linguagem arquitectónica dominada por um neoclassicismo simplificado, tornam admissível falar-se aqui em "arquitectura da laranja"¹⁹⁸. Por isto se justifica a atribuição

¹⁹⁷ José de Torres (1827-1874) nasce em Ponta Delgada, onde fez os primeiros estudos empregando-se mais tarde como oficial da Câmara e do governo civil. Aos 17 anos fundou a "Sociedade Escolastica Micaelense" dirigindo a publicação dos 12 números do *Philologo*. Nessa revista coube-lhe a investigação e divulgação de assuntos relacionados com a história dos Açores, assuntos que não mais abandonaria, reunindo uma extensa base documental nas *Variedades Açorianas*. Durante a estadia de Feliciano de Castilho colaborou de perto com a Sociedade dos Amigos das Letras e das Artes, tomando a seu cargo a regência dos cursos de geometria e de economia. A sua formação técnica leva-lo-ia para o Continente em 1852 onde trabalhou no recente ministério das Obras Públicas e dirigiu até falecer a repartição de Estatística.

¹⁹⁸ Esta designação proposta por José Augusto França, embora ainda não devidamente explorada em termos estilísticos, serve para referir a reacção da arquitectura micaelense aos modelos ingleses (neoclássicos e

de uma autoria insular onde, pensamos, o micalenense José de Torres tem absoluto cabimento¹⁹⁹.

A execução apenas parcial deste plano resultou num certo desconchavo dos alçados e desequilíbrio dos volumes. Mas a história da quinta está marcada por outros planos não cumpridos. São os pavilhões, "fortes" e "salão de baile" referidos por um dos visitantes ou o projecto para um jardim com cerca de 4.000m², destinado a ocupar uma área contígua à fachada norte do edifício. O esboço para este jardim, que também aparece sem data nem assinatura, é posterior à construção da casa e a sua autoria deve pertencer a um jardineiro-paisagista inglês, uma vez que a legenda e as anotações marginais aparecem naquele idioma. Além disso, o tipo de concepção em perspectiva e o desenho dos canteiros e arruamentos, levam-nos a crer nessa possibilidade. Não terá sido, contudo, uma encomenda feita no estrangeiro. A insegurança do traço faz pensar num desenho executado localmente, por alguém sem grande experiência da prática projectista. Provavelmente um dos três jardineiros que nessa altura residiam na ilha: George Brown, William Webster ou Peter Wallace.

O plano contempla um *parterre* de buxo com uma composição geométrica simples junto ao balcão norte, estendendo-se depois no traçado de canteiros com formas pouco rígidas de crescentes, estrelas, peltas e círculos, distribuídos livremente por entre os relvados. Em volta e nas zonas mais distantes, colocam-se os bosquetes de laranjeiras, circundados por ruas ondulantes. Na zona próxima da casa as árvores de porte estão ausentes, de modo a permitir perspectivas directas e livres sobre a construção. Este modelo vagamente reptoniano - onde uma gradação projectista, do formal ao irregular, estabelece diferenças de tratamento e de escala no desenho dos elementos do jardim²⁰⁰ - está mais directamente ligado ao estilo de Peter Wallace do que a qualquer dos outros dois jardineiros ingleses. Wallace, durante os sete anos que permaneceu na ilha, multiplicou-se em acções de delineamento e direcção de diversos jardins. Entre estes, destacam-se como mais significativos, os jardins de José do Canto e do morgado José Jácome Corrêa. Foi essencialmente neste último, iniciado em 1851, que Wallace adoptou um tipo de plano semelhante ao do esboço para a quinta do morgado Laureano.

Mas nesta quinta o projecto inglês não saiu da gaveta. Em vez dele procedeu-se a um arranjo simples nas duas vertentes sul e norte da habitação. Do lado sul traçou-se o tradicional jardim em cruz, centrado por uma bacia de água em *rockwork*; do lado

georgianos) introduzidos durante o período da "economia da laranja". Por fazer está ainda o estudo sistemático das formas e tipologias da arquitectura doméstica deste período, de modo a que possam determinar-se modelos e correntes de influência.

¹⁹⁹ Cf. nota 189, supra.

²⁰⁰ Obedecendo a um tratamento formal na zona próxima da casa e progressivamente adoptando formas tomadas da *natural* à medida que se dá o afastamento da residência, este modelo foi também muito seguido em França onde era conhecido por "jardim mixto"

oposto, um recinto para o jogo do *croquet* e alguns canteiros de relva delineados por veredas e pontuados por um ou outro arbusto ornamental e uma *Araucaria excelsa* de grande porte.

O abandono do plano desenhado por Wallace, não se deve tanto a dificuldades de aceitação estética, como aos crescentes problemas de carácter financeiro com que o morgado se defrontava. Um após outro, os seus ambiciosos sonhos foram sendo abandonados ou deixados a meio... Cada vez mais endividado com os gastos da quinta, o morgado Laureano acabaria por entregar a propriedade a António José de Vasconcelos, irmão da primeira mulher e seu principal credor.

Não obstante, durante o período em que a administrou, a quinta foi palco de agitada vida social. Como quinta de regalo e propriedade de luxo prestava-se aos passeios, jantares e bailes que passaram a constituir modalidades de convívio social muito apreciadas pelos sectores mais abastados da população. Esta dimensão recreativa que, devemos sublinhar, nada deve ao espírito solitário e romântico é, aliás, um dos aspectos mais relevantes das transformações sociais do período liberal.

Encontra-se nos anos 40, uma forte coincidência entre as transformações sociais que envolvem a instauração do regime constitucional e os avanços verificados no campo da arte paisagista, através da sua participação num universo modernizador comum.

A quinta do morgado Laureano dá-nos bem a medida desta "revolução" sociológica, apetrechando-se para receber uma utensilagem variada de funções recreativas e ostentatórias que aponta para padrões de consumo de teor burguês. As banquetas de pedra nos passeios e zonas de estar; os mirantes de onde se disfrutam vistas para o interior e para o exterior da quinta; o jogo do *croquet*; e, sobretudo, o grande tanque navegável com as suas duas ilhas exóticas, compõem um conjunto de objectos de função lúdica, onde já se adivinha um gosto eclético próprio de Oitocentos.

Apesar de algum arcaísmo ou rigidez no traçado do plano, Peter Wallace refere-se ao pequeno jardim da zona do tanque classificando-o de "jardim inglês". Certamente que a linguagem natural usada na modelação do relevo mereceria a sua simpatia. O acidentado do terreno apresentava-se, nessa zona, modelado por pequenas elevações e depressões que o projecto manteve com sensibilidade e respeito pela topografia. Mas são sobretudo as estruturas inertes e os elementos decorativos, mais sofisticados relativamente ao que era usual encontrar-se nas quintas de laranja, o factor de maior diferenciação desta quinta. Peças como o tanque, o fontenário romântico, o *castelo* ou o pagode chinês, fazem parte de um formulário do pitoresco que Wallace conhecia e entendia; pitoresco de "objectos" que encontra no exotismo das formas - evocativas de outros espaços e de outros tempos - um recurso eficaz na animação cenográfica do

espaço. As referências misturam-se e cruzam-se, assimilam-se elementos de origens e tempos diversos, compondo uma linguagem eclética que facilmente podia ser apreciada por um público burguês, pouco habituado às subtilezas das mensagens e referências eruditas. Tanto no plano iconográfico como nas questões da forma, podemos encontrar elementos dispersos provenientes de situações culturais e estéticas desencontradas:

- o tanque, pela dimensão e pela forma irregular - que o afasta do tanque de rega português, por um lado, e do lago artificial da tradição paisagista, por outro - não parece ter tido outro protótipo, senão o tanque do jardim Hickling, nas Furnas. A mesma planimetria centrada, o mesmo sentido das proporções, o mesmo recorte das margens de rebordo alto, aproximam as duas peças, deixando aberta a via para a criação de outras réplicas nos jardins da ilha;

- de entre as peças mais características dos jardins portugueses aqui repetidas, podemos incluir as banquetas de encosto decoradas com azulejos, que já se encontram nas quintas do renascimento ou, até mesmo, os trabalhos em *rockwork* presentes em tanques e cascatas das quintas portuguesas do período barroco e rocóco, como exemplarmente o demonstram a real quinta de Caxias, a cascata do aviário de Oeiras ou a cascata grande de Queluz;

- outra área de influência é a que serve a divulgação das *chinoiseries*. Muito em voga em Inglaterra desde a viagem de William Chambers à China no início do século XVIII, cedo aparecem em associações com os neogóticos: - vejam-se os exemplos ingleses de Grove House em Old Windsor, Wroxton em Oxfordshire ou Shugborough em Staffordshire, todos da 1ª metade do século XVIII²⁰¹. No decorrer da centúria de Setecentos, os pavilhões, pagodes e casas chinesas multiplicam-se pelos jardins europeus - desde o *Chinesisches Kabinett* do palácio Scönnbrunn, ao *Cuarto de papeles chinos* do palácio de Aranjuez, ao salão chinês do palácio de Champs-sur-Marne, até à *barraca chinesa* do palácio de Queluz. Nos começos de Oitocentos as *chinoiseries* tinham caído um pouco em desuso mas, nessa altura, em Portugal, são ainda pretexto para a fabricação das fantasias do conde de Farrobo na sua quinta das Laranjeiras, a Sete Rios, onde construiu um “pavilhão chinês com a sua elegante cúpula rodeada de campainhas de cristal de cores...”²⁰²;

- finalmente o *castelo*, peça de gosto romântico, sem dúvida, pela evocação nostálgica ou comemorativa de outras lutas e outras épocas de vigia para o mar; peça vernacular, também, se mantivermos como válida a ideia de uma funcionalidade e de uma forma desenvolvidas na ilha. Não é fácil saber a origem da introdução de tipologias militares na arquitectura de recreio, nomeadamente em jardins. Conhecida a

²⁰¹ Cf. David Jacques, *Georgian Gardens*, 1990, pp.43-8.

²⁰² *Quinta das Laranjeiras*, “Jornal de Horticultura Prática”, vol.III (1872), p126. Ver também *Archivo Pittoresco*, vol. VI (1862), pp.81-82.

reação da arquitectura civil aos modelos da arquitectura militar, o problema nunca foi abordado, tanto quanto sabemos, do ponto de vista dos jardins. É no entanto muito provável que os engenheiros militares, habituados à prática do levantamento topográfico, versados nas disciplinas da matemática, geometria e desenho, estivessem especialmente habilitados para a construção de jardins. E foi isso de facto o que aconteceu em alguns casos conhecidos. A engenharia hidráulica dos jardins de Queluz deve-se ao arquitecto e engenheiro-mor Manuel da Maia. Mais tarde, o primeiro passeio público lisboeta deve-se ao risco de um outro engenheiro militar; em 1773, o marquês de Pombal enviava a Coimbra o engenheiro tenente coronel William Eldsden para, conjuntamente com os professores de história natural da Universidade, traçarem o plano do jardim botânico²⁰³. Aqui mesmo, em Ponta Delgada, o projecto para o primeiro passeio público da cidade deve-se ao engenheiro militar Francisco Borges da Silva, logo seguido dos ajardinamentos do Campo de S. Francisco e da própria Mãe de Deus, dirigidos por outro militar. De resto, o morgado Laureano, o provável autor do plano do seu jardim, era militar e havia recebido formação no domínio das matemáticas, da geometria e talvez, também, da arquitectura.

De qualquer forma, a intervenção de engenheiros militares nos planos de jardim não justificam a introdução de réplicas da arquitectura militar no espaço dos mesmos. Mas tal situação também não pode ser considerada inédita. Nicolau Nasoni desenhou para a quinta da Prelada, perto do Porto, uma torre em forma de castelo neogótico miniaturizado, embora a sua fonte iconográfica fosse puramente heráldica. Uma notícia de Sousa Reis sobre a quinta das Macieiras, comprada nos inícios do século XIX por António Ferreira Pinto Basto, dá-nos conta da existência de "um alto mirante em forma de torre acastelada, bem forte em construção e muito vantajosa a quem a ela subisse para gozar desse elevado ponto uma larguíssima área de campo..."²⁰⁴. A mesma fonte acrescenta que a torre era circundada por "largas varandas de pedra", pormenor que se repete nos mirantes micaelenses.

A pujança de uma linha construtiva que em Portugal conhecera amplo desenvolvimento desde o período da renascença, poderá justificar a preferência pelas formas militares no âmbito de espaços de recreio, uma vez perdida a sua função específica. A partir de certo ponto, a integração de réplicas da arquitectura militar não se ficará tanto a dever aos conhecimentos técnicos e valores adquiridos nessa área construtiva, como a um reconhecimento do seu papel histórico e patrimonial. A esta convicção pode conduzir-nos o plano de construção do *castelo* na quinta do morgado Laureano, uma peça de assumido sabor militar. Perdido o seu carácter funcional,

²⁰³ Cf. Jorge A.R. Paiva, *Jardins Botânicos: Sua origem e importância*, sep. de "Munda", 1981, p.4.

²⁰⁴ Sousa Reis, *Apostamentos para a História Antiga e Moderna da Cidade do Porto*, cit. por Ilídio de Araújo, *Arte dos Jardins e Arte paisagista em Portugal*, vol I, 1962, p.241.

evidencia-se a consciência histórica da transposição dos valores da arquitectura militar para o âmbito de uma arquitectura de recreio e de função lúdica.

Nenhum dos exotismos do jardim atinge a construção da residência, cuja afirmação do gosto "moderno" não abdica de uma solução mais digna e respeitável, à qual a pureza formal das linhas classicizantes oferece garantia. Será esta, aliás, uma das constantes mais seguras da arquitectura doméstica micaelense, a marcar de forma clara os limites da aceitação das "fantasias" românticas e revivalistas.

No processo de ajardinamento das quintas de laranja, podemos concluir que a quinta do morgado Laureano, ao contrário da anterior que aparece ligada a uma intensa actividade produtiva, é uma propriedade de recreio onde, experimentalmente, se ensaiam os valores do pitoresco. A apetência aqui verificada para integrar elementos exóticos na arquitectura e na vegetação, a evocação de certas ressonâncias da história e da paisagem local, transformam-se numa linguagem que pretende conferir significação estética aos "valores do lugar". Mas o manejo pouco amadurecido no uso dessa linguagem, terá outro merecimento na quinta do barão da Fonte Bela, como veremos a seguir.

3.3. A quinta do Botelho

No sítio do Botelho, acima do Livramento, ficava implantada de um e outro lado da rua que sobe para o pico do Fogo, uma das mais ricas e opulentas quintas alguma vez construídas em território insular. Sucessivamente ampliada e melhorada desde os finais de Setecentos, a quinta do Botelho estendia-se, em meados do século XIX, ao longo de 300 alqueires de laranjais interceptados por longas alamedas de exóticas²⁰⁵, pontuadas de longe em longe por estátuas e vasos floridos. Da quinta faziam parte mirantes com bancos de pedra nos pontos de melhor vista; uma avenida de belas faias na servidão que seguia para a cascata e um antiga "lapinha" (gruta de embrechados) no interior da "mata da Santa", além da mata do Frade e da Freira e pastos naturais nas zonas altas. Na zona mais baixa, junto ao importante conjunto habitacional composto por capela, casas e várias dependências, desenvolviam-se os jardins em socacos, cuidadosamente terraplanados para receber um elegante arranjo de *parterres* de flores, tanques, estátuas, uma estufa para plantas ornamentais e um lago artificial no patamar inferior, onde se erguiam duas ilhotas e uma casa para barcos.

A primeira notícia referente à ermida da quinta, com a invocação de Nossa Sra da Penha de França, remonta à primeira metade do século XVII²⁰⁶. De fundação particular e dissociada de qualquer instituição religiosa, certamente que já nessa altura estaria

²⁰⁵ Henri Drouet, *Sur Terre et sur Merre...*, p.54.

²⁰⁶ Ernesto do Canto fala de uma escritura de dote de 1634. Cf. *Igrejas, Ermidas e Altares Micaelenses*, ob.cit.nº 194.

integrada numa quinta rústica. Nos inícios da centúria seguinte, a ermida continuava ao culto recebendo as visitas da praxe, mas nada sabemos sobre a quinta. Mas no final da centúria, um novo programa é pensado para a quinta da Penha de França, então transformada em casa de campo de um rico e influente comerciante, o Dr. António Francisco de Carvalho²⁰⁷. O Dr. Carvalho, que a tradição diz ter recebido importantes privilégios do tio Sebastião José de Carvalho e Melo, o que lhe teria permitido reunir a sua avantajada fortuna, reconstrói a ermida em 1788 e edifica o conjunto das casas e dependências organizadas em volta de um amplo pátio²⁰⁸. Por morte deste, a propriedade passa, em herança, para as mãos de Jacinto Inácio Rodrigues da Silveira, um outro rico comerciante local, anteriormente referido. Abre-se, então, um novo ciclo na história da quinta do Botelho, a que estão ligadas as obras do novo corpo habitacional, implantado num dos lados do primitivo pátio, bem como a construção dos jardins que constituem, sem dúvida, o principal objecto de interesse da quinta.

Já em 1813 Francisco Borges da Silva admitia que esta fosse "a maior e melhor [quinta] da Ilha"²⁰⁹. Mas a análise dos edifícios e dos jardins não nos permitem recuar até às construções dessa data. Devemos antes supor que, numa primeira fase, até 1832, tenha sido levantada a casa - acompanhada da construção de um elegante fontenário de espaldar, situado do lado oposto da rua e onde se lê a data de 1830²¹⁰. De resto, pela mesma altura, o marquês de Fronteira e Alorna referia-se em termos elogiosos à casa e jardins do Botelho quando, na Primavera de 1832, foi aí organizada uma caçada em honra da comitiva do duque de Bragança²¹¹.

Tudo indica que já algo havia sido feito. Não nos parece, no entanto, que os jardins apresentassem então a sua feição definitiva. Essa será obra da década seguinte. Só então os relatos e descrições da quinta mencionam os tanques, estátuas e templos, fornecendo pormenores elucidativos sobre o programa iconográfico dos jardins e multiplicando-se as exortações entusiasmadas ao "Botelho". Uma das fontes refere mesmo que o barão de Fonte Bela havia construído o jardim do Botelho pouco depois do morgado Laureano ter iniciado a quinta da rua das Laranjeiras, ou seja, por volta de 1845²¹².

O que teria motivado Jacinto Inácio para o empreendimento de obras tão prolongadas na quinta do Botelho? Desde 1817 que gastava grandes somas na edificação de um palacete, mesmo no centro da cidade, no largo do Paço, tendo para

²⁰⁷ O Dr. António Francisco de Carvalho foi um grande proprietário e um dos homens ligado ao comércio internacional com grande influência na ilha. A documentação da época refere-se-lhe inúmeras vezes em petições, representações de negociantes e declarações públicas (Cf. A.H.U., "Açores", cx. 26, docs. 23 e 36).

²⁰⁸ O conjunto inicial foi submetido a importantes remodelações na altura em que a ermida é reconstruída, em 1788, conforme atesta a data gravada no frontespício.

²⁰⁹ Francisco Borges da Silva, *Notas e Estatística da Ilha de S. Miguel*, ob. cit., p. 605.

²¹⁰ É a esta fonte que se refere o título de "Fonte Bela", concedido por D. Pedro IV em 1836.

²¹¹ "O capitalista Barão da Fonte Bela também deu uma excelente festa na sua bella propriedade que muito admiramos, tanto pela casa como pelos jardins" Marquez de Fronteira e Alorna, *Memórias*, 1928, p. 227.

²¹² Cf. Peter Wallace, ob. cit., p. 248.

isso destruído a habitação quinhentista dos marqueses da Ribeira Grande. Gesto emblemático e de significado simbólico evidente, que o barão reforça em contraponto ideológico e estético, com a adopção de um estilo necoclássico, claramente inspirado nos modelos da arquitectura *regency*. Entretanto adquirira outras propriedades rústicas, entre elas algumas quintas de laranjas em S.Gonçalo e nas Capelas, onde se incluía, pelo menos, uma antiga quinta de recreio setecentista, a quinta e capela do Rosário²¹³. Em nenhuma delas, porém, se empenharia na construção de boas habitações ou na aplicação dos recursos mais actualizados da arte dos jardins. Foi a quinta do Botelho o objecto da sua preferência, preferência que devemos entender como prova do prestígio que esta quinta adquirira, ainda como casa de campo do Dr. António José de Carvalho.

Após a morte do barão em 1868, o título e as propriedades são herdadas por Amâncio Gago da Câmara, marido da sua sobrinha Inês Lucinda. Desde então a quinta do Botelho manteve-se sem alterações significativas nas mãos dos descendentes deste, até à data em que foi vendida em várias parcelas, parte à Junta Geral do Distrito em 1942 - onde se incluía o núcleo da habitação e jardins anexos -, parte a diversos particulares. A história do desmembramento e destruição da quinta completa-se em poucos anos, acumulando-se construções avulsas nos espaços do jardim, alteração dos *parterres*, desaparecimento das estátuas, substituição do coberto vegetal e aterro do lago.

Seramente comprometida a possibilidade de leitura directa da obra e desaparecido o arquivo da casa Fonte Bela²¹⁴ - onde provavelmente se encontrariam dados relativos a encomendas, autorias, planos e traçados - restam-nos os recursos, comuns mas valiosos, dos relatos, testemunhos orais e fotografias. É com base nessa documentação que podemos ensaiar a descrição da quinta e jardins do Botelho, tal como se apresentariam no final da década de 1840.

A americana Elisa Nye de visita à ilha de S.Miguel, no ano de 1847, descreve-a longamente: fala do lago por onde passeavam gansos brancos e negros; das ilhotas, numa das quais "está um pagode chinês, cujas campainhas tocavam...", do "leão que jorra água e a seguir uma mulher ou ninfa que a deita de um cantaro"; fala da "'lapinha' ou gruta guarnecida de conchas, muito bonita"; das ruas da quinta com "grande numero de estátuas e de um grande reservatório de água, de pedra, que corre por sobre pedras postas ao alto, de modo a representar uma cascata"²¹⁵. Desta descrição ressalta a riqueza decorativa que preenchia, não apenas o espaço do jardim, como se estendia também à zona da quinta.

²¹³ Ver Cap.I, p.46.

²¹⁴ Testemunhos orais confirmam que os papéis da família arderam numa gigantesca fogueira em 1920 quando o palacete da cidade foi vendido à Junta Geral do Distrito.

²¹⁵ Elisa Nye, ob.cit., p.80.

Numa edição de postais do início do século XX, dedicada aos jardins micaelenses, vê-se uma dessas avenidas da quinta alinhada por um murete enfeitado com vasos em terracota. Uma outra avenida que faz a ligação com o jardim, povoa-se de estátuas e conduz, no seu termo, a uma cascata armada em *rockwork* sob um reservatório de água. Outros pólos de interesse, estruturadores de percursos, são ainda a "lapinha" de embrechados no interior da "Mata da Santa" e o alto mirante erguido na orla de um bosque de abetos. Quase todos estes elementos estão hoje desaparecidos ou seriamente mutilados. É o caso da lapinha, onde as porcelanas e faianças originais foram arrancadas e substituídas por pedaços de louça vulgar. Do conjunto das peças decorativas integradas na lapinha, destacam-se duas figurinhas em faiança - representação popularizada de Napoleão e Josefina adaptadas a bicas de água - e que ainda se conservam no espólio da família.

Apesar de estarem em conexão, o recinto do jardim distingue-se da restante área, pelo preenchimento com peças arquitectónicas e escultóricas e pelo tratamento cuidado que é dispensado a cada um desses elementos. Wallace, que achou o jardim pequeno e muito preenchido, embora interessante, anota a existência de um "amplo tanque arquitectural", templos, estátuas e fontes. Tudo isto inserido numa série de terraços²¹⁶. Num processo pouco usual nos jardins da ilha, o ordenamento espacial do jardim do Botelho é gerado por um eixo central que articula cinco terraços sucessivos, ligados por escadarias junto aos muros de suporte.

O primeiro destes terraços situa-se a uma cota de 112 m, ao nível do primitivo núcleo construído e ocupa uma área com cerca de 840 m². Não seria propriamente uma área destinada a jardim, mas o logradouro das dependências servisais. O terraço inferior, mais estreito e alongado, encontra-se muito adulterado, sendo por isso difícil a leitura dos seus elementos. Provavelmente estaria ainda associado a funções mais privadas, ficando ao nível do primeiro andar da nova habitação. Deste terraço desce-se, por um lanço de escadas enquadradas por um portal de verga recta terminando em duas pilastras de talhe fendido, para a zona dos jardins de aparato.

Os três jardins-terraço que se situam nas cotas inferiores constituem, sem dúvida, o espaço mais nobilitado dos terrenos ajardinados. Sobre eles obtém-se uma magnífica perspectiva a partir da galeria de arcos plenos que percorre a fachada sul do novo edifício. O primeiro destes jardins tem uma forma rectangular alongada, ocupando uma área com cerca de 1600 m², dividida por quatro zonas quadrangulares. Em frente à galeria, e com acesso directo a ela por uma escada em caracol, está um tabuleiro de arranjo formal, traçado em cruz, com uma pequena taça de água centrada por um pedestal com estátua e quatro canteiros, de enorme efeito decorativo. Cada um deles representa um motivo floral, cujas pétalas em forma de losango são preenchidas por um

²¹⁶ Peter Wallace, ob.cit,p,248.

pavimento de azulejos policromos de desenho geométrico, e rodeadas, nos interstícios, por flores anuais, amarelas nas bordaduras e azuis ao centro; o núcleo desta curiosa composição é ocupado por estatuetas em terracota esmaltada de branco, com cerca de 1m, representando as quatro estações²¹⁷. Em volta do recinto, erguem-se muros baixos com conversadeiras incorporadas e uma pequena grade a dividi-lo das restantes zonas. O próximo tabuleiro é mais simples, ocupado por espécies vegetais de pequeno porte e um grande *Cactus* ao centro. Segue-se o terreiro, que se situa em frente da escadaria, unicamente preenchido por uma bacia de água circular centrada por uma pilastra sustentando uma pequena taça de repucho. Finalmente, o último tabuleiro é o que fica junto à estufa das plantas ornamentais, uma notável peça da arquitectura do ferro, desenvolvida em corpo rectangular e rasgada na frontaria por sete vãos envidraçados em arco e uma cúpula central.

O segundo terraço, mais estreito e alongado, serve de ponto intermédio entre o tratamento formal do nível superior e o arranjo irregular da zona do lago, mais abaixo. Reune-se aqui uma colecção de plantas arbustivas, com destaque para as camélias, e onde não estariam ausentes, certamente, as laranjeiras. Os muros de suporte, aqui como no plano superior, cobrem-se com trepadeiras floridas.

O último patamar, ocupando uma área com quase 8000 m² e situado a uma cota média de 94 m, é quase todo ele ocupado pelo tanque irregular e passeio circundante. No interior do lago vêm-se duas ilhotas, uma povoada com espécies arbóreas de médio porte e uma *Auracária excelsa*; a outra ilha, está ligada à margem por um istmo e apresenta o recorte sinuoso de um pequeno morro armado na pedra vulcânica da região, servindo de base a um pavilhão hexagonal de cobertura prismática. Num recesso do tanque, eleva-se um repucho de mármore atirando água a uns três metros de altura; não longe, uma outra fonte jorra da boca de um leão deitado, posicionando-se num ponto alto da margem do tanque²¹⁸. O quadro completa-se com a construção de uma elegante casa de barcos, cuja frontaria, rasgada por dois arcos ogivais com colunas adossadas nos ângulos e frontão triangular, confere uma nota de exotismo ao conjunto.

Quase todo o coberto vegetal que compunha os jardins do Botelho desapareceu. Resistiram algumas palmeiras e duas auracárias. No que respeita aos restantes elementos vegetais, os relatos são bastante parcos. Alguns visitantes assinalam as espécies mais notáveis, como é o caso da *Magnolia grandiflora*, plantada em 1832, e que atingira já um porte grandioso pelos meados do século²¹⁹. Há algumas referências

²¹⁷ Estas peças, pertencentes ao espólio do Museu Carlos Machado, encontram-se hoje na “sala azul” do palácio de Santana.

²¹⁸ Para o fornecimento de água à quinta, o barão da Fonte Bela construiu um aqueduto com 15 Km cedendo um ramal para o lugar das Socas e dois para os habitantes do Pico da Pedra.

²¹⁹ Peter Wallace, ob.cit., p.248; Henri Drouet, *Catalogue de la Flore...*, p.36; Edmond Goeze, ob.cit., p.61.

às magníficas camélias, melaleucas e *Banksias* da Austrália²²⁰, ou às bonitas avenidas da quinta bordejadas de incenso (*Pittosporum undulatum*) e de faias da Holanda (*Fagus sylvatica*)²²¹.

Feita a descrição da quinta, impõe-se a interpretação dos seus elementos, integrados na leitura dos aspectos culturais e formais que melhor expliquem esta obra. A renovação do programa construído sob a égide do barão da Fonte Bela ao longo de duas décadas, pelo menos, modifica profundamente o seu aspecto anterior. A quinta, que já em 1813 era considerada "a maior e melhor da ilha", não podia deixar de ser modesta no que se refere à ordenação dos planos da composição, bem como no que respeitava à integração de peças decorativas e recreativas. Certamente que não se aplicariam aqui os receituários da arte dos jardins setecentistas, com os seus traçados recticulados nas matas, *parterres de borderie*, estátuas, fontes, lagos, cascatas e grutas. No entanto, a sua extensão, fertilidade e o cuidado dispensado ao ordenamento dos espaços produtivos, haviam-lhe garantido grande nomeada. Com a intenção de valorizar e engrandecer este património, o barão procurou aplicar esquemas evoluídos e eruditos que em nada ficavam a dever às tradições paisagistas seguidas na ilha. Temos, portanto, no contexto insular, uma obra singular e de sentido inovador. Mas como se enquadra esta construção no conjunto das quintas e jardins nacionais, ou ainda, que relações estabelece com as propostas mais avançadas dos principais centros europeus?

Dada a falta de estudos de conjunto (em especial para o século XIX), não é fácil obter-se uma visão das tendências artísticas seguidas pelos jardins portugueses nesse período. Não parece, contudo, ter havido qualquer mudança estrutural, desde o dobrar do século até à introdução do formulário romântico e pitoresco, durante a década de 1840 (e mesmo este de repercussão limitada). As orientações do gosto mais actuates, no que se refere à arte do jardim, devem ir buscar-se ao reinado de D. João V. Foi então que a divulgação da moda francesa percorreu o país de norte a sul, impondo alterações nos traçados das quintas. Desde algumas tentativas para estruturar a composição em função de uma alameda rectilínea apontada à casa, até à composição de matas recticuladas ou à elaboração de complicados *parterres de borderie*, as suas formas apresentam-se bem mais elaboradas e decorativas e, no que respeita às utências, desenvolve-se um forte sentido recreativo, que nalguns casos denuncia preocupações de teatralização do espaço. Embora poucas tenham atingido, como lembra Ilídio de Araújo, a monumentalidade de Queluz, Caxias, Oeiras ou Belém, o vocabulário barroco e rococó teve uma tal penetração no território nacional, que se prolonga pelo século XIX adentro²²². A propósito das transformações na composição

²²⁰ Frederick Walker, ob.cit., p.141.

²²¹ Wallace, ob.cit., p.248; *Almanak Rural*, ob.cit., p.125.

²²² Cf. Ilídio de Araújo, *Quintas de Recreio*, ob.cit., p.329.

dos espaços ajardinados, Helder Carita considera que a partir dos finais do século XVIII e ao longo do XIX, a separação entre jardim privado e jardim de aparato, perde progressivamente os contornos, dando lugar à adopção do jardim-terraço, simultaneamente privado pela separação do exterior imposta pelos muros, e aparatoso pelas vistas que oferece e pela preciosidade do *décor*²²³.

As referências que acabámos de fazer aos princípios de maior relevância nos jardins portugueses facilitarão, por certo, a compreensão da quinta do Botelho, nas suas semelhanças e nas diferenças (essenciais) com aqueles. No plano da composição, o ordenamento em terraços é uma ideia dominante. No entanto, não podemos ver nestes terraços os extensos *parterres* de buxo ou teixo densamente povoados, fechados sobre si próprios e envolvidos pelos bosquetes ou pelos altos muros. No Botelho, os terraços são amplos, abertos e comunicam uns com os outros, obedecendo a uma lógica gradativa de conjunto. Dos dois primeiros terraços, de maior privacidade, transita-se para a zona de aparato, onde a concepção estética seguiu um formalismo estrito no primeiro socalco, tornando-se mais livre e "natural" nos planos inferiores. Também os elementos decorativos e as arquitecturas se afastam, decididamente, do formulário barroco e rocóco que vimos adoptado nas quintas portuguesas do mesmo período. Neste caso, é o gosto neoclássico que predomina na elegância das formas e dos motivos, na distribuição ordenada e discreta dos elementos vegetais, nas cores e materiais claros e no espírito sintético do conjunto. A zona do lago, onde praticamente desaparecem as peças decorativas, ostenta outras características, com as ilhas, o passeio ondulante em volta do recinto, as margens "arrelvadas" e a densa vegetação onde pontuam as palmeiras, *Yuccas*, coníferas e outras espécies sempre verdes.

Devemos concluir que não estamos perante uma réplica dos modelos franceses nem tão pouco do tradicional jardim português - com os seus espaços estritamente privados, os grandes tanques de rega, os muros azulejados e os ambulatorios e latadas estruturando percursos e conduzindo a zonas de estar. Dois ou três breves apontamentos lembram as tradições portuguesas: é o caso das conversadeiras incorporadas nos muros e da utilização decorativa do azulejo. E, mesmo neste caso, com um tipo de composição assaz diferente do usual, pois o azulejo é aqui utilizado como motivo de pavimento, em vez de ser empregue no revestimento de muros, tanques ou bancos.

Mais consistente é a linguagem classizante e formal que faz recordar os jardins italianos do renascimento. Sem qualquer ligação directa com a Itália renascentista, a via de penetração desse modelo clássico nos jardins do Botelho (onde também se inclui a quinta), foi mais uma vez a Inglaterra onde, como sabemos, a moda dos jardins

²²³ Cf. Helder Carita, ob.cit., pp.225-8, passim.

italianos se instalara a partir da década de 1820²²⁴. O grande *boom* editorial que a arte da jardinagem sofre pela mesma altura, concorre para a ampla divulgação das novas propostas inglesas.

S.Miguel não vive imune a essas novas tendências. À biblioteca da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, criada em 43, começam a chegar revistas especializadas em jardinagem, entre elas o *Gardener's Magazine*, principal veículo de divulgação das ideias de John Claudius Loudon; Por seu turno, Jacinto Inácio deslocava-se com frequência aos portos ingleses, onde mantinha contactos comerciais com casas distribuidoras e com os bancos onde movimentava o seu dinheiro. Como armador, não lhe faltavam facilidades no transporte de plantas e objectos vários. A demonstrá-lo, temos as peças decorativas incluídas no jardim, parte de um reportório mitológico seguramente produzido nas oficinas inglesas, posto à venda nas casas londrinas²²⁵.

Contrastando com essas peças de gosto italianizante, destacam-se alguns elementos característicos de um gosto local e provenientes de tradições mais antigas. Encontram-se neste caso os mirantes, a gruta de embrechados e a cascata.

Se os mirantes e os trabalhos em *rockwork* são comuns a quase todas as quintas deste período, mais raro é encontrarem-se as decorações com embrechados. Tomando geralmente a designação de "lapinha", a gruta de embrechado é, para o século XIX, uma criação anacrónica. De facto, os embrechados, como forma decorativa do tema da gruta, representam uma criação peculiar do maneirismo português, remontando a uma tradição que o século XVII conheceu sob duas formas: a primeira, ligada ao contexto profano do *rustico grotto* renascentista - reinterpretada pelo maneirismo francês e, por essa via, trazida para os jardins portugueses; a segunda, relacionada com as correntes do misticismo eremita, expressa-se pela construção de grutas de embrechados em lugares solitários e naturais, destinados ao retiro do "mundo"²²⁶. A "lapinha" do Botelho integra-se perfeitamente nesta corrente do *topos* sagrado. Uma lenda popular faz remontar a sua fundação à época em que uma pobre mulher eremita a habitou, para aí viver em santidade. O reconhecimento divino por tal atitude ter-se-ia manifestado com a aparição da imagem da Virgem a um caçador. Desde então, a "gruta da Senhora" foi lugar de romaria, todos os anos realizada no dia 28 de Setembro²²⁷.

²²⁴ Depois de um longo período dominado pela retórica da natureza na criação de jardins, começam a surgir argumentos em defesa do primado da arte sobre a natureza. O trabalho de Humphrey Repton evidencia o uso de uma linguagem arquitectural e formal na composição das zonas próximas da casa. John Claudius Loudon como teórico de jardins enfatiza os princípios de conveniência, funcionalidade e artifício, tendo-se tornado um dos maiores defensores do jardim italino nas *villas* peri-urbanas.

²²⁵ Referimo-nos ao leão em terracota de grandes dimensões e boa factura, que não poderia ter saído de nenhuma oficina local; ou as estatuetas de cerâmica vidrada representando as Estações, Anacreonte e Perseu.

²²⁶ Cf. nosso estudo, *Os Embrechados na Arte Portuguesa dos Jardins* (no prelo).

²²⁷ Frederick Walker fixa esta lenda transmitida pela tradição oral, ob.cit.,p141.

A quinta do Botelho foi, durante muito tempo, um lugar concorrido de público. Para além da presença popular que todos os anos, no dia da romaria, enchia as ruas da quinta com as suas alegres danças e cantares, ou das caçadas e burricadas que entretinham os mais abastados, a visita ao Botelho passava a ser um circuito turístico aconselhado aos viajantes que chegavam a Ponta Delgada. O seu interesse residia na riqueza e ordenamento dos elementos que compunham a quinta, juntamente com o luxo do jardim, sem dúvida o mais aparatoso de todos quantos existiram numa quinta de laranja.

Retomando a descrição das quintas de laranja, tal como a apresentamos no início do presente capítulo - um espaço funcional destinado à cultura intensiva da laranjeira - poder-se-ia concluir que a ideia de ajardinamento foi-se extinguindo à medida que avançamos no século XIX. Em 1870, num artigo publicado no *Jornal de Horticultura Prática*, Read Cabral queixava-se da falta de ornamento das quintas micaelenses, onde as ruas

não oferecem a visão de outras árvores de fruto ou de uma flor que quebre a monotonia dos laranjais.(...) Uma quinta admite ser ajardinada, (defende ainda) "...e por jardim não nos limitemos a flores, que as podem e devem também haver; haja também árvores de fruto, porque além do interesse e da abundância que nos subministram, nada é mais ameno e agradável à vista do que vê-las carregadas de flor e fruto e convenientemente dispostas para o efeito." ²²⁸

Ao contrário do que poderíamos pensar, a "monotonia dos laranjais" não representou uma involução no desenvolvimento da arte paisagista, mas antes a libertação do jardim ornamental - enquanto espaço cada vez menos dependente dos condicionalismos funcionais do laranjal. Na quinta do Botelho adivinha-se já esta separação entre o *jardim ornamental* e a *quinta*, constituída numa espécie de "fundo económico" necessário à manutenção daquele. Nas propriedades mais ricas, será agora ao jardim e não à quinta, que se irá dispensar o interesse principal.

²²⁸ Guilherme Read Cabral, *Aformoseamento das quintas*, "Jornal de Horticultura Prática", vol.7 (1876), p.91.

III. JARDINS E PARQUES PRIVADOS DA REGENERAÇÃO

1. *A trilogia dos jardins de Ponta Delgada*

No relato de viagem escrito, em 1852, por Carlos Caldeira (ao qual já fizemos referência), apontam-se como objectos “dignos de serem vistos pelo viajante”, para além das quintas e do Alto da Mãe de Deus, “...as novas propriedades dos morgados José do Canto e José Jácome, onde os trabalhos em andamento rivalizam no apurado gosto e grandeza das habitações e dos jardins.”¹

Carlos Caldeira distingue perfeitamente as quintas, das “novas propriedades” ainda em construção. Na visão do viajante, as quintas, por mais luxuosas que fossem, seriam ainda espaços preferencialmente votados à cultura da laranjeira, enquanto que estes jardins, ostentando os “luxos da civilização europeia”, preenchem exclusivamente uma função de recreio. Pelo interesse que dispensam à aclimação de novas espécies, pela variedade e número das plantas cultivadas e pela dilatação dos terrenos ajardinados, eles representam uma experiência paisagística completamente nova.

A partir da segunda metade de Oitocentos, os jardins de Ponta Delgada entram no rol das belezas turísticas da ilha de S.Miguel de tal forma, que não se encontra um único relato de viagem que os ignore. Os testemunhos multiplicam-se: o naturalista Frederick Du Cane Godman, que viera aos Açores em 1865 afim de completar a sua *Natural History of the Azores*, afirmava não poder passar à descrição das outras ilhas sem antes “mencionar os jardins nas vizinhanças de Ponta Delgada”, adiantando que os mesmos “ultrapassam tudo o que tenho visto noutros lugares”²; um outro viajante partilha da mesma opinião, assegurando que “os magníficos jardins pertencentes a alguns dos homens mais ricos de S.Miguel são inigualáveis em qualquer parte do mundo”³. A estes jardins a americana Alice Baker atribuía “fama mundial”⁴, fama que alguns visitantes nacionais se apressam a adoptar. Nas suas *Notas Instantâneas* dos Açores, Bento Carqueja apelava “desde logo para os jardins particulares, cuja

¹ Carlos José Caldeira, ob.cit.p.315.

² “I cannot pass on to the other island without mentioning the gardens in the neighbourhood of Ponta Delgada, which surpass any I have ever seen elsewhere”: Frederick Du Cane Godman, *Natural History of the Azores or Western Islands*, 1870, p.8.

³ “The magnificent gardens belonging to several of the rich men of St.Michael’s are unequalled anywhere in the world”: Rupert Swindells, *A Summer Trip to the Island of St.Michael...*, 1877,p.55.

⁴ Alice Baker, “Um Verão nos Açores e a Madeira de relance”, trad. no *Bol. do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, nº17, 1959,p. 107.

nomeada corre por toda a aparte”⁵. Lá para o final do século, João Paula Nogueira faz a sua exortação *touristica* dos jardins de Ponta Delgada⁶, Gabriel d’Almeida na sua *Agenda do Viajante*... reserva um capítulo aos jardins “(...) que os viajantes consideram (...) como os melhores da Europa e superiores aos do Continente do reino”⁷ e Felix Sotto-Mayor, num outro *Guia do Viajante da Ilha de S.Miguel*, traça um “Itinerário para o visitante que dispõe apenas de algumas horas”, onde só inclui os jardins⁸.

De todos os jardins destacam-se três: “Há três parques em Ponta Delgada que por forma alguma devem deixar de ver-se...”, começa por dizer o visconde do Ervedal da Beira nas suas *Narrativas Insulanas*. “Cada um deles tem sua feição especial e de cada um delles se sahe encantado”, assegura, prosseguindo com a sua localização: “Acham-se situados quazi em seguida uns aos outros e entre a cidade e as montanhas”. E conclui, identificando-os: “O primeiro que fica do lado poente é o do sr. António Borges, o segundo é do sr. Conde Jácome Corrêa, e o terceiro do sr. José do Canto”⁹.

Temos pois uma trilogia. E como parte de uma trilogia devemos considerá-los na sua unidade funcional e estética e na complementaridade do carácter, distinto e diverso, que cada um deles apresenta. Antes, porém, há que situá-los com precisão, no espaço e no tempo.

Os novos jardins instalaram-se numa posição relativamente excêntrica em relação ao núcleo urbano de Ponta Delgada, nas encostas ondulantes de suave pendente que deitam sobre a baía da cidade. Dessa posição podiam beneficiar de pontos de vista alargados sobre o casario, o porto e o mar, envolvendo-os na sua mistura *de urbs cum rure*, a densa vegetação das pequenas quintas que enchiam a zona com os matizes das colorações verde-escuro e verde-claro dos pomares, os sons constantes dos pássaros e os perfumes intensos das laranjeiras e da floração dos incensos.

Vista do mar, a cidade projecta-se em anfiteatro sobre este plano recuado das encostas dos pequenos montes que a circundam. Para se obter uma vista panorâmica da cidade e seus arredores, o local preferido é o alto da Mãe de Deus. O viajante que chega a Ponta Delgada, diz-nos Edmond Goeze, deve dirigir-se a esse ponto. Dai

⁵ Bento de Sousa Carqueja (1860-1935) iniciou a sua carreira como jornalista tornando-se proprietário d’*O Comércio do Porto*. Em 1882 formou-se em Agricultura pela Academia Politécnica do Porto tendo sido mais tarde nomeado para professor da Academia. Fundou um jardim botânico e laboratório de fisiologia geral e química agrícola associado à escola Normal do Porto e esteve muito ligado à Sociedade de Geografia de Lisboa. Em 1893 visita a ilha de S.Miguel deixando dessa visita vários relatos incluídos mais tarde numa Antologia da Terra Portuguesa: Os Açores. Cf. Bento Carqueja, *Os Açores: Notas Instantâneas*, 1994, p.4.

⁶ João Viegas de Paula Nogueira pertencia à Sociedade de Geografia de Lisboa e era professor do Instituto de Agronomia e Veterinária. Nessa qualidade organizou uma expedição geográfica aos Açores que acabaria por ser adiada ficando os trabalhos reduzidos à observação geológica e agrícola das ilhas de S.Miguel e Terceira. Os resultados desse trabalho, inicialmente publicados no jornal *O Século*, foram depois organizados em volume com o título: *As Ilhas de S.Miguel e Terceira*, 1894, p. 33 e segs.

⁷ Gabriel d’Almeida, *Agenda do Viajante da Ilha de S.Miguel*, 1893, p.35.

⁸ Felix Sotto-Mayor, *Guia do Viajante na Ilha de S.Miguel*, 1899, p.29.

⁹ O visconde do Ervedal da Beira, de origem brasileira, passou nos Açores e Madeira no ano de 1894. dessa viagem deixou as *Narrativas Insulanas*: cf. pp.119-20.

se descobrem os soberbos jardins que se encontram nas proximidades da cidade e os arvoredos, que se estendem até às mais distantes encostas das montanhas. A verdura das campinas onde vegetava o trigo e o milho, era matizada pelas intensas sombras dos laranjais e por algumas casas, cuja alvura as denunciava em todas as direcções.¹⁰

Neste quadro de verdura “entre a cidade e a montanha”, existiam pois algumas habitações. Nas vizinhanças mais próximas do núcleo urbano descobria-se, a norte, a casa do prussiano Scholtz, construída nos inícios do século XIX; mais acima, o solar do Calço da Má Cara, ainda de Setecentos, e o pico do Nesbitt no cimo da elevação; voltando à estrada do Papa Terra, mesmo ao lado da casa e jardim do Scholtz, ficava o velho solar dos Frias e, mais adiante, o solar de S.Joaquim. Continuando para oeste, os Pinheiros, o solar do Parto e, um pouco mais afastado, Santa Catarina.

É nessa linha de construções que se perfilam os três jardins de que nos ocupamos: a leste, o **jardim José do Canto**, instalado nas terras vinculares dos Brum da Silveira e ocupando uma área com 47 alqueires (cerca de 6,5 ha.), desde o Papa Terra até à Grotinha, no sopé do pico do Nesbitt; confinando com este, o **jardim José Jácome** com 25 alqueires de jardim e 128 de quinta (cerca de 21,3 ha. no total); mais para oeste, junto aos Pinheiros, o **jardim António Borges**, mais pequeno, com os seus 22 alqueires de terreno ajardinado (ou seja, cerca de 3,1 ha). Construídos entre 1845, o primeiro, e 1858, o último, são os primeiros grandes jardins desenvolvidos durante o período da Regeneração.

Um outro aspecto que distingue estes jardins das *quintas de regalo* (ou quintas ajardinadas) - que aliás continuam a imperar durante todo o período da Regeneração - é o facto de obedecerem a um plano, a um projecto. Os seus traçados e a escolha e distribuição dos vegetais, não apenas se libertam dos condicionalismos funcionais do laranjal, como acusam a influência de modelos e figurinos do exterior, encomendas feitas nas casas viveiristas das principais cidades europeias, contractos estabelecidos com jardineiros estrangeiros (ingleses na sua maioria) e, de um modo geral, inscrevem-se no âmbito das modas europeias de jardins. Evidenciam um gosto pela jardinagem que ultrapassa a fase empírica anterior, encontrando a sua vocação específica, precisamente, no desenvolvimento de capacidades técnicas e artísticas adequadas ao crescimento das plantas - de acordo com uma linha e uma tendência já definidas nos *orange-gardens* dos colonos ingleses¹¹ -, surgindo ancorados num programa estético de cariz naturalista.

Esta nova fase da arte paisagista na ilha de S.Miguel que, de uma forma genérica mas segura, podemos classificar de *hortícola* conhece, de facto, um enorme êxito. Muito para além dos três grandes jardins que acabámos de referir - onde se reuniam

¹⁰ Edmond Goeze, *A Ilha de S.Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra*, in O Instituto, 1867, p.9.

¹¹ Cf. cap.II.2.1.

milhares de espécies exóticas (só no jardim José do Canto chegaram a existir 6.000 espécies diferentes) - multiplicam-se os pequenos jardins em volta das habitações urbanas, unicamente destinados ao cultivo de plantas ornamentais. Há mesmo quem chegue a arrendar pedaços de terreno separados da habitação, exclusivamente reservados para o cultivo de flores, garante Emídio da Silva¹². O gosto dos micalenses pela arte de construir jardins tem-se apurado muito, assegura Read Cabral e Bulhão Pato, nas *Cartas dos Açores* (1868), escreve: “S. Miguel é a terra dos jardins. O jardim absorve o baile, o luxo da mobília, a carruagem esplendida, os cavalos de raça, e até certo ponto, o gosto pelo teatro.”¹³

Nem todos, no entanto, poderiam suportar as avultadas despesas que representava a encomenda e transporte de plantas do estrangeiro, pelo que a melhor prova que podemos ter relativamente a esta moda hortícola, reside na existência de viveiristas e estabelecimentos comerciais para venda de sementes, catálogos de plantas e revistas de horticultura e jardinagem. De facto, Ponta Delgada distingue-se pelo número e variedade deste tipo de serviços, no conjunto das cidades portuguesas, comparável apenas às cidades de Lisboa e Porto¹⁴.

O inglês George Nesbitt (1799-1864) foi certamente um dos pioneiros no negócio das plantas, que cultivava e distribuía a partir dos viveiros e estufa que mantinha junto da sua residência¹⁵. Até à data da sua morte, prossegue nessa actividade. Um outro estrangeiro residente na ilha, Parking Scholtz, também vendia plantas (sobretudo coníferas) cultivadas, provavelmente, na propriedade das Socas que havia pertencido ao avô¹⁶. Mais importante, no entanto, foi o “jardim experimental” da S.P.A.M., criado em 1851 na cerca do extinto convento da Conceição, com entrada pela rua da Canada¹⁷. A partir dessa data, realizar-se-iam regularmente “leilões de plantas”, dos quais se publicam os catálogos preenchidos com árvores de fruto e de floresta, “arbustos d’ornato”, camélias, roseiras e “muitas outras plantas chegadas do acreditado estabelecimento de Londres = Osborn & Whiteley”¹⁸. Toda uma série de revistas e manuais de jardinagem e horticultura conhecem, desde então, ampla

¹² Emídio da Silva, *S. Miguel em 1893: Causas e Pessoas*, (cartas publ. inicialmente no Diário de Notícias de Lisboa), 1893, p. 48.

¹³ Bulhão Pato, “carta a Manuel Pinheiro Chagas, Ponta Delgada, 16/05/1868”, in *Dos Açores: Cartas*, 2ª parte, 1868, p. 78.

¹⁴ Nos anos 30 J.C. Loudon notava que em Lisboa não existia um único estabelecimento comercial para venda de flores ou casa de horticultura: Apud. Keith Thomas, ob.cit., p. 239. No Porto a primeira casa de horticultura, o “Real Horto Loureiro”, foi fundada em 1865 por José Marques Loureiro; seguiram-se-lhe outras na década de 70 como a de António Gomes da Silva, Camilo Aureliano da Silva e visconde de Vilar Allen.

¹⁵ Cf. *Almanach Rural*..., 1853, p. 130.

¹⁶ Nos anos de 1858 e 59 Parking Scholtz faz vários fornecimentos de coníferas ao jardineiro de José do Canto, Henry Femull. Cf. A.J.C. (núcleo particular), cartas de Henry Femull para José do Canto.

¹⁷ - Por Decreto de 23 de Outubro de 1851 foi concedida à S.P.A.M. a entrega de bens nacionais constituídos pela cerca do convento da Conceição de Ponta Delgada, afim de se fazer “o estabelecimento de um jardim de plantas úteis e mais usos convenientes aos fins daquela instituição.”

¹⁸ No Arquivo particular de José Jácome Corrêa existem vários destes catálogos referentes aos leilões da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense.

divulgação, graças a esta sociedade¹⁹. Por volta de 1855, o jardineiro inglês George Brown, que tinha vindo parar à ilha em 1845 contractado por José do Canto, abre o seu próprio jardim viveirista na estrada de Santa Catarina²⁰. De 58 conhece-se um “Catálogo das Plantas cultivadas e expostas à venda no jardim de G. Brown”²¹, onde se incluem camélias, azáleas, rosas, araucárias, árvores de floresta, vários arbustos, bolbos e hortaliças, vindos de Inglaterra. A sua actividade prolonga-se até 68, ano em que Brown se ausenta temporariamente da ilha²².

Para além destes serviços especializados, muitos outros estabelecimentos comerciais e os próprios jardineiros das quintas e matas, punham à venda sementes e plantios, fornecendo catálogos de casas estrangeiras e encarregando-se das encomendas. No estabelecimento de Benjamin Férin, aceitavam-se “encomendas de plantas e sementes de todas as qualidades dos horticultores franceses e belgas de que possui catálogos com preços”²³, diz um anúncio de 1875, podendo encontrar-se ainda, sementes de pinheiros de Bordéus e flores “da melhor casa hortícola de Paris”²⁴; Mr. Martin Frère, horticultor francês com casa na rua do Contador nº6 e 7, promove leilões de flores e árvores frutíferas²⁵; George Hayes anuncia 24 variedades de sécias francesas²⁶; no estabelecimento da rua da Graça nº19 vendem-se cravos das ilhas Chincas²⁷; e na quinta do Ribeiro vende-se plantio de pinheiros, *Eucaliptus*, cedros, acácias, plátanos, *Ailanthus* e laranjeiras enxertadas das melhores qualidades²⁸. Havia mesmo lugar para certames especializados em horticultura, como o que “Mrs Turc & Ca., Jardineiros, Horticultores e Floristas” trouxe a Ponta Degada, em Dezembro de 1876, vindos de França e Argel “com um rico sortimento de plantas de flores e arbustos para ornatos de jardins...”²⁹.

Estes e outros anúncios publicados nos jornais locais atestam, sem dúvida, a vitalidade que adquire o negócio das plantas. Mas o gosto pela jardinagem implica a existência de profissionais do ramo e o aprofundamento de uma cultura hortícola que a

¹⁹ Entre os volumes que pertenceram à S.P.A.M. encontramos alguns dos periódicos mais importantes em matéria de horticultura e jardinagem como sejam o *Gardener's Chronicle*, o *Gardener's Magazine*, o *Journal d'Horticulture Pratique et de Jardinage*, a *Maison Rustique*, o *The Farmer*, o *British Husbandary*, entre outros jornais, enciclopédias e tratados de botânica.

²⁰ A actividade do “jardim experimental” de Brown é atestada, pelo menos, desde Maio de 1855, data em que passa uma factura a José Jácome pela venda de plantas. No arquivo particular de José Jácome existem outras quatro facturas com datas compreendidas entre 1855 e 1857.

²¹ No Arquivo do Museu Carlos Machado conserva-se um exemplar deste Catálogo...

²² A 7 de Abril de 1868 *O Clamor Artístico* anuncia: George Brown, jardineiro com estabelecimento de plantas a Santa Catarina, vende além de todas as plantas e estufas, ferramentas de jardinagem (...) tudo por deminuitissimo (sic) preço em consequência da sua próxima saída desta ilha”. Brown regressaria não muitos anos depois, visto que em 1874 já se encontrava na ilha a dirigir o hotel da Grená na Lagoa das Furnas.

²³ *A Persuasão*, 20/10/1875.

²⁴ *Idem*, 1/11/1877.

²⁵ *O Clamor Artístico*, 7/4/1868.

²⁶ *Idem*, 20/12/1876.

²⁷ *Ibidem*.

²⁸ *Idem*, 1/11/1876.

²⁹ *Idem*, 20/12/1876.

publicação de tratados de horticultura, descrições de jardins e periódicos de jardinagem, intensificada desde as primeiras décadas do século XIX, ajudara a difundir. Ao jardineiro não cabe apenas a missão de manter o jardim, mas a de cultivá-lo com plantas exóticas novas, recriar a composição dos canteiros e, muitas vezes, redefinir áreas inteiras. À sua leitura dirigem-se muitos dos artigos especializados das revistas de horticultura, nas quais, por vezes, também colaboram.

Neste contexto, o papel e estatuto do jardineiro altera-se radicalmente, surgindo a figura do “jardineiro em chefe” (*head gardener*), cujo prestígio ultrapassa o do arquitecto, no âmbito da criação de jardins. Em S.Miguel esse cargo foi ocupado, sempre que a riqueza dos encomendadores o permitia, por jardineiros estrangeiros, ingleses e escoceses, na sua maioria. É o caso de Brown, Peter Wallace, Alexander Reith e Henry Femull ao serviço de José do Canto, de François Joseph Gabriel ao serviço de José Jácome Corrêa, Webster contratado pelo visconde da Praia, Favresse por Ernesto do Canto e do Milton, ao serviço do marquês da Praia. Todos estes poderiam prestar pequenos serviços e dispensar conselhos a outros jardins. Há ainda o caso de um tal James Bird, que em 1872 aparece a baptizar um filho na igreja protestante de St.George. No registo de actividade lê-se: *Botanical Gardener*³⁰. Tendo dirigido durante sete anos um hotel em Ponta Delgada, podemos supor que reservaria ainda algum tempo para trabalhos de jardinagem.³¹ Sobre os jardineiros locais poucos nomes se destacam, mas a experiência adquirida com os estrangeiros certamente que influenciou na sua prática.

De entre todos os jardins construídos durante as décadas de 50 a 70, alguns são de grande dimensão e ostentam riqueza e variedade no número de plantas e nos programas cenográficos, onde se incluem grutas, lagos, pavilhões e mirantes.

Na rua Formosa, o visconde da Praia planeava plantar um extenso jardim que abrangia vários alqueires de terra, até à estrada de Santa Catarina. Em 52 tinha já um *plantsman*³² a trabalhar nesse projecto, e em 69 o jardim estava terminado e incluía três amplos terraços: o primeiro compunha-se por um vasto terreiro plantado com árvores e um pequeno tanque arquitectural; a passagem para o plano seguinte, fazia-se por uma escadaria com portal ogival, tendo por baixo uma cascata artificial talhada em lava vermelha, de onde partiam ruas ensombradas conduzindo a um tanque central cercado de rede, para abrigo de uma colecção de aves raras; alcançava-se o terceiro,

³⁰ B.P.A.P.D., “Livro de Baptismos da Igreja protestante de St.George, em Ponta Delgada, 1872”.

³¹ No dia 1 de Maio de 1872 inaugurou-se o hotel Aliança, dirigido por James Bird e instalado nas casas nobres da família Laranjeiras, no campo de S.Francisco. A empresa recebeu a protecção do barão da Fonte Bela, de Georges Hayes e de outros financiadores. Encerrou a sua actividade em 1879. De James Bird nada mais conseguimos saber.

³² Trata-se de Webster, sobre o qual não existem mais informações.

subindo uma longa alameda ladeada por “paredes de verdura” de camélias, ao cimo da qual existia “um jardim arranjado com gosto e esmero”³³.

Junto ao palacete edificado no largo do Paço, o barão da Fonte Bela ocupou todo o vasto quarteirão com um jardim onde existiam várias espécies notáveis, entre elas um exemplar de *Dracaena draco*, ainda hoje visível no local; o mesmo aconteceu aos terrenos que rodeavam o palácio Marquês da Praia; e o barão de Santa Cruz, inicia na década de 60, um vasto edifício envolvido por relvados, ruas ondulantes e um grande número de espécies arbóreas³⁴. Nos Prestes, a antiga quinta de laranjas e vinha que pertencera aos vínculos do morgado José Caetano, foi convertida pelo seu filho Ernesto do Canto, numa grande propriedade ajardinada, com lagos, relvados, *parterres* de flores e um *arboretum* onde vegetavam inúmeros agaves no sub-bosque, além de um castelo neogótico que introduzia no conjunto uma nota de fantasia medievalizante. Já dos anos 70 data a construção do palacete neoclássico, edificado pelo visconde de Porto Formoso ao cimo de um extenso jardim com serpentinas de água, grutas de lava e passeios ondulantes, hoje jardim da Universidade dos Açores.

Por mais que se multipliquem os exemplos e se ateste a popularidade dos jardins, generalizada a certas camadas urbanas, os viajantes que desembarcam em Ponta Delgada nos finais do século, não hesitam na escolha: “Têm reputação universal, os grandiosos jardins micaelenses dos Srs. José do Canto, António Borges e Conde de Jácome”.³⁵

Como e porquê merecem estes um lugar de destaque absoluto? Um ponto importante no esclarecimento desta questão, é saber quando se forja esta leitura dos jardins e com que critérios.

Os horticultores, botânicos e naturalistas que estão de visita à ilha durante este período - entre eles, Wallace, Goeze, Morelet, Drouet, Hartung, Godman e Fouquet -, referem-se aos jardins isoladamente, registando aspectos particulares dos seus traçados e vegetação, ou simplesmente manifestando com apreço os progressos que a horticultura conhecia na ilha. Não avançam com propostas de caracterização estilística nem tão pouco contemplam, na sua apreciação, a exclusividade de uma trilogia. Para estes, o produto específico que S.Miguel oferecia em matéria de jardinagem e horticultura, decorria das condições naturais do seu clima e solos, ou melhor, dependia de uma condição particular, a possibilidade de fazer crescer *ao ar livre* espécies vegetais, provenientes dos trópicos tanto como das zonas temperadas. Fouquet chega mesmo a afirmar que o projecto maior de José do Canto consistia em “fazer da ilha de S.Miguel um vasto jardim de aclimação botânica”.³⁶

³³ Joaquim Cândido Abranches, *Album Michaelense*, 1869, pp.49-50.

³⁴ De 1869 existe uma gravura deste jardim, publ. no *Album Michaelense* supra cit., estampa XXVIII.

³⁵ João Paula Nogueira, ob.cit., p.33.

³⁶ Ferdinand Fouquet, ob.cit., p.11.

São os visitantes nacionais (e alguns brasileiros), que a partir da década de 80 começam a afluir aos Açores em viagens de recreio - pois que até então estas ilhas eram “melhor conhecidas dos estrangeiros do que dos nacionais” -, os primeiros a fixar a trilogia dos jardins de Ponta Delgada.

Num relato de 1878, os três jardins são referidos assim: no primeiro jardim (o de José Jácome, no caso), “admira-se a riqueza e a grandeza”; no de António Borges, encontra-se “o gosto, o pitoresco, a variedade”; no terceiro, “estuda-se”³⁷. Esta fórmula, que pressupõe o equilíbrio existente na compensação, vai manter-se, adquirindo com o tempo, contornos mais definidos. Assim, o jardim José do Canto passa a ser encarado como “jardim botânico propriamente dito”³⁸, um verdadeiro *arboretum*, a denotar um “espírito científico”, “um sábio inteligente amante adorador da natureza...”³⁹; o de José Jácome é um “jardim inglês”, um “vasto *parterre*”, a revelar um aristocrata, “um fidalgo”⁴⁰; e finalmente, o de António Borges, é um jardim de “estilo paysagista”, “pitoresco” e “fantasista”, mostrando uma “alma de artista e poeta”⁴¹.

Tocavam-se, desse modo, três teclas insistentes na história recente (mas não actualizada) dos jardins; sem comprometer seriamente nenhuma definição conceptual. Se o jardim José do Canto ficava “arrumado” com a classificação de “botânico” - embora, de facto, o não fosse -, as dificuldades surgem quando se trata de definir *pitoresco*, *paisagista* e *estilo inglês*. Com estas designações, agrupadas numa ideia de jardim moderno, queria-se significar, sumariamente, o jardim traçado segundo os princípios e leis da natureza.

Percebe-se, em primeiro lugar, que uma certa incapacidade crítica advém do desconhecimento dos caminhos trilhados pela arte paisagista a partir do século XVIII. Seria necessário reconhecer claramente - e isso não acontece - que o movimento paisagista liderado pela Inglaterra se havia desenvolvido, na linha de Kent e Brown, ao longo da segunda metade de Setecentos; que o jardim pitoresco tinha conhecido várias formas e atravessado debates importantes desde Gilpin, Knigh e Price, nos finais de Setecentos, até Repton nos inícios da centúria seguinte, e Loudon nos meados do século; e, finalmente, que estilo inglês nada já significava, para um século XIX envolvido numa multiplicidade de correntes e experiências com jardins.

A reduzida informação que chegava a Portugal, invariavelmente por via francesa, e a relativa desinformação que circulava nos artigos de divulgação, tornavam os conhecimentos nessa área bastantes desactualizados e confusos. Percorrendo-se as

³⁷ A.A.C., *Impressões de uma Viagem: do Pará ao Recife passando por S.Miguel e Tenerife*, 1878, p.24.

³⁸ M. Emídio da Silva, *S.Miguel em 1893: Cousas e Pessoas*, (cartas publ. inicialmente no Diário de Notícias de Lisboa), 1893, p.5.

³⁹ Ervedal da Beira, ob.cit., p. 120.

⁴⁰ Cf. *A Actualidade*, 23/01/1898; Emídio da Silva, p. 5; Ervedal da Beira, ob.cit.p.120.

⁴¹ Cf. *A Actualidade*, 23/01/1898; Sotto Mayor, 1899,p.30; Emídio da Silva,p.5; Ervedal da Beira,p.120.

páginas dos “jornais pitorescos” de meados do século - dos quais se destacam, pela qualidade, *O Panorama* e o *Archivo Pitoresco* -, percebe-se que as directivas então apontadas para a criação de jardins são as mesmas que continuarão a defender-se, 30 e 40 anos depois.

O “jardim moderno” é aquele que “aparece no grau mais próximo possível da singeleza e magestade da natureza”, onde “os efeitos da mão do homem (...) se disfarcem o mais que possa ser”. Significativo é, sem dúvida, o conselho que o primeiro numero d’*O Panorama* dá aos leitores que “queiram aformosar as suas quintas”: que o façam “tal como fizeram os franceses que ouviram os cantos dos poetas descritivos do século passado”⁴². A referência literária na constituição de um ideal natural anacrónico, não impediu, no entanto, transposto meio século, o *Almanack do Jardineiro* - obra decalcada nos manuais franceses do género⁴³ - de insistir na supremacia da *natureza* sobre a *arte*. O idealismo inocente deste princípio converte-se, afinal, numa regra simples: a recusa da linha recta, considerada “de péssimo gosto” e, inversamente, a adopção sistemática das linhas curvas, mais conformes com a natureza.

Regra e princípio, que em 1822 John Claudius Loudon, numa das suas obras fundamentais, a *Encyclopaedia of Gardening*, havia definitivamente posto em causa. O que era de facto a natureza? As concepções foram sempre variando, mas nos inícios do século XIX tornava-se claro aos olhos dos teóricos ingleses de jardins, que o modelo natural utilizado por Brown nas suas realizações paisagistas, era o de uma natureza rural e campestre, organizada em campos, sebes, caminhos e bosques plantados pela mão do homem e não, verdadeiramente, um modelo natural. Pois que ser fiel à natureza na prática artística, significava reconhecer a existência de categorias estéticas que se impunham, por assim dizer, de forma objectiva. Já não era esse, no entanto, o caminho seguido no século XIX, onde os vários ecletismos destruíam o anterior paradigma da natureza.

A par do amadorismo com que são avaliadas as obras de paisagem em Portugal - onde, lembramos, não se formavam architectos paisagistas e existiam muito poucos horticultores -, a aceitação irrevogável de um certo paradigma da natureza resultava, em grande medida, do agnosticismo filosófico nesse campo. Sobre um fundo teológico que vê a natureza como “obra do Criador”, pressente-se a falta de uma reflexão sobre os fundamentos da prática artística, assim como a ausência de um questionamento directo sobre os estados “naturais” da natureza concreta, constituída em paisagem. Ilusoriamente afastada das coisas visíveis, a natureza permanece como um fundo de

⁴² *O Panorama*, 1ª série, 1837, p.222.

⁴³ O *Almanack do Jardineiro* publ. em Lisboa no ano de 1896 é, pela arrumação dos assuntos tratados, pelas classificações seguidas e pelos conselhos dados, claramente decalcado nos manuais franceses do género. Entre esses destacam-se o *Manuel d’Amateur des Jardins...* de Joseph Decaisne e Ch. Naudin e a obra de M.P.Joigneaux, *Le Livre de la Ferme et des Maisons de Campagne*.

justificação dos princípios de ordem, harmonia e unidade, devendo a sua objectividade a uma questão de “função”, mais do que a uma formalização estética consistente.

Também para os micaelenses, a questão do “natural” revestia-se de um sentido ambíguo. Raro é ouvirmos falar da natureza em termos mais teóricos, ou do valor referencial que esta assume relativamente à arte dos jardins. E é preciso não esquecer que a forte presença da paisagem natural, impunha alguma mediação na consideração dos processos e modos “naturais”. Natural era a ilha, de facto, onde ainda nos meados do século, mais de metade do território permanecia inculto. Realizar uma obra de paisagem não podia deixar de implicar o recurso aos artificios da ciência e da arte. Para isso, no entanto, usaram-se *imagens* naturais, mas imagens de uma natureza luxuriante e exótica, que a ilha não era, naturalmente.

Como se montaram e desmontaram essas imagens naturais com a criação dos jardins? Que modelos e figurinos puderam ser ajustados aos *valores do lugar*? Vejamos o que nos oferece a análise desenvolvida para cada um desses jardins.

1.1. O Jardim José do Canto

Os terrenos que viriam a ocupar o jardim José do Canto pertenciam aos bens vinculados de sua mulher, a morgada Maria Guilhermina Taveira de Neiva Brum da Silveira (1826-1887). Parte de duas instituições, a primeira fundada em 1570 por Diogo Vaz Carreiro e sua mulher Beatriz Rodrigues Camelo⁴⁴, a segunda instituída em 1624 a favor do recolhimento de Santana pelo licenciado António de Frias e sua mulher Beatriz Camelo, a moça⁴⁵, essa propriedade compreendia um corpo único de terras onde se incluíam *cerrados* de cultivo, velhos pomares arruinados, muros da cerca e restos da construção conventual do recolhimento, além do antigo solar dos Vaz Carreiro ao cimo de uma curta alameda, chamada o “beco dos Frias”.

Em 1842 José do Canto (1820-1898), um filho segundo do morgado José Caetano Dias do Canto e Medeiros, interrompe o curso de Matemática que frequentava havia dois anos na universidade de Coimbra, para cumprir o contrato de casamento com a sua prima Maria Guilhermina. A partir dessa data entra na posse das propriedades dos Brum, instalando-se nas “casas do beco do Frias”. Para essa propriedade projecta a construção de um amplo palacete e de um magnífico jardim, cuja extensão e riqueza ultrapassavam tudo o que até então se tinha construído na ilha.

⁴⁴ O documento das disposições testamentárias dá-nos a composição dessa propriedade: “um casal de terras, casas e quinta no sítio da Senhora de Santana, acima desta cidade, que contem tres alqueires de quinta e tres moios de terra”. Cf. Urbano de Mendonça Dias, *Instituições Vinculares*, 1941, p.180

⁴⁵ No rol dos bens vinculados a favor do recolhimento encontram-se mencionadas as terras que farão parte da propriedade de José do Canto: “um moio, oito alqueires e uma quarta de terra lavradia, sita acima do Recolhimento da Senhora de Sant’Ana de Ponta Delgada, dividido em oito serrados (...)”, *Idem*.

Esta obra que já na época foi saudada como inovadora, “ao moderno estilo europeu”, atesta a mudança de gosto e o amadurecimento estético de uma classe de encomendadores que se opõe, como já tivemos oportunidade de referir, às soluções de embelezamento adoptadas pelos homens do primeiro liberalismo nas suas quintas de regalo. Uma concepção espacial que apaga em definitivo os níveis de fragmentação ainda visíveis nas quintas e um programa iconográfico e decorativo revelador de maior consistência e maturidade - traduzem uma evolução projectista de assinalável alcance.

A atenção dirigida para a flora exótica é outra vertente absolutamente imprescindível desta nova classe de encomendadores mais próxima da influência europeia. De entre os “curiosos e apaixonados” que se dedicam a cultivo das plantas, sobressai a figura de José do Canto. Profundo conhecedor dos avanços científicos e técnicos que acometiam a horticultura para o terreno da jardinagem, a ele se deve o maior esforço na aclimação e propagação de plantas, tanto úteis como ornamentais, atribuindo-se-lhe a introdução de 5000 novas espécies e a florestação da ilha com mais de 2 milhões de árvores por ano⁴⁶. “Raro será em Portugal quem saiba tanto de botânica como ele sabe”, afirmava Bulhão Pato, acrescentando: “Livros e jardins são a sua paixão dominante”⁴⁷. Na verdade, o seu interesse divide-se entre as plantas e a literatura, procurando o convívio com homens das letras como Joaquim de Araújo, Bulhão Pato, Castilho e Sousa Viterbo, e estabelecendo relações, entre os literatos e académicos franceses, com Lamartine, Ferdinand Denis, Edmond About e Léon Gautier. Especialmente versado nas letras pátrias do *cinquentento*, compilou uma das mais importantes camonianas do país, publicando no fim da vida um extenso catálogo que os bibliógrafos consideram de grande erudição⁴⁸. Desenvolveu ainda uma acção mecénica de certo relevo, sustentando uma bolsa que permitiu a Marciano Henriques da Silva estudar em Paris, e custeando a publicação de obras de Bulhão Pato e Castilho, entre as quais, a publicação em edição de luxo (1866), da primeira tradução portuguesa das *Geórgicas* de Virgílio. A acção e o prestígio desta figura, a quem Feliciano de Castilho chamou o “Plínio o moço do Arquipélago”, elogiada pelos seus contemporâneos como herói da civilização, celebrada mais tarde como o grande arauto da modernidade, deram à sua imagem um carácter algo mitificado.

José do Canto, nascido no seio de uma família morgadia e tendo recebido uma educação tradicional, primeiro na ilha com o Pe. mestre João José do Amaral e mais tarde em França, no colégio de Fontenay-aux-Roses dirigido por um religioso português⁴⁹, está imbuído de valores religiosos e da consciência da sua posição social, valores que nunca renegaria. O seu apego à terra e à família, o seu comportamento

⁴⁶ Cf. Ferdinand Fouquet, ob.cit., p. 16; Frederick Walker, ob.cit., p. 138.

⁴⁷ Bulhão Pato, *Cartas dos Açores*, ob.cit., p. 90.

⁴⁸ Cf. Fernando Aires de Medeiros Sousa, *José do Canto: Subsídios para a História Micaelense*, 1982, 66-78, passim.

⁴⁹ Idem, p. 16

paternalista, por vezes prepotente, são outros aspectos de uma personalidade que muito deve ainda a uma estrutura de antigo regime, especialmente no que toca à posse da terra. Enquanto “senhor da terra” revela-se profundamente conservador, em relação, por exemplo, à questão da extinção dos morgadios (1863). A essa medida legislativa responde José do Canto com a constituição da “terça” dos seus bens, cujo administrador seria por ele nomeado em testamento; dos rendimentos assim “vinculados” cabia a obrigação de dar *alimentos* aos irmãos e filhos que não entrassem na administração da terça⁵⁰. E contra a pretensão da fazenda pública de apoderar-se do património do convento de Santo André, o casal Canto moveu um processo judicial que acabaria por reconduzi-los à titularidade dos bens vinculados por Diogo Vaz Carreiro em 1570⁵¹.

Parece claro, antes de mais, que José do Canto não escapa ao contágio das inevitáveis contradições que atravessam uma época de profundas alterações na estrutura social e política do arquipélago e do país. Não será, porventura, muito profíquo tentar medir o grau de modernidade e conservadorismo patentes na sua personalidade; mais importante é reconhecer o seu papel na tomada de consciência de que ao protagonismo social e político cabia uma função de exemplaridade cultural e económica que ele exemplarmente exerce.

Demonstra-a desde logo na dedicação a projectos de interesse colectivo, como sejam o da fundação da Sociedade Promotora da Agricultura Micaelense, as negociações para a importante obra do porto artificial de Ponta Delgada, o impulso para a construção do edifício do museu municipal⁵², a fundação da primeira fábrica de chá, etc. Mas, sobretudo, com o gosto e o critério que dedica às obras de paisagem. Nesse campo, o europeísmo de José do Canto, iniciado na leitura dos tratados de horticultura e jardinagem - que interpreta com grande à-vontade - e firmado nas relações de amizade com figuras eminentes da ciência botânica, levaram-no a procurar no estrangeiro os artistas e os técnicos capazes de dar corpo aos seus grandiosos projectos modernizadores. Circunstâncias da situação económica da ilha, aliadas ao reconhecimento do mérito inglês em matéria de jardinagem e horticultura, obrigam-no a procurar em Londres os artistas que viriam a ocupar-se do jardim de Santana.

O primeiro artista contratado foi o arquitecto inglês David Mocatta (1806-1882), a quem José do Canto encomendou o risco do jardim e da nova casa que intentava erguer no lugar da antiga. Os primeiros desenhos chegam em 1845, acompanhados de um longo relatório onde o arquitecto expõe detalhadamente a situação de cada uma das peças, caracterizando-as nas suas dimensões funcionais e estéticas. Todos os

⁵⁰ Idem, pp. 173-174.

⁵¹ Cf. Augusto Ataíde Soares de Albergaria, “Memória Histórica e Descritiva do Jardim José do Canto”, (relatório elaborado a instâncias do processo de classificação do jardim), Cap.I.1.

⁵² Eugénio Pacheco atribui a construção deste edifício à equipa de trabalho de Alphand, com quem José do Canto teria conhecimento pessoal. Cf. *O Preto no Branco*, nº135, 28-7-1898.

elementos do plano tentavam cumprir com o programa pretendido e harmonizar-se com o mapa da propriedade fornecido, mas as dificuldades surgiam a cada passo pelo desconhecimento que o arquitecto acusava das reais implantações no terreno. A solução genérica que adoptou foi, segundo ele próprio afirma, a de seguir os *leading and essential features* que uma propriedade com aquelas características apresentava em Inglaterra⁵³. Nessa medida, a base projectista da nova propriedade representa, na história da arquitectura paisagista insular, uma obra invulgar de absoluta novidade.

A proposta de Mocatta incluía a definição de uma “entrada condigna” delimitada por muros baixos, com gradeamentos de ferro e um alto portão, também em ferro forjado, junto à casa do porteiro, a partir da qual seguia a avenida central, o que permitia a conservação do troço do beco do Frias. Uma outra entrada lateral comunicava directamente com as cocheiras e os escritórios. Do núcleo primitivo subsistia também o terreiro da casa, embora consideravelmente ampliado na forma de um amplo rectângulo com duas êxedras semi-circulares nos topos e delimitado por uma balaustrada em mármore. A antiga casa solarenga seria substituída por um vasto palacete italianizante, precedido de um pórtico central elevado a dois pisos de arcaria plena, terminando, em toda a volta do edifício, numa outra balaustrada com pedestais para estátuas. O jardim possuía zonas distintas, que as regras do bom gosto associadas às determinações do uso, ajudavam a definir. O pomar, a horta e o galinheiro deviam ficar ligados à zona de serviços e separados da vista por sebes vivas; o jardim ornamental, composto por *parterres* de flores e passeios, situar-se-ia perto de casa, de modo a beneficiar os quartos com a sua vista; enquadrada no jardim ornamental ficava ainda a estufa das plantas ornamentais, situada no ângulo que encostava com a cerca do recolhimento de Santana e construída, por conselho do arquitecto, em ferro e vidro. Partindo do terreiro lateral, traçava-se uma longa *vista* plantada com laranjeiras e terminando num pavilhão em forma de templete circular. O terreno atrás da casa seria ocupado com relvados, passeios em serpentina e um lago onde deveria existir uma ilha e uma casa de barcos; para enriquecer este *spot picturesque* deveria traçar-se uma vereda sinuosa por entre as formações rochosas, uma gruta semi-escondida pela vegetação e vários bancos de jardim.

Em 1848, este plano era elogiado por Thomas Hickling Jr. nos seguintes termos:

...um outro (jardim) da iniciativa de um jovem cavalheiro, que casou com uma rica morgada, está a ser construído num vasto terreno contíguo à cidade por um jardineiro inglês, bem como uma casa (o projecto, que custou 100 libras, foi feito em Londres e mostra um pequeno palácio), que quando estiver pronta será digna de admiração, mesmo em Boston!⁵⁴

⁵³ A.J.C. (núcleo particular), “Relatório de David Mocatta sobre o projecto para a casa e jardim de José do Canto”, Londres, Jul. 1945.

⁵⁴ Carta de Thomas Hickling Jr., “Insulana”, nº2, vol. LI, 1995, p.191.

Apesar do custo do projecto e dos vários desenhos de pormenor, que José do Canto ainda receberia nos anos seguintes⁵⁵, a construção do edifício foi abandonada, continuando o casal Canto a ocupar o velho solar morgadio. Em 24 de Abril de 1852, um violento tremor de terra reduziu-lo-ia a ruínas mas, mesmo assim, José do Canto não retomou o antigo projecto, preferindo muito romanticamente, integrar as ruínas na cenografia do jardim. Mais tarde, muda a zona habitacional para uma parcela situada a norte, recorrendo então aos serviços do arquitecto francês Brice, que em 1864 lhe riscaria um *chalet* de perfil mais rústico e dimensões mais modestas⁵⁶.

No que se refere ao jardim, já em fase de execução, o plano de Mocatta serviu essencialmente de esquema básico ao trabalho dos *plantsmen*, sucessivamente contratados em Londres para o lugar de *head gardener*. Não sendo muito clara a preferência de José do Canto por este arquitecto, provavelmente só a sua inexperiência ou, porventura, as conveniências do custo, o terão levado a recorrer aos seus serviços⁵⁷. De facto, Mocatta não era um arquitecto paisagista nem tão pouco um especialista na arquitectura doméstica. O que conhecemos da sua actividade profissional, mostram-no sempre arredado das encomendas particulares, dedicando-se especialmente à construção de sinagogas (ele era judeu) e de estações ferroviárias, aparecendo ainda o seu nome, num concurso público para as obras de reconstrução do Royal Exchange de Londres, em 1840⁵⁸. Seja como for, a consciência do papel assumido pelas plantações na definição do carácter do jardim, tendia a desvalorizar a importância do *design*. O arquitecto-pintor ou poeta cedia o lugar ao jardineiro, mais apto a criar condições para o crescimento dos vegetais. Num jardim como o de Santana, distinguido pela preciosa colecção de plantas, a importância do jardineiro revelava-se fundamental.

George Brown(1813-1881) foi o primeiro “jardineiro inglês” que veio para Santana. Contratado por intermédio de Mocatta, encontrava-se formalmente ao serviço de Whitley & Osborn de Fulham, uma das mais importantes casas viveiristas de Londres e principal fonte de aprovisionamento de plantas para o jardim. Brown chega em 1845 e já nesse ano trabalha no delineamento das ruas, preparação dos solos e

⁵⁵ Até 1850 foram enviados desenhos da casa, incluindo o esboço de um *cottage* que não sabemos aonde se destinava. Cf. A.J.C. (núcleo particular), cartas de David Mocatta para José do Canto, 27-8-1845; 23-4-1846; 24-12-1846; 15-12-1847; 15-5-1848; 29-5-848; 17-7-1848; 18-1-1850.

⁵⁶ A.J.C. (núcleo particular), 4 desenhos aguarelados, Brice, 1864.

⁵⁷ Pela mesma altura (1845) José do Canto contactou o arquitecto inglês Owen Jones par lhe riscar a *villa*. Owen Jones(1806-89) um arquitecto ligada à escola do neogótico tardio, apresenta os honorários correspondentes aos desenhos do plano e de uma *perspective view* da casa. A proposta não é aceite: cf. A.J.C. (núcleo particular), carta de Owen Jones para H.S.Câmara, 9-8-1845. Por outro lado também sabemos o quanto foi discutida a questão dos preços com Mocatta que se queixava de levar um preço abaixo da sua categoria profissional: cf. A.J.C. (núcleo particular), em especial, a carta datada de 23-7-1845.

⁵⁸ Para dados biográficos sobre David Mocatta ver:E.Jamilly, *Anglo-Jewish Architects and Architecture in the 18th and 19th centuries*, “Transactions of the Jewish Historical Society of England”, vol 18 (1954), pp.127-141; *The Builder*, vol 42, 13-5-1882, p.577; “English mid-ineteenth century: London: City: Royal Exchange”, in *A Catalogue of British Drawings*, p.138.

plantações. Na distribuição dos vários elementos do jardim e na composição segue, *grosso modo*, as directivas de Mocatta, reconhecendo-se o seu traço nos arruamentos e no terreiro da entrada, na estufa para plantas ornamentais a ele fronteiro, ou no tanque pequeno a norte da casa.

Brown não permaneceu muito tempo como *head gardener* de Santana. Em Janeiro de 1850 encontrava-se em Londres, onde fazia compras de material e encomendas de plantas para o jardim⁵⁹. Mas, por qualquer razão, o seu desempenho não correspondeu às expectativas de José do Canto que, numa carta para o amigo José Jácome, se queixava do jardineiro dizendo que “não o queria nem de graça”⁶⁰. Para George Brown, no entanto, esta primeira comissão em S.Miguel foi apenas o início de uma longa carreira decorrida na ilha. Depois de casado em Inglaterra com Sarah Brown, regressa com a família para S.Miguel, onde lhe nasceriam cinco filhos, aqui tendo residido até à data da sua morte. Durante esses anos teve oportunidade de desenvolver vários projectos, entre os quais se conta a criação de um jardim viveirista, o plano para um importante jardim nas Furnas e, até, a gerência de dois hotéis, um deles mantido pela filha, Sophia Brown, até 1942.

No seu lugar encontrava-se agora Peter Wallace, um botânico escocês que havia estagiado em Chatsworth sob a direcção de Joseph Paxton e teria, por isso, um perfil profissional mais de acordo com as exigências do proprietário micaelense. O seu percurso foi diferente do de Brown. Os anos que permaneceu na ilha representaram uma espécie de estágio necessário ao lugar que ambicionava na Sociedade de Horticultura de Londres. Tendo mostrado os resultados práticos do seu trabalho e o conhecimento obtido dos jardins e quintas micaelenses, num relatório que apresentou naquela instituição, vamos encontrá-lo, quando deixa definitivamente S.Miguel em 1857, no jardim de Chiswick, ao serviço da Sociedade. Mas a sua passagem por Santana, não deixou de ser menos impressiva, tendo saído das suas mãos parte significativa do perfil botânico do jardim. O número de plantas raras e preciosas aumentou extraordinariamente, passando de cerca de 2000, em 1852, para 6000 espécies, em 1856⁶¹. Durante os primeiros anos investiu na construção de novas estufas - entre elas as famosas estufas de ananás (*pine-pit*) - e criou os extensos viveiros que permitiriam a José do Canto florestar enormes áreas em toda a ilha.

Após a sua partida, a direcção do jardim foi entregue a um outro jardineiro inglês, Alexander Reith (c.1800-1874), desta vez um profissional da casa viveirista de Conrad

⁵⁹ Ainda ao serviço de José do Canto, Brown está em Londres entre 1850-52 servindo de intermediário nas negociações com o arquitecto e fazendo compras de material e de plantas para o jardim, adquiridas no Osborn de Fulham. Até pelo menos 1854 recebe salário de José do Canto, muito embora tivesse abandonado o lugar de *head gardener*. Cf. S.D.U.A., Arquivo José do Canto, “Recibos”: 1571; 4326; 6612; 6617; 6620; 6635; 6613.

⁶⁰ *Cartas Particulares...*, p.72

⁶¹ No aludido relatório escrito por Wallace em 1852 atribui cerca de 2000 espécies ao jardim Canto: cf. ob.cit., p.239. Em 1856 a *Enumeração das principais plantas existentes no meu jardim de Santana*, contempla cerca de 6000 espécies (B.P.A.P.D, arquivo José do Canto)

Loddiges, de Hackney, onde trabalhava há 10 anos, tendo antes servido o bispo de Mulgrane⁶². Reith, contratado em 1860 por José do Canto, demora-se na ilha 9 anos, tempo que lhe permitiria adquirir profundo conhecimento da flora açoriana e escrever, sobre ela, um artigo para o *Botanical British Foreign*⁶³. Seguiram-se ainda outros contratos com jardineiros estrangeiros, quase sempre recrutados nas principais casas viveiristas ou nos jardins botânicos⁶⁴.

À semelhança do que faziam os jardins botânicos, os viveiristas dedicavam-se não apenas à actividade comercial como a todo um conjunto de trabalhos, da pesquisa à aclimação de novas espécies e ao treino especializado de novos jardineiros. Frequentemente as firmas viveiristas entravam em competição nos concursos para a construção de parques e jardins públicos, o que lhes exigia competência técnica e artística e lhes garantia um papel privilegiado nos avanços da horticultura e da jardinagem. Paralelamente, o estatuto do jardineiro adquiria outro merecimento com a preparação teórica e os conhecimentos de botânica que lhe eram requeridos. Ao lado dos jardins mais importantes figuravam os nomes dos seus *head gardeners*, cuja autoridade ultrapassava por vezes a dos proprietários.

Numa carta que escreve ao amigo, José do Canto mostra a ambivalência de sentimentos que nutre pelos jardineiros. Depois de salientar a sua importância, lamenta a dependência em que o jardim se colocava, “exactamente por causa dos jardineiros, que quando a gente menos o espera, ou está mais satisfeito, largão o cabo por mão”⁶⁵. Ao lado da competência e autoridade daqueles, José do Canto não deixaria de revelar-se um verdadeiro especialista, conhecedor dos meandros da actividade dos viveiristas e leitor atento dos manuais de botânica e revistas de horticultura ornamental. Não admira pois, que o saber pessoal e a contínua intervenção do encomendador fossem decisivos para as soluções adoptadas no jardim, onde as plantas cultivadas “mais pela variedade de formas do que pela sua utilidade”⁶⁶, demonstravam o exercício de uma confessada paixão. Mas, possivelmente, esta sua competência não teria deixado de constituir um óbice ao estabelecimento de relações duradouras com qualquer dos profissionais que contratou em Inglaterra.

⁶² Por uma carta de C.Loddiges para José do Canto, sabemos o percurso deste jardineiro a quem o viveirista traça rasgado elogio: cf. A.J.C. (núcleo particular), “carta de C.Loddiges para José do Canto”, 19-12-1860. Durante os anos seguintes é atestada a sua presença na ilha, até ao ano de 1869 quando baptiza o filho, Alexander Frederic, na igreja protestante de Ponta Delgada.

⁶³ Cf. H.Amorim Ferreira, *Naturalistas Britânicos nos Açores*, “Insulana”, vol II, nº4 (1946), p.539.

⁶⁴ Depois da saída de Reith, José do Canto pediu auxílio a Mr. Linden do jardim de Aclimação de Bruxelas e, em Junho de 1870, esperava a chegada do novo jardineiro: cf. Kew Royal Botanical Library, “carta de José do Canto para Joseph Dalton Hooker”, 26-6-1870. Simultaneamente, contactava a casa viverista de Vilmorin com a mesma finalidade. O jardineiro que finalmente aceitou o cargo foi Georges Créder, nessa época ao serviço do Museu das Plantas de Paris: cf. A.J.C.(núcleo particular), “carta de Georges Créder para José do Canto”, 16-3-1870. Mais tarde recorre ainda a Edmond Goeze para a contratação de um novo jardineiro, cujo nome desconhecemos: cf. S.D.U.A., Arquivo José do Canto, “carta de Edmond Goeze para José do Canto”, 4-10-1893.

⁶⁵ *Cartas Particulares...*, p.206.

⁶⁶ Edmond Goeze, ob.cit.,p.36.

Nas cartas que troca com José Jácome, comenta:

(...) o didicil não é amar as plantas muito, é chegar-lhes a prestar a atenção um dia: vencido este primeiro passo está feita a conversão. As contrariedades que depois aparecem, os desapontamentos, a falta mesmo de esclarecimentos indispensáveis para a cultura, não fazem senão redobrar o incendio⁶⁷.

Ou ainda numa outra passagem para o mesmo amigo:

Sabes como o amor das plantas insensivelmente se tem tornado em mim uma paixão dominante, ocupando-me, nas minhas affeições, um espaço mais largo do que eu rasoavelmente lhe devera consagrar; fallando-me, pois, dellas, falas-me d'uma parte da minha familia (...) ⁶⁸

Todos os elementos do jardim aparecem assim subordinados ao princípio de criar as condições ideais (tanto físicas como cenográficas) para o crescimento de seleccionadas colecções de plantas, cuidadosamente mantidas e magnificamente dispostas. Na sua simplicidade projectista, os elementos estruturadores de percursos são bastante escassos: a partir do ponto de entrada é traçada uma bissetriz ao jardim, iniciada em baixo com o beco do Frias, até ao largo da casa, e continuada, daí para cima, com a avenida da *vista*, terminando a norte no morro onde está instalado um mirante-pavilhão. Da *vista*, divergem os passeios que conduzem a outros pontos do jardim, traçados em curvas largas por entre os relvados abertos, ou torturados nas pequenas veredas que circundam a pedreira e percorrem a “floresta de bambús”. Na zona norte, onde se instalavam os viveiros, o traçado dos arruamentos forma uma reticula, articulando-se com o arranjo formal junto da casa.

Contrariando a tradicional importância funcional e simbólica da água nos jardins, a sua presença em Santana não é muito expressiva. O sistema de águas assume uma função utilitária nos tanques das estufas, ou aplica-se num ou noutro apontamento decorativo, como acontece com a taça de água situada à direita da rua principal. Este pequeno tanque, alimentado por uma linha de água que nasce mais acima por entre o bambusal, adquire uma forma regular e reveste-se de um tratamento decorativo em *rockwork*, muito usual noutros jardins da ilha. Ao invés do que acontece com esta peça, assinalada no projecto de Mocatta, o grande lago destinado à zona de uma antiga pedreira abandonada, nunca foi construído. No seu lugar, foi criado um vale húmido e rochoso destinado à vegetação de fetos arbóreos e outras plantas tropicais. Mas os

⁶⁷ A.J.C. (núcleo particular) carta de José do Canto para José Jácome Corrêa, 15-11-1866.

⁶⁸ *Cartas Particulares...*, p.17.

documentos falam de um outro *tank*, presumivelmente em madeira, que servia os cisnes do jardim⁶⁹.

No que se refere às peças arquitectónicas, as propostas de Mocatta só tiveram concretização no edifício das cocheiras (desaparecido) e na estufa das plantas exóticas (transformada em pavilhão de festas). Como vimos, o projecto da casa foi abandonado - permanecendo no local o solar morgadio - e o templete clássico, destinado ao cimo da avenida da *vista*, foi convertido na forma mais vernácula do *mirante*.⁷⁰ Nenhuma dessas peças subsiste no jardim. A primeira foi demolida, nos anos 40 do nosso século, para dar lugar à estátua de José do Canto - um monumento da autoria do mestre Francisco Xavier Costa, mandado erguer por um dos seus descendentes e inaugurado no dia 8 de Abril de 1950. A segunda, foi substituída pela actual casa de residência no jardim Canto - um projecto dos primeiros anos de 1940, promovido por Augusto Ataíde Soares de Albergaria e sua mulher, Maria da Graça Hintze Ribeiro Jardim (bisneta de José do Canto). As obras arrastaram-se até 1958, cumprindo-se apenas um terço de um ambicioso casarão neoclássico.

No relvado que se estende a nascente da estátua, fica situada a primeira estufa. Em 1848 já se encontrava concluída, abrigando no seu interior “frutas tropicais e plantas ornamentais que têm sido coleccionadas e que farão o espanto de toda a gente”, o que mereceu o elogio de Thomas Hickling Jr. O edifício, construído em alvenaria com amplas vidraças na frontaria, constituía-se por um corpo rectangular, terminado em cada topo, por dois blocos quadrangulares em ligeiro resalto, ambos rematados por um frontão triangular. Erguida em frente a um *parterre* de flores, esta estufa aparecia como um pavilhão de jardim de linhas clássicas, harmonizando-se com o plano da casa fronteira.

Um outro conjunto de estufas, com características bem diversas, seria edificado junto aos viveiros, na parte norte do jardim, em 1850. “Uma das primeiras coisas que fiz”, recorda Peter Wallace, “foi construir uma estufa de ananás, para a qual apliquei o princípio usado na última estufa edificada em Chatsworth”. A tipologia seguida, bem como o método de tratamento das plantas, demonstra a aplicação de uma tecnologia avançada desenvolvida por jardineiros e horticultores, e já não resultado da acção de arquitectos e decoradores de jardins. Estas duas construções, totalmente edificadas em vidro e madeira, fixariam o modelo “industrial” das *estufas de ananás* que, anos depois, teriam um enorme impacto na economia micalense⁷¹. Ainda sob a direcção de

⁶⁹ Henry Femull, ao serviço de José do Canto entre 1857 e 1860, refere-se por diversas vezes a esse *tank*. Uma nota de encomenda não datada pede “fio de arame galvanizado com uma ponta de 3 pés de largo e 31 portas de ferro” para o *tank* de madeira: cf. A.J.C. (núcleo particular)

⁷⁰ Carlos Caldeira refere-se explicitamente a este *mirante* junto do qual crescia uma palmeira. “O lugar, a hora e as minhas recordações me tornavam esta situação verdadeiramente poética”, escreve ainda. Ob.cit.,p.315.

⁷¹ Entre Maio e Outubro de 1851 as duas estufas de José do Canto produziram 70 ananases, o maior dos quais foi enviado para Lisboa em oferta à Rainha (cf. Peter Wallace, ob.cit.,p.247). Na década seguinte iniciava-se a exportação regular desse fruto, dirigido sobretudo para Inglaterra.

Wallace, foi construída uma pequena *estufa quente* destinada, essencialmente, à colecção de orquídeas - plantas que se haviam tornado uma das predilecções dos amadores⁷².

“As estufas tornaram-se na grande preocupação dos horticultores”, garante Joigneaux no seu *Livre de la Ferme et des Maisons de Campagne*⁷³. São elas que dão aos jardins europeus a extraordinária riqueza de exóticas, tão indispensável à horticultura ornamental, assegura ainda. Nos jardins mais importantes existiam geralmente várias estufas, mas havia uma imprescindível: a *estufa temperada*. Ai se devia cultivar quase toda a flora subtropical de *Dracaenas*, *Cycadaceas*, *Amaryllis*, *Bougivillea*, algumas palmeiras, *Ficus*, *Arbutus*, *Ericas*, melaleucas, *Proteas*, *Banksias*, acácias, azáleas, rododendrons, camélias, hibiscos e fetos. Ora, Santana não possuía nenhuma estufa temperada, precisamente porque toda essa flora podia vegetar ao ar livre - o que o tornava numa espécie de enorme estufa a céu aberto⁷⁴.

Entre a vegetação do jardim de Santana predominam as árvores, assegura o professor Wyville Thomson, de tal forma que os terrenos se assemelham mais a um *arboreto* do que a um jardim⁷⁵. A disposição das plantas faz-se isoladamente, por entre os relevados ou em grupos (*clumps*) - nas posições consideradas mais adequadas a cada espécime, explica Peter Wallace. No primeiro caso, figuram quase sempre, as árvores de grande porte: carvalhos, liliodendrons, melaleucas, metrosideros, magnólias, plátanos, jacarandás, acácias, *Banksias*, álamos, palmeiras, *Ficus* e uma grande variedade de coníferas. Entre as coníferas, cresciam isoladas as araucárias, as sequóias, as criptomérias, e em grupo, formando maciços de arvoredos em volta da pedreira, variedades de *Cupressus*., *Thuyas*, *Juniperus* e *Taxus*. Não menos bem representadas estavam as fruteiras, das quais o jardim de Santana possuía uma extraordinária abundância: castanheiros, nogueiras, pereiras, macieiras romãzeiras, goiabeiras, anoneiras, e outras fruteiras tropicais das Antilhas, do Chile e do Brasil⁷⁶. Sem esquecer, evidentemente, as laranjeiras que se cultivavam na “quinta de cima”, estendida até ao sopé do pico do Salomão⁷⁷.

⁷² Entre os “amadores de plantas”, o rei D. Luís destacava-se pela magnífica colecção de orquídeas. Após uma das visitas ao estabelecimento de José Marques Loureiro, el Rei chamou-o ao paço onde “tiveram uma longa palestra sobre as plantas em geral”(…) e onde el rei lhe mostrou as fotografias tiradas às suas orquídeas”. Cf. *Jornal de Horticultura Prática*, vol VI (1875), p.196.

⁷³ “(...) les serres qui reçoivent chaque jour ses merveilles sont devenues l’objet des plus vives préoccupations de l’horticulteur.” In *Le Livre de la Ferme et des Maisons de Campagne*, s.d., p.803.

⁷⁴ Condição semelhante tinham os jardins do continente português. Quando visitou Sintra em 1868 foi este o comentário do Dr. Moore, do jardim botânico de Dublin, a respeito de Monserrate. Ver nota 124, infra.

⁷⁵ Wyville Thomson, *Letters from H.M.S. Challenger*, “Good Words”, Jun. 1874, p.408. Wyville Thomson (1830-1888), professor de História Natural da universidade de Edimburgo, chegou aos Açores a bordo da corveta Challenger, comandando a expedição científica à volta do mundo, realizada entre 1872 e 1876.

⁷⁶ Cf. Edmond Goeze, ob.cit. p.43-44.

⁷⁷ A plantação da quinta só foi feita depois do jardim estar delineado e plantado. Em 1859 Henry Femull referia-se às laranjeiras recentemente plantadas e anunciava que possuía cerca de 1000 novas árvores em viveiro já enxertadas e prontas a plantar. Cf. A.J.C. (núcleo particular), “Carta de Henry Femull para José do Canto”, 21-11-1859.

Os arbustos floridos marcavam presença no jardim através, nomeadamente, das camélias que bordam a avenida da *vista*, das associações de azáleas e rododendrons das Índias orientais - importadas dos viveiros de Fulham em 1847 e 48, tendo sido, muito possivelmente, os primeiros cultivados na ilha⁷⁸ - e da colecção de *Fuchsias*. Os pelargónios de folhas variegadas, constituindo a grande moda dos anos 50 e 60, também foram experimentados, mas o excessivo calor da ilha fazia com que retomassem a cor verde ao fim de dois anos de cultivo⁷⁹. A composição preferida para os arbustos consistia no agrupamento de várias plantas, notáveis pela coloração das folhas e flores, de forma a criar “maciços elegantes e frondosos cuja riqueza e variedade compõem um aspecto deslumbrante”⁸⁰. Um outro grupo é composto pela flora tropical incluindo as diversas musáceas, as *Strelitzias*, os bambús da Índia - agrupados numa “floresta” junto à bacia de água - e os fetos arbóreos que povoaram o interior da depressão rochosa, a partir da década de 60.

Apesar de menos significativa, a presença das flores pontuava o jardim, com as trepadeiras que cobriam os muros e com as florações das árvores e arbustos que acabamos de descrever. As flores herbáceas existiam em contextos mais restritos, nos canteiros de bolbos e anuais, presumivelmente situados perto da estufa e seguramente presentes junto à casa do Calço - beneficiada com um arranjo de jardim com vários *parterres*, desenhado pelo arquitecto paisagista Georges Aumont⁸¹. Existia também um “rosal” para o qual, em 1859, Henry Femull pedia mais algumas variedades, visto que: “a nossa colecção de rosas é muito pobre para os dias que correm”, pensava o jardineiro⁸².

O cuidado especial dispensado a cada árvore e arbusto visava o desenvolvimento pleno das suas características próprias, de forma a que atingissem uma perfeição maior do que a que teriam nas suas regiões de origem, garante-nos o professor Wyville Thomson. Sobre o método das plantações usado em Santana, escreve:

o jardim é extenso e está muito bem plantado e cuidado. Um cuidado especial é dispensado a cada árvore, individualmente, de forma a permitir que atinja as suas características próprias, e consequentemente algumas espécies, particularmente aquelas que crescem com formas

⁷⁸ Já conhecidas as espécies americanas, as azáleas da Índia e os rododendrons do Sikkim Himalaia só foram descobertas na década de 1820, trazidas para os jardins botânicos de Kew por Joseph Hooker e para o jardim das Plantas por caçadores de plantas, aí sendo submetidas às diversas hibridizações.

⁷⁹ Edmond Goeze, ob.cit., p.45. Sobre a moda dos *Pelargonium* e das plantas variegadas ver Brent Elliot, ob.cit., “The Rise of Foliage”, pp.152-154.

⁸⁰ Ferdinand Fouquet quando visita o jardim de Santana descreve estas associações de plantas diversas: “Les agave, les dasilirium, les aloès, croissent et fleurissent au milieu de corbeilles où sont réunies une multitude de plantes remarquables par la beauté de leurs fleurs ou par la coloration de leurs feuillages; les pelargonium, les campanules, les véroniques, les fuchsia, une foule de labiées et de composées, les begonia, les gloxinia, les canna, se groupent en massifs élégants et touffus dont la richesse et la variété forment un coup d’œil éblouissant.” Ob.cit., p.16.

⁸¹ A.J.C. (núcleo particular), “Planta do jardim do Calço da Má Cara”, Georges Aumont, Paris, 1867. Sobre Georges Aumont ver ponto 2.2.3., infra.

⁸² A.J.C. (núcleo particular), “carta de Henry Femull para José do Canto”, 5-12-1859.

peculiares e simétricas, tais como as *Altingia*, *Araucarias* e *Cryptomeria*, são provavelmente mais perfeitas do que em qualquer outro lugar, mesmo nas suas regiões nativas⁸³.

Certos conjuntos de plantas faziam lembrar paisagens distantes, que os visitantes apreciavam como se se tratasse de um museu, sentindo-se transportados para outras latitudes. Ferdinand Fouquet descreve-nos alguns pontos do jardim: “Aqui, uma acumulação informe de lavas áridas foi coberta com um brilhante arranjo de flores de cactus ou adornada de crassuláceas que pendem em longas grinaldas; ali uma antiga pedreira foi transformada num parterre húmido em que o solo e as paredes são guarnecidas de fetos e de *lycopodes*(...)”⁸⁴. Os rododendros que cresciam numa zona alta podiam recriar paisagens dos Himalaias; num outro ponto, a floresta de bambús lembrava a Rupert Swindells “as montanhas azuis da Jamaica”; para Bento Carqueja, esse lugar chegara a adquirir “por um momento a nota característica da paisagem das margens de um grande rio africano”...⁸⁵. A vocação botânica do jardim José do Canto é um dado irrecusável que os testemunhos da época não se cansam de elogiar e a documentação confirma. As experiências produzidas nos terrenos e estufas de Santana determinaram a popularização de certas espécies na paisagem da ilha - como é o caso das criptomérias, azáleas, *Banksias* e acácias - e encantaram um público esclarecido de cientistas, naturalistas e curiosos, ávido do estudo e contemplação que as coleções ali reunidas lhe proporcionava.

Mas, para isso, José do Canto não podia limitar-se às variedades existentes no mercado. Em 1854, queixava-se ao amigo da penúria em que achava os viveiristas: “Tenho feito algumas excursões aos viveiros de Pariz, e dos arredores, mas não encontro novidades, e de anno para anno se vae a olhos vistos limitando o numero de plantas que se encontram no commercio”⁸⁶. A solução para este problema estava na procura, junto de instituições especializadas, de um conjunto ainda mais diversificado de plantas, disponíveis para troca e distribuição. Ao longo dos anos, foi estabelecendo uma bem fundada rede de contactos com os directores dos principais jardins botânicos e associando-se às diversas *sociedades de aclimação* espalhadas pelo mundo⁸⁷. É assim que Joseph Hooker do Kew Garden, recebe várias encomendas de plantas enviadas por José do Canto, ou que a Société Imperial d’Acclimation de Paris lhe publica, em 1868, um catálogo do seu *Jardin Expérimental*. A correspondência

⁸³ “The garden is well situated on the slope above the town; it is extensive, and very beautifully laid out and cared for. Great care is taken to allow each individual tree to attain its characteristic form, and consequently some species of *Altingia*, *Araucaria*, *Cryptomeria*, etc., are more perfect probably than they are any where else, even in their native regions.”, ob.cit., p.408.

⁸⁴ “Ici, un amas informe de laves arides est couvert d’une brillante parure de fleurs de cactus ou orné de crassulacées qui pendent en longues grinaldes; là une ancienne carrière est devenue un parterre humide dont le sol et les parois sont garnis de fougères et de lycopodes”: ob.cit., p.15.

⁸⁵ Rupert Swindells, ob.cit., p.55; Bento Carqueja, ob.cit., p.5

⁸⁶ *Cartas Particulares*..., p.67.

⁸⁷ Entre estas, José do Canto foi membro da Société Imperial d’Acclimation de Paris, da Société Royale de Zoologie et d’Horticulture de Bruxelas e da Queensland Acclimatisation Society de Brisbane.

trocada com Moore, do jardim botânico de Dublin, a amizade com Decaisne, do Jardim das Plantas de Paris, o conhecimento com o director do jardim botânico de Alger - que lhe valeu a aquisição do primeiro exemplar cultivado em Portugal da prestigiada *Musa ensete*⁸⁸ -, constituem provas inequívocas da ligação do jardim de Santana aos circuitos internacionais de distribuição de plantas.

Mais significativa foi a sua participação nos jardins botânicos de Coimbra e da Politécnica⁸⁹, “o que, neste caso - assegura José do Canto - é um serviço público, e nacional”. Aconselhado por Decaisne, envolve-se na negociação para a contratação de um novo jardineiro para Coimbra, escolha que recairia em Edmond Goeze - nessa época ao serviço do Kew Garden. Chegado a Coimbra em Junho de 1866, Goeze parte para a ilha de S.Miguel no mês seguinte, afim de recolher os donativos de plantas que “alguns cavalheiros da ilha” resolveram prestar⁹⁰. O Dr. Henrique do Couto de Almeida, então director de Coimbra, regista no seu relatório: “Em conselho de 1 de Junho foi apresentado o contrato celebrado em Paris com Edmond Goeze. A aquisição é devida principalmente aos cuidados e diligências do sr. José do Canto” No mesmo relatório regista ainda:

Quatro foram os cavalheiros que naquela ilha prestaram serviços ao jardim botânico: José do Canto, António Borges da Câmara, José Jacome Correia e Ernesto do Canto. O primeiro cedeu do seu jardim novecentas e tantas plantas e destas oitocentas espécies, dando além disso 16 grandes caixões que não deveriam custar menos de oitenta mil reis e todas as despesas de empacotamento. (...) ⁹¹

A riqueza vegetal do jardim de Santana que permitia, já então, “dispensar” 900 e tantas plantas, de entre 800 espécies, espantou o naturalista alemão, que não se cansou de elogiar “os ensaios de aclimação” empreendidos pelo proprietário micaelense. O próprio José do Canto regista com orgulho: “Mr. Goëre(sic), que foi a S.Miguel buscar plantas para Coimbra, ficou espantado com o que lá achou, e somente de Sr^a Anna trouxe 16 caixões”⁹². De Santana saíram também algumas espécies para o parque da Pena, oferecidas ao príncipe consorte D.Fernando⁹³.

⁸⁸ Fouquet fala desta espécie da Abissínia que vegetava no jardim de Santana graças a uma troca com o jardim botânico de Alger (ob.cit., p.15); uma notícia do *Jornal de Horticultura Prática* confirma o entusiasmo que mereceu o seu cultivo no jardim José do Canto: cf. J.H.P., vol III (1872), p.79.

⁸⁹ Na sua história do jardim botânico da Politécnica, Gustavo de Matos Sequeira afirma: “Os hortos que mais contribuíram para o novo jardim foram o da Ajuda (...) e o do dr. José do Canto, na ilha de S.Miguel.”: *Depois do Terramoto*, vol I, 1967, p.373.

⁹⁰ Dessa viagem, o naturalista alemão deixaria um importante artigo contendo apontamentos sobre a flora dos jardins que visitou e enaltecendo as condições naturais de S.Miguel para que o governo português aí estabelecesse um jardim de aclimação.

⁹¹ Relatório do director do Jardim Botânico de Coimbra, 8-10-1866. Citado na comunicação proferida por João Maria Montezuma de Carvalho no decurso do “Encontro” dedicado aos Jardins Históricos realizado pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, em Junho de 1990.

⁹² “Carta a ?”, Paris, 14-11-1866. Apud Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p.88.

⁹³ D.Fernando refere-se a estas ofertas dizendo: “Conheço José do Canto. Sou-lhe muito grato. Mandou-me um presente de príncipe: uma grande variedade de plantas raras, avultando as do chá”. Apud Fernando Aires de Medeiros Sousa, ob.cit., p.35.

O orgulho pessoal e espírito público com que José do Canto empreendeu a sua obra de jardinagem harmonizava-se com a ideia de globalizar as trocas de plantas como contributo fundamental prestado à difusão dessa “preciosa riqueza”. Com essa perspectiva, o jardim deixava de ser um arboreto destinado à estrita fruição privada e a sua colecção de plantas constituía-se num património em constante mutação, através de um sistema de permutas entre as várias instituições congéneres, afirmando incisivamente, num caso como no outro, a sua vocação pública.

A definição plástica e unidade formal do jardim de Santana - onde os processos de plantação se sobrepõem aos princípios do *design* -, é radicalmente anti-arquitectural, sem que tal signifique o desejo de mimetizar o estado selvagem e natural da paisagem. O *gardenesque* - na formulação loudoniana aceite por José do Canto - traduz-se, precisamente, no princípio da supremacia da arte sobre a natureza, traduzindo uma sofisticada aliança entre ciência e arte. Cada planta devia atingir, nas condições ideais do jardim, uma perfeição superior à do seu estado natural.

Na origem dessas concepções, entrevemos claramente o pensamento de John Claudius Loudon, presumivelmente a maior fonte de inspiração para este jardim. De facto, ainda em 1842 José do Canto recebia de Londres as primeiras obras de Loudon: a *Encyclopaedia of Plants* e a *Encyclopaedia of Gardening*⁹⁴. Poucos anos depois assinava o *Gardener's Magazine*, primeiro grande periódico de divulgação massiva da jardinagem e principal veículo de difusão das ideias de Loudon, cujo ponto central girava em torno do conceito de *gardenesque*. Tal como o defendeu, o *gardenesque* é apenas um método que atende ao crescimento harmonioso de cada planta, individualmente considerada, mais do que à procura de efeitos de conjunto tomados por perspectivas de longo alcance. Loudon não pretendeu criar um novo “estilo paisagista” seguindo, na composição dos traçados, os critérios do pitoresco. Mas a utilização das plantas enquanto espécime - concepção vizinha da do museu - não deixou de se repercutir na diminuição da ênfase até então assumida pela criação paisagista⁹⁵.

Nas inúmeras vezes em que José do Canto se refere ao jardim, são as plantas o seu único objecto de interesse. “Mas quantas passadas, e quanto trabalho!”, desabafa um dia... “Os nossos filhos ou os nossos netos, quando gozarem dos vegetaes, que ajuntámos, não imaginarão por certo que consagrámos a esta tarefa uma tão considerável parte da nossa existência, e dos nossos cuidados.”⁹⁶

⁹⁴ S.D.U.A., Arquivo José do Canto, “factura de Longman, Brown, Green & Longmans, Londres”, 25-8-1842.

⁹⁵ Sobre as concepções de Loudon e conceito de *gardenesque* ver: Melanie Louise Simo, Loudon and the Landscape, sobretudo o cap.X, pp. 165-190;

⁹⁶ *Cartas Particulares...*, p.159.

Com alguma melancolia, um viajante francês que visitou o jardim em 1906, descobre em Santana a precariedade de um importante legado da sensibilidade estética consumado na paixão pelas plantas:

Mas o que é mais lastimável(...), é a destruição próxima destas inestimáveis colecções, reunidas à custa de grandes despesas por amadores apaixonados pela ciência e pela beleza; estes amadores desapareceram, legando aos seus herdeiros a obra capital de uma vida inteira, mas não o nobre ardor com que estavam animados(...) ⁹⁷

1.2. O Jardim José Jácome

Secundando José do Canto no propósito de construir uma "casa de bons cómodos" e jardim, concebido ao moderno gosto da arte paisagista, José Jácome Corrêa envolve-se em negociações para a aquisição de um terreno adequado a esse fim, acabando por escolher no lugar de Santana, umas terras contíguas ao jardim Canto, então em plena fase de construção. Para tanto, abandona o solar setecentista da família situado junto ao convento de S.João (actual escola Roberto Ivens) numa área de apertado loteamento, a favor de uma zona desafogada e fora do perímetro urbano, onde podia implementar um plano de raiz. O local beneficiava de uma situação de meia encosta, de suave declive e exposição voltada a sul, com vista directa para o mar.

Em 1846, o "negócio da permuta" apresentava-se bem figurado e José Jácome mostrava-se "resolvido a iniciar a sua casa", pedindo para isso ao seu amigo José do Canto que tratasse da encomenda, em Londres⁹⁸. Apesar da troca de correspondência sobre este assunto, algumas incertezas envolvem a atribuição da autoria do projecto, dado que não subsistiram nenhum dos planos relativos quer à casa, quer ao jardim.

Para o "risco", José do Canto apresenta duas soluções: ou encomendá-lo ao seu arquitecto (David Mocatta), segundo as indicações fornecidas pelo amigo - decisão que, adverte, lhe custaria uma soma exorbitante -, ou aplicar o desenho de alguma casa já construída - o que, acrescenta, talvez ele próprio o devesse ter feito se tivesse mais experiência... As exigências do proprietário quanto ao tamanho e número de quartos - onde seria indispensável um salão, um quarto de jantar para 36 pessoas com despensa anexa, e um escritório - tornava difícil a segunda solução, levando José do Canto a convencer-se que, afinal de contas, as casas inglesas, apesar de magníficas, "não têm os nossos cómodos porque os costumes e modos de vida são diferentes"⁹⁹. Em

⁹⁷ "Mais ce qui est plus fâcheux encore, c'est la destruction prochaine de ces collections inestimables, réunis à grands frais par des amateurs passionnés de science et de beauté; ces amateurs ont disparu, léguant à leurs héritiers l'oeuvre capitale d'une vie entière, mais non la noble ardeur dont ils furent animés(...)" E.L.Bouvier, *L'Archipel des Açores*, "Revue Générale des Sciences Pures et Appliquée", 1906. Apud Augusto Ataíde Soares de Albergaria, ob.cit., cap. II.8.

⁹⁸ Cf. *Cartas Particulares*...p.6

⁹⁹ Ibidem.

qualquer dos casos, garante que faria toda a diligência para que fosse "bem servido e barato".

As soluções alternativas colocadas a propósito da encomenda da casa de José Jácome - de que desconhecemos o desfecho - revelam uma atitude em face do programa, que se mostra mais atenta a questões de ordem prática do que a exigências de ordem estética. A indiferença quanto à originalidade do plano não apaga, por outro lado, a consciência de que os modelos e figurinos estrangeiros deviam ser submetidos às condições de vida e cultura locais, denotando, até certo ponto, o reconhecimento do valor cultural que a arquitectura assume.

Torna-se este aspecto relevante - e simultaneamente desconcertante -, pelo facto da casa de José Jácome ser uma das primeiras arquitecturas decididamente "estrangeiradas" no panorama construtivo de Oitocentos. No seu neoclassicismo assumido e erudito - quer pela modelação da planta que "foge" à definição simples do rectângulo, quer pelo tratamento dos alçados servidos por todo um vocabulário clássico, compreendendo frontões triangulares, cornijas, pilastras de capitéis coríntios, nichos com estatuária e outros grupos escultóricos - esta peça afasta-se dos exemplares conhecidos na arquitectura doméstica da primeira metade do século, onde uma linguagem semi-erudita, feita de referências embrionárias ao classicismo, não apagava os sinais evidentes de compromisso com a simplificação e desornamentação características de uma "arquitectura chã" de longa data.

Os sinais exteriores de riqueza e erudição estendem-se igualmente aos jardins. Ocupando uma área com cerca de 3 ha. em volta da casa, definem um traçado amplo e vistoso, com duas largas alamedas que conduzem ao terreiro da casa, ladeando um vasto *parterre* de flores e um grande tanque envolvido por relvados na parte baixa. O plano compreende, ainda, canteiros de relva pelos dois lados da casa e prolonga-se, sem barreiras vegetais ou inertes, pela parte posterior da habitação, numa horta e viveiro de traçado ortogonal; um edifício destinado a cavalariças; e uma grande estufa para plantas ornamentais encostada ao muro de suporte. A rematar esta parte do jardim de aparato, uma extensa pérgola plantada de glicíneas percorre todo o troço do muro.

A fazer fé no depoimento de Peter Wallace que, como vimos, residiu em S.Miguel entre 1850 e 1857, o risco da casa chegou sem incluir os jardins, uma vez que ele próprio se diz autor do desenho e responsável por parte da plantação do jardim¹⁰⁰. A indicação de Wallace concorda, aliás, com as datas apresentadas por José Jácome para o início das obras - 1851 para a casa e jardim; 1852 para a estufa e cavalariças -,

¹⁰⁰ Peter Wallace, ob.cit.,p.248.

embora o "mapa dos bens de Raiz de José Jácome Corrêa" não refira o(s) autor(es) do projecto¹⁰¹.

Motivo de alguma estranheza são as opções de José Jácome em construir uma obra que se destaca das demais, pelo grau de sofisticação e requinte pouco usuais, no ambiente austero e avesso a luxos da sociedade micalense. Do seu perfil destaca-se a figura de um homem simples, de hábitos sóbrios, trabalhador incansável em prol do progresso da agricultura e avanço da indústria micalenses, sem que se revelem nele os traços do coleccionador exigente, do diletante, do cosmopolita e viajante impenitente que vemos caracterizarem alguns dos seus contemporâneos.

Durante mais de dez anos foi presidente da S.P.A.M., onde exerceu uma acção pedagógica contra o atraso da agricultura, com base no mesmo tipo de considerandos que os "oficiais" da reforma pombalina haviam denunciado: o desconhecimento das técnicas agrícolas, os arrendamentos a prazos curtos, a ignorância dos lavradores... A formação teórica e técnica então adquirida através da leitura dos vários periódicos e tratados de agricultura assinados pela Sociedade, traduziram-se num empenho que José Jácome aplica, essencialmente, na sua propriedade do Lameiro, na Ribeirinha. Aí desenvolve, desde 1840, plantações intensivas, primeiro com pinheiros, depois com *Eucaliptus* e com criptomérias e leva a cabo experiências industriais destinadas ao fabrico de cordas a partir da espadana e à extracção de resina aplicada à indústria dos sabões. Simultaneamente, interessa-se pela indústria do tabaco, associando-se a José Bensaúde na fundação da primeira fábrica de tabaco micalense. Com um espírito empreendedor e dinâmico, aliado de um não menos forte talento de administrador atento e contabilista meticoloso, José Jácome pauta-se por uma maneira de estar que não ousa pôr em risco o património herdado e adquirido, em favor de luxos e gastos excessivos.

É de certa forma estranho que tenha dispendido cerca de 100 contos de reis com as obras da casa, estufas, cavalariças, jardim e quinta¹⁰². Para além do "risco", houve que encomendar no estrangeiro quase todos os materiais, (excepto a pedra), peças de obra de metal e de vidro, douramentos, etc. Por seu turno, as despesas com o jardim implicaram o nivelamento do terreno, a extracção da pedra, a "viração" de toda a terra, a encomenda de plantas e o seu tratamento em viveiro, além do traçado dos arruamentos, dos canteiros e das plantações¹⁰³.

É provável que na definição de projecto tão ambicioso, José do Canto tenha desempenhado um papel fundamental, tanto mais que por seu intermédio, foram feitas as encomendas dos projectos, dos materiais e das plantas para o jardim. Cumpriu com todas essas incumbências com o mesmo zelo que dedicou aos seus próprios

¹⁰¹ Arquivo José Jácome (núcleo particular), "Mapa dos bens de raiz de José Jácome Correia", 1873.

¹⁰² Segundo os números por ele registados no "Mapa dos Bens de Raiz..", doc. cit.

¹⁰³ Ibidem.

projectos¹⁰⁴. Não obstante, e apesar das circunstâncias que envolvem a encomenda, não podemos deixar de aceitar que prevaleceu a vontade expressa de José Jácome em realizar uma obra que estivesse de acordo com o seu gosto pessoal, gosto que se fundamenta numa certa consciência estética ou num "certo estilo de arquitectura", como diria a seu respeito José do Canto. Esse "certo estilo de arquitectura" não poderia deixar de ser o neoclássico, como a formulação estilística que melhor se colocava na sequência lógica da "arquitectura da laranja". Muito mais do que as complicadas elaborações ecléticas que José do Canto escolheu para si - e que viria a abandonar -, a via aberta pela "arquitectura da laranja" apontava para a aceitação dos formulários clássicos, e acabou por ser essa a via comum às construções edificadas durante a segunda metade do século XIX. A comprová-lo, surgem outros exemplos construídos ao longo das décadas seguintes, de que se destacam a casa de André Alvares Cabral na quinta das Capelas, construída em 1864 como réplica modesta do palacete de Santana, a casa do visconde de Porto Formoso, utilizando uma linguagem neoclássica muito urbana, ou o frontespício do hospital de Ponta Delgada, obra do arquitecto francês Brice, de meados do século¹⁰⁵.

Entendendo perfeitamente a ligação funcional e formal que o jardim devia estabelecer com o plano da arquitectura - tomada como ponto focal da composição -, Peter Wallace desenhou um *parterre* vasto e bem proporcionado, criando uma plataforma avançada para a casa e ampliando dessa maneira, extraordinariamente, o impacto visual do conjunto. A sua escolha por um esquema acentuadamente formal nas imediações daquela, havia já marcado as colaborações que prestara em outros jardins (nomeadamente no plano não realizado para a quinta do morgado Laureano) e, apesar de pouco usual na ilha, essa não era uma solução de absoluta novidade. Radicava, como se sabe, num princípio paisagístico reintroduzido por Humphry Repton no início do século, e readaptado por Loudon ao sofisticado modelo de plantação do *gardenesque*¹⁰⁶.

Convém sublinhar o facto de Wallace ter trabalhado com Paxton em Chatsworth, onde o novo plano, submetido à ideia de criar uma harmonia estilística entre a casa e o jardim, determinou a criação de um eixo central em função do qual todos os elementos se focalizavam. Esse arranjo do espaço estava conforme os princípios aplicados pelos jardineiros ingleses dos anos 40 e 50. Do mesmo modo, a integração do *flower garden*

¹⁰⁴ De facto, na correspondência trocada com José Jácome são inúmeras as vezes que se refere aos assuntos do amigo. Numa passagem afirma: "Assentei, portanto, como faria para mim mesmo, em mandar arranjar um plano com as comodidades e condições que exigis...". Londres, 20-5-1846. In *Cartas Particulares*, ob.cit., p.7.

¹⁰⁵ Segundo Nestor de Sousa Brice é o autor da Santa Casa da Misericórdia de Ponta Delgada, projecto de 1861. Conferência proferida na Câmara Municipal de Povoação, 16-9-1994.

¹⁰⁶ Ronal Beaton definiu exemplarmente a prática mais corrente dos jardineiros ingleses de meados do século dizendo que eram iguais a Repton no *design* e superiores a ele na plantação. Apud. Brent Elliot, ob.cit., p.115.

no plano mais vasto do jardim de forma a definir-se como uma plataforma visual para a casa, tornara-se cada vez mais uma prática comum¹⁰⁷.

Em Santana, o traçado do jardim concebido por Wallace assenta na criação de um eixo central de rigorosa simetria. A sequência da composição inicia-se junto do muro da entrada com um tanque irregular implantado sobre terreno plano seguindo-se, no enfiamento deste, um traçado de arruamentos largos que evita a excessiva angulosidade e onde se definem canteiros de relva plantados com pequenos arbustos e algumas flores (as *Fuchsias*, *Cycas*, *Yuccas* e as palmeiras anãs e, depois dos anos 80, uma infinidade de roseiras)¹⁰⁸; em frente ao terreiro da casa desenha-se um outro *parterre*, muito mais formal, composto por um mosaico de canteiros de formas geométricas derivadas do círculo e do quadrado, conformado numa meia lua dividida por um passeio central. Sobre o tapete verde que lhe serve de quadro, este *parterre* destina-se às flores anuais de cores garridas, surgindo agrupadas em maciços de verbenas, dalias, pelargónios, amores-perfeitos, sálvias e petúnias.

De acordo com um princípio geral na aplicação da cor, os tons suaves e claros esfumam-se num "azul de horizonte", devendo por isso ser relegados para as periferias e as cores fortes avançam no campo de visão, pelo que devem concentrar-se no centro da composição; com maior ou menor consciência, este princípio foi aplicado no jardim de Santana, cujos elementos se dispõem como para a composição de um *quadro*. Mais duvidosa é a aplicação das recentes teorias da cor na composição dos canteiros. Pelos anos 50, a repercussão das obras de Goethe e Chevreul junto dos teóricos de jardins foi enorme, dando origem a longas formulações sobre a justaposição das cores em função do tom, luz, extensão e forma. Os novos contributos faziam com que se privilegiassem os esquemas colóricos que consideravam os contrastes simultâneos produzidos pelas cores complementares. De um modo mais prático, os manuais de jardins aconselhavam a plantação em maciços de cores uniformes, processo que permitia controlar melhor os efeitos colóricos e evitar os contrastes de mau gosto¹⁰⁹.

Por difícil que seja conhecerem-se os reflexos destas elaboradas teorias no esquema dos *parterres* de Santana, o certo é que a cor é aí um elemento dominante, tendo merecido certamente um cuidado especial. De resto, pela leitura do "calendário rústico" publicado n' *O Cultivador*, apercebemo-nos de que uma série de conselhos e normas práticas aplicados aos jardins florísticos revelam uma sensibilização geral para

¹⁰⁷ Cf. Brent Elliot, ob.cit., pp. 110-111.

¹⁰⁸ A reconversão deste recinto num extenso roseiral durante os anos 80 está documentada com a extraordinária colecção de variedades encomendadas no Louis Van Houte de Gand, no George Prince de Londres e com as infidáveis listas de roseiras elaboradas pelo próprio José Jácome entre os anos de 1882 e 1885. Cf. Arquivo José Jácome (núcleo particular), "Agricultura e Jardinagem", doc. vários.

¹⁰⁹ Os tratados de jardinagem passaram a considerar as teorias de Chevreul nos modelos propostos para a composição de *parterres*. É o caso, por exemplo do *Manuel des Amateurs des Jardins*, de Joseph Decaisne, onde propõe em "Du choix des plantes et de leur distribution dans le parterre", a utilização dos contrastes simultâneos invocando expressamente Chevreul, cf. pp50-57. Joaquim Casimiro Barbosa em *O Jardim: Manual do Jardineiro Amador*, adopta os mesmos conselhos.

esta questão. Na planificação dos canteiros e alegretes, o calendário aconselhava que fossem escolhidos "de preferível por cores uniformes". E esclarece, exemplificando: "um alegrete todo de Verbenas escarlate, outro de Verbena branca, aquele outro todo de Phlox, e assim por diante..."¹¹⁰

Desviadas do eixo central, crescem as árvores de grande porte. Num esquema a que chamaríamos de "simetria livre", diversas espécies exóticas, plantadas isoladamente ou em pequenos grupos, pontuam os relvados ao longo das duas alamedas que conduzem à casa. Evidencia-se de uma forma mais nítida o sabor do *gardenesque*, com a sua propensão para a valorização individual das espécies cultivadas, a que está ligada de forma muito especial, nos jardins da ilha, a condição de espaço destinado à aclimação. No jardim de Santana, menos variado e rico no número de espécies contempladas se o compararmos com o anterior, as mais representadas são as *Banksias* e outras *Proteas* provenientes da Austrália e Cabo da Boa Esperança¹¹¹. Existem também vários exemplares de auracária e de melaleucas e dois magníficos meterosíderos, hoje de proporções gigantescas. Com o passar dos anos, fizeram a sua entrada no jardim as espécies subtropicais de folhagem lustrosa e exuberante, que a moda dos anos 60 consagrara sob a forma dos "canteiros pitorescos"¹¹². Embora esse traço não seja dominante em Santana, surgem marcações deste tipo no *clump* de bambús junto ao lago ou nos grupos de musáceas e erva dos Pampas que povoam os relvados.

Em qualquer jardim com alguma pretensão construído depois da década de 40, a estufa aparece como uma das suas atribuições fundamentais. Ao desejo de cultivar plantas raras e delicadas, como as orquídeas ou as árvores de frutos tropicais, soma-se agora o cultivo do ananás destinado aos circuitos do comércio internacional. Vimos como no jardim José do Canto, Wallace aperfeiçoara um modelo de estufa apropriado à cultura do ananás, com base na experiência que trazia de Chatsworth. Apesar das potencialidades do ferro e do vidro, demonstradas por Paxton no *Great Stove* de Chatsworth, e alargadas depois ao domínio geral da arquitectura, os cânones para a construção das pequenas estufas privadas retomam a predominância das estruturas em madeira¹¹³. Foi essa a opção de Wallace na estufa que construiu para o jardim Canto, estrutural e funcionalmente muito semelhante à de Santana. Pelas datas de construção (1852-54) bem como pela tecnologia empregue, o seu autor foi, com certeza, Peter Wallace. Aqui criou um dispositivo alongado com um corpo central elevado e seccionado nos ângulos, e duas alas laterais que encostam ao muro de suporte. Em

¹¹⁰ *O Cultivador*, n.º35, 15-11-1875.

¹¹¹ Cf. Edmond Goeze, ob.cit., p.55.

¹¹² Sobre este assunto ver p.165, infra. Ver também Brent Elliot, ob.cit., pp.152-154; Penelope Hobhouse, *l'Histoire des Plantes et des Jardins*, 1992, pp.252-253.

¹¹³ Cf. Brent Elliott, ob.cit., p.108.

frente desenhou a horta e o viveiro com um traçado reticulado, hoje destinado ao cultivo de flores de corte.

A construção do jardim de Santana compreendeu duas fases. Concluído o plano de Wallace em 1858, deu-se início à plantação da quinta. Os trabalhos tiveram início em 1859, já sob a direcção do jardineiro belga François Joseph Gabriel¹¹⁴, e decorreram até 1873, tendo custado a José Jácome a importante soma de 19 contos de réis¹¹⁵. Tal como havia "aproveitado" a estadia de Wallace para executar o plano do jardim, José Jácome serviu-se aparentemente de outro recurso "caseiro", colocando ao seu serviço o jardineiro belga que António Borges tinha trazido do Makoy de Liège, em 1854¹¹⁶. Três anos depois, este trabalhava já em Santana e nas duas ou três cartas que escreveu a José Jácome em 1862 e 63, encontrámo-lo a braços com as arroteias da "quinta nova", traçado de ruas, alinhamento dos abrigos para os quartéis, preparação do plantio e plantações. Mas ao contrário de Wallace, a sua contribuição na concepção do novo plano foi certamente menos original, uma vez que esta parte segue as atribuições características das quintas com a sua feição vernácula e autóctone. Absolutamente distinto do jardim, na quinta empregam-se os recursos mais castiços do paisagismo desenvolvido na ilha: os laranjais distribuídos em quartéis, as ruas de camélias, a *fernerie* instalada numa depressão rochosa, a torre da laranja com a sua tradicional forma cúbica e, até, o pavilhão de caça (este sim da "arquitectura da laranja"), para ponto de apoio às caçadas de perdizes e galinhas, que José Jácome e o seu amigo Bulhão Pato tanto apreciavam.

O forte sentido de unidade e articulação é conferido ao jardim fronteiro pela forma de um espaço unitário, ao qual se contrapõe, na zona da quinta, um *jardim de percurso* animado pela variação de cenários focalizados em alguns pólos de interesse. Condiciona-o uma extensa rua circular plantada com mais de 265 variedades de camélias, que delimita todo o recinto. A ascensão gradual do terreno impõe a separação entre a parte baixa, mais ajardinada - onde se coloca o recinto do jogo do críquet, um pequeno pavilhão com rendilhados de madeira, a *fernerie*, uma mata de bananeiras cercada por altos fetos arbóreos e alguns arruamentos regulares - e a parte alta, toda ela dividida em quartéis de laranja, de que hoje restam os arruamentos - um dos quais cingido por buxeiros com mais de dois metros de altura - e a torre da laranja, com o seu terraço fronteiro.

Um traço comum aos proprietários de jardins micaelenses, é a sua boa vontade em abrirem-nos ao público. Seja por orgulho na exibição das colecções botânicas, seja por vocação própria de um tipo de jardim que pela sua configuração deixa de ser um espaço íntimo e vedado para afirmar valores visuais e espaciais de mais ampla fruição,

¹¹⁴ Em 1857 Gabriel já aparece referido ao serviço de José Jácome. Cf. Cartas Particulares..., p.69.

¹¹⁵ Cf. "Mapa dos Bens de Raiz.", doc. cit.

¹¹⁶ Ver Capítulo III.2.1., p.185, *infra*.

o certo é que o espaço privado consigna uma utilização pública. Por essa circunstância chegaram até nós os comentários e apreciações dos visitantes, que nos seus registos de viagem deixaram veiculada essa espécie de romagem obrigatória aos jardins.

No que se refere ao jardim de José Jácome, as atenções dos visitantes voltam-se geralmente para o carácter aparatoso do jardim fronteiro, valendo-lhe as apreciações que vimos atrás de jardim grandioso e requintado, amplo *parterre* especialmente adequado a espaço público... Também por estes registos se percebe a função de maior privacidade reservada à quinta, muito embora Bento Carqueja veja nela um "parque inglês", quiçá apreciando-lhe a utilização de uma linguagem natural mais conforme o *espírito do lugar*. A valorização das camélias "que um portuense não pode deixar de notar"¹¹⁷, a presença das laranjeiras associadas à flora subtropical e tropical e o acidentado do relevo veiculam, de facto, um tipo de paisagismo mais castiço, oposto ao modelo reptoniano do jardim fronteiro mas que, de alguma forma, poderá ter nascido do *modo inglês* de aproveitar as características próprias do lugar. Seja como for, a confusão gerada por esse termo - *parque inglês* -, interpõe-se mais uma vez, sendo geralmente aplicado, neste caso, ao jardim fronteiro.

Se há alguma leitura específica que possamos fazer do jardim de José Jácome, essa prende-se com a forma expressa como o jardim se sobrepôs ao lugar, apagando todas as pré-existências e sublinhando de forma exemplar a supremacia da arte sobre a natureza. Sobretudo na parte do jardim de aparato, que corresponde à primeira fase do projecto e também à mais visível, o nivelamento do terreno, a regularidade do desenho, a cuidada distribuição das espécies vegetais em composições de equilíbrio simétrico e a controlada medida dos valores colóricos, não deixam quaisquer dúvidas sobre este aspecto. A dominância da cor aqui verificada não tem paralelo em qualquer outro jardim da ilha, geralmente muito mais "verdes", assim como a forte presença de uma vegetação arbustiva e herbácea contrasta com a preferência mais comum pelos espaços densos e muito arborizados. Em consonância com as "qualidades" do paisagismo local, afirma-se o efeito demonstrativo das capacidades vegetativas da ilha enquanto viveiro para plantas exóticas e espaço privilegiado para a aclimação. Por seu lado, a quinta, define uma apetência mais declaradamente intimista e privada, consumada nos valores do paisagismo desenvolvidos na ilha, ou dito de outro modo, mais conforme aos *valores do lugar*.

¹¹⁷ Bento Carqueja, *L'Archipel des Açores: jugé par ces visiteurs*, "A Actualidade", 23-01-1898.

1.3. O jardim António Borges

O jardim de António Borges, conhecido no século passado por “jardim da Lombinha” é, sem dúvida, um dos melhores exemplares que a arte paisagista de Oitocentos nos legou. Constituinte uma experiência de amadurecido gosto artístico e aturado conhecimento técnico, o jardim da Lombinha estabelece uma aliança feliz entre os figurinos eruditos ditados pelas modas europeias e a atenção ao “espírito do lugar”, ali recriado com o artificialismo de uma linguagem natural.

As terras onde se instala, haviam pertencido à instituição vincular do capitão João Teixeira de Sousa desde o início do século XVIII¹¹⁸. Ligados a estas, pelo norte, ficavam as terras vinculares dos Rebелos de Sta. Catarina, num corpo que compreendia 30 alqueires. Mais a sul, a cerca do convento de St. André. Nos começos de Oitocentos, existiam já algumas casas construídas para rendimento, em terrenos que José Joaquim de Arruda aforara aos Coutinho Carreiro e comprara ao convento de Sto. André. Apesar das edificações no lado poente do Beco dos Cães e Rua do Conde, a área era suburbana, rodeada por terras lavradas e pequenas quintas de laranja.

Em meados do século, António Borges da Câmara Medeiros(1812-1879)¹¹⁹, irmão mais novo do visconde da Praia, adquiriu por permuta com terras que possuía às Fontainhas na Ribeira Grande, ao Degredo de Água d’Alto e em Ponta Garça, uma parte dos terrenos do morgado Francisco Manuel Coutinho Carreiro, bem como outra parte que comprou aos Arrudas. Acrescentou a esse corpo de terras uma outra faixa com 6 alqueires, ligada ao norte com a estrada do Papa Terra, que tomou de renda a José Jacinto da Cruz¹²⁰. Ficava assim reunida a área de 22 alqueires e 72 varas, desde o beco dos Cães até à estrada do Papa Terra, que iria ser transformada no horto botânico que nós hoje conhecemos - um espaço ajardinado, desde o início destinado exclusivamente ao recreio e à exibição de colecções botânicas.

De forma clara e inequívoca, o interesse que move o proprietário do jardim da Lombinha para a botânica radica numa sensibilidade artística e não em considerações de

¹¹⁸ Cf. B.P.A.P.D., “Notícias históricas, genealógicas e vinculares da ilha de S.Miguel, por João de Arruda Botelho”, s.d. (cópia manuscrita feita por José Caetano Dias do Canto e Medeiros e Ernesto do Canto). Nos vínculos do capitão João Teixeira de Sousa instituídos em 1701 e administrados por Francisco Manuel da Câmara Coutinho Carreiro, constam 160 alqueires de terra ao Papa Terra em relação aos quais uma nota de Ernesto do Canto diz que formam em parte o jardim de António Borges.

¹¹⁹ António Borges nasceu em Ponta Delgada no solar da Fajã de Baixo, 3º filho do morgado António Pedro Borges da Câmara Medeiros e de Maria Francisca de Andrade e Albuquerque Bettencourt. Embora não tenha herdado os morgadios familiares que passaram para a administração do irmão mais velho, o visconde da Praia, as várias heranças que recebeu e aliança de matrimónio com Maria das Mercês de Andrade Albuquerque deram-lhe os rendimentos necessários a uma vida faustosa que decorreu entre S.Miguel, Coimbra, Paris, Londres e outras capitais europeias. Morre em Ponta Delgada no ano de 1879.

¹²⁰ Este terreno pertencera a D.Ursula Isabel Botelho, herdeira dos Rebелos de Sta. Catarina, e havia sido adquirido por José Jacinto da Cruz em 1855. Cf. B.P.A.P.D., “Livro de Notas de Jacinto Manuel de Melo Botelho, 1855. Ver também Arquivo do Registo Predial de Ponta Delgada, Livro das Descrições, B 8, fl.282v.

carácter científico ou utilitário. Ao contrário dos seus pares, o empenho no desenvolvimento agrícola e a atenção aos negócios da terra ocupam nele um lugar marginal. Não sendo morgado, os projectos ambiciosos que acalentava, assim como o seu estilo de vida faustoso e os gastos com as frequentes viagens ao estrangeiro, só foram possíveis graças ao casamento com a prima Maria das Mercês de Andrade Albuquerque, já viúva e mãe de Caetano de Andrade Albuquerque, esse sim herdeiro dos vínculos paternos.

Contando com uma situação financeira invejável, não é menor o empenho pessoal de António Borges na procura de um sentido estético que encontraria tanto na pintura como na jardinagem, tentando situar-se perante uma cultura artística que utilizava métodos e obras de dimensão europeia. Nessa atitude podemos ler uma vertente de autopromoção, entendida como necessidade de legitimação pessoal frente a uma posição social de desvantagem, pois a marca pessoal que procurou imprimir à sua obra apagaria, de alguma forma, a subalternidade em que se encontrava à partida, enquanto simples administrador dos vínculos do seu enteado.

Nada melhor para o demonstrar do que a homenagem que lhe foi prestada por Caetano de Andrade Albuquerque quando, por volta de 1887, encomenda ao pintor francês Jules de Chaume, de expressão impressionista, duas “vistas dos bosques” das Sete Cidades e das Furnas - ou seja, dos jardins que António Borges possuía nesses dois locais¹²¹. Nessas obras está consumada a homenagem íntima e sincera ao autor dos jardins, a alguém que compreende o sentido da ligação entre a arte e a natureza, unidas no cumprimento do mesmo desígnio.

Nele assistimos ao desenvolvimento de uma cultura artística que se inicia pela pintura e se dirige para a jardinagem. Movimento coerente, embora levado a cabo intuitivamente e sem critério seguro. Desde muito cedo que António Borges visita os leilões da capital e os antiquários do estrangeiro, com vista à aquisição de peças de mobiliário e de pintura¹²². Em 1852, Carlos Caldeira visita a casa do sítio do Botelho (o solar de Jesus Maria José) admirando-se da “bela colecção que contém de mobília antiga, quadros e várias raridades artísticas”¹²³. De facto, António Borges colocava-se já na posição de maior e quase único coleccionador então existente nos Açores.

Em nenhuma outra colecção privada encontramos referências tão prestigiantes como a um Gaspard Poussin ou a um Salvator Rosa; a um Canaletto e ao seu discípulo Guardi, célebres pelas “vistas” de Veneza do século XVII; ou aos nomes conhecidos dos mestres holandeses de Seiscentos, como Honde Coelter, Lucas de Leyde e outros,

¹²¹ Essas duas obras, assinadas e datadas pertencem hoje ao espólio da família.

¹²² Afredo Bensaúde na obra que dedica à vida de seu pai José Bensaúde, fala da colecção de António Borges dizendo que o mobiliário tinha sido quase todo comprado num leilão do palácio da Bemposta e dizia-se que havia pertencido a D. Carlota Joaquina; os quadros tinham sido adquiridos sobretudo em Itália. Cf. *Vida de José Bensaúde*, 1936, p. 116.

¹²³ Carlos Caldeira, ob.cit., p. 317.

menores. Isto para só citar pintores de paisagem, já que muitos outros nomes sonantes figuram na lista que o próprio António Borges elaborou¹²⁴.

Não podemos confiar plenamente nestas atribuições. Na maior parte dos casos são abusivas e pretendem, tão só, conferir prestígio e autoridade ao autor da colecção. O mesmo acontecia, aliás, nas colecções europeias onde as cópias figuravam ao lado dos originais. O que importa reter, no entanto, é o interesse dispensado à pintura e o conhecimento que tem dessa mesma pintura, sobretudo quando se trata da pintura de paisagem - pela qual nutre especial carinho e que tão justamente sente ligada à arte da concepção de jardins (paisagens artificiais).

Contrariando de certa forma estes dados, Alfredo Bensaúde, que com ele privou de perto visto que o pai, José Bensaúde, foi durante anos administrador da casa Andrade Albuquerque, traça o retrato de um personagem “misto de distinção com uma ponta de rusticidade”, aliando a uma “cultura assaz sumária”, dotes de “artista nato e, como todo o verdadeiro artista, ansioso pela realização estética”...¹²⁵ Bulhão Pato acrescenta-lhe outros predicados mundanos, chamando-o “devoto fanático da palavra” e atribuindo-lhe o mérito de fazer da sua casa o centro de convívio mais animado da cidade. António Borges, garante ainda Bulhão Pato, “tem viajado muitíssimo e visto as coisas com bom senso e bom gosto”; “é para ele, e para quem o ouve, um prazer regio” relatar as cenas da sua aventureira vida, cuja impressões mantém vivas no espírito¹²⁶. Podemos assim concluir, que da prática do olhar e da discussão em torno das modas europeias, terá formado uma consciência artística sem grande apuramento crítico, mas com o entusiasmo e o empenho do coleccionador amador.

Para o proprietário e autor do jardim da Lombinha, a “descoberta” das plantas deu-se relativamente tarde. Acreditando no testemunho de José do Canto, foi apenas em 1853 - quando realiza uma digressão pela Europa que levaria cerca de 1 ano a completar - que “se lhe declarou em grau superlativo a mania das plantas”¹²⁷. Embora já anteriormente tivesse comprado algumas plantas, o início da cruzada pela botânica, que o ocuparia quase até ao fim da vida, data da construção do seu primeiro jardim, nas Sete Cidades.

¹²⁴ Esta lista, desaparecida, foi reproduzida por Luis Bernardo Leite Ataíde nas páginas da sua *Etnografia, Arte e Vida Antiga nos Açores*, pp.36-47. Nela figuram 172 espécies, entre as quais existem também obras de produção nacional, com destaque para Domingos Sequeira e Marciano Henriques da Silva, a par de outros pintores de gestação local como João Cabral, José Inácio de Arruda Pereira, Francisco de Arruda Furtado, visconde de Porto Formoso, entre profissionais e amadores. Uma outra fonte para a reconstituição das colecções privadas são os catálogos das exposições de Artes e Indústrias, regularmente realizadas nos finais do século.

¹²⁵ Alfredo Bensaúde, ob.cit., p.111. Alfredo Bensaúde completa ainda o retrato físico da personagem, apresentando-o como uma figura de “estatura avantajada, tez bastante morena, olhos castanhos, rosto alongado, e feições pouco regulares, mas não desagradáveis. Usava bigode e pêra e o abundante cabelo escuro alisado para a nuca com uma ou outra branca”. Ibidem.

¹²⁶ Cf. Bulhão Pato, *Cartas dos Açores*, ob.cit., p.37.

¹²⁷ *Cartas Particulares*..., ob.cit., p.45.

Desde os primeiros anos de 1850 que o futuro proprietário do jardim da Lombinha trazia entre mãos um ambicioso plano de ajardinamento nos terrenos que sucessivamente comprou nas Sete Cidades. Esse projecto foi, sem dúvida, o maior empreendimento da sua vida - hoje irrecuperável, depois das cheias de 1870 e 80 que o destruíram quase por completo. Mas a distância que se encontrava da cidade, a qualidade dos solos e as características do lugar não se coadunavam com as intenções de criar um horto botânico, povoado de espécies raras e exigindo uma atenção e cuidados permanentes.

Quando em 1854 regressava de Inglaterra, António Borges trazia consigo grande número de plantas ornamentais que necessitavam de estufa. Na sua bagagem trazia também o plano para uma estufa grande, a ser construída em ferro e vidro. A execução dessa obra dispendiosa e demorada, requeria um terreno de jardim que António Borges não dispunha. Entretanto, conta-nos José do Canto, pretendia “fazer na casa do Amâncio(...) uma estufa provisoria para arrumar as plantas”¹²⁸. Foi aí, na pequena propriedade da rua do Conde, onde apenas existia “uma casa baixa telhada e seu quintal”¹²⁹, que fundou o primeiro estabelecimento hortícola na cidade, ensaio para o jardim da Lombinha só iniciado quatro anos depois.

As obras na Lombinha situaram-se entre 1858 e 1861. De facto, é só a partir dessa primeira data que encontramos o nome de António Borges nas escrituras públicas de venda e aforamento referentes aos terrenos que circundam o beco dos Cães, a sul, até à estrada do Papa Terra e Santa Catarina, pela parte do norte¹³⁰. Em 1861 encontrava-se concluído o castelo de água (servindo simultaneamente de *mirante*), na parte superior da linha oeste do terreno ajardinado¹³¹. Essa peça, fundamental para a engenharia hidráulica do jardim, assegura-nos que a sua estrutura física - incluindo os subterrâneos, as canalizações e os arruamentos - estava, no essencial, completa.

Situado, como vimos, numa zona suburbana, o jardim da Lombinha aproveitava dessa envolvência para criar um oásis de vegetação luxuriante e variada, pontuada por grutas e abóbodas subterrâneas que, à semelhança dos algares naturais, formavam túneis de lava. Havia ainda dois lagos enfeitados com plantas aquáticas e três mirantes, de onde se avistavam os terrenos circundantes e o mar distante.

A tradição oral e os estudiosos locais do presente século, desde o marquês Jácome Corrêa, passando por Luis Bernardo Ataíde e Urbano Mendonça Dias, afirmam que o verdadeiro autor do jardim da Lombinha é o próprio António Borges. De resto, a documentação disponível não revela nomes de jardineiros estrangeiros ou de naturalistas que tenham intervindo na sua construção, com excepção de uma breve

¹²⁸ Idem, p. 44.

¹²⁹ Trata-se de uma propriedade de Amâncio Gago da Câmara. Cf. B.P.A.P.D. “Livro de Notas de Luis Maria de Morais Junior”, 1855.

¹³⁰ B.P.A.P.D., “Livro de Notas de Luis Maria de Morais Junior”, 1852-60.

¹³¹ 1861 é a data inscrita no portal interior do castelo de água.

referência feita por José do Canto numa das suas cartas a José Jácome, onde menciona “um rapaz jardineiro que (António Borges) trouxe da Bélgica, e que vae todos os dias ao jardim das Plantas”¹³². Há ainda, a notícia de um tal Guido das Sete Cidades, que a tradição reconhece como exímio na armação de grutas em cascalho e pedra queimada.

A confirmação de que a direcção dos trabalhos coube ao próprio António Borges, parece estar assegurada com o testemunho de Alfredo Bensaúde, na obra já referida e dedicada à vida de seu pai, José Bensaúde. Quando, em 1858, José Bensaúde entra ao serviço de António Borges, o pequeno Alfredo, então com 6 anos, sentia um vivo fascínio por aquela figura de *grand seigneur* que simultaneamente lhe inspirava respeito, admiração e curiosidade: “surpreendia-me que uma pessoa tão distinta passasse o dia, ao sol e à chuva, a dirigir trabalhos de jardinagem”, comenta¹³³. Mais tarde, quando a família de António Borges se mudou para Coimbra, a fim de acompanhar os estudos de Caetano, José Bensaúde passou a dirigir e a mandar “executar os seus planos para a disposição e plantação dos jardins e das matas com espécies muitas vezes importadas de Portugal, França, Bélgica, Inglaterra, etc”¹³⁴.

Parecendo resolvida a dúvida quanto à direcção artística e técnica do plano do jardim da Lombinha, a questão da autoria não se encontra totalmente esclarecida. Terá igualmente saído do punho de António Borges o plano do jardim? Ou, mesmo que este obedecesse aos princípios por ele delineados e a determinações particulares do seu gosto artístico, não caberia a alguém mais experiente o *risco* definitivo desse plano? Desse alguém não há, até ao momento, qualquer certeza, embora existam notícias orais que atestam a existência de um tal *risco*, onde figuravam, ao lado da planta do jardim, as espécies seleccionadas.

Nada mais natural do que aceitar que algum dos jardineiros ingleses então residentes na ilha, colaborasse com António Borges na definição dos arruamentos e dos canteiros, na melhor forma de tirar partido das elevações e depressões existentes no terreno, na escolha dos melhores pontos de vista ou na criação de zonas de contraste. Por outro lado, ao que tudo indica, a edificação das grutas e túneis obedece a uma “tecnologia” desenvolvida na ilha, utilizando os materiais próprios da região e os “técnicos” treinados na construção de obras semelhantes.

Durante a primeira fase, até 1861 - data em que António Borges passa a residir em Coimbra, onde se demora oito anos - foi construída a casa, ao cimo do beco dos Cães e as duas estufas junto ao terreiro da habitação, e delineados os arruamentos, os dois tanques, as furnas e os mirantes. Do que nos diz Alfredo Bensaúde, nem mesmo essas obras estavam concluídas à data da partida para Coimbra, pois que se lembrava dos trabalhos de escavação de um dos tanques e de se fazerem as primeiras plantações na

¹³² Cartas Particulares..., ob.cit., p.25.

¹³³ Alfredo Bensaúde, ob.cit., p.111.

¹³⁴ Idem, p.113.

principal avenida. Quando no verão regressava a S.Miguel, António Borges passava o dia inteiro no jardim, “a dirigir os trabalhos em andamento”. Continuava essa actividade no jardim botânico de Coimbra, onde tomou a seu cargo todos os trabalhos de delineamento e plantação da nova “escola frutífera” a ser instalada na cerca do convento de S.Bento, entretanto adquirida para a Universidade. A ele se ficou a dever o prolongamento da alameda principal até à cerca, o traçado dos principais arruamentos e o pomar, para o qual ofereceu uma colecção de 1.898 árvores de fruto, compradas em França. Nas suas actividades foi auxiliado pelo jardineiro francês Gabriel Douverel¹³⁵.

Durante o período de Coimbra, o autor e proprietário do jardim da Lombinha teve certamente oportunidade de aprofundar os seus conhecimentos de botânica e actualizar-se em matéria de jardinagem. Foi aí que estreitou relações com o micaelense Carlos Maria Gomes Machado(1828-1901), bacharel em Matemáticas e professor de Ciências e Matemática no liceu de Coimbra. Carlos Machado era um botânico entusiasta que havia conseguido uma comissão governamental com o objectivo de reunir uma boa colecção para os herbários de Lisboa e Coimbra. Durante vários anos, percorreu o país de norte a sul, na recolha de exemplares¹³⁶. Quando regressa a S.Miguel em 1870, destacado para o liceu de Ponta Delgada, vamos encontrá-lo ao serviço de António Borges como administrador da casa de Andrade Albuquerque¹³⁷. Inicia-se então, com o regresso de António Borges e com a colaboração de Carlos Machado, a última fase do jardim da Lombinha, em vida do seu fundador.

O desaparecimento do arquivo de família onde seguramente se encontraria documentação específica referente aos jardins de António Borges, impossibilita o esclarecimento de alguns pontos e dificulta o conhecimento pormenorizado da configuração do jardim. Resta-nos, felizmente, o recurso aos relatos de viagem, abundantes durante o século passado, e o apoio em documentação fotográfica, relativamente abundante no caso do jardim da Lombinha. A partir deles podemos arriscar uma descrição que resulta do confronto sistemático entre o seu estado actual e as formas originalmente criadas.

¹³⁵ Sobre a acção de António Borges na cerca de S.Bento em Coimbra, Júlio Augusto Henriques diz o seguinte: “o impulso, grande e benéfico, foi dado por um homem a quem a universidade já devia muito. Este homem definiu os trabalhos, acompanhou-os com a sua vigilância e inteligência, e por último fez presentes de uma preciosa colecção de 1.898 árvores de fruto, compradas em França. Este cavalheiro foi o Exm. Sr. António Borges da Câmara Medeiros da ilha de S.Miguel(...)”. In *O Jardim Botânico da Universidade de Coimbra*, 1876.

¹³⁶ Os resultados dessas pesquisas foram publicados no “Jornal das Ciências Matemáticas, Físicas e Naturais” (1866) com o título: *Catálogo metódico das Plantas observadas em Portugal*. Para além dessa obra muito bem recebida em Coimbra, Carlos Machado publicou pouco mais. Já em S.Miguel, foi ele o incentivador da fundação do museu de história natural, agregado, inicialmente, ao laboratório do liceu de Ponta Delgada.

¹³⁷ Cf. Alfredo Bensaúde, ob.cit., p.123.

Como em qualquer outro jardim, os aspectos ordenadores e estruturantes do jardim da Lombinha assentam nos elementos bio-físicos dominantes na natureza - água, vegetação e pedra - e dependem de outros factores existentes ou recriados no lugar como percursos, vistas, sítios de estar, luminosidade...

O lugar onde está implantado é, como vimos, uma encosta voltada a sul de declive não muito acentuado, mas de relevo enérgico em alguns pontos, onde se formam depressões fortes (*grotas*). Sobre esta estrutura foi imposta uma rede de percursos apoiada em três vias principais, que constituem a espinha dorsal do jardim e que se iniciam no ponto mais baixo, junto ao beco dos Cães. Nessa zona ficava instalada a casa com os anexos da horta, pomar, vinha, adega, estábulo, cocheira e um picadeiro, onde António Borges treinava os seus cavalos¹³⁸; em frente a um terreiro - para onde foi transferida muito mais tarde a ermida da Trindade - ficava uma porção de jardim, hoje ao abandono, com arruamentos regulares em volta das duas estufas situadas a uma cota inferior. Duas vias partiam das estufas e uma terceira abria-se para lá da cancela e do murete que delimitava o terreiro fronteiro à casa¹³⁹. As três ruas, pavimentadas com cascalho vermelho, rebordos de relva aparada e maciços de flores e arbustos, por entre árvores de grande porte, corriam paralelas até meio do jardim, encurvando-se depois, de forma a seguirem as linhas das curvas de nível, em perfeito acordo com a topografia. Uma série de veredas e pequenos atalhos serpentiavam o espaço compreendido nos interstícios das principais ruas, explorando-o por forma a criar a ilusão de um espaço dilatado, que uma densa população vegetal completava de maneira a impedir a visão dos pontos mais próximos.

Esta lógica de percurso, foi no século XX substancialmente alterada com a abertura de duas outras entradas: uma a poente, pela rua António Borges, rasgada nos inícios de 1960, e a segunda a norte, pela Av. Antero de Quental, em resultado do alinhamento da estrada do Papa Terra levada a efeito pela Câmara Municipal de Ponta Delgada, poucos anos depois.

Uma segunda rede de percursos desenha-se ao nível do subsolo: uma sucessão de grutas e túneis vulcânicos traçam linhas oblíquas que unem focos de interesse (lagos, furnas e mirantes), confundindo a lógica dos percursos à superfície. A viagem proposta é significativamente diferente, religando-se aos mitos da *caverna subterrânea*, metáfora da vida engendrada no interior da terra... Sem nos adiantarmos neste tema - os sentidos expressos na construção do labirinto subterrâneo do jardim da Lombinha -, importa assinalar a coincidência que se estabelece com a presença da

¹³⁸ *Idem*, p.117.

¹³⁹ Esta disposição, hoje completamente alterada, é conhecida através de uma fotografia publicada no *Album Açoriano* em 1903, p.39 e de uma outra fotografia aérea tirada em 1940 (fototeca do Instituto Geográfico e Cadastral).

água, alguns dos túneis servindo de canalizações e outros desembocando nos lagos e num fosso alagado.

A função decorativa e utilitária da água no interior do jardim é bastante expressiva, tendo determinado a montagem de um sistema de captação e distribuição relativamente sofisticado, que hoje se encontra totalmente destruído. Junto à linha oeste, no ponto mais elevado do terreno, está o *castelo de água* que serve simultaneamente de cisterna e de *mirante*. Trata-se de uma peça de gosto romântico, concretizada num hibridismo fantasista entre o neoclássico - visível no *rusticato* do portal e dos pilares - e o neogótico, vagamente patente na sugestão acastelada do edifício e nas janelas de arco canopial, aliás, bastante estilizadas. A completar o conjunto, abre-se no piso térreo uma cripta armada em pedra vulcânica que dá início à sequência de *grottoes* e túneis vulcânicos. A partir daqui, partem as canalizações que conduzem a água em caleiras cobertas sob o pavimento das ruas até aos dois tanques situados mais abaixo. O primeiro, é um pequeno tanque de rebordos baixos e linhas suaves, rodeado de relvados povoados de arbustos, um passeio circundante e bancos de madeira; o segundo, situa-se do lado oposto no interior de uma *grotta*, nascendo da abertura de uma gruta e ligando-se, por um ramal subterrâneo, a um vale profundo que foi transformado num fetal inundado na parte mais baixa. Na sua forma longilínea, espalhando-se por baixo das ruas, esta peça de água talhada a traço grosso parece ter emergido da própria natureza selvagem.

A vegetação constitui, como em outros jardins contemporâneos, a principal riqueza do jardim da Lombinha. Em 1865 foi elaborada uma "Lista das Plantas de António Borges da Câmara e Medeiros" com 288 páginas manuscritas, cujo original, hoje desaparecido, foi copiado do manuscrito encadernado a couro verde com tarjas douradas que, em 1966, ainda existia no arquivo da Câmara de Ponta Delgada¹⁴⁰. A par deste documento, constitui preciosa ajuda para o conhecimento da flora existente no jardim, o artigo escrito por Edmond Goeze para *O Instituto* de Coimbra, após a visita que o naturalista alemão fez a S.Miguel, no ano de 1866. A partir desses elementos sabemos que ocupavam lugar privilegiado no jardim da Lombinha, o grupo das palmeiras, *Cycadaceas*, musáceas e fetos arborescentes¹⁴¹. A vegetação, predominantemente arbórea, distribuía-se ao longo dos arruamentos e compunha, em algumas zonas, uma mata densa de árvores altas. Destacam-se ainda hoje alguns exemplares notáveis, como a enorme *Ficus* com as suas fantásticas raízes aéreas junto à avenida do lado nascente, mas os conjuntos mais significativos são os que compõem a avenida das palmeiras, o arranjo em volta do lago e a colonização subtropical do *vale dos fetos*.

¹⁴⁰ M.C.M., cópia dactilografada da "Lista das Plantas de António Borges da Câmara e Medeiros", José Maria Alves Cabral, 1966.

¹⁴¹ Cf. Edmond Goeze, ob.cit., p.57.

A moda das palmeiras, que durante a década de 60 parece ter-se tornado, em Portugal, numa “verdadeira predilecção dos amadores”¹⁴², determinou o uso das alamedas alinhadas com diversas variedades; por essa altura, José Marques Loureiro fazia algumas experiências bem sucedidas para a florestação de palmeiras ao ar livre e, em Coimbra, a colecção oferecida pelo barão Von Mueller do jardim botânico de Melbourne (Austrália) suportava muito bem os rigores do inverno¹⁴³. O mesmo acontecia aos jardins do duque de Palmela no Lumiar e em Cascaes, sobretudo a este último, que se tornaria o único da Europa, pensava Goeze, que talvez “possa orgulhar-se de possuir tão bellas alamedas de palmeiras”¹⁴⁴. Por seu lado, em 1875, António Borges oferecia ao jardim de Coimbra “vinte e tantas Palmeiras”¹⁴⁵, prova da sua existência no jardim da Lombinha. Muito fotografado no final do século, um dos “objectos” preferidos pelos fotógrafos era precisamente essa “(...)comprida alameda que se tornou célebre no mundo entre os homens de bom gosto...”¹⁴⁶.

Um outro exemplo das predilecções dos amadores de plantas do século XIX, são os conjuntos da flora inter-tropical, tão bem representada no jardim de António Borges. Num vale profundo e rochoso, onde se cruzam pequenos atalhos com rebordos de pedra, instalou-se o *vale dos fetos*, colonizado com diversas variedades de fetos arbóreos (como o *Alsophyla radens*, *A. australis*, *A. guianensis*, *Diksonia pubescens*, *D. australis*, *Cyathea contaminans*, *C. medullaris*, etc), com fetos herbáceos brotando das fendas rochosas, com variedades de *Begonia*, *Caladium*, *Gloxinia* e com algumas espécies de *Orchideas*¹⁴⁷. Numa das extremidades do vale, eleva-se uma passagem aérea na forma de uma gruta em *rockwork* com três arcos abertos cobertos por trepadeiras, de onde se obtém uma perspectiva *plongée* sobre o vale profundo. Este é o maior pólo de atracção do jardim e o protótipo de uma série de réplicas criadas noutros jardins da ilha durante as décadas seguintes. Entre estas podem citar-se os *vales dos fetos* que existiram nos jardins de José do Canto (em Santana e na mata da lagoa das Furnas), no jardim José Jácome, no jardim de Ernesto do Canto, nos Prestes, no de Sebastião do Canto, em Vila Franca do Campo, nas Grotas Fundas, também em Vila Franca do Campo.

Não se trata, no entanto, de um exclusivo dos jardins micalenses: em Monserrate vamos encontrar um outro exemplo de grande significado, criado por Francis Cook durante a década de 60, junto à cascata grande de Beckford. Em 68, o *Archivo Rural* num artigo intitulado “Jardins peninsulares”, noticiava a existência de “um vale

¹⁴² *Jornal de Horticultura Prática*, vol.I (1870), p.75.

¹⁴³ Idem, vol.V (1874); vol.VII (1876),p.54.

¹⁴⁴ Edmond Goeze, “Jardins notáveis de Portugal”, transcrito do *The Garden* para o *Jornal de Horticultura Prática*, vol. VII, 1876, p.13.

¹⁴⁵ Idem, vol. VI(1875), p.20.

¹⁴⁶ Augusto Loureiro, “António Borges e Maria das Mercês”, in *Album Açoriano*, 1903, p.39.

¹⁴⁷ Cf. Edmond Goeze, ob.cit.,p.57.

sombrio e humido” habitado por uma “porção de fetos arbóreos” que haviam sido plantados “há poucos anos”¹⁴⁸. Em 66, como vimos, já Edmond Goeze se referia ao fetal do jardim da Lombinha, o que os torna rigorosamente contemporâneos. Trata-se, na verdade, de um tema comum aos jardins que adoptavam uma preferência declarada pela flora inter-tropical. Durante a década de 60, a moda da jardinagem subtropical comunica-se, a partir de Inglaterra, aos jardins e parques europeus, determinando uma linha de sucesso garantido até ao final do século. Muitos viveiristas especializaram-se nesse tipo de produções, utilizadas essencialmente no chamado sistema dos “canteiros subtropicais” (*subtropical bedding*). Mas o que serve de modelo aos jardins micaelenses e do continente filia-se, pensamos, numa forma peculiar da jardinagem subtropical que consiste na associação de fetos arbóreos, palmeiras e musáceas com os trabalhos de *rockwork*, criados em estufas e ambientes aclimatados, de forma a produzirem réplicas das paisagens subtropicais.

Estas realizações só foram possíveis graças à construção de grandes estufas destinadas, no seu início, ao cultivo das palmeiras, cujo primeiro exemplo é a *Great Stove* de Chatsworth edificada por Paxton em 1836-40, logo seguida da *Palm House* de Kew (1844-48) e do *Jardim d'Hiver* de Paris (1849). A abolição, em 1845, do imposto sobre o vidro em Inglaterra, levou a um extraordinário aumento do número de estufas, que passaram a existir em quase todos os jardins privados e públicos. No seu interior podiam ver-se arranjos cenográficos de palmeiras, fetos arbóreos, musáceas, dracaenas e buganvílias trepando pelos pilares da estrutura e vegetando por entre formações rochosas; os corredores e passadiços elevados destinavam-se a multiplicar os níveis de observação sobre essa fantástica flora¹⁴⁹. Corroborando a afinidade existente entre as miniaturas da selva inter-tropical e os *vales de fetos* criados ao ar livre, o dr. Moore, do jardim botânico de Dublin, via em Monserrate uma espécie de grande estufa a céu aberto, semelhante à que recentemente se havia construído em Kew¹⁵⁰.

De um modo geral a flora inter-tropical vegetava muito bem em todo o jardim, com espécies escolhidas por entre as que costumavam habitar as estufas temperadas nos jardins europeus¹⁵¹. Toda essa riqueza vegetal encontra-se hoje perdida ou seriamente danificada, em consequência da excessiva compactação do solo, do alastramento incontrolado de certas espécies naturalizadas ou do repovoamento com outras inadequadas ao lugar.

¹⁴⁸ *Jardins Peninsulares*, “Archivo Rural”, 1868, p. 258 (transcrição do artigo escrito pelo Dr. Moore, director do jardim botânico de Dublin, para o *Gardener's Chronicle*, n.ºs 27, 29 e 31).

¹⁴⁹ Um desses exemplos, muito próximo da cenografia criada no jardim da Lombinha, é a estufa subtropical de Ascog Hall numa das ilhas britânicas.

¹⁵⁰ *Jardins Peninsulares*, ob.cit., p. 258.

¹⁵¹ Sobre este aspecto ver p. 143, infra.

Ainda no domínio vegetal, não podemos deixar de mencionar a *quinta* que quase seguramente existiu no jardim da Lombinha, ocupando os cerca de 2,5 alqueires de terra que preenchem a parte norte, para cima do castelo de água. Embora sem certezas quanto a essa zona, é certo que pertencia ao corpo total do jardim, mas também é certo que não estava submetida ao mesmo tratamento. Num registo predial, encontramos a referência a “jardins terras e quinta”¹⁵² indicando a existência de laranjais, e os arruamentos que ainda hoje existem definindo dois quarteirões grandes - além da presença dos mirantes - apontam para um traçado idêntico ao das quintas. Não esqueçamos que o prestígio do laranjal na paisagem micalense, fazia deles um objecto quase obrigatório na associação com os jardins.

Muito mais modesta é, sem dúvida, a presença de elementos decorativos e estruturas inertes. Confinam-se a três tipos de peças: *grutas*, *mirantes* e *estufas*.

No primeiro caso, temos a *gruta* vizinha do lago grande, à maneira do *rustico grotto* clássico; a *gruta* da rua principal, por cima do vale dos fetos, que por uma fantasia lúdica foi chamada de “coche real”; e os vários *túneis* que partem, um do castelo de água, outro da fuma, outro de um mirante situado na parte baixa do jardim. Todas estas estruturas são em *rockwork* e utilizam a pedra de lava vermelha. São também, segundo parece, fruto de uma “tecnologia” aqui desenvolvida com os materiais e os técnicos da região. É certo que existiam precedentes deste tipo de construções, com os trabalhos feitos em pedra de lava nos pequenos tanques e nas cascatas das quintas, cujos primeiros exemplos poderão ser ainda do século XVIII. Nos maiores jardins portugueses da centúria de Setecentos também aparecem as imitações naturalistas, geralmente aplicadas a cascatas de concreções calcárias. Mas nada disso é comparável às “grutas de António Borges”, típicas especialidades dos seus jardins (existem tanto na Lombinha como nas Sete Cidades e nas Furnas) e que motivariam, na segunda metade de Oitocentos, um autêntico *boom* de grutas de lava vermelha nos jardins micaelenses.

O tema iconográfico em que se filiam é, no entanto, diverso de tudo quanto se havia experimentado. A afectação ao naturalismo prende-se com a exploração da face oculta e misteriosa do interior da terra, deixando para segundo plano a evocação das ninfas e das musas que costumava estar associada à criação dos *grottoes*. As grutas e túneis da Lombinha têm, de facto, um sentido lúdico e pedagógico muito específico. Lúdico, em primeiro lugar, porque convidam a percorrer circuitos ocultos que confundem a noção do espaço, incitando à descoberta e produzindo um ambíguo efeito de curiosidade e medo. Pedagógico e “sério”, porque radicam numa intenção de realismo geológico, recriando no espaço do jardim os *algares* - os túneis vulcânicos deixados durante a formação geológica das ilhas pelas correntes de lava incandescente.

¹⁵² Conservatória do Registo Predial de Ponta Delgada, “livro de registos” B 8, fl.282v.

Não é de estranhar esse interesse pelos algares. Muito perto do local onde António Borges construiu o jardim, existia o famoso algar da rua Formosa visitado desde os princípios do século por curiosos e naturalistas. De visita à ilha em 1821, Webster organizara uma expedição ao algar da rua Formosa, levando consigo um guia e “alguns cavalheiros da ilha” que nunca o tinham visto¹⁵³; a entrada para esse algar ficava, aliás, na propriedade de Caetano de Andrade Albuquerque.

A subordinação de fantasias decorativas a aspectos de carácter geológico ou arqueológico, não era inédita no âmbito dos jardins. Alguns significativos exemplos o demonstram: as grutas de Bernard de Palissy na França de Catarina de Médicis e Henrique IV, permitiam uma experiência, simultaneamente mística e científica, a partir da contemplação das formas orgânicas e inorgânicas geradas no interior da terra; o vulcão mecânico de Wörlitz tinha, para os *connoisseurs*, não apenas o sentido de uma máquina de terror como a de um percurso didáctico por meio de cavernas e catacumbas onde se faziam simulações de vulcanismo activo; por seu lado, as grutas do *Desert de Retz* construído por Girardin em Emernonville - como que uma metáfora da Arcádia de Ovídio e Virgílio -, revestiam-se de uma significação mais espiritualizada, sem abandonar a afectação ao naturalismo¹⁵⁴. Ao que sabemos, não há qualquer exemplo deste género nos jardins portugueses, excepto se considerarmos as grutas e galerias subterrâneas da quinta da Regaleira em Sintra, obra finissecular subordinada a um conjunto de fantasias decorativas de sentido simbólico e esotérico, onde não existe propriamente uma intenção de realismo geológico¹⁵⁵.

Bem mais vulgares são os *mirantes*, de que o jardim da Lombinha possuía três exemplares. Um deles desaparecido com o alinhamento da estrada do Papa Terra, os restantes dois apresentando características diversas: o mirante-cisterna com a sua sugestão acastelada e fantasiosa gramática decorativa, pertence ao grupo das elaborações românticas que havia surgido, primeiramente, nas quintas de regalo da burguesia liberal; o segundo mirante é uma construção vernacular, com a sua forma cúbica e escadaria de acesso incorporada nas faces do prisma. Está situado sensivelmente a meio do percurso, sobre um maciço rochoso que o eleva acima do nível do jardim, possibilitando a visão dos campos de cultivo da área suburbana, do casario citadino mais distante e do mar na linha do horizonte. A primeira função do mirante é, como se sabe, a de constituir um ponto de vista privilegiado. No jardim da Lombinha, onde a densidade vegetal dificulta ou mesmo impede a abertura de amplos

¹⁵³ Webster, ob.cit., in *Archivo dos Açores*, vol.XIII, p.357.

¹⁵⁴ Sobre este aspecto ver: Christopher Thacker, “The Volcano: Culmination of the Landscape Garden”, in *British and American Gardens in the Eighteenth Century*, 1984, pp.74-82; Barbara Jones, *Folies and Grottoes*, 1989, pp.101-106; Simon Schama, *Landscape & Memory*, 1996, pp.534-545; ver também nosso estudo já citado sobre os trabalhos de embrechados em jardins.

¹⁵⁵ Cf. Paulo Pereira, “O Revivalismo: A Arquitectura do Desejo”, in *História da Arte Portuguesa*, vol.III, 1995, pp.364-365.

pontos de vista, predominam os planos próximos deixados pelas clareiras abertas nas zonas dos lagos ou pelos enfiamentos das alamedas; são de facto, constituindo os mirantes os únicos pontos em que se estabelece, de facto, uma ligação com o horizonte

As últimas estruturas de que falaremos foram, no caso, das primeiras construções a existir no jardim: referimo-nos às *estufas*. O plano que António Borges trazia para a estufa em ferro e vidro foi abandonado, acabando por preferir o processo, mais usual na ilha, da construção em madeira e vidro sobre embasamento de pedra. Perto da casa, num pedaço de terreno que confinava com o terreiro da entrada, foram edificadas as duas estufas, a maior e mais sumptuosa destinada às plantas ornamentais e uma outra, mais pequena, para o cultivo do ananás. Os testemunhos da época referem-se com admiração a essa estufa grande, composta por três corpos destacados ligados por uma galeria baixa e percorrida, em toda a extensão, por um friso de azulejos de padronagem azul e branca. O pavilhão central, acedido por uma escadaria, era ocupado por um enorme aviário de pássaros exóticos e na restante parte, vegetavam espécies próprias das zonas quentes¹⁵⁶.

Durante as primeiras décadas do século XX, as estufas e todo o coberto vegetal do jardim foram caindo num certo estado de abandono, tendo sido objecto de restauro por duas ou três vezes. Mas as maiores e decisivas alterações resultaram do projecto de reconversão deste espaço no “parque da cidade”, através da sua aquisição, pela Câmara Municipal de Ponta Delgada e Junta Geral do Distrito, em 1957. A compra, efectuada aos herdeiros de Caetano de Andrade Albuquerque, incluía uma área de 29.158.30 m² destinada a jardim e uma pequena faixa com 1.773.00 m², para a qual se projectava a abertura de uma rua. Ficava assim consumada a destruição da zona da entrada, com a desanexação do pequeno jardim fronteiro à casa e com o traçado da uma nova rua que viria a cortar ao meio a estufa grande. Durante os anos que se seguiram, edificaram-se os novos muros, consolidou-se a parte da estufa grande que restava de pé, acimentaram-se os tanques reduzindo-se-lhes o tamanho e alterando-se-lhes a forma original, construiu-se uma “casa de chá” perto da entrada, arrumos para os jardineiros e sanitários para o público, bem como um parque infantil colocado entre a alameda central e a alameda das palmeiras. Outros aditamentos posteriores são o aviário de 1968, as instalações dos macacos em 1970 e uma mini-pista para carrinhos infantis, perto do aviário.

A história do jardim da Lombinha durante quase todo o presente século, fala-nos de uma série de pequenas alterações e construções avulsas que procuravam satisfazer as “autênticas romarias de gente” que acorriam ao local. Hoje, perdida a apetência por

¹⁵⁶ Cf. Rupert Swindells, ob.cit.,p56-57; Bento Carqueja, “L’Archipel des Açores - Jugé par ces visiteurs”, *A Actualidade*, 23 Jan. 1898.

esse tipo de recreio, o jardim da Lombinha encontra-se numa situação inédita de abandono e expectativa que o tempo actual ainda não soube resolver.

Tomemos esse outro aspecto fundamental: um jardim é antes de mais um espaço de recreio, e um lugar destinado à experiência estética. Compreender essa dimensão essencial implica perceber a forma como nele se reflete uma determinada estrutura da sensibilidade. Ou seja, perceber que são as experiências intelectuais ou sensuais que o jardim suscita, os modos de fruição e prazer por ele induzidos, que configuram os significados expressos nas suas estruturas formais. É pois a partir dos signos inscritos nas estruturas físicas - e fixas - do jardim e dos comentários e testemunhos do passado, que procuraremos encontrar os significados mais adequados ao seu tempo e lugar históricos.

No século XIX, todos os testemunhos deixados pelos visitantes do jardim da Lombinha, provenham eles de estrangeiros ou de nacionais, coincidem num ponto: de entre todos os jardins micaelenses, o de António Borges é inultrapassável em gosto e arte. Nele, a variedade botânica conjuga-se com a fantasia e a imaginação artísticas ocupando um lugar único no panorama local da arte dos jardins. Embora exista uma certa dificuldade na catalogação a ser-lhe atribuída. Uns tentam usar de categorias como “estilo paisagista” ou, mais vulgarmente, “jardim pitoresco”; outros, pelo contrário, ficam-se por afirmações vagas de “grande gosto” e de constituir uma “curiosidade” de S.Miguel. Nos últimos anos do século XIX e, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX, as apreciações dos visitantes abandonam um tipo de descrição pontuada por notações botânicas e geológicas, evoluindo para considerações mais vagas e genéricas, eivadas de sentimentalismo. Um sentimentalismo que se apoia, evidentemente, em determinadas convenções que giram em volta da celebração das maravilhas da natureza, da *alma delicada do artista* que as concebeu, ou da dimensão onírica, traduzida em verbos como *deshumbrar*, *sonhar*, *fartar a alma de coisas belas*...¹⁵⁷

Toda essa sobrecarga sentimental aponta para um conceito vago e indefinido (e sobretudo anacrónico) de romantismo que, em nossa opinião, viria a justificar a classificação deste e de outros jardins seus contemporâneos, como “jardins românticos”. Antes de mais, vale a pena reforçar a ideia de que não há romantismo ao nível do estilo, na medida em que o período romântico não impõe normatividade formal ou conceptual; falar de romantismo é falar de um conjunto orquestrado de temáticas e de intencionalidades, cujas formas de expressão são múltiplas e variadas. Não deixa de ser reconhecível, no entanto, a preferência dos românticos por

¹⁵⁷ veja-se por exemplo esta descrição incluída nas *Narrativas Insulanas* do visconde do Ervedal da Beira: “Não pode ser uma alma vulgar, a que concebe e levanta taes construções, e eu que olho para todas estas formaturas extasiado, não posso deixar de levantar um grito de admiração em homenagem ao artista que escreveu este livro com a penna que a sua alma delicada lhe apartou, e com as tintas que a natureza lhe deu.”, p.121.

determinados figurinos: é o caso dos neogóticos e neomanuelinos, ou os casos das ruínas e grutas, paisagens agrestes e selvagens, entre outros. Muitas vezes as modas da arte chegaram a determinar formulários precisos, repetidos até à exaustão. Não deixa de ser possível falar em romantismo a propósito do jardim da Lombinha, sem que isso signifique a repetição de um formulário absolutamente definido. O jardim da Lombinha, onde se conjuga a “fantasia e a imaginação artística”, nasce da vontade de criar um produto único e específico que, de alguma forma, correspondesse às potencialidades geológicas e vegetativas da ilha. E não é esta uma intenção caracteristicamente romântica? Voltaremos a este aspecto.

Referimo-nos já às hesitações quanto ao seu “estilo” manifestadas no decorrer do século passado. Relembremos também o que antes foi dito a respeito da trilogia dos jardins da ilha: o carácter botânico do jardim José do Canto, o aspecto aristocrata do de José Jácome e o jardim de gosto - onde, por vezes, se cola a designação de “pitoresco” - do jardim António Borges. De facto, parece-nos que uma das vias mais correctas para avaliar a expressão estética do jardim da Lombinha se encontra na exploração das potencialidades do pitoresco.

Como sabemos, a procura do pitoresco foi, a partir do início do século XVIII, uma predilecção dos homens de gosto. Consistia tão sómente na selecção visual dos motivos que pudessem servir à pintura. O pitoresco encontrava-se na natureza quando esta estava conforme as representações da arte, cabendo, portanto, aos padrões picturais a primazia sobre o estabelecimento das categorias estéticas do cenário. A eleição dos motivos pitorescos evolui, desde meados do século XVIII, de uma busca de sentidos universais e didácticos - as cenas campestres, essencialmente inspiradas na literatura clássica de Horácio e Virgílio, representadas em pintura - para uma procura mais subjectiva dos motivos que fossem motivadores da atenção e sensibilidade, pela sua variedade, singularidade e irregularidade. O tema do pitoresco parte de uma matriz clássica em direcção a uma sensibilidade romântica, passando a informar a paisagem de novos predicados e significações.

Desde Burke que as principais categorias estéticas aplicadas à paisagem são o *belo* e o *sublime*: o *belo* associado às qualidades femininas de suavidade, doçura, intimismo e fragilidade; o *sublime* mais próximo do terrível, do obscuro e das forças indomáveis dos elementos. Entre os dois pólos, o pitoresco conforma-se melhor com a criação de *imagens* no interior das paisagens-jardins. Também aqui se formam “quadros” destinados a suscitar o sentimento do sublime, onde se destacam as *falsas ruínas* e as *rockeries*. Incompletude e rugosidade são dois atributos que as aproximam; ambas procuram chegar perto das forças telúricas e primitivas da natureza, desenvolvendo sentimentos de profunda nostalgia e exaltação mística. Se as falsas ruínas são, essencialmente, um produto confinado ao período romântico, os *rock gardens*

ressurgem nas décadas de 1850 e 60 como uma moda generalizada, associados ao fascínio pelas paisagens subtropicais e à recuperação, em força, dos valores do pitoresco, agora cada vez mais restritos a contextos de pequena escala¹⁵⁸. É aqui que se filiam as construções rochosas do jardim da Lombinha.

As grutas e galerias subterrâneas construídas com “irregulares e pitorescas porções de lava”¹⁵⁹ são, como vimos, uma das “especialidades” dos jardins de António Borges. Ultrapassando muito a vontade de suscitar o sentimento do sublime em estado puro, onde a emoção em suspenso horror se funda num certo grau de sofrimento, o pitoresco engendra outro tipo de sentimento: a curiosidade. É a curiosidade que mantém viva a emoção da descoberta conduzida através dos circuitos ocultos que confundem a noção do espaço e procuram causar surpresa. Assistimos a uma intenção de “colaborar” com a natureza, já que se faz o aproveitamento das condições naturais do local, mas com o sentido de criar uma paisagem que, pela sua singularidade, ressalve, de forma nítida, os valores próprios da paisagem insular e propicie um certo “espírito do lugar”.

Sigamos ainda na esteira do pitoresco. O *vale dos fetos* recria a cenografia das estufas de plantas inter-tropicais que procuram imagens de uma natureza selvagem e intocada. Também aqui o mito do paraíso funciona, com a consciência da ruptura e com o desejo do reencontro. Na ânsia de recuperar o *Paraíso Perdido*, o programa romântico desenvolve-se com o potencial icónico da vegetação exótica, procurando recriar a imagem de uma natureza luxuriante e tropical, prenhe de ideal e utopia.

Parece-nos poder afirmar que o “espírito do lugar” expresso no jardim da Lombinha, manifesta-se tanto nas recriações algo fantásticas da natureza indígena associadas pela imaginação a outras referências culturais, como em algumas peças de sabor vernacular - referimo-nos especialmente aos *mirantes* que, pela sua carga evocativa dos baluartes de defesa que pontuavam a paisagem costeira, recriavam um aspecto importante da vivência histórica dos ilhéus.

2. Embelezamento da natureza: os parques e as matas ajardinadas

Apesar dos vários passeios públicos “ordenados” desde o primeiro terço do século XIX, Ponta Delgada nunca possuía um verdadeiro “parque” da cidade, um parque municipal traçado ao “moderno gosto dos jardins”, com acidentes no terreno, árvores frondosas, passeios ondulantes e pontos de vista. A cidade não tinha um parque

¹⁵⁸ Sobre este assunto ver: Brent Elliot, ob.cit., pp.46-51; 110-115.

¹⁵⁹ Rupert Swindells descreve as grutas, cavernas e fetal do jardim António Borges, construídos com “rough picturesque portions of lava, and arranged with considerable architectural taste, in the naturally underlating ground”. Ob.cit., p.56.

público que pudesse ser o enlevo dos seus habitantes e motivo de admiração dos visitantes.

Nenhum melhor do que o jardim António Borges, com o seu pitoresco, a sua variedade de objectos de curiosidade e recreio, para suprir essa carência. Após a morte de Caetano de Andrade Albuquerque em 1905, o jardim da Lombinha caía em decadência prolongada, vendo as infestantes cobrirem-lhe todo o espaço disponível, as espécies raras em perigo, os traçados primitivos alterados e os canteiros em incontrolada proliferação, fruto de “modificações de bárbaros e improvisados jardineiros”¹⁶⁰.

Foi devido a este estado de coisas que, em 1922, uma “empresa” criada por 5 membros, resolve deitar mãos à obra e “ressuscitar” o jardim da Lombinha, nomeando para o efeito uma equipa de “acreditados jardineiros”¹⁶¹. Nessa operação de restauro existia agora o velho propósito de dar a Ponta Delgada o almejado “parque da cidade”¹⁶². Para isso, apetrechou-se o jardim com equipamentos de recreio público, tais como “bancos de pedra e de madeira, fontes, candeeiros e distrações para as crianças...”¹⁶³. No dia de abertura ao público, teve lugar a inauguração do busto do seu fundador “que o gosto artístico do Pe. Manuel Vicente dispôs sobre uma peanha romana (...)” desenhando em volta “uma decoração artística e sóbria de flores e plantas...”¹⁶⁴. O jardim da Lombinha, embora permaneça propriedade privada, passa a ser palco de movimentações sociais, onde também se organizam diversos “acontecimentos”, como as actuações de bandas filarmónicas, comédias teatrais e fitas de cinema. Só em 1957, a Câmara de Ponta Delgada adquire o imóvel por compra efectuada aos herdeiros de António Borges, dando cumprimento ao adiado desejo oitocentista da cidade possuir o seu *parque* público.

O que antes de mais importa reter é que esta designação de *parque*, já desajustada e anacrónica, vinha do último quartel do século XIX. Nessa altura, todos os jardins com uma certa dimensão e determinadas características - onde se incluíam necessariamente os três maiores e muitos outros criados durante o período da Regeneração - recebem a designação genérica de *parques*. Mas, para se perceber o sentido envolvido nesta designação, é necessário atender à história dos parques - a sua origem e evolução até às transfigurações finais do século XIX.

¹⁶⁰ *O jardim António Borges*, “Correio dos Açores”, ano III, 10-06-1922.

¹⁶¹ A “empresa” composta por Pedro Lima Araújo, José Cristiano de Sousa, Manuel Raposo Jr., Manuel Vasconcelos e Manuel Cabral entregou o trabalho de recuperação do jardim da Lombinha a uma equipa de jardineiros vindos das Furnas e liderada pelo Pe. Manuel Vicente. Cf. *Correio dos Açores*, 10-06-1922.

¹⁶² A tentativa de converter o jardim António Borges em parque da cidade não era inédita: em 1906 tinham já sido feitas algumas plantações sob a direcção do Dr. Diniz Moreira da Mota com esse objectivo explícito. Cf. *Diário dos Açores*, 17-2-1906.

¹⁶³ *Correio dos Açores*, 10-06-1922.

¹⁶⁴ No dia 10 de Junho de 1922 foi inaugurada oficialmente a reabertura do jardim da Lombinha ao público, com uma sessão solene de homenagem ao seu fundador, António Borges. Cf. *Correio dos Açores*, 10-06-1922.

Na origem “Paradeisos”, palavra grega usada por Xenofonte para referir os jardins dos reis persas, os parques (ou jardins-paraiso orientais) eram vastos recintos murados ocupados com várias espécies de árvores, flores e prados, onde habitavam pássaros e diversos animais selvagens. A área de caça estava intimamente associada ao *paradeisos* oriental¹⁶⁵. Depois da conquista da Pérsia por Alexandre, o Grande, os parques orientais acabariam por servir de modelo aos jardins gregos e, chegado o século II a.C., aos próprios jardins romanos. Num caso como noutro, tratava-se de vastos recintos de caça, pertença de nobres senhores e de imperadores. Os parques imperiais que no século I d.C. envolviam a grande *Urbs*, estavam normalmente à disposição da plebe romana, procurados como lugar de recreio e tranquilidade campestre.

É esta a tradição que no ocidente persiste, sob a forma de reservas de caça destinadas a reis e nobres, usando das designações de *Park* em inglês, *Parc* em francês ou *Tapada*, no caso português. Raphael Bluteau tinha perfeito conhecimento tanto da origem persa do parque como das correspondências existentes para as línguas francesa e inglesa. No seu Dicionário de 1713, define-o como: “Mato, ou bosque de caça, cercado de muro, em que andão corsas, veados etc.” Depois de se referir à etimologia e formas dos parques, conclui que “(...) (se não me engano) respondem às nossas Tapadas.”¹⁶⁶

Embora a Tapada permaneça, em Portugal, como propriedade privada, o mesmo não aconteceu na Inglaterra e em França onde os monarcas, a partir de Carlos I e Luis XIV, adquirem o hábito de franquear os parques reais ao público. Prova disso é a transformação posterior dos grandes parques londrinos e parisienses - desde o *Hyde Park*, *Regent Park* e *St.James Park* ou, os seus congéneres franceses, *Bois de Boulogne* e *Bois de Vincennes* -, na sua origem todos parques reais, em jardins públicos.

Durante o século XVIII, os parques e, sobretudo, os passeios públicos, estão em moda na Europa, constituindo então uma peça importante na concepção dos novos traçados urbanísticos. Mas é só no século XIX que a concepção do parque público - o “*People’s Park*”¹⁶⁷ - entra definitivamente nas preocupações dos urbanistas e arquitectos paisagistas. Na sua base, estão as condições ambientais e sociais que se procuram criar para as cidades recentemente industrializadas do período vitoriano. Assentando no princípio ideológico da “educação da classe operária”, os parques municipais, normalmente financiados por subscrições públicas, tornam-se no grande

¹⁶⁵ Sobre os jardins-paraiso orientais consultar o artigo “Paradeisos” da *Oxford Companion for Gardens*, 1986, p.420.

¹⁶⁶ Raphael Bluteau, *Vocabulario Portugues e Latino*, 1713.

¹⁶⁷ Sobre o *People’s Park* veja-se: Brent Elliot, *Vitorian Gardens*, em especial as pags.51 a 54; Harriet Jordan, *Public Parks: 1885-1914*, in “*Journal of the G.H.S.*”, vol. 22, n°1, 1994, pp.85-119; Hilary A.Taylor, *Urban Public Parks, 1840-1900: Design anf Meaning*, in “*Journal of the G.H.S.*”, vol.23, n°2, 1995, pp.202-21.

orgulho das cidades inglesas, a partir dos anos 40. Nas duas décadas seguintes, este novo modelo de parque estende-se a toda a Europa mantendo-se popular até ao final do século.

Evidentemente que os parques oitocentistas já pouco tinham que ver com o jardim-paraiso oriental. Conservavam, no entanto, a ideia de um vasto recinto bastante arborizado, cujo principal motivo de recreio consistia na apreciação das formas variadas da natureza. Embora integrando traçados muito diversos, o parque público distinguia-se, pela dimensão e pela concepção, do passeio público. Este não passava, muitas vezes, de uma longa alameda de árvores alinhadas, destinada a passeios a pé ou de carro de cavalos, do qual estava ausente a recriação elaborada de imagens naturais e campestres.

Estas distinções são igualmente notadas em Portugal. Quando, em 1842, é inaugurado o jardim da Estrela, “o primeiro jardim público do país”¹⁶⁸ opunha-se ao passeio público do Rossio pela forma como assentava num terreno irregular - “colocando o espectador como numa montanha russa” -, retirando daí o benefício de uma “perspectiva mais pitoresca e recreativa”¹⁶⁹. O passeio público, por sua vez, na apreciação do micaelense José de Torres, era “um taboleiro encovado, suffocado, sem vista, sem horizonte, abafado de todos os lados por edificios e colinas, onde de Verão se arde como em torrido areal”¹⁷⁰. A preferência pelos jardins “ao moderno estylo paysagista” ia-se difundindo pelo país, em realizações de modesto alcance, mas de inegável popularidade¹⁷¹. O reconhecimento da função pública destes jardins ou parques, inscritos no rol das “obras de civilização”, comunica-se por vezes aos proprietários privados, que nalguns casos facilitam o acesso do público¹⁷².

Com estas condições reunidas, os jardins de Ponta Delgada vão adoptar a designação de *parques*. Pese embora a sua condição de jardins privados, “os seus proprietários, verdadeiros beneméritos” colocam-nos “...à disposição do público o que torna-se uma grande distracção para os habitantes, e a admiração para os

¹⁶⁸ *Jornal de Horticultura Pratica*, vol.3, 1873, p.107.

¹⁶⁹ *O Panorama*, vol.5, 1841, p.55.

¹⁷⁰ José de Torres, *Passeio Público em Ponta Delgada*, “Revista dos Açores”, 1852, p. 405.

¹⁷¹ Quase todas as mais importantes cidades do país possuíam o seu jardim municipal, durante a segunda metade do século XIX. Em Lisboa, depois do Passeio Público e jardim da Estrela, fez-se ainda a alameda de S. Pedro de Alcantara e ajardinaram-se várias pequenas praças e largos; O Porto teve varios jardins, entre os quais se destacam o jardim do palácio de Cristal, traçado entre 1865-69, o jardim do campo dos Mártires da Pátria também plantado “ao moderno gosto da jardinagem” (J.H.P., vol.3, 1873, p.120) e mais tarde (1890), a alameda da Cordoaria; em Coimbra, parte da cerca dos Agostinhos e de St.Cruz foi transformada em parque da cidade; em Braga por volta de 1866, foi plantado o jardim do campo de Santana, considerado “um dos melhores jardins públicos portugueses” (J.H.P., vol.3, 1873, p.124); em Viseu a antiga Mata do Fontelo foi também aberta ao público e em Évora o ainda chamado “passeio público” data de 63 e deve-se a Cinatti.

¹⁷² Pioneiros nessa iniciativa foram o marquês de Palmela que na quinta do Lumiar (1840) admite a presença do público, logo seguido do rei D.Fernando no parque da Pena. O “público espírito e bom exemplo” destes jardins, sobretudo do primeiro que reúne uma extraordinária colecção de plantas são uma verdadeira promessa para Portugal, garantia o prof. Scouler em 1845: *Notice Respecting the Present State of Botany and Botanic Gardens in Portugal*, “Curtis’s Botanical Magazine”, 3rd. serie (1845), pp.34-42.

estrangeiros”, comenta um visitante; na sua opinião, porém, o jardim José Jácome era o que melhor se quadrava para servir de jardim público¹⁷³.

Mas é nas Sete Cidades, e depois nas Furnas, que se levam a cabo as primeiras experiências planeadas com o objectivo explícito de criar espaços de ajardinamento público. Nas Sete Cidades, por acção de António Borges e nas Furnas, com um interessante projecto que se ficou a dever à iniciativa conjunta de 5 proprietários, que compram vários terrenos em volta da ribeira das Murtas, a fim de “aformosearem as Furnas fazendo um bellissimo Parque para recreio publico”¹⁷⁴. Desta associação, criada em 1859, nasce “O Parque”, cujo plano foi entregue a George Brown. Traça-se um amplo jardim centrado por um lago artificial destinado aos passeios de barco, rodeado por amplos relvados e uma longa alameda apontada a uma pequena elevação - local a que se destinaria a construção das habitações de veraneio dos cinco proprietários¹⁷⁵. Em 1869, as plantações encontravam-se concluídas e o jardim, que todos conheciam como “o Parque”, servia de “promenade publique”¹⁷⁶ e era considerado o “jardim público das Furnas”¹⁷⁷.

Um outro tipo de objecto paisagístico distinto do jardim privado é o *arboretum*. Definido como uma colecção viva de espécies arbóreas e arbustivas que crescem em conjunto, o arboreto está ligado a uma concepção científica de estudo e classificação das espécies e desde logo, também, a uma função de recreio, pela amenidade do ambiente que cria e pela variedade das formas contempladas. Há quem queira ver na origem dos *arboreta* os bosques sagrados da Antiguidade. Também nos jardins da renascença e nos parques franceses de Seiscentos, existiram terrenos arborizados à semelhança dos bosques sagrados (o *bosco* italiano¹⁷⁸), ou formando os famosos *bosquetes* com as suas áleas de verdura, *salas* e *gabinetes*¹⁷⁹. Mas foi só no século XVIII, graças à enorme afluência das plantas do Novo Mundo, da África e da Ásia, para os países europeus (sobretudo para os países com ligações coloniais), que o arboreto adquire uma fisionomia própria, marcando presença tanto nas grandes

¹⁷³ A.A.C., *Impressões de uma Viagem*, p.24.

¹⁷⁴ Bulhão Pato, *Cartas dos Açores*, p.78.

¹⁷⁵ O “risco” de George Brown assinado e datado de 1866 conserva-se no arquivo particular da família de Ernesto do Canto. A ideia de integrar as habitações no interior do parque obedecia a uma moda muito difundida em França e Inglaterra, onde até mesmo nos parques públicos, como é caso do *Bois de Boulogne* e *Hyde Park*, existiam zonas residenciais. Das cinco habitações projectadas só a de Ernesto do Canto foi edificada.

¹⁷⁶ *Les Eaux Thermales de l'Île de San Miguel (Açores)*, 1873, p.IX.

¹⁷⁷ Wyville Thomson, ob.cit., p.496. Também Emídio da Silva nota a diferença entre este e os restantes “parques particulares” das Furnas, pois se todos têm “as portas abertas, de par em par, ao público”, há um que sobressai: “...o que é designado pela simples denominação: o Parque”, ob.cit., p.55.

¹⁷⁸ Nos jardins geométricos da Renascença italiana o *bosco* recriava o bosque domesticado de significado mitológico e, simultaneamente, estabelecia um contraste com a geometria racional do jardim pelos efeitos de sombra e mistério que criava.

¹⁷⁹ Trata-se dos bosques ornamentais que circundavam os extensos *parterres* dos jardins franceses, tratados embora de forma igualmente geométrica. O *bosquete* recebia geralmente um ordenamento em estrela ou formando uma reticula de passeios ladeados por árvores topiadas deixando, nos interstícios, recintos fechados que recebiam a designação de *salas* ou *gabinetes*, conforme a sua dimensão.

herdades e parques como nos jardins botânicos. São essencialmente as novas e belas espécies da flora americana, as grandes responsáveis pela moda dos *arboreta* e *pineta* difundida nessa altura¹⁸⁰.

Durante muito tempo os jardins botânicos destinaram-se ao estudo das plantas medicinais e encontraram-se na dependência directa das faculdades de Medicina. Quando, porém, a libertação dos “simples e drogas” lhes permitiu dedicarem-se a um estudo mais sistemático da botânica, surgem os *arboreta*, simultaneamente constituídos em *pleasure grounds*¹⁸¹ para o público. Esta dupla função, de estudo e recreio, correspondia já a um princípio de utilidade pública, mais tarde consolidado por J.C.Loudon na teorização que faz em *Arboretum et Fruticetum Britannicum*(1838) e concretizado, pouco depois, no *Derby Arboretum*. Plantado a partir de 1840, este parque público - que de início não ia além dos 11 acres - constituía, no desejo do seu autor, mais do que um simples espaço de recreio. A ideia dominante que o guiava, respondia à necessidade do público aprender, nas formas variadas das plantas, conhecimentos essenciais sobre a natureza, possibilitando a expansão do seu espírito¹⁸².

A fortuna que os *arboreta* conheceram durante o século XIX é, de certa forma, proporcional ao estado de desarborização dos países. O arboreto recompunha, embora em moldes diferentes, o bosque e a floresta natural que outrora haviam coberto grandes extensões do solo europeu, recuperando valores telúricos, cenas de mistério e temas sagrados que se associavam ao imaginário da floresta.

Normalmente a desflorestação acompanhara a expansão da área cultivada, constituindo ela própria um índice do avanço civilizacional. Mas o mesmo não aconteceu na ilha de S.Miguel, onde a devastação dos matos que havia conduzido a ilha “à nudez de arvoredos”, não alterara a relação entre solos cultivados e incultos. No âmbito da política pombalina, pretendeu-se alterar essa relação, incluindo-se nas acções a desenvolver, as tentativas de florestação. O “interesse e utilidade” que se acreditava terem as experiências com essas novas culturas, não tinham produzido resultados imediatos. Foi preciso esperar pela segunda metade do século XIX e pela acção da S.P.A.M., para que um decisivo impulso fosse dado ao cultivo das espécies silvícolas e de outras plantas úteis.

Mas agora, associado a este objectivo utilitário, alia-se um sentido estético que atravessa algumas das experiências florestais. As matas da **Grená**¹⁸³, iniciadas em 1838

¹⁸⁰ De assinalar o facto das primeiras florestações feitas em S.Miguel nos finais de Setecentos terem recorrido, precisamente, aos Pinheiros e sementes de árvores provenientes da América do Norte. Cf. Cap. I.2.2.

¹⁸¹ Nesta categoria têm lugar todos os espaços destinados a uma utência alargada que pudessem proporcionar recreio; são sobretudo, os passeios públicos, os jardins botânicos (em especial os seus arboretos), os jardins viveiristas e os parques públicos propriamente ditos.

¹⁸² Cf. Melanie Louise Simo, *Loudon and the Landscape*, 1988, cap.XI, pp.191-205.

¹⁸³ Propriedade de Edward Nourse Harvey desde 1838, a mata da Gitana (depois conhecida pela Grená), compreendia os terrenos da península da lagoa das Furnas, estendendo-se até ao planalto da Achada, num total

nas margens da lagoa das Furnas, da Seara¹⁸⁴, plantadas nas montanhas das Sete Cidades desde os meados dos anos 40 e da Lagoa do Congro¹⁸⁵, iniciadas pela mesma altura, são muito mais do que simples matas de corte. Para estas preferimos a designação de “matas ajardinadas” - mais próximas do conceito de *Woodland Embelishment* -, em alternativa a *arboretum*. Muito embora não haja uma diferença radical entre uma e outro, a mata ajardinada não serve preocupações de teor científico - no que respeita às classificações das espécies e plantações sistemáticas - fundindo-se, ao invés, com o bosque natural, corrigindo o seu aspecto selvagem e descuidado, enriquecendo-o com espécies de melhor efeito (de exóticas e naturais) ou, como resumiu José do Canto a respeito da nova mata da lagoa das Furnas, passando “um verniz aquelle matto bravo”¹⁸⁶.

Tanto a Grená, com os seus cerca de 200 ha de extensão¹⁸⁷, como a Seara ou a Lagoa do Gongro, conjugam a função utilitária de “matas de corte” com uma função de recreio (ou de *pleasure ground*) - concretizada no número e variedade de plantas exóticas e ornamentais, nos seus passeios e na profusão das *vistas*. Se a marca da natureza tinha inflamado a imaginação artística no espaço dos jardins, essa marca projecta-se agora para fora do espaço contido dos muros do jardim, para ir ocupar um espaço cada vez mais vasto na paisagem, incluindo parques, matas e estradas. Percebe-se, no espírito do século XIX, a formação da ideia do *jardim total* aplicada à paisagem. O relato de um visitante publicado na *Persuasão*, comenta esta ideia da seguinte forma: “Os micaelenses intentaram fazer da sua pátria um extenso e mimosíssimo jardim, não lhe despresando qualquer pequena parcela, povoando-o de árvores, flores e fructos...”¹⁸⁸.

Na verdade, este testemunho aplica-se a uma paisagem de eleição, ou seja, uma paisagem que depende estritamente dos circuitos turísticos. Estes compreendem, a visita a Ponta Delgada e seus arredores e os passeios às Furnas e Sete Cidades. “Todos me diziam (comenta um outro visitante) que não indo às Furnas e às Sete Cidades não se tinha visto S.Miguel”!¹⁸⁹. Os vales formados por estas duas crateras vulcânicas, convertem-se nos locais de veraneio e de visitia por excelência, a merecerem toda a

de 25 moios. O seu primeiro dono iniciou aí a construção de uma casa (que não conclui) com o risco de Thomas Hickling Jr. e fez extensas plantações com pinheiros, carvalhos, freixos e outras árvores. A propriedade passou depois por diversas mãos encontrando-se hoje em completo abandono.

¹⁸⁴ Propriedade de Joaquim Álvares Cabral, a casa da Seara ficava situada (como ainda hoje) nas cumieiras das Sete Cidades, rodeada de plantações de diversas essências florestais descendo a encosta, longos passeios de camélias e enormes urzes, e uma *vista* sobre a lagoa.

¹⁸⁵ A propriedade da Lagoa do Congro, no concelho de Vila Franca do Campo, foi a primeira mata ajardinada de José do Canto, cuja acção de florestação começou aí, cerca de 1846. Em volta da pequena lagoa que povoou de peixes e plantas aquáticas, fez extensas plantações com pinheiros, eucaliptos, criptomérias, acácias, loureiros da Índia, álamos e outras.

¹⁸⁶ *Cartas Particulares* ..., p.112.

¹⁸⁷ Quando foi vendida em 1860 a James Hinton, a Grená compreendia 25 moios de terra. Cf. “Livro de Notas do tabelião Luis Maria de Moraes Junior, escrituras de 5-8-1860 e 8-10-1860.

¹⁸⁸ Ernesto Rebello, *De Lisboa aos Açores*, in “A Persuasão”, 2-2-1876.

¹⁸⁹ *Impressões de Uma Viagem*, p.25.

atenção da arte paisagista. Lá se concentram as matas ajardinadas, os parques e os jardins. Mas há também os percursos que, escolhidos pelos seus traçados panorâmicos, pitorescos e românticos, condicionam os processos perceptivos da visão, conferindo à paisagem determinadas significações. A ideia do *jardim total* completa-se, assim, com a fabricação de um conjunto de objectos seleccionados segundo os critérios estéticos da arte.

As primeiras estradas a sofrerem uma atenção especial de ajardinamento, são as duas vias (sul e norte) que partem de Ponta Delgada em direcção às Furnas. A estrada que passa por Vila Franca do Campo é excelente, assegura Bulhão Pato: “(...) a vista admirável. De um lado o mar, quebrando-se nas escarpas e nos recifes da costa. Do outro o campo...”¹⁹⁰. Traçada nos anos 60 por Júlio Ferraz de Carvalho - um engenheiro de “Pontes e Calçadas” formado pela *École Polytechnique de Paris*¹⁹¹ -, a nova estrada das Furnas, não é comparável aos caminhos encovados e apertados entre os muros de pedra que circundavam, entre laranjais, os arredores de Ponta Delgada. Felix Sotto Mayor aconselha, por seu turno, a estrada do norte, preferida “pela arrebatadora vista que se gosa ao surpreender a *vol d’oiseau*, em toda a sua extensão e formosos detalhes, o valle das Furnas, quando se chega à altura das *Pedras do Gallego*.”¹⁹²

Os longos percursos que conduzem às Furnas - e, até certo ponto, às Sete Cidades -, fazem-se agora, comodamente, nos bancos de uma carruagem, por forma a que os prazeres de eleição proporcionados pelos locais de destino, possam ser antecidos do prazer do passeio que os conduz até lá. Por entre vistas panorâmicas que compõem “um portentoso cenário romântico”¹⁹³, plantam-se as bermas das estradas com árvores copadas, hortênsias(*Hydrangea hortensis*) e beladonas(*Amaryllis belladonna*), de modo a convertê-las num “magnífico passeio”¹⁹⁴.

¹⁹⁰ Bulhão Pato, *Dos Açores: Cartas*, 1ª parte, 1868, p.12.

¹⁹¹ Significativamente a *École Polytechnique* de Paris, criada em 1810 por Napoleão I para rivalizar com o poder dos artistas das *Beaux Arts*, visava a criação de um corpo técnico de engenheiros, especialmente habilitados para as obras do urbanismo. Durante o segundo império são estes engenheiros que lideram os planos da nova Paris de Haussmann. Entre estes destaca-se Jean-Charles-Adolphe Alphand, um engenheiro de “Pontes e calçadas”, responsável pelos Parques de Paris.

¹⁹² Felix Sotto Mayor, ob.cit., p.36.

¹⁹³ S.G.Benjamin, *The Atlantic Islands as Resorts of Health and Pleasure*, 1878, p.47.

¹⁹⁴ Bento Carqueja num pequeno artigo intitulado “Na Lagoa das Furnas” fala destas estradas plantadas de hortensias onde a natureza se uniu à arte para proporcionar belos atractivos, in *Antologia da Terra Portuguesa: Os Açores*, s.d., p.73. A ideia de ajardinar as estradas transformando-as em passeios é amplamente defendida nas páginas do *Jornal de Horticultura Prática*.

2.1. Os jardins das Sete Cidades

Não sei verdadeiramente, a qual dê preferência: se ao Valle das Furnas, se ao valle das Sete Cidades.

Aqui, a solidão: lá, o bulício.

Aqui, a tranquilidade: lá, o movimento.¹⁹⁵

Guilherme Read Cabral começava assim a sua descrição das Sete Cidades, pondo ênfase nos traços de quietude e solidão que caracterizavam aquele vale, em oposição ao bulício mundano das Furnas. Das suas palavras ressalta uma diferença importante no regime de utilização que se oferece a estes dois sítios de excepção: as Furnas como *estação de veraneio*, sem rival na ilha e mesmo nos Açores; as Sete Cidades como *local de visita*. O *Guia do Viajante da ilha de S.Miguel* assegura:

A excursão pode fazer-se num dia, ida e volta. Toma-se uma carruagem que nos leva em 2h, por 17 Kilómetros de estrada litoral, até ao lugar chamado Lomba da Cruz onde os viajantes montarão em burros para subir, acompanhados pelos condutores, ao alto da montanha por um atalho acidentado...¹⁹⁶

Em vez das boas estradas deparamos, na última fase do troço, com uma escalada difícil, feita de burro ou a pé, por entre os *arrebentões*¹⁹⁷ da montanha. Neste caminho de fadigas e dificuldades, experimentava-se uma sensação de distância e isolamento que se casavam, afinal, com a visão do próprio objecto de paisagem. Uma espécie de ascese, de retiro e afastamento dos confortos da civilização, preparava o viajante para uma visão súbita de inesperada grandeza, que permitia o resgate de todos os esforços da viagem.

“Ainda falta muito?” pergunta exausto um forasteiro ao seu companheiro de viagem..

–“Uns dez minutos apenas, aqui o atalho é quase a pique, mas ali p’ra cima melhora”, continua o segundo.

“Efectivamente aquilo era mais trepar do que subir.”

(...) De repente e sem que eu esperasse, galguei a crista do serro e recuei assombrado. A meus pés abria-se a grande bacia que forma o valle e dalli o dominava todo...¹⁹⁸

A mesma sensação de surpresa e de espanto é experimentada pelos irmãos Bullar na sua ida às Sete Cidades:

Rápida e inesperada mudança nos aguarda em certo ponto destas montanhas sempre verdes, que à nossa vista se estendem como se não tivessem fim”, recordam. “A vereda por

¹⁹⁵ Read Cabral, *Glórias e Primores de Portugal*, s.d., p.150.

¹⁹⁶ Felix Sotto-Mayor, ob.cit., p.33. Do mesmo modo *A Agenda do Viajante da Ilha de S.Miguel* assegura: “A visita ao valle das Sete Cidades faz-se n’um dia.”, p.58.

¹⁹⁷ Designação dada às ladeiras íngremes da encosta.

¹⁹⁸ Ernesto Rebello, *Notas Açoreanas*, in *Archivo dos Açores*, vol.VII, 1982 (1ªed:1885), p.157.

onde subíamos pára subitamente à beira de vasto precipício, até então profundamente oculto...¹⁹⁹.

Com o tempo foi-se fixando um ritual próprio para a aproximação a este lugar, de forma a potenciar o espectáculo oferecido com a visão do cenário. Bento Carqueja conta como o burriqueiro vendava os olhos dos viajantes e os conduzia à arreata até “ao pincaro da montanha”. Uma vez aí, continua, “com o espírito fremente de ansiedade” desvendavam-se os olhos dos recém-chegados. E para quê, pergunta-se ainda: “Simplesmente para receber de chofre o panorama que se vai desenrolar a nossos olhos”²⁰⁰.

Mais uma vez podemos observar novas polarizações entre os vales das Furnas e Sete Cidades, ao nível das qualidades intrínsecas e dos atributos essenciais das suas paisagens: Enquanto as Furnas podem ser “a Cintra de S.Miguel”, o centro por excelência das belezas pitorescas, as Sete Cidades, com a sua paisagem erna, majestosa e “alpina”, oferece ao visitante a experiência do *sublime*. Para lá do dizível, esta “paisagem montanhosa sempre calida e causando impressão de frialdade invernal...”²⁰¹, “a surpreendente e magestosa grandeza”²⁰² das suas belezas naturais, infundem no espírito uma “sublimidade mística”²⁰³ que não pode ser descrita, testemunham alguns dos visitantes. Nem mesmo os desenhos, os esboços ou as fotografias permitem captar cabalmente a vastidão do cenário, asseguram. “Lamento que os meus *sketchs* só possam dar uma pálida ideia da realidade, na verdade sublime...” acrescenta Rupert Swindells²⁰⁴.

Toda esta valorização excessiva da *visão*, com os seus rituais de espectáculo e o uso retórico de certas categorias estéticas (como a do sublime), aplicadas ao vale das Sete Cidades, não tem lugar antes da segunda metade de Oitocentos. Nenhum dos relatos anteriores sugerem, alguma vez, um tipo de entendimento da paisagem que se aproxime do sublime²⁰⁵. De resto, são raríssimas as descrições das Sete Cidades até aos anos 40. Nessa altura, porém, a par dos relatos dos estrangeiros, começam a surgir algumas “Excursões campestres” ou “Viagens no interior da ilha”, sob a invocação unânime das *Viagens na Minha Terra*.

¹⁹⁹ Henry e Joseph Bullar, ob.cit.,p.355.

²⁰⁰ Bento Carqueja, *Os Açores: Notas Instantâneas*, pp.9-10.

²⁰¹ João Viegas de Paula Nogueira, *As Ilhas de S.Miguel e Terceira*, p.

²⁰² “Todas estas belezas naturais são de uma surpreendente e magestosa grandeza, a que não falta a côr poetica pelo revestimento de plantas alpestres e arvoredos sombrios”: Júlio Máximo Pereira, *Recordações dos Açores*, “Bol. da Sociedade de Geografia de Lisboa”, 1893, p.348.

²⁰³ Read Cabral, ob.cit.,p.151.

²⁰⁴ “I am sorry my sketch gives such a faint idea of reality, wich was truly sublime...”: Rupert Swindells, ob.cit.,p.101.

²⁰⁵ Mesmo nos autores mais familiarizados com a categoria do sublime, como é o caso do capitão Boid que a cada passo invoca o sublime, o pitoresco e o romântico para caracterizar as paisagens da ilha, as Sete Cidades não lhe merecem essa apreciação.

Um destes textos, publicado na *Revista dos Açores* em 1851 (embora escrito em 48), é uma peça significativa pelas referências que contém, dentro de um espírito ainda estritamente arcádico. Embora o seu autor (anónimo) assegure ter-se inspirado em Almeida Garrett, constrói um texto anacrónico, invocando a inspiração das musas e socorrendo-se de um manancial de citações literárias, há muito ignoradas. Depois de descrever os primeiros contactos com os pastores das Sete Cidades diz: “o que faltava para tornar a scena formal, substancial e classicamente pastoril? - Só uma lição de Virgílio, ou Delille...” conclui²⁰⁶.

É esta cena campestre, idílica e arcádica, que no decurso das duas décadas seguintes se irá transformar no espectáculo do sublime que acabámos de referir. Em perfeito antagonismo com a cena clássica, Read Cabral tem do vale uma visão espectral do mundo no momento primordial da criação: “Quanto é esplendido e sublime surpreender os mistérios da natureza”;“(…) romper os véus do passado e deslumbrarmo-nos por instantes com um simulacro da criação do mundo ao sair do caos”²⁰⁷ - Visão encantada de desterro e solidão, que a história do vale favorece.

A primeira notícia que temos de vida humana no vale das Sete Cidades, remonta ao ano de 1582. Nessa altura, corria na ilha grande alvoroço pelo desembarque das tropas francesas que acompanhavam a armada do Prior do Crato. Os saques e pilhagens dos franceses haviam posto as populações em fuga para os matos e lugares ermos e, nessa debandada, algumas freiras do convento da Esperança refugiaram-se nas serras das Sete Cidades, onde provavelmente permaneceram durante algum tempo. Desse episódio ficou o topónimo de *cerrado das freiras*, a registar a primeira ocupação humana no vale²⁰⁸. Mas, durante longos anos o vale permaneceu desabitado e foi só em finais de Setecentos que os primeiros casais, na sua maioria provenientes das freguesias vizinhas de Mosteiros, Várzea, Ginetes e Feteiras, aí fixaram residência²⁰⁹. Habitavam choupanas de madeira e colmo e viviam da pastorícia. Por muito tempo viveriam sem uma única

casa de oração, nem escola pública ou particular, nem cemitério²¹⁰ nem recursos alguns espirituais!...Não havia sequer particularmente quem soubesse e quizesse ensinar, senão muito imperfeitamente a doutrina cristã às crianças, e fora das suas choupanas e dos seus animais, nada mais via este povo senão o mato e as lagoas!(...)²¹¹.

²⁰⁶ *Excursão Campestre*, “Revista dos Açores”, 1851, 1º vol., p.66.

²⁰⁷ Read Cabral, ob.cit., p.153

²⁰⁸ Cf. “Tropas hespanholas que vieram guarnecer a ilha de S.Miguel. Chegada da armada de D.António e desembarque das tropas francesas. 1582”, in *Archivo dos Açores*, vol.II, p.114.

²⁰⁹ Cf. Pe. António José Lopes da Luz, *Monografia dos Ginetes*, “Revista Michaelense”, Ano 1, nº1 (1918), pp.57-8.

²¹⁰ A construção da primeira igreja no vale das Sete Cidades data de 1852 e deve-se a Nicolau Maria Raposo do Amaral, grande proprietário na região. Só em 1886 a população das Sete Cidades teria cemitério e escola pública.

²¹¹ “Monografia dos Ginetes”, ob.cit., Ano 1, nº2, p.104-5.

Sempre que algum habitante do vale quisesse assitir aos officios religiosos, baptizar e casar um filho, ou enterrar os seus mortos, era obrigado a percorrer a pé “pelos arrebetões que os conduziã até à cumieiras e daí para os Mosteiros ou Varzea”, mais de seis quilómetros de péssimos caminhos²¹².

Por meados dos anos 40, um rico proprietário resolve construir nas terras altas das Sete Cidades a sua habitação de veraneio. É então que o vale começa a sair do esquecimento do mundo.

O peregrino que visite o vale, diz-nos o autor da “excursão campestre”, pode recorrer à nobre franqueza do sr. Joaquim Alvares Cabral, que lá fez edificar duas boas habitações. A primeira ficava junto à lagoa e não passava, na verdade, de uma casa de barcos onde o proprietário conservava dois escaleres de recreio. A segunda, situada em posição elevada sobre a encosta ocidental da lagoa azul, era uma construção relativamente modesta, com dois pisos, volumetria cúbica e vãos regulares, definida numa métrica simples. Implantada no centro de um largo terreiro, com as oficinas anexas e uma fonte no plano inferior, envolvia-a uma mata ajardinada.

Em 1848, Joaquim Alvares Cabral fazia os primeiros ensaios de florestação na Seara. Os ventos fortes na encosta desabrigada e a acção dos roedores, tornavam difíceis as plantações, que se repetiam ano após ano. A cobertura vegetal destas encostas compunha-se, essencialmente, de urzes (*Erica azorica*), queirós (*Calluna vulgaris*), faias (*Myrica Faia*), tamujos (*Myrsine africana*) e grande quantidade de fetos, musgos e líquenes no subosque²¹³. Num único sítio, na península da lagoa azul, a vegetação natural tinha desaparecido, ficando o lugar reduzido a um “baixio nu, de pedra pomes amarelada”, formando com os despojos “quatro colunas cónicas equidistantes, rígidas e solenes...”. A boa intenção de quem assim procedera, criticam os irmãos Bullar, resultaram das “puerilidades de um desastrado melhorador”, que não conhecia “aquela regra de ouro que ensina a aperfeiçoar o espirito da natureza com a mão invisível da arte”²¹⁴. Opinião diferente é manifestada, em 1848, pelo autor da “excursão campestre”. A península havia já então sido arborizada com “uma encantadora e luxuriante vegetação de arvoredos”, contrastando admiravelmente com o demais “mato rasteiro, silvestre e espontaneo” que cobria o vale e as encostas das montanhas, com o seu carácter monótono, “sombrio e melancólico”²¹⁵.

É nesta paisagem quase intacta e natural que se fazem as plantações na mata ajardinada. A mistura de exóticas por entre a flora nativa tem, na Seara, uma das mais

²¹² Ibidem.

²¹³ Cf. Henri Drouet, *Catalogue de la Flore des Îles Açores*, p.13 e 16.

²¹⁴ Joseph e Henry Bullar, ob.cit., p.358.

²¹⁵ “Excursão campestre”, ob.cit., p.82. Drouet diz a propósito das terras altas da ilha: “Cette grande uniformité de végétation, et sa nature, imprimant à ces cimes désertes et solitaires un cachet singulièrement sombre et mélancolique.”, ob.cit., p.13.

precoces experiências. As primeiras espécies introduzidas terão sido de pinheiros (*Pinus maritima*) e de outras coníferas já cultivadas na ilha, como os cedros do Líbano e cedros do Bussaco (*Cupressus lusitanica*). Mais tarde fazem-se extensas plantações com *Cryptomeria japonica* - esta rapidamente difundida na ilha, após ter sido introduzida, em 1848, por José do Canto (quando ainda era uma novidade recentíssima nos viveiristas ingleses)²¹⁶.

A par das exóticas, manifesta-se na Seara um novo gosto que contempla a valorização da flora nativa, aqui expressamente exemplificado com o delineamento da “rua do passeio”, ladeada por altas urzes (*Erica azorica*) e cedros do mato (*Juniperus brevifolia*) que cresciam espontaneamente no local, e que hoje se conservam como os únicos exemplares dessas espécies com porte centenário²¹⁷.

Do restante ajardinamento - para além da “rua do passeio”, alinhada numa perpendicular à fachada sul da casa -, fazem ainda parte a larga “rua do socessego”, ensombrada por altas camélias, a vereda da mata que conduz até ao sítio da *vista* ou *miradouro*²¹⁸ - de onde se obtém uma perspectiva panorâmica sobre o vale com a lagoa em baixo - e a avenida de acesso à propriedade. Em 1886, esta última apresentava um aspecto solene com o seu traçado largo e direito apontado à casa, acompanhada ao longo do percurso por altas criptomérias²¹⁹.

A preferência pelas coníferas é, como se viu, outra das tendências marcantes nas plantações da Seara. Se os pinheiros e os cedros do Bussaco já existiam nas matas de corte de finais de Setecentos²²⁰, a disposição mais cuidada e a variedade das árvores cultivadas, procura fazer-se agora com um sentido de ajardinamento antes completamente desconhecido. Esta insistência nas coníferas estava, aliás, em perfeita consonância com a moda das plantações nos arboretos e matas ajardinadas da Europa, onde a flora americana vinha sendo substituída, desde os anos 20, pelas recentes novidades das coníferas, cabendo-lhes o papel principal no novo método paisagístico aplicado a este tipo de plantações florestais²²¹. Provavelmente, tendo em conta o

²¹⁶ Nos anos de 1840 esta espécie proveniente do Japão chega aos viveiros de Veitch em Londres. Quase em simultâneo é introduzida em S. Miguel onde no decurso dos anos 60 começa a substituir as plantações de Pinheiros. Em 1866 José Jácome assegura que “todas as pessoas que me tem falado em criptomérias são unânimes em me dizer que elas se dão bem em toda a parte, e creio que meterão a um canto os *Pinus maritimo*...”, S.D.U.A., J.C., doc.2388-c; Em 1871 *O Jornal de Horticultura Prática* regista já grande quantidade de matas desta espécie na ilha de S. Miguel: cf. vol II, p. 127.

²¹⁷ Estes exemplares únicos merecem uma classificação urgente para que não se repitam actos de barbarismo como o que recentemente os serviços da E.D.A. praticaram, cortando dois destes exemplares para instalar um poste de alta tensão a meio do percurso da “rua do passeio”!

²¹⁸ Designação já usada em 1849 pelo autor da “excursão campestre”.

²¹⁹ “Charmingly situated on a height, and approached by the winding and stately avenue of cryptomerias, stands the country residence of Sr. Joaquim Alvares Cabral...”, Frederick Walker, *The Azores or Western Islands*, 1886, p.155.

²²⁰ Lembramos que Nicolau Maria Raposo do Amaral havia recebido quantidades de semente de Cedros do Bussaco que plantara nas suas matas dos Ginetes e que a cultra dos Pinheiros se generalizara ainda mais. Cf. Cap.I 2.2.2.

²²¹ Sobre a importância das coníferas nas novas concepções paisagísticas ver: Brent Elliott, ob.cit., cap.V, sobretudo pp.115-8.

número de cedros e de outras coníferas que possuía, Bento Carqueja chama à propriedade da Seara “o Bussaco pitoresco da família Álvares Cabral”. Por seu turno Frederick Walker, colaborador do *Gardener's Chronicle*, considera as plantações traçadas com gosto, salientando a abundância de *romantic spots* que nelas se ofereciam. O mesmo tipo de apreciação dirige então às matas do vale - propriedade de António Borges, nessa altura já muito desenvolvidas - onde se formavam “belas avenidas com arranjos geométricos e artísticos de *Cryptomeria japonica* e outras árvores...”²²². De criptomérias também foi plantada a alameda de acesso à igreja de S.Nicolau, um templo neogótico oferecido por Nicolau Maria Raposo do Amaral à população das Sete Cidades, concluído em 1857²²³. Durante as décadas seguintes, o número de coníferas e de outras árvores de ornamento nos terrenos do vale, não pára de crescer.

Por volta de 1850, as terras e matos das Sete Cidades - que haviam pertencido a diversos proprietários, (com destaque para o convento da Esperança) - estavam já concentradas em duas ou três mãos. Depois de Joaquim Alvares Cabral, foi António Borges quem mais se interessou pelo vale. Nos começos da década, possuía já grandes extensões de terrenos que começou por aforar, vindo a adquiri-los por compra ao longo dos anos seguintes. De 1852 a 1860, reuniu para cima de 3 moios de terra (cerca de 27 ha) em mais de trinta escrituras efectuadas nos cartórios da cidade²²⁴.

Muito mais do que uma mata ajardinada, António Borges idealizou converter o vale das Sete Cidades num vasto e único jardim, exemplo que mais tarde seria aplicado às Furnas, criando-se em ambos os sítios - já de si aproximados pelas características topológicas -, espaços-paisagem semelhantes. Para além dos terrenos ajardinados, entravam nos planos do “sr. Câmara Medeiros (...) melhoramentos dos terrenos e da agricultura do vale”, construção de estradas e a promoção de recreios - anunciava, em 1851, um articulista da *Revista dos Açores*. A ideia dominante no espírito do seu autor - que nisso se empenhava “com todas as forças d’alma e com a maior assiduidade” -, consistia na concepção de um projecto inédito para a *construção de uma paisagem* ajustada às qualidades do sítio.

Os planos de António Borges concretizaram-se rapidamente. Em Junho de 1851, já grandes plantações e arroteias haviam sido feitas. No ano seguinte, “trazia em contrução” a casa de veraneio, cujo desenho, seguramente baseado num dos catálogos de *cottages* para jardins e parques que circulavam por toda a parte, era considerado de

²²² Frederick Walker, ob.cit., p.155. Walker era natural da ilha de S.Miguel, embora radicado há muito em Inglaterra. Foi colaborador do *Gardener's Chronicle* e correspondente d’*O Cultivador*.

²²³ A bonita alameda de altas criptomérias que precede a igreja de S.Nicolau encontra-se hoje muito descaracterizada com a destruição dos muretes que a enquadravam e a construção de um grande centro paroquial contíguo ao lado esquerdo da ermida.

²²⁴ B.P.A.P.D., “Livro de Notas do tabelião Luis Maria de Morais, 1850-1852”; “Livro de Notas” do tabelião Luis Maria de Morais Jr., 1852-1881”; “Livro de Notas do tabelião Joaquim Cláudio de Almeida, 1817-1962”; “Livro de Notas do tabelião Jacinto Manuel de Melo Botelho, 1842-1867”.

uma beleza e conforto desconhecidos na ilha. Implantada na margem da lagoa grande, rodeavam-na “passeios encantadores pelas margens do lago”²²⁵ e pelas matas que se estendiam ao longo das encostas da vasta cratera.

As primeiras espécies cultivadas - além dos milhares de *Pinus maritima* que já então cobriam as encostas - pertenciam principalmente à flora americana, muito bem sucedida no vale²²⁶. Nos fins da década de 50, definia-se uma preferência pelas espécies provenientes das zonas inter-tropicais e contavam-se muitos exemplares da flora australiana: *Banksias*, *Meterosiderus*, melaleucas, *Eucaliptus*, *Proteas*, várias espécies de araucárias e alguns exemplares de *Dammara australis*, um magnífico pinheiro da Austrália. Lugar de destaque ocupavam ainda as coníferas onde, para além das já citadas, se incluíam vários *Cupressus* e os maiores exemplares de *Criptoméria japónica* existentes na ilha.

Foi entre 1853 e 55 que o maior investimento nas plantações e traçados se impôs nos jardins das Sete Cidades. Durante a sua visita à Bélgica, no verão de 1853, António Borges contratou na casa viveirista de Jacob Makoy o jardineiro François Joseph Gabriel, que o acompanhou durante o resto da sua viagem por Paris e Londres e regressou com ele para S.Miguel. Pouco sabemos do percurso deste jardineiro antes e logo depois da sua vinda para a ilha. É certo que trabalhou com António Borges nas Sete Cidades durante algum tempo, mas já não aparece referido quando são iniciadas as obras no jardim da Lombinha. Uma carta de José do Canto para o seu amigo José Jácome, datada de 28 de Outubro de 1857, refere um pagamento feito por este último à mãe do Gabriel²²⁷. A partir dessa data esteve, portanto, ao serviço de José Jácome, como se comprova pelos vários pagamentos feitos por José Jácome até ao ano de 1867²²⁸.

Durante a sua longa viagem pela Europa as plantas constituíram a grande e quase exclusiva ocupação de António Borges. “O dia todo é nos viveiros ou no Jardim das Plantas, e as noites, com pequenas excepções, são empregadas em folhear catálogos, e tomar notas...”, conta José do Canto²²⁹. Quando, a 22 de Março de 1854, regressa a S.Miguel traz consigo uma extraordinária colecção de plantas, das quais cerca de dois terços teriam de ser alojadas na estufa provisória da rua Formosa. As restantes eram essencialmente árvores e arbustos destinados às Sete Cidades.

²²⁵ Edmond Goeze, ob.cit., p.41.

²²⁶ Em 1852 é isto o que nos diz Peter Wallace a respeito dos jardins de António Borges nas Sete Cidades, ob.cit., p.248.

²²⁷ *Cartas Particulares...*, p.69.

²²⁸ A.J.J. “Mappa dos Bens de raiz de José Jácome Correa (1873)”: na relação das despesas com o jardim estão incluídos pagamentos “ao Gabriel”. No mesmo arquivo conservam-se também três cartas do jardineiro para José Jácome, as duas primeiras de 1862 durante uma ausência deste último em Lisboa e a última, de 1882 quando Gabriel já não se encontrava ao serviço de José Jácome, residindo na ilha Terceira.

²²⁹ *Cartas Particulares...*, p.43.

Entre as novas espécies sabemos que trazia dois *Eucaliptus*, plantas raríssimas que não se encontravam à venda no comércio e que só as trocas pouco lícitas com o conservador do jardim da Escola de Medicina tinham permitido conseguir²³⁰. Da Escola de Paris trazia, entre outras, uma palmeira, uma *Clethra quercifolia* e uma *Olea emarginata* da Nova Zelândia; e do Jardim das Plantas, vários *Metrosideros* da Austrália. Ao todo, somavam vinte estufas portáteis e vários “caixões”²³¹. Isto, sem contar com as plantas adquiridas no Ryfkogel, no Cels e no Chantin, em Paris, e no Makoy de Liège, seu principal fornecedor. O estabelecimento de Jacob Makoy é grande, bem provido e “picturescamente situado numa encosta”, elogia José do Canto²³². Nele podiam encontrar-se algumas espécies australianas muito raras nos viveiristas europeus e que os micaelenses apreciavam pela facilidade com que vegetavam no clima da ilha; era o caso das *Banksias* e araucárias. Do Makoy, António Borges trouxera todas as araucárias disponíveis: *Cookii*, *Cunninghamii*, *Bidwillii* e *Gracilis Elegans*. Além destas, encontrava-se ainda uma *Banksia*, *Araleas* americanas, ébanos e alguns arbustos ornamentais da flora subtropical. Outras encomendas e listas de plantas conservadas no arquivo José do Canto, comprovam a preferência por esta casa de horticultura nas aquisições de António Borges, durante os anos de 54 e 55.

O período que se segue é marcado pela maturidade do jardim. Clarifica-se a separação entre as *matas* das encostas, compostas por faias, pinheiros, amieiros, criptomérias, álamos e plátanos, e o *parque*, com as suas largas avenidas envolvidas por uma densa e variada flora de exóticas, onde se encontravam algumas endémicas dos Açores, como acontecia na Seara²³³. Durante as décadas de 70 e 80, o parque é povoado com os arbustos floridos, então muito em moda, de azáleas, camélias e *Rhododendrons*. Em 1886, Frederick Walker nota com admiração o extraordinário vigor com que estas plantas cresciam no parque das Sete Cidades, enquanto Sotto Mayor se refere essencialmente à variedade de *Banksias*, araucárias, criptomérias, azáleas e outros arbustos. Augusto Loureiro, no final do século, aprecia especialmente o arboreto com 150 araucárias, o primeiro e único que conhecia²³⁴. Individualizada do conjunto do parque, existia do outro lado da rua, uma pequena ilhota chamada “o pico furado”, hoje conhecida com a designação de jardim pitoresco. Compreendendo uma área com cerca de 6 alqueires, uma série de grutas artificiais e naturais “furava” o

²³⁰ Idem, carta de 15-2-1854 pp.35-51. Nessa carta José do Canto conta ao amigo alguns mal-entendidos que teve com António Borges a respeito da plantas, em que estes dois eucaliptos foram o motivo principal.

²³¹ Idem, p.44

²³² Idem, p.58. É também através das cartas de José do Canto a José Jácome que conhecemos as aquisições de plantas feitas por António Borges e a sua preferência pelo Makoy, de Liège.

²³³ Augusto Loureiro na Descrição poética das Sete Cidades (1893) refere a existência de altos Cedros do mato e urzes açóricas nas ruas do parque, in *Album Açoriano*, 1903, p.154.

²³⁴ Ibidem.

pequeno pico, pitorescamente envolvido por inhames e nenúfares crescendo nos terrenos semi-alagados à sua volta.²³⁵

Uma das questões fundamentais que se coloca, consiste em saber o que distingue esta obra dos anteriores jardins e matas ajardinadas, e em que medida foi integrada e entendida a paisagem do lugar, na configuração do seu carácter único e específico.

Percebe-se, pelos aspectos funcionais e formais que presidem à sua realização, um conjunto de atribuições que inscrevem a obra na tipologia do **parque**. Como espaço aberto, densamente arborizado e destinado a um recreio alargado, o jardim António Borges nas Sete Cidades é, verdadeiramente, um parque²³⁶. Nessa qualidade, constitui-se como o centro de interesses para os visitantes “que no verão são em grande numero”²³⁷. Os passeios no parque e as “Excursões” na lagoa, feitas nos “bonitos botes que o sr. António Borges” mantém para esse efeito, são as principais “distrações” dos visitantes. Alguns têm mesmo o privilégio de uma visita guiada. No dia 2 de Maio de 1857, três naturalistas que se encontravam na ilha - Drouet, Morelet e Hartung - dirigem-se à caldeira das Sete Cidades, numa espécie de caravana científica, acompanhados e guiados por António Borges, que se mostrava de uma extrema diligência para lhes ser agradável²³⁸. Juntos vagueram pela lagoa num dos botes do mesmo proprietário e percorreram “o parque”. Do relato que nos deixou Edmond Goeze, sabemos que teve o mesmo guia e seguiu os mesmos percursos na sua visita ao vale.

Tanto nos aspectos tipológicos - incluindo-se aqui aspectos formais e funções recreativas -, como na situação topológica, o parque das Sete Cidades beneficia da existência de um lago natural, elemento que poderosamente contribui para a identificação do carácter do sítio. A mesma situação verifica-se nas anteriores matas ajardinadas da lagoa das Furnas, do Congro e da Seara, implantadas de modo a usufruírem das lagoas como de um *fundo* no campo visual. No parque de António Borges, porém, o projecto paisagístico vai mais longe, integrando a peça de água enquanto elemento morfológico do conjunto. Não apenas se estabelecem jogos de sensibilização visual como se procura, num diálogo íntimo de proximidade e contaminação, uma autêntica unidade formal (e funcional). Na análise dos elementos

²³⁵ Essa zona encontra-se hoje muito adultrada em consequência das diversas cheias que ocorreram no local. Cf. Caetano de Andrade Albuquerque, *As Inundações das Sete Cidades...*, 1898. Integrada na Memória apresentada à Junta Geral do Distrito, inclui-se “um mapa das terras alagada e seus proprietários” onde o “jardim pitoresco” está assinalado com uma área de 6 alqueires.

²³⁶ Não é por acaso que Edmond Goeze descreve as “bellas plantações” que “a mão verdadeiramente artística daquele distinto cavalheiro” havia criado, como sendo uma “linda Tapada” - termo que como vimos é a melhor tradução portuguesa para o *parque*. Cf. Edmond Goeze, *ob.cit.*, p.41.

²³⁷ Joaquim Candido Abranches, *Album Michaelense*, 1869, p.60.

²³⁸ “Le 2 mai, nous fîmes route pour la caldeira de Sete-Cidades située à l’extrémité occidentale de l’île, où nous devions être dirigés par M.Borges, riche propriétaire, à qui nous fîmes redevables de bons documents et d’une extrême obligeance à nous être agréable.” Henri Drouet, *Catalogue de la Flore des Îles Açores...*, p.15.

do jardim, devem pois considerar-se, de forma especial, as relações de cumplicidade e de contraste estabelecidas entre eles.

As plantações da mata, os passeios da margem e a superfície espelhada das águas, definem zonas diferenciadas - em função de aspectos como a forma, o ordenamento, o carácter, a luz e a cor - que só funcionam em complementaridade. Nas fragas do interior da caldeira estende-se uma mata densa, sombria e desordenada que contrasta com o arboreto da zona plana, mais cuidado e bem mantido, com melhores arruamentos e maior variedade de espécies cultivadas. Perto da casa, os passeios são largos e compridos, definindo eixos traçados na perpendicular e evitando as curvas pronunciadas e os ss. Admite-se aqui algum formalismo no traçado dos arruamentos e no arranjo dos elementos vegetais, que surpreendem, no entanto, pela variedade das suas formas e cores.

Na zona junto ao lago, o “pico furado” obedece a uma concepção diferente. Ai, se forma uma rede labirintica de passeios desenhados em linhas serpenteiforme que acompanham os acidentes do terreno. Procurando articular-se com uma linguagem simultaneamente orgânica e artificiosa, desenha-se a série de grutas que ao nível do subsolo estabelece novos percursos. A população vegetal desta zona é essencialmente arbustiva e a cor é mais intensa, com as florações de camélias, azáleas e *Rhododendrons* contribuindo para o efeito de concentrada densidade e miniaturização dos elementos que se desprendem do conjunto.

O contraste com a zona do lago é intenso, quer pela forma plana e brilho das águas, quer pela forte intensidade luminosa que se opõe à atmosfera de penumbra e sombra no interior do arvoredado. Nos troços em que as margens se elevam a direito, o arvoredado desce até à água projectando sombras negras na superfície espelhada; noutros ainda, as margens estendem-se suaves até à submersão nas águas paradas da lagoa. Nas duas situações, evidenciam-se diferentes gradações na transição de um espaço fechado, denso e intimista - para o espaço aberto, amplo e luminoso da lagoa. O contraste dos valores lumínicos e a explosão de escala que o céu imenso torna ilimitada, potenciam uma experiência do sublime repetidas vezes evocada.

Longe da exuberância festiva do jardim da Lombinha - objecto de luxo destinado à exibição dos vegetais exóticos -, não se fazem aqui “tantos ensaios de aclimação”, nem se distribuem peças decorativas ou construções vistosas. Tudo parece fundir-se no véu de mistério e encantamento que a visão do vale suscita. Para António Borges, a sublimidade da paisagem das Sete Cidades, que lhe inspirou páginas inflamadas nas cartas - infelizmente desaparecidas - que escreveu a José Bensaúde, serviu de mote à construção do parque, o lugar escolhido para seu idílio.

Por ironia ou com o acerto do destino, essa obra foi praticamente destruída pouco depois da morte de António Borges, deixando hoje pálidos vestígios da sua anterior

riqueza²³⁹. As primeiras cheias por falta de escoamento para as águas pluviais dão-se no ano de 1877; até 1880, o nível da lagoa sobe dois metros, inundando terrenos de cultivo, casas e o jardim; em 87, novas e intensas chuvadas fazem subir mais ainda o nível da lagoa, deixando inutilizados os terrenos em volta e debaixo de água a casa de António Borges e o parque²⁴⁰.

Falando da obra de António Borges, Alfredo Bensaúde observa com melancolia, em 1936:

Quase toda a obra de António Borges se encontra hoje destruída ou fortemente arruinada (...). Nas Sete Cidades, os seus antigos parques e jardins foram invadidos pelas águas, cortadas as matas por ele plantadas, deixando as encostas abruptas à mercê da acção erosiva das chuvas...²⁴¹

O desterro e a solidão voltam ao vale, sem que para as Sete Cidades datasse “uma nova era de prosperidade”, conforme acreditara o autor das *Excursões campestres*, e sem que as “vantagens reais” da sua obra fossem o “estímulo para alheios brios...”²⁴². Vivendo uma espécie de sono hipnótico, o vale das Sete Cidades permanecia isolado e ermo. Nas *Ilhas Desconhecidas*, Raúl Brandão capta ainda o seu espírito:

Na minha frente entreabre-se um abismo que nos atira para fora da vida, para regiões inesperadas de sonho. A convulsão, a brutalidade e o fogo levantaram grandes paredes vulcânicas, dispondo no fundo do caos alguns campinos meigos e dois lagos... (...) Na solidão mágica não se ouve cantar um pássaro, a água não boia, as flores não boiam. Tudo se mostra na amplidão da cratera aberta para o céu e num grande silêncio estarecido.²⁴³

2.2. Os jardins das Furnas

As Furnas são o teatro das mais recentes revoluções, afirmava em 1857 Artur Morelet²⁴⁴; “A Sintra pitoresca de S.Miguel, com menos arte e mais natureza”!²⁴⁵. Mais uma vez torna-se imprescindível avaliar os termos em que esse binómio da *arte* e da *natureza* adquire significado, sobretudo se atendermos às modernas revoluções que se operaram no vale.

Desde o momento em que foi descoberto, o vale das Furnas constitui-se no cenário privilegiado para a suscitação de visões estético-culturais. Ao “paraíso terreal” descrito por Gaspar Frutuoso no século XVI, os frades eremitas opunham o seu “deserto” místico e o século XVIII sobrepunha uma outra visão divergente: aos olhos

²³⁹ Morto em 79, as propriedades passam para as mãos do seu enteado, Caetano de Andrade Albuquerque.

²⁴⁰ cf. Caetano de Andrade Albuquerque, ob.cit., p.7

²⁴¹ Alfredo Bensaúde, ob.cit., p.113.

²⁴² *Revista dos Açores*, 1851, p.83.

²⁴³ Raúl Brandão, *As Ilhas Desconhecidas*, 1926, p.100-2.

²⁴⁴ Artur Morelet, *Iles Açores...*, 1860, p.29.

²⁴⁵ Emídio da Silva depois de tecer elogios ao vale das Furnas compara-a com Sintra dizendo que “se Cintra lhe sobreleva muito em arte, fica-lhe aquém em belezas naturais.”; ob.cit., p.52.

dos viajantes naturalistas, este era o lugar mais pitoresco da ilha, enquanto que para o literalismo classicizante dos autores portugueses, ele era "a Arcádia dos Açores"²⁴⁶. Ao século XIX, no entanto, caberá a exploração mais fecunda da via do pitoresco, concretizado e categorizado em obras de paisagem. A "menor arte" que as Furnas oferecem por comparação a Sintra, adivinha-se na ausência de arquitectura monumental, de igrejas, palácios, solares e quintas. Por outro lado, a sua "mais natureza" encontra-se já filtrada pelo conceito estético do pitoresco, conceito que serviu na transformação paisagista da beleza que o vale oferecia. Trata-se, portanto, de uma paisagem intervencionada, modelada e afeiçoada pelos critérios estéticos e artísticos da sensibilidade romântica oitocentista.

Foi em atenção às possibilidades pitorescas do vale, que Thomas Hickling construiu, ainda em finais de Setecentos, o seu Tanque. Foi por causa desse pitoresco, que alguns altos dignatários da corte se dirigiram ao vale para aí estanciarem na "estação calmosa", e que outros os imitaram, fazendo das Furnas a principal estância de veraneio dos Açores. Nas primeiras décadas do século XIX, já se definira um programa de ócio e lazer para o remançoso descanso dos veraneantes²⁴⁷: De manhã cedo, a ida aos banhos; à tarde, os passeios no Tanque, as excursões à lagoa "(aonde levam lanchas para bordejarem n'aquela tranquilo mar)", às cascata da Biosa e das Camarinhas, ao pico da Vigia, ao pico da Vara ou à Achada das Furnas; à tardinha, os *balhos* populares; e ao serão, o *twist* nas salas do hotel Jerónimo, na casa dos Pachecos de Castro²⁴⁸ ou no "chalet dos Prazeres" do barão das Laranjeiras²⁴⁹.

A "Cintra de S.Miguel" - onde "aos Domingos os empregados públicos e comerciantes vão passar um agradável dia, e estrangeiro algum deixa de visitar..."²⁵⁰ -, não possuía estações arqueológicas, palácios reais, igrejas medievais ou quintas renascentistas. A sensibilidade apaixonada por este vale consome-se exclusivamente na "profusão imensa das variadas paisagens" que o tornam "pitoresco e romântico"²⁵¹.

- No fundo do vale, ao ver a profusão opulenta de vegetação rústica, os montes fluviosos, as longas serras denteadas, apresentando uma paisagem mesclada do ameno e do grandioso: o

²⁴⁶ Cf. Sena Freitas, ob.cit.,p.31.

²⁴⁷ Cf. Sena Freitas, pp.61-63; Joseph e Henry Bullar, p.315; José de Torres, *Viagens no interior da ilha de S.Miguel: Ensaios*, 1849,p.68.

²⁴⁸ Depois do *Yankee Hall* a primeira habitação de veraneio no vale das Furnas deveu-se a Francisco Jerónimo Pacheco de Castro que em 1814 escolheu uma eminência de boas vistas para aí implantar a sua casa. A casa e os terrenos ajardinados em volta são hoje propriedade particular e encontram-se bem conservados.

²⁴⁹ Em 1823 o barão das Laranjeiras constrói uma "casa nobre" no vale das Furnas que ficou conhecida pelo "Chalet dos Prazeres" em virtude da função de convivialidade que preenchia. A atesta-lo existe um curioso documento em forma de "Regulamento" impondo regras e horários para as entradas e saídas de casa, refeições, procedimentos nos jogos de carta e outros. A casa foi acrescentada e alterada ao longo dos anos mas o jardim encontra-se praticamente intacto, com excepção de uma sebe de buxeiros que datavam certamente do início da construção e que uma infeliz medida da junta de Freguesia, determinou arrancar para alargamento da rua, em 1992.

²⁵⁰ Guilherme Read Cabral, ob.cit.,p.149.

²⁵¹ Assim lhe chama Sena Freitas. Cf. ob.cit.,p.3.

viajante sente-se impressionado(...), explicava Gabriel d'Almeida no seu *Dicionário Histórico Geográfico*²⁵².

É desta aliança entre o "assombroso" e o "aprazível", do contraste e variabilidade de "scenas amenas e grandiosas"²⁵³, que nasce o sentimento do pitoresco, aqui sem evocações românticas do passado, sem idealizações arquitectónicas de gosto revivalista e sem a promoção de restauro de monumentos. As operações que tornam o vale das Furnas no teatro das mais recentes revoluções, são a resultante colectiva de um olhar embevecido sobre a sua natureza (pitoresca).

Muito mais do que a Sintra, são aos lagos e montanhas da Suíça que se vão buscar imagens homólogas. "O vale, à primeira vista, parece estranhamente familiar pela sua parecença com muitos dos vales suíços", comentava o professor Wyville Thomson, manifestando uma opinião muito difundida²⁵⁴. Um certo "ar de família" com as paisagens alpestres, a que se alia "a riqueza da flora tropical", servirá de referência e suporte ao novo programa construtivo implementado no vale a partir de meados do século.

"Vive-se num clima de progresso!", afirmava com entusiasmo Thomas Hickling Jr., em 1848, acrescentando com optimismo que "as Furnas fervilham de veraneantes e estão destinadas a serem uma estância importante para estrangeiros"²⁵⁵. E em 1877 Júlio de Castilho confirmava: "em trinta anos operaram-se milagres"²⁵⁶. *Chalets* e *cottages* retirados da arquitectura centro e norte-europeia, pontuam o vale e as margens da lagoa com construções modernas e elegantes (nalguns casos) ou, simplesmente, deixando breves apontamentos na morfologia dos telhados com os beirais salientes e rendilhados de madeira, na inclinação das águas de empenas voltadas para a rua, ou nos alpendres das frontarias; As boas estradas para o vale, a abertura do hotel Jerónimo, a construção do edifício balnear, iniciado em 63, e da Assembleia Recreativa pouco depois, oferecem os equipamentos necessários "aos viajantes nas suas visitas artísticas ou de prazer..."²⁵⁷; Mas acima de tudo, são os jardins que, "pela mão da arte", transformam este lugar no "delicioso vale" que todos procuram, "na estação calmosa".

²⁵² Gabriel d'Almeida, ob.cit,p.120.

²⁵³ Sena Freitas, ob.cit.,p.32.

²⁵⁴ "The valley, at a first glance, looks strangely familiar from its resemblance to many of the valleys in Switzerland", Wyville Thomson, Letters from Challenger, in Good Words, Jun 1874,p.495.

²⁵⁵ Carta de Thomas Hickling Jr., "Insulana", vol LL, nº2 (1995), p.193-194.

²⁵⁶ Júlio de Castilho, *O Arquipélago dos Açores*, 1886, p.23.

²⁵⁷ Gabriel de Almeida, ob.cit.,p.120

2.2.1. O Parque

De todos os jardins das Furnas, nenhum foi tão concorrido e apreciado como o Parque. A ideia de ajardinar o centro do vale para "recreio público", surgiu em 1859, de um grupo de proprietários abastados que formaram uma subscrição destinada à compra dos terrenos em volta da ribeira das Murtas. Por volta de 1861, a "Sociedade", composta por Ernesto do Canto, António Francisco Botelho de Sampaio Arruda, José Jácome Corrêa, José Maria Raposo do Amaral e António Borges da Câmara Medeiros, tinha gasto 5 contos de reis na aquisição de 25 alqueires de terra²⁵⁸ (cerca de 3,5 ha), sobre os quais iria incidir o plano do recinto ajardinado.

Significativamente, recorreu-se para isso a um inglês. George Brown, com uma já longa carreira na ilha, interrompida de visitas à Inglaterra, foi o jardineiro escolhido para traçar um plano que seria "executado para por à disposição do público". Outros jardineiros estrangeiros, talvez mais qualificados do que Brown, tinham estado ou ainda residiam na ilha. Mas Brown, com uma já longa experiência, adquirida principalmente em S. Miguel, onde se estabelecera definitivamente com a sua numerosa família, acabara por prestar apoio a diversos jardins locais tendo-se tornado, segundo o testemunho de Alice Baker, "profundo conhecedor da flora da ilha, ardente amorador da natureza e na posse de todos os seus segredos"²⁵⁹. Orgulhava-se de ter contribuído para o rápido desenvolvimento da jardinagem e da horticultura verificadas na ilha nos últimos 30 anos²⁶⁰, o que o colocava em posição vantajosa para a direcção de outras empreendimentos²⁶¹.

O resultado do seu trabalho nas Murtas foi um plano surpreendente de singeleza e equilíbrio. Sobre um campo alagado onde cresciam inhames e borbulhavam uma infinidade de pequenas caldeiras²⁶², nasceu um parque público com alamedas rectilíneas, um passeio periférico, amplos relvados de vistas desafogadas e um grande lago na zona central, rodeado das habitações destinadas aos proprietários. O parque

²⁵⁸ Cf. Marquez de Jácome Corrêa, *Leituras sobre a História do Vale das Furnas*, p.146.

²⁵⁹ Alice Baker, *Um Verão nos Açores e a Madeira de relance*, "Boletim do Instituto Histórico da ilha Terceira", n.º16 (1958), P.112 (trad. do original por João H. Anglin)

²⁶⁰ "Mr Brown (...) feels very proud of the great chances in the island, with which he has had so much to do during the last twenty to thirty years", afirma Rupert Swindells. Cf.ob.cit.p.89. Wyville Thomson afirma também acerca de Brown: "It seems that he was very much identified with the late rapid progress of gardening and forestry", ob.cit.p.496.

²⁶¹ Entre essas a direcção de um hotel nas margens da lagoa das Furnas, antiga propriedade de Edward Harvey que em 1860 havia sido comprada por Samuel Vines e em 1870 de novo vendida, desta vez a James Hinton, um médico inglês que residiu na ilha durante alguns anos. Em 74, porém, já funcionava como hotel gerido por George Brown, continuando com essa utilização mesmo depois de 1877, ano em que voltou a ser vendida a outro inglês, George Hayes.

²⁶² Sobre este trecho compreendido entre a rua dos Moinhos e o caminho que atravessava as Furnas vindo de Vila Franca, diz-nos o marquês de Jácome que existia "um terreno conhecido pelo valle das Murtas, alagadiço, para o qual se ia por uma canada aberta entre combros altos cobertos por silvas, rosas de toucar e fuchsias singelas; a ribeira espalhava inundando inhamaes e algum chorão isolado e do sollo amarelo lodoso brotava uma infinidade de pequenas nascentes e caldeirinhas."; ob.cit.p.145.

compreendia três entradas: a principal fazia-se pela rua de Santana, desenhada numa linha direita apontada a um pequeno montículo ao fundo; seguia-se, pelo mesmo lado norte, uma outra entrada secundária que ligava com terrenos anexos das casas; finalmente, perto da ribeira e do seu moinho, abria-se pelo lado sul uma via que divergia junto ao lago, dando origem ao passeio pariférico. Quanto ao grande lago de contornos irregulares, ele formava-se com a retenção das águas da ribeira, por meio de um pequeno açude que deixava a água cair em cascata e continuava o seu percurso ao longo do curso da ribeira; ao centro, tornava-se navegável até à zona onde passava uma ponte pênsil; nas margens de suave declive, implantavam-se as cinco habitações simetricamente dispostas de um e outro lado e servidas por um traçado de ruas paralelas e perpendiculares.

Com esta base projectista, as Furnas e S.Miguel ganhavam um parque que não apenas se destinava a uma utência mais alargada, como apresentava características urbanas interessantes, capazes de o colocarem a par de outras realização urbanísticas de nível europeu. O espaço amplo e funcional, com o seu lago navegável, as suas ruas largas, por onde podiam circular carruagens, e as zonas de “respiração” destinadas ao grande público, destituem todas as intenções de carácter privado e intimista da tradição anterior de jardins, em benefício de uma maior abertura do espaço e reciprocidade visual entre exterior e interior - facto demonstrado com a simples abolição dos muros altos. Por outro lado ainda, a forma como foi prevista a implantação das cinco habitações, inseridas com ordem e regularidade no interior do recinto ajardinado, manifestava a intenção de criar um programa urbanístico sem precedentes no espaço ilhéu.

Uma nova forma de planeamento urbano ganhava foros de cidadania por entre os urbanistas europeus, com a ideia de trazer o campo para o coração das cidades, projectando-se autênticos bairros para a burguesia elegante nas periferias dos grandes parques públicos. Foi o que aconteceu à cintura do Hyde Park, do Bois de Boulogne e do Parque Monceau, ou na zona limítrofe do Central Park New York. No gigantesco plano urbanístico de Haussmann para Paris, a criação de parques, passeios públicos e praças entregues à direcção de Alphand, devia obedecer, segundo a vontade expressa do imperador, ao estilo inglês, assim se pretendendo estabelecer um equilíbrio entre o traçado racional e moderno da nova capital e os ambientes campestres, arcádicos ou pitorescos das zonas verdes. Taine, num artigo escrito para o *Daily News*, transcrito n' *O Cultivador*, afirmava que "seguramente Napoleão 3º demoliu e reedificou Paris só porque residiu em Londres."²⁶³ No mesmo artigo exaltava a imagem campestre que os parques ingleses transmitiam à cidade de Londres, adiantando que

²⁶³ Cf. *O Cultivador*, nº7, 15-7-1872, pp.187-9.

a circunferência toda de Hyde Park, resplandece de pequenas casas (cottages) cercadas de verdura e d'arvoredo, em todos os estilos, gothico, grego, bysantino, italiano da idade media, ou da renascença..." (...) as arvores, a relva, as flores, os creados como que em exposição e concurso de prémios.

O Bois de Vincennes, depois de adquirido pelo estado em 1852, transformou-se num parque público, com um lago rodeado por diversos pavilhões, um restaurante e um *chalet* suíço construído em 1859. Este passa a pertencer à administração da cidade de Paris, ao lado do Bois de Boulogne, do parque Monceau e da nova criação de Alphand, o parque Buttes-Chaumont, só terminado em 69.

Certamente que a visão destes exemplos ao acesso do público anónimo, tocou a imaginação dos viajantes micaelenses, que deles se serviram como modelo para a construção das suas casas de campo, no interior de um jardim que seria "executado para por à disposição do público". Mas a sua transposição para um ambiente totalmente campestre e destituído de sinais urbanos, não deixaria de modificar, em alguma medida, o resultado do projecto, sem lhe retirar a novidade em termos culturais.

Tendo sido executado no essencial, o que faltou ao plano estabelecido foi, precisamente, a dimensão "urbanística" que a construção das casas-pavilhões lhe deveria conferir. Das cinco construções projectadas, apenas o *chalet* de Ernesto do Canto foi edificado na margem este do lago, numa das posições indicadas por George Brown. Pouco tempo depois do início das plantações, António Botelho entrega a sua quota na sociedade a Ernesto do Canto; José Maria Raposo do Amaral adquire uma parcela contígua, onde mais tarde edificará uma boa habitação de veraneio; e António Borges compra vários alqueires do outro lado da rua de Santana, em direcção à nascente da ribeira das Murtas. A maior parcela do terreno acaba por pertencer a Ernesto do Canto, que se encarrega de prosseguir com as obras.

Em 63 já se faziam plantações, cabendo uma parte activa a António Borges, a quem a tradição atribui o delineamento da zona superior do jardim e a construção de um pavilhão de madeira, chamado o "açucareiro", num ponto de vista alto. Também José Jácome se envolvia nas plantações, segundo se depreende de uma referência feita por José do Canto, em carta de 1863. A maior responsabilidade pelas plantações, porém, deve ter cabido a George Brown. É difícil saber exactamente o esquema dessas plantações, já que o jardim sofreu modificações ao longo dos anos, com os estragos provocados pelas enxurradas de terra do salto do Fojo e com o repovoamento ou a naturalização de vários arbustos e herbáceas. Algumas gravuras oitocentistas e edições de postais do fim do século, mostram-nos sempre o trecho de jardim junto da casa, vendo-se parte do lago e as margens profusamente arborizadas. Nessa zona, a tendência parece ter sido para densificar o coberto vegetal, produzindo-se massas de vegetação de efeito pitoresco, onde predominam fetos arbóreos, *Cycas*, bambús,

Yucas, hortênsias, papiro e erva dos pampas. A mesma colonização inter-tropical estende-se ao longo da margem do lago e em volta das levadas de água que fazem o abastecimento da casa. Uma zona distinta é a que compreende a alameda do norte, com grandes plátanos e tulipeiros alinhados e os relvados que se estendem ao longo dessa parte estreita e alongada. A restante plantação arbustiva composta, entre outras, por tuias, carvalhos, araucárias, *Juniperus*, *Cupressus* e azinheiras, concentra-se na cintura periférica do jardim, deixando livre o terreno ao centro.

De 1866 é o plano para o *chalet* de Ernesto do Canto assinado pelo arquitecto francês A.Hugé, possivelmente contratado em Paris por intermédio do seu irmão José do Canto²⁶⁴. O risco, que seria cumprido na íntegra, obedece ao modelo do *chalet suisse*, muito difundido então a partir da região centro-europeia. Este tipo arquitectónico, que em França praticamente esgotou os tipos da arquitectura pitoresca e rústica, apresenta na sua formulação final os característicos rendilhados de madeira, e conheceu uma enorme fortuna em todo o ocidente, desde a Rússia à América, da Escandinávia a Portugal. Em S.Miguel, é nas Furnas que aparece com mais insistência, acentuando o ar alpestre que se empresta ao vale. De todos os exemplos, o *chalet* Canto é, sem dúvida, o que exhibe um grau de sofisticação técnica e artística conservando, ainda hoje, não só a sua forma original como todos os materiais de construção e elementos decorativos, incluindo os pavimentos de ladrilho colorido, os vitrais e o mobiliário.

No fim da década de 60 a casa estava concluída e o Parque passa a ser comumente designado por *villa das Murta*. É aqui, diz o autor de *Impressões de uma Viagem...* "o *rendez-vous* geral da boa sociedade das Furnas"²⁶⁵. Nas tardes de verão os veraneantes e todos os visitantes do vale lá se reuniam para passear, jogar, conversar, costurar e andar de barco²⁶⁶. Ano após ano, cumpre-se religiosamente um ritual social que o cenário romântico da natureza torna propício ao afrouxamento das apertadas convenções e formalismos da sociedade isleña e que, por isso mesmo - garante-nos Bulhão Pato -, é especialmente favorável às grandes paixões²⁶⁷. Visão menos apaixonada é revelada por Ernesto do Canto, num álbum de desenhos satíricos feito nas Furnas, no verão de 1868. A par das caricaturas de damas gordas e inactivas, apresenta dois quadros em si mesmos bastante reveladores dos hábitos preguiçosos e de um certo quotidiano enfadonho do verão furnense: um "passeio de naturais" mostra um grupo de pessoas sentadas à sombra de uma árvore, ao lado de um "passeio de estrangeiros" onde pequenas figurinhas aparecem alcandroadas no cimo de uma alta

²⁶⁴ Os planos e alçados desta casa conservam-se no arquivo da família.

²⁶⁵ A.A.C., ob.cit.,p.30.

²⁶⁶ Cf. Emídio da Silva, ob.cit.,p.57

²⁶⁷ Bulhão Pato, *Paizagens*, 1871,p.104

montanha; um outro quadro apresenta a figura do barão da Fonte Bela caminhando de cabeça baixa e perguntando :

-V.Ex^a viu o tambor? [ribeira dos Tambores]

-V.Ex^a quer ir bordejar?

-V.Ex^a gosta das Furnas?

-V.Ex^a já tomou banho? [nas caldeiras]²⁶⁸.

Semanalmente, o jornal a *Persuasão* dava conta dos hábitos quotidianos dos veraneantes na "Crónica Furnense". Uma dessas crónicas relata uma "grande burricada" que no dia 5 de Agosto de 1865 partiu da villa das Murtas. Vale a pena ler essa passagem, que se torna um excelente substituto ao visionamento mental dos festejos e diversões populares decorridos em ambiente colorido, visionamento a que somos obrigados pela ausência de gravuras coevas: "Os cavaleiros trajavam à burlesca, e empenhavam as bandeiras de diversas nações", percorrendo as principais ruas do vale ao som de "charamelas, tambor, foguetes e vivorio", e regressando ao parque às seis horas, encontravam os jardins

ornados de damas e cavalheiros da cidade ali residentes, e d'uma grande parte do povo do valle, formando bonitos grupos. As margens do riacho que serpenteia por meio d'este excelente passeio, achavam-se ornadas por um lado com pavilhões de quasi todas as nações, e com grandes bancadas para espectadores e musica, e pelo outro com diferentes peças de fogo artificial. Ao som da banda marcial subio um balão por nome cometa a uma boa distância, produzindo um bonito efeito. Ao anoitece ardeu o fogo d'artificio que se via na margem do riacho, sendo das peças mais lindas, uma em forma de leque, que se achava colocada no meio da água... e vários barquinhos similhando (sic) vapores em miniatura, movidos pelo fogo d'artificio percorreram em varias direcções produzindo maravilhoso efeito.²⁶⁹

Depois deste relato, não restam quaisquer dúvidas sobre a função do Parque enquanto recinto de diversões públicas. Recuando alguns anos no tempo, deparamo-nos com a descrição que o morgado José Caetano Dias do Canto (pai de Ernesto do Canto) deixou do parque de Vauxhall, onde esteve em 1837. Refere-se a um "um campo de arvoredos e suas ruas", onde há cabanas de madeira "com mesas e bancos para comer", um "coreto que serve da musica", "grutas e varias outras coisas", acrescenta o morgado. Na primavera era costume iluminar-se o parque à noite, preparando-o para música, dança e fogos de artificio; no dia 16 de Maio chegou mesmo a assistir à subida de um balão, acontecimento que levou a Vauxhall "grande concurso de gente".

Este parque situava-se perto do palácio de Lambeth, em Londres, e vinha da tradição dos *pleasure gardens* que, como vimos, percorreram a Europa desde o século

²⁶⁸ Desenhos publ. por Maria Teresa Tomé, *Ernesto do Canto: os Açores na problemática da cultura do século XIX*, 1989.

²⁶⁹ *A Persuasão*, n.º288, 5-8-1865

XVIII, tendo-se tornado, na primeira metade do século XIX, um dos preferidos da população londrina. Não deixa assim de ser curioso notar o paralelismo encontrado nos ambientes e nas actividades que o Parque procura recriar, revestindo-se de uma cenografia própria.

A concepção do jardim como um lugar cuidadosamente preparado para o recreio é, na verdade, anterior. Nos ambientes cortesãos da Europa barroca, o jardim tende a assumir-se como palco de uma dramatização levada a cabo por personagens-actores que jogam o seu papel num cenário recheado de uma multiplicidade de artificios bizarros. Mas se nestes, a função de sonho e de ilusão projectada no espaço do jardim era destinada a um público restrito, reproduzindo imagens idílicas ajustadas a esse universo social, no século XIX o parque público adquire novos significados e cola-se a um cenário adequado a uma outra, nova, dramatização. O jardim “democratiza-se” para servir um público burguês à procura de imagens campestres para os seus divertimentos urbanos.

Nessa medida, o Parque - e os *pleasure gardens* públicos que estão na sua origem - é um grato e ameno idílio vagamente campestre e pitoresco, inserido num teatro geográfico que as citações culturais ora aproximam da portuguesa Sintra, ora dos vales suíços, ora da longínqua Arcádia. Tanto mais poderosa é essa imagem, quanto o Parque não está isolado na paisagem, articulando-se com um conjunto de outros parques e pequenos jardins que convertem o vale das Furnas num extenso espaço verde.

Pelo lado noroeste, continuando ao longo do curso da ribeira das Murtas, estende-se o “Piquinho” de António Borges. Iniciado por volta do ano de 1866, a propriedade inclui um pequeno lago artificial em cujas margens se abrem as características “grutas à António Borges”, guarnecidas interiormente com avencas e fetos; para o lago correm fontes em cascata e à volta distribui-se uma vegetação exótica e exuberante, junto com alguns assentos dispostos nos “recessos mais pitorescos”. Subindo por um “passeio” arborizado a encosta do monte, disfruta-se uma boa vista sobre o vale e os jardins que cobrem o fundo da cratera. Um outro “Pico” semelhante a este, encosta pelo lado oeste, estendendo-se desde a entrada do vale (junto ao caminho de Vila Franca do Campo) até a um plano elevado, de onde se alcança um bom ponto de vista. É o “Pico” de Francisco Machado Faria e Maia, traçado e plantado na década de 60, e igualmente muito apreciado pelos visitantes como um dos atractivos do lugar.

Dando a volta pelo sul do Parque, estende-se na sua continuidade o jardim Fonte Bela e o Tanque. O primeiro foi iniciado por Gil Gago da Câmara nos fins da década de 30 ou nos começos de 40 e transformado, mais tarde, sob a orientação directa ou indirecta do inglês Milton, num parque delineado segundo os princípios paisagísticos do Tanque. Este, como veremos a seguir, após ter sido adquirido pelo visconde da

Praia, sofreu profundas alterações, a mais importante das quais decorreu ao longo das décadas de 70 a 90 e foi responsável pela sua actual monumentalidade.

Se prosseguirmos pela periferia do Parque em direcção a oriente, encontram-se alguns outros pequenos jardins, a ele contíguos: a antiga casa dos Pacheco de Castro colocada no cimo de uma elevação em frente à Assembleia; o novo *chalet* de José Maria Alvares Cabral rodeado de um jardim que, incrustado no espaço do Parque, se separa deste apenas por um murete baixo; e a pequena quinta do morgado do Pico da Pedra, ao longo da canada que conduz à subida das “pedras do galego”, onde também foi (re)construída uma casa com os traços da arquitectura centro-europeia.

O Parque é assim o núcleo do vale das Furnas, o centro de reunião da “boa sociedade das Furnas”. Com o seu modesto e equilibrado traçado, estabelece uma ponte entre a solução mais “selvagem” e pitoresca do “Piquinho” de António Borges e o plano mais sofisticado do Tanque e do seu jardim anexo, o jardim Fonte Bela.

2.2.2. O Tanque

Nos começos de 1830 a antiga propriedade do americano Hickling - a primeira casa de campo construída no vale ainda em finais de Setecentos - acusava já alguns sinais de decadência²⁷⁰. As dificuldades de comunicações com a cidade e os crescentes problemas financeiros do vice-cônsul americano, haviam deixado a propriedade cair num certo abandono, acabando por ser adquirida pelo visconde da Praia, em 1848. Tem início uma nova fase na história do Tanque.

Duarte Borges da Câmara Medeiros (1799-1872), um dos poderosos homens do primeiro liberalismo, a quem o marquês de Sá da Bandeira atribuía, já em 1829, um rendimento de 70.000 cruzados anuais, tinha o hábito, segundo a mesma fonte, de demolir as casas antigas para construir novas²⁷¹. Neste caso justificava-se plenamente a substituição do abarracado *Yankee Hall* por uma outra construção mais elegante e de melhores cómodos, que ficaria conhecida pela *Casa do Parque*. A nova edificação de um único piso e rasgadas janelas para o exterior, comandava um magnífico panorama sobre o jardim, onde o visconde também aplicaria os recursos da sua abonada bolsa e demonstraria o gosto que ele e a mulher manifestavam pela arte da jardinagem.

As obras da casa decorriam no ano de 1852 e ainda não estavam concluídas em 54. Pela mesma altura, o visconde adquiria outros pedaços de terreno para a ampliação da zona ajardinada. O tanque foi consideravelmente ampliado e à sua volta plantaram-se diversas espécies das prestigiadas auracárias²⁷², surgindo novos bosques de denso

²⁷⁰ Boid em 1832 fala já do ar de abandono que o Tanque apresentava. Cf. ob.cit., p.144.

²⁷¹ Sá da Bandeira, *Diário...*, ob.cit., p.86.

²⁷² Em duas cartas de José do Canto, a primeira de 13-10-1853 e a segunda de 15-02-1854, são referidas as Araucárias do visconde nas Furnas, em especial a *Cuninghamii sinensis* que vegetava muito bem. Cf. *Cartas Particulares...*, p.25 e 41.

arvoredo exótico, festivos *parterres* de flores e diversas taças de água. É esta a descrição que os testemunhos da época fazem do novo jardim, atribuindo-lhe um esplendor nunca dantes atingido.²⁷³

Na verdade, pouco conhecemos sobre os limites exactos, autorias e características desta intervenção. Sabemos que o visconde adquiriu novas parcelas que anexou ao jardim, mas os registos existentes estão em nome do filho, o segundo visconde e primeiro marquês da Praia, também ele responsável por várias compras de terreno nas Furnas. Do plano traçado, os visitantes rendem homenagem ao gosto do visconde e da viscondessa, que pessoalmente se empenhavam no engrandecimento do jardim²⁷⁴. É muito provável, no entanto, que aí tenha colaborado William Webster, o jardineiro inglês que nessa altura se encontrava contratado ao serviço do visconde da Praia, segundo informa Wallace, para a construção de um jardim na cidade, que em 52 ainda se encontrava em fase de concretização²⁷⁵. Dois anos depois, o mesmo Webster aparece a baptizar um filho na igreja protestante de St. George, perdendo-se-lhe a partir daí o rasto²⁷⁶.

Após a morte de Duarte Borges, em 1872, coube ao filho, António Borges Medeiros Dias da Câmara e Sousa(1829-1913)²⁷⁷, continuar a obra do jardim. A nova campanha de obras prolonga-se desde os anos 70 até ao final do século, acabando por apagar os vestígios das campanhas anteriores e impondo-lhe os traços fundamentais do carácter que hoje apresenta.

A propriedade cresce até aos 85 alqueires e o jardim desenvolve-se num plano elaborado de canais e serpentinas de água que terminam em grutas, "três grandes tanques todos com uma ilha no meio", um templete neopaladiano e um obelisco em calcário e mármore, em memória dos primeiros viscondes. Nos locais de maior interesse são distribuídas peças decorativas, como as crateras em mármore para flores, colunas, varandins e bancos em ferro nos "sítios de estar". A nova periferia é assinalada com um murete baixo encimado por pilares de alvenaria, terminando num majestoso portão em ferro forjado e pilares esculpidos em calcário. E a partir do largo marquês da Praia, é traçada uma alameda pela qual se chega até ao núcleo central do

²⁷³ Cf. Ida Pfeiffer, *A Lady's second journey round the world*, 1855. vol.II, p.417.

²⁷⁴ Ibidem; Frederick Walker, ob.cit., p. 243.

²⁷⁵ Cf. Peter Wallace, ob.cit.p. 248.

²⁷⁶ A consulta dos arquivos e dicionários biográficos relativos a jardineiros ingleses coloca-nos duas hipóteses possíveis para a sua identificação: o primeiro William Webster que encontramos viveu entre c.1817 e 1911, foi para os E.U. em 33 e por lá traçou alguns parques de nomeada; do segundo W. Webster apenas se sabe que participou numa campanha de recolha de plantas no Atlântico sul entre os anos de 1828-30 tendo deixado dessa viagem uma narrativa (publicada em 1834) e tendo-se fixado nos E.U.

²⁷⁷ António Borges de Medeiros Dias da Câmara e Sousa nasce em Ponta Delgada, primeiro filho do morgado Duarte Borges. Cursa filosofia na Universidade de Coimbra e casa em 59 com Maria José Coutinho Albergaria Freire, passando então a residir em Lisboa no palácio do Rato, propriedade da mulher. Com 43 anos é herdeiro da fortuna paterna a que se juntam as extensas propriedades urbanas e rústicas da casa Monforte e uma recheada carteira de títulos. Recebe o título de visconde em 30-9-75 e o de marquês em 6-2-90. Pertenceu ao partido Regenerador e foi aliado político de Hintze Ribeiro.

tanque com a travessia de uma elegante ponte de pedra. Aí também se fazem melhoramentos e a *Casa do Parque* é reedificada, acrescentando-se-lhe um segundo piso e uma varanda corrida na frontaria²⁷⁸.

Neste novo arranjo trabalhou um outro jardineiro inglês, de nome Milton, cuja presença no Tanque é atestada desde os finais dos anos 70, mas sobre o qual nada sabemos²⁷⁹. Testemunhos orais referem também a presença de um engenheiro hidráulico francês, chamado pelo marquês da Praia para realizar as canalizações e as complicadas obras dos canais e tanques que transformariam por completo a face visível do jardim. De facto, os recursos hídricos excepcionais das Furnas, profusamente regadas com diversas ribeiras e nascentes, convidavam à utilização decorativa da água, um recurso que sendo longamente testado na história dos jardins, ainda não tinha recebido grande favor por parte dos encomendadores locais.

A presença da água, nas suas formas e usos diversos, na parte baixa do jardim, com o arranjo cuidado dos passeios e a existência de elementos decorativos e relvados de suave ondulação, contrasta fortemente com o bosque de alto e denso arvoredado que ocupa toda a parte alta do jardim. Na verdade, esta solução projectista nasceu da situação natural de um terreno com fortes desníveis. Atrás da casa, que se instalava no cimo de um morro, ficava uma grotta relativamente profunda com um barranco do lado oposto. Ao longo de uma comprida extensão, esse desnível persistia, dividindo o terreno numa parte alta e noutra mais baixa. Tirando partido dessa situação, o “engenheiro” do jardim criou um longo canal, ou *serpentina*, que nascendo de um *grotto* rústico situado atrás da casa, iria percorrer a parte baixa do jardim até desaparecer num outro *grotto*, formado por duas largas câmaras abobadadas e terminando num terraço superior. A serpentina tomava formas irregulares, espalhando-se nos sítios planos próximos da casa e estreitando-se, em seguida, até mais de meio do jardim. Em volta, de um e outro lado, corriam dois passeios que seguiam paralelos até ao segundo *grotto*, divergindo aí, um em direcção à zona alta, o outro continuando pela parte baixa.

Ao longo dessa faixa - na parte mais baixa delimitada pelo curso da ribeira amarela - encontram-se hoje outros dois tanques e uma pequena taça de água com repucho. O primeiro, de dimensão média, data de uma época mais recente, edificado durante as obras de restauro dirigidas pelo jardineiro escocês John McEnroy, após a compra da propriedade pela Sociedade Terra Nostra, em 1936²⁸⁰. O segundo, aparecido na

²⁷⁸ Cf. Frederick Wlaker, ob.cit., p.242.

²⁷⁹ Cf. Rupert Swindells, p. 94; Marquês de Jácome Corrêa, ob.cit., p.147.

²⁸⁰ Após a compra, efectuada em 1936 ao 3º marquês da Praia e Monforte, o Tanque foi alvo de uma ampla acção de restauro dirigida por Vasco Bensaúde e levada a cabo por John McEnroy que trabalhou com um exército de jardineiros na limpeza dos tanques e das ruas e no repovoamento das espécies vegetais. Durante essas obras o Tanque foi de novo aumentado, atingindo então os actuais 12,5 ha que o compõem. Junto à entrada foi construído o hotel Terra Nostra da autoria de Manuel António de Vasconcelos em bom estilo modernista e que a actual direcção em má hora decidiu “reformular”, demolindo o existente.

campanha de obras do marquês da Praia, assume a forma de uma estrela com uma ilhota numa das pontas, hoje plantada com flores de cores garridas. Também o tanque foi alterado no âmbito destas obras, passando a ser alimentado pelas águas amarelas da ribeira férrea, desaparecendo assim como *fishpond*.

O tanque e a serpentina constituem, sem dúvida, os elementos mais personificadores do jardim, estruturando percursos e criando pontos de focalização para a composição de *vistas*. Uma belíssima fotografia tirada provavelmente na década de 1880, mostra-nos com impressionante clareza o recorte sinuoso das margens, com a ilha central e os passeios ondulantes, enquanto a margem do fundo, ainda por tratar, se encontra densamente coberta por um arvoredor bravio que desce até à água. Numa outra fotografia postal um pouco mais tardia, o trecho escolhido foi o termo do canal, vendo-se ao fundo a dupla abertura do *grotto* parcialmente escondido²⁸¹.

Para além da água, os arruamentos também estruturam percursos e pontos de vista. Apesar da sua aparência algo complexa, a estrutura dos percursos no jardim do Tanque não deixa de apresentar uma forte unidade e coerência. Iniciando-se o percurso pelo largo marquês da Praia, estende-se uma alameda que conduz ao núcleo do tanque. A partir daí surge um primeiro (grande) anel que circunscreve o jardim num caminho circular periférico; um outro anel bordeja o tanque e outro ainda circunda a *Casa do Parque*, no topo do pequeno morro. Descendo-se pela escadaria de 50 degraus, fica-se junto da serpentina onde uma pequena vereda acompanha o curso do canal pelos dois lados; sensivelmente a meio desse percurso, pela vertente sul, há uma divergência que dá origem às duas principais alamedas do bosque: a “avenida da Memória” e a “avenida das *Ginkgo biloba*”. A primeira é a mais antiga e conduz a um largo circular, onde se ergue um obelisco em mármore à memória dos viscondes da Praia; a segunda alameda é a maior, com cerca de 300m de comprimento, e só foi completada durante a campanha de obras de McEnroy dirigida por Vasco Bensaúde. Por entre o denso bosque, uma complexa rede de veredas e caminhos conduz a sítios de estar, onde uma árvore de maior efeito - geralmente uma araucária - e assentos de madeira assinalam pontos de vista.

Na rede de percursos, os circuitos “civilizados” da zona social em volta do tanque e ao longo da ribeira amarela distinguem-se dos passeios “selvagens” que circulam por entre o bosque denso e cerrado. Essa distinção é também visível ao nível da composição do coberto vegetal, muito mais voltada para a criação de cenários do que para a consideração do valor horticola das espécies vegetais nele incluídas. Este é o primeiro traço para a caracterização do elemento vegetal no jardim do Tanque. Se o compararmos com outros jardins seus contemporâneos, a dimensão horticola e a forte

²⁸¹ Fotos pertencentes ao arquivo fotográfico do Centro de Estudos Etnológicos da Universidade dos Açores.

inistência no coleccionismo dos vegetais, desaparece sob a importância estética que a vegetação assume enquanto valor de conjunto.

No interior do bosque predominam as árvores de grande porte, atingindo uma altura média de 22m, o que forma um toldo muito alto e cerrado, responsável pela acentuada verticalidade na relação de grandezas²⁸². Predominam aqui os carvalhos (*Quercus robur* e *Q. palustris*), os álamos negros e brancos (*Populus nigra* e *P. alba*), criptomérias japónicas, acácias (*Acacia melanoxylon*), incensos (*Pittosporum undulatum*), *Meterosideros*, *Eucaliptus*, *Taxodium distinchum*, entre algumas outras; o subosque é caracterizado pela presença de camélias que, deixadas crescer livremente, atingem a dimensão de pequenas árvores, além de *Agapanthus*, rebentos de palmeiras naturalizadas, fetos herbáceos e outras misturas semelhantes. Individualizam-se nos sítos de estar a presença de araucárias ou *Liliodendron tulipifera*, e bordejando algumas veredas, arbustos de chá, buxo ou, novamente, camélias. Numa zona da mata, próxima do ângulo sudoeste, subsistem alguns quartéis de antigos pomares, num dos quais está plantado o recente jardim endémico com espécies representativas da flora local.

Distinta também é a plantação das duas avenidas. A “avenida da Memória”, na linha de uma moda muito difundida durante os anos de 1860-70, está plantada com palmeiras de uma espécie australiana, a *Archontophoenix cunninghamiana*, a espaços regulares, terminando num amplo terreiro circular, enquadrado por oito palmeiras das Canárias (*Phoenix canariensis*)²⁸³. A “avenida das *Ginkgo*” é totalmente percorrida por essa espécie natural das florestas da China e, actualmente, encontra-se também plantada com camélias e azéleas brancas destinadas a fornecer um complemento de cor ao conjunto²⁸⁴.

Noutras zonas nobres, a vegetação assume importância relevante. Assim, a alameda da entrada é acompanhada por palmeiras, azéleas e *Rhododendros*, plantações que datam já deste século²⁸⁵; em volta do tanque, como já fizemos referência, pontuam as araucárias e na pequena ilha do centro do tanque, agora convertida num canteiro de flores, já existiram altas palmeira e mais recentemente, um chorão. Atrás da casa, na vertente que deita para a serpentina, crescem enormes tulipeiros e quatro novas *Tilia americana*; os barrancos que ladeiam a serpentina cobrem-se de musgos e fetos arbóreos, em especial de *Calthea* e *Dicksonia* da Austrália e Nova Zelândia; nas

²⁸² Cf. *Guia do Jardim*, 1994, p.18.

²⁸³ A moda das alamedas de Palmeiras manifesta-se em Portugal durante os anos 60 e tem na ilha vários exemplos. Entre outros podem citar-se as alamedas do jardim António Borges, da quinta do morgado Laureano e a do jardim Jácome Corrêa. Sobre este assunto ver ponto 2.3., *infra*.

²⁸⁴ O repovoamento do coberto vegetal tem sido levado a efeito no âmbito dos trabalhos de restauro iniciados em 1990 pela equipa de David Sayers e Richard Green, durante os quais já se fizeram tratamentos fitosanitários a grande parte da população arbórea do Tanque e foram plantadas cerca de 3000 novas espécies.

²⁸⁵ Uma fotografia postal do início do século mostra-nos esta alameda da entrada desprovida destes arbustos floridas e de Palmeiras pelo que devemos atribuir a sua introdução à acção de Mc Enroy.

margens habitam várias árvores com predominância das coníferas (*Criptoméia japonica*, sobretudo).

Finalmente, o passeio periférico do lado norte, estende-se por uma zona plana enquadrada pelas encostas cobertas de hortênsias e ladeado por tulipeiros, carvalhos, nogueiras do Japão, *Eucaliptus*, sequóias e outras espécies arbóreas, além de alguns arbustos.

Determinados esquemas de plantação praticados no Tanque integram-se nos temas comuns da horticultura oitocentista. A densidade do coberto vegetal, onde predominam as árvores de grande porte, o pouco uso da cor com a reduzida presença de flores, ou a insistência na flora tropical com o gosto pelas palmeiras - em especial pelas alamedas de palmeiras alinhadas -, junto com o gosto pela utilização de fetos arbóreos, são alguns dos traços comuns aos jardins da ilha. Ao contrário dos restantes, porém, o Tanque não é um espaço para o cultivo de plantas raras, para o coleccionismo ou para a aclimação de espécies exóticas, aspecto que conferiu aos jardins e parques da Regeneração um sentido tão insistentemente hortícola e que, como vimos, levou-os a integrarem-se nos movimentos do *gardenesque* e da flora pitoresca.

Diferentemente do que acontece com a vegetação, o programa decorativo do jardim encontra-se entre os mais ambiciosos. Um conjunto de peças arquitectónicas e decorativas, dispõem-se em posições cuidadosamente pensadas para a composição de “quadros”, evidenciando a intenção estética de criar um jardim-cenário claramente colonizado pelas referências da pintura.

Dominando o trecho central do jardim encontra-se a *Casa do Parque*, com a sua forma alongada desenvolvida a partir de um polígono central, cuja tipologia, proporções e elementos decorativos a aproximam da “arquitectura da laranja”²⁸⁶. A rigorosa simetria do plano e dos alçados faz desta peça um pavilhão de jardim, submetido aos planos e perspectivas tomados a partir dos vários pontos que ele oferece. O mesmo sucede com o templete neopaladiano, conhecido pelo “açucareiro”, construído em 1886 numa eminência perto do recinto do *croquet*. Trata-se de uma construção de planta octogonal, com oito colunas simples assentes sobre um murete sustentando uma cúpula gomada. A partir deste ponto obtém-se uma perspectiva aérea sobre o plano inferior do jardim e os planos longínquos das montanhas em redor, o que lhe confere a função de *mirante*.

Não longe desse local, no largo das Palmeiras, ergue-se o obelisco em memória dos viscondes da Praia, dominando o enfiamento traçado pela “avenida da Memória”. É uma peça em mármore, com a pirâmide assente sobre uma base poligonal, onde estão quatro leões alados segurando uma cartela com os brasões da família. Está

²⁸⁶ Sobre a arquitectura da laranja ver Cap. II, p. 111.

datada de 1896 e deve-se a uma oficina desconhecida, cuja encomenda foi seguramente feita no exterior.

Outras peças decorativas, todas em mármore ou calcário, provavelmente saídas da mesma oficina, estão dispersas pela zona baixa do Tanque, em apontamentos classicizantes de bacias de água, varandins e colunas sustentando vasos ou crateras.

Finalmente, as grutas completam o programa iconográfico do Tanque, assumindo os valores clássicos e renascentistas dos *rustico grottoes* na evocação dos primitivos ninfeos. Apesar da frequência com que se armavam grutas e castacas em *rockwork* nos jardins da ilha - em especial depois das famosas “grutas à António Borges”-, essas realizações desenvolveram-se segundo uma tipologia algo diferente daquela que é veiculada no jardim do Tanque. De facto, a fabricação de realismos geológicos ou de fantasias lúdicas não marca a construção das grutas no Tanque. Antes a criação de um lugar natural e eremítico destinado à contemplação simples, solitária e romântica, tal como se haviam constituído os seus protótipos - as grutas dos jardins paisagistas de Setecentos.

As grutas, o uso das peças de água em formas irregulares e naturais - com destaque para a *serpentina* -, a integração de determinadas *follies* clássicas, a composição de “quadros”, ou ainda, e principalmente, a concepção anti-formalista baseada na composição de espaços abertos impondo uma escala sucessivamente ampliada a partir da habitação, afastam o Tanque das correntes da jardinagem do período vitoriano e aproximam-no de um classicismo paisagista surgido como perfeitamente anacrónico, nos anos de 1870 e 80²⁸⁷.

Provavelmente, a procura do clássico paisagismo inglês que dava aos visitantes ingleses a sensação de estarem aqui *quite at home*...²⁸⁸, corresponde a um acto consciente e voluntário do marquês da Praia. O Tanque, construído pelo americano Hickling havia um século, era o único investido do peso histórico e da tradição necessária para poder reclamar os dotes do paisagismo inglês²⁸⁹. Repondo-o na sua situação original, posto que imaginária, o marquês realizava um acto celebrativo, ao mesmo tempo que conferia prestígio e dignidade à sua obra.

O aspecto mais saliente da tradição deste jardim tinha sido, lembramos, o de se constituir como espaço destinado ao recreio alargado dos visitantes e dos habitantes do vale. Numa carta em que Thomas Hickling Jr. explica as condições que levaram a família a desfazer-se do Tanque, ressalva o seguinte: o “visconde da Praia (...) tem a

²⁸⁷ De facto nada de semelhante se passava com os jardins europeus construídos nesse período. Só mais tarde, por volta dos anos 90, começam a surgir em Inglaterra as primeiras tentativas para recuperar o estilo georgiano do século XVIII; mas essas experiências só adquirem rigor arqueológico nos inícios do presente século.

²⁸⁸ Cf. Rupert Swindells, *ob.cit.*, p.95.

²⁸⁹ Esta condição colocava-o em posição semelhante a Monserrate. A escala grandiosa, a solenidade dos traçados e a importância das vistas, são outros aspectos que os aproximam, muito embora Monserrate se revista de uma carga histórica e arquitectónica que está ausente do Tanque.

intenção de o conservar e melhorar, mantendo-o acessível ao público.”(sublinhado nosso)²⁹⁰. Promessa que seria cumprida. Aos domingos e dias feriados a população das Furnas continuava a juntar-se em volta do tanque para cantar, bailar, bordejar...Nesses dias a banda filarmónica vestida de uniforme vermelho e branco, tocava a partir da ilha²⁹¹. Em recepções e ocasiões especiais o Tanque iluminava-se, a música tocava, o tanque cobria-se com um estrado que servia de pista de dança e o fogo de artifício subia no ar...²⁹²

Mas a função de servir de *promenade publique* ficava claramente delimitada a essa área, prolongada pelo passeio periférico ao longo da ribeira amarela. Em meados do século o Parque, construído como vimos “para por à disposição do público”, preenchia a função que até aí tinha sido ocupada pelo Tanque. Quando o marquês da Praia intervém no jardim, a sua intenção distancia-se da criação de uma *promenade publique* e procura muito mais a composição de um cenário romântico que servisse de *promenade solitaire*.

O primeiro sinal dessa consciência romântica chega-nos através de um romance. Em 1867, Agostinho Machado de Faria e Maia publicava no “Panorama” o seu *Beatriz*, cuja acção, transposta para o tempo do americano Hickling, decorria da sugestão “romanesca” despoletada pelo cenário do Tanque:

-Entramos no pitoresco jardim. Não se ouvia, então, ali, senão o murmurar das águas que caem no tanque e das que serpenteiam através dos campos matizados do vale. Seguimos ao longo do tanque pela parte norte, onde fica a escadaria pela qual se sobe para a casa do nobre visconde. Poucos instantes depois engolfamo-nos no bosque do parque. As folhas das árvores em que os raios de sol se refletiam com magníficos efeitos, assombravam aquele sítio e tornavam-no propício à melancolia e aos devaneios poéticos e romanescos²⁹³

Alguns anos mais tarde, esta *rêverie* melancólica e romanesca seria acentuada com a visão dos *rustico grottoes* habitados pelas ninfas, com a da “Memória” na forma exótica de um obelisco egípcio ou com a visão do templete clássico saído de um cena pastoral. Os extensos bosques, a serpentina e as grutas, serviam então de “quadros” turisticamente fixados em fotografias-postal, publicitando o *charme* romântico do Tanque.

²⁹⁰ Carta de Thomas Hickling Jr., “Insulana”, vol LI, nº2 (1995),p.193.

²⁹¹ Cf. Rupert Swindells, ob.cit.,p.92.

²⁹² Uma dessas ocasiões foi a faustosíssima recepção preparada para o rei D.Carlos em 1901. Durante as cerimónias um almirante inglês que integrava a comitiva comentava que se tratava do encontro entre dois monarcas.

²⁹³ Agostinho Machado de Faria e Maia, *Beatriz*, p.6.

2.2.3. A mata da lagoa das Furnas

Desde que as Furnas se haviam transformado em estação balnear e estância de veraneio, a lagoa tinha passado a ser muito frequentada pelos visitantes que a procuravam, primeiro pelo “divertimento da pescaria” e depois, organizando “excursões” e passeios nos botes e escaleres de recreio mantidos no local. Apesar disso, só o inglês Harvey se aventurara a construir uma casa nas margens da lagoa, rodeando-a de uma extensa mata ajardinada²⁹⁴. Antes dele, só no início do século XVI alguém habitara essas terras, contando-nos Gaspar Frutuoso que um certo Diogo Preto teria vivido e morrido na sua *fazenda* da Lagoa das Furnas.

O núcleo inicial da mata ajardinada que José do Canto viria a converter numa extensíssima propriedade com 600 ha ocupava, precisamente, as terras da antiga fazenda de Diogo Preto, situadas nas zonas planas perto da lagoa e chã da lagoa Seca, e estendendo-se pelas encostas das montanhas em volta. Em toda essa área, fizeram-se intensas plantações e traçaram-se caminhos que conduziam a vários pontos de interesse, terminando a parte visitável no cimo do Pico da Vigia, de onde se obtinha uma belíssima vista sobre todo o vale. Esses caminhos, conhecidos dos guias locais, passaram então a integrar os circuitos turísticos dos visitantes do vale, que não deixavam de incluir nos seus roteiros a mata de José do Canto²⁹⁵.

Outras experiências com matas ajardinadas já tinham sido implementadas na ilha. Para não ir muito longe, a “mata do inglês” estendia-se, desde 1838, ao longo das encostas da margem oposta a esta. O próprio José do Canto já tinha feito prolongadas experiências e extensas plantações na lagoa do Congro. Nenhuma, porém, atingira a dimensão, a riqueza e a variedade da mata da Lagoa das Furnas.

Em 1863 ele escrevia a José Jácome a respeito desta sua propriedade, dizendo-lhe que “a parte que orla a Lagoa (...) é pitoresca, e se poderia melhorar muito”, faltando somente um “verniz naquele mato bravio”. Até aqui, acrescentava, o que se fizera ressentia-se da falta de plano. Era preciso que lhe dedicasse maior atenção e se resolvesse a gastar “uns 4 ou 5 contos de reis”²⁹⁶.

Muito já havia sido feito. Pelo conjunto de documentação que reunimos, ficamos a conhecer os primeiros impulsos e as principais plantações feitas na lagoa das Furnas. Entre 1852 e 1863, José do Canto adquire grande parte da propriedade, resultado de compras, aforamentos e permutas a “umas 100 e tantas pessoas”, de entre as quais se destacavam os bens vinculares de António José Raposo do Amaral e

²⁹⁴ Trata-se da “Gitaná”, depois conhecida por “Grená”.

²⁹⁵ Em 1877 Rupert Swindells conta como os guias os levaram através das magníficas plantações de José do Canto, desde o cimo da montanha até à borda da lagoa. Cf. ob.cit., pp. 86-87; Emídio da Silva diz também: “O passeio no lago deve ter como remate a visita das matas e da capella do sr. José do Canto...”, ob.cit., p.60

²⁹⁶ *Cartas Particulares...*, p.112.

Gonçalo Ataíde²⁹⁷. Quase por brincadeira, recorda, foi começando “a espalhar por ali alguma planta, quase sem esperança de vigarem.”²⁹⁸. Após essa primeira fase experimental, um novo incremento foi dado às plantações quando, em 1857, Henry Femull entra ao serviço de José do Canto como *head gardener*²⁹⁹. Foi-nos possível acompanhar a progressão dos trabalhos nas Furnas nos três anos que se seguiram, a partir dos detalhados relatórios que o novo jardineiro envia a José do Canto, nessa época residente em Paris³⁰⁰.

As primeiras zonas a receberem tratamento foram as margens da lagoa (com excepção das roças do “Canário” e “da Josefa de Jesus”, onde as plantações foram excepcionalmente difíceis), o Pomar, a “Cova da Burra”, o “Forno de Cal”, a “Lomba da Tesoura” e o “Pico do Fojo”. Para alguns destes locais sabemos exactamente a composição das plantações: nas margens da lagoa distribuíam-se pinheiros, araucárias e várias outras espécies de coníferas e alguns *Rhododendrons*; na Cova da Burra, H.Femull delineou cinco *clumps*, um dos quais com diversos *Quercus*, outro de “coníferas *miscelaneous*”, outro de *Pinus*, um outro de freixos...; no Forno de Cal existia um *clump* com ulmeiros e *Betula alba*; no Pico do Fojo predominavam os *Eucaliptus*, melaleucas, larícios e algumas coníferas, enquanto que na Lomba da Tesoura existia uma mata de pinheiros variados (*insignis*, *sylvestris*, mexicano e *strobilus*). Em quase todos os locais Femull aconselhava que se plantassem algumas “boas espécies e o restante com sp. comuns para serem cortadas quando for altura”³⁰¹.

As últimas plantações fizeram-se no “Torninho d’água”, no “Vale dos Vinháticos”, na “Grotta de Diogo Preto”, no “Salto do Fojo”, “Salto do Rosal” e “Pico da Vigia”. Em todos estes locais encontramos indicações de variadas e intensivas plantações aonde, por vezes, se liga uma nota como: “esta parte da montanha levará cerca de 10 ou 20 mil plantas”, ou “quanto aos grotilhões ao pé da Grotta de Diogo Preto, necessitará de mais 8 a 10 mil plantas”³⁰². Para este local propõe carvalhos, freixos, álamos, vidoeiros, amieiros, acer e faias. Nos outros, para além das já citadas, encontramos nogueiras, castanheiros, *Taxodium distichum*, *Wellingtonias*, *Magnolia grandiflora*, *Criptomeria japonica*, juníperos, *Podocarpus*, casuarinas, etc.

Até ao verão de 1860 - altura em que H.Femull deixa definitivamente a ilha - plantaram-se centenas de milhares de árvores, havendo que repôr com muita

²⁹⁷ Ibidem. Sobre a composição dos bens vinculares nessa área da lagoa das Furnas ver Marquez Jácome Corrêa, “A propriedade Canto da Lagoa”, in *Leituras...*, pp.204-212, passim.

²⁹⁸ *Cartas Particulares...*, p.112.

²⁹⁹ Henry Femull que não sabemos onde trabalhava antes da sua vinda para os Açores, esteve três anos ao serviço de José do Canto, desde 1857 a 1860. Foi ele o principal responsável pelas plantações na mata da lagoa das Furnas, embora supervisionasse também o jardim de Santana, a mata da Lagoa do Congro e a quinta da Grimaneza.

³⁰⁰ Cf. A.J.C. (núcleo particular), “cartas de Henry Femull para José do Canto”, Ponta Delgada, de 27-9-1857 a 30-6-1860.

³⁰¹ Idem, “carta de 30-6-1860.

³⁰² Idem, carta de 26-9-1859.

frequência, de um ano para o outro, extensas porções de plantio quando o mau tempo ou a acção dos roedores os destruíam. Nas suas habituais visitas às Furnas, Femull deixava indicações precisas “ao Mariano” sobre os terrenos a arrotear, traçava os caminhos e veredas, delineava os *clumps* a serem plantados e destinava as plantas escolhidas para cada uma das zonas demarcadas. As remessas de plantio e sementes que encomendava a José do Canto eram enraizadas nos viveiros de Santana e quando se encontram em boas condições, transportadas para as Furnas.

Motivado pelo esforço extraordinário que representaram os primeiros anos de plantações nas Furnas e retomando o seu desejo inicial de ali “fazer uma choupana em que pudesse estar mais ao pé da lagoa...”³⁰³, José do Canto altera os seus planos para essa propriedade. O seu sonho cresce e em vez da *choupana* resolve encomendar o projecto para a construção de uma “mansão” e dois pavilhões nas margens. Os terrenos, em parte já plantados, são submetidos a um projecto paisagista, entregue a um dos maiores especialistas dos parques de Paris. Para completar o ambicioso plano encomenda outro projecto, desta vez para a construção de uma capela neogótica que seria erguida “entre as galas da Natureza!”³⁰⁴, destinada a servir-lhe de última morada.

Em que medida, todos esses projectos reconstituíram a mata da lagoa das Furnas? É o que veremos seguidamente.

O primeiro passo foi dado com o objectivo de construir a “mansão”, que desejava convenientemente implantada e com uma boa zona ajardinada em volta. A encomenda do risco foi feita, em 1864, ao inglês Mathew Digby Wyatt (1820-77), um prestigiado arquitecto da escola de Belas Artes de Cambridge³⁰⁵. Os desenhos traçados por Wyatt mostram-nos uma construção de grandes dimensões e volumetria compacta, formando um plano irregular que se organiza em torno de quatro torres octogonais. A altimetria diferenciada - dominada pela torre da fachada terminando num *belvedere* -, a articulação das formas poligonais, as amplas fenestrações, varandas, escadarias e colunas, relevam-nos uma obra presa de um italianismo classicizante e expressa numa linguagem bastante erudita.

Mas esse primeiro esboço não agrada a José do Canto, que encomenda novos desenhos de conjunto e de pormenor. No seu arquivo conservam-se vários *sketches* de plantas, cortes e alçados, enviados até 69, altura em que ainda confia ao arquitecto o esboço para um *kiosque* terminando numa cobertura cónica, “as one often sees in

³⁰³ *Cartas Particulares...*, p.112

³⁰⁴ Bento Carqueja comenta este projecto romântico de José do Canto nos seguintes termos: “...Dir-se-hia que o distincto michaelense procurou as galas da Natureza, multiplicadas pelos reflexos daquelle espelho immenso, para cingir de uma corôa immarcessivel de verdura e flores os restos da sua saudosa companheira.”. Ob.cit., p.14.

³⁰⁵ Para a biografia de Mathew Digby Wyatt ver: Nicolau Pevsner, *Mathew Dgby Wyatt: The First Cambridge Slade Professor of Fine Arts*, 1950; *The Building News*, 2 (8-5-1877), pp.169-170; *Journal da R.I.B.A.* (1877-78), pp.7-8.

France”³⁰⁶. Finalmente, acabaria por desistir do projecto, não tendo chegado a lançar uma única pedra para a sua construção, facto surpreendente e desconcertante se atendermos a que os desenhos estavam completos. Esta obra figura aliás na lista dos trabalhos atribuídos a Wyatt por Nicolau Pevsner, que a supõe construída—Deparamo-nos aqui com a mesma situação que sucedera em relação à casa de Santana. Depois de algumas versões, o projecto é abandonado. Não há melhor explicação para esse facto do que admitir que José do Canto viu nas propostas dos arquitectos ingleses alguma desconformidade em relação às tradições e à cultura arquitectónica local. A formação de Wyatt não deixa de apontar nesse sentido.

Digby Wyatt deixou uma vasta obra escrita e construída, marcada por um acentuado ecletismo e definida no âmbito de uma corrente tradicionalista e historicista a que estava ligado o último surto do revivalismo neogótico. A essa componente acrescenta todo um conjunto de contributos ecléticos e referências eruditas, com especial menção para o orientalismo hispânico. Em 1868 efectua uma longa viagem à Espanha, donde resulta o aprofundamento do estudo da arquitectura nacional espanhola e a partir daí, o desenvolvimento de um trabalho de pesquisa arqueológica e de sistematização teórica e um gosto pela citação literária que lhe garantiram lugar de destaque no ensino universitário da altura

O gosto sóbrio de José do Canto e a consciência dos ambientes criados nas paisagens locais, onde as Furnas eram vistas com um *quite Suisse character*...³⁰⁷, orientariam o proprietário da mata da Lagoa no sentido de um modelo de habitação mais modesto, bucólico e rústico. A escolha recairia nas obras dos arquitectos franceses mais versados nos modelos do *chalet suisse*. Tinha sido essa a solução que acabara por adoptar em Santana (Brice: 1864) e, mais uma vez, foi essa a solução para as Furnas. Em 1867, entrega ao arquitecto paisagista Georges Aumont a incumbência de traçar um *chalet* do tipo franco-suíço e vários pequenos pavilhões de jardim, onde se incluíam, um embarcadouro, uma *Frutierre* e um pequeno pavilhão oriental destinado a ponto de vista - desenhos que levaria à exposição universal de Paris, nesse mesmo ano realizada.

Apenas o *chalet* foi edificado nas margens da lagoa, onde existe hoje junto a um outro *cottage* de perfil totalmente diverso, que apesar de sabermos construído por José do Canto, não podemos precisar quando nem a quem se deve essa obra. O *chalet* de Aumont revela-se, no equilíbrio dos volumes e da escala, uma obra correcta mas tradicional, sem os assomos fantasistas da mansão riscada por Wyatt. O seu aspecto

³⁰⁶ Em Agosto desse ano José do Canto ainda recebe novos *sketches* do arquitecto com alterações ao plano original da “mansão”, pelos quais entrega a Wyatt 80.00 libras e o esboço do novo *kiosque*. Cf. A.J.C., “carta de M.Digby Wyatt para José do Canto”, Londres, 6-8-1869.

³⁰⁷ Lady Brassey, ob.cit.,p.480.

vagamente suíço e pitoresco, porém, acertava-se muito melhor com a leitura da paisagem do lugar facto que, pensamos, foi determinante na escolha deste projecto.

Para completar as peças de arquitectura há que referir as obras da capela neogótica. Os primeiros planos datam de 1864 e vêm assinados por A.Breton e A.Bonnett, dois arquitectos da Câmara de Paris³⁰⁸. Provavelmente indicados por conselho de Alphand - com quem Eugénio Pacheco afirmava que José do Canto tinha conhecimento pessoal³⁰⁹ -, a escolha dos dois arquitectos orientou-se para um gótico recuado, cujo protótipo é por alguns identificado com a igreja de Santa Maria das Vitórias de Angers, uma pequena catedral do século XIII³¹⁰. O que é certo é que todos os elementos do plano, elementos da construção e aspectos decorativos, apontam no sentido de um proto-gótico anterior à centúria de Duzentos. Temos, neste caso, uma catedral em miniatura - mais uma peça de escultura do que uma obra arquitectónica - com uma torre na fachada erguida sobre um pequeno nartex, terminada em agulha. A planta de uma só nave, dois tramos no corpo da igreja separados por grossos contrafortes de degraus e três capelas absidiais na cabeceira, definem uma estrutura bastante compacta que se aproxima, pelas proporções da cabeceira, do modelo das plantas centradas. O perfil dos arcos de volta inteira, as arcarias cegas na torre, as decorações em banda com meias esferas, tudo aponta para um gótico pouco maduro na sua definição formal e plástica, aplicando um figurino que nos parece inédito na arquitectura neo-gótica portuguesa.

As obras tiveram início por volta de 1877³¹¹. O marquês de Jácome afirma, nas suas *Leituras sobre o vale das Furnas*, que o mestre de obras foi um tal António Redemoinho de Vila Franca e os operários eram todos das Furnas. Conta também como uma tarde Francisco Afonso de Chaves foi encontrar José do Canto em frente a uma pilha de pequenos cubos de madeira, tentando explicar ao mestre Redemoinho como se faria o fecho da abóboda, sem receio de que caísse³¹². Os trabalhos prolongaram-se durante vários anos e só a 8 de Setembro de 1885 a ermida seria sagrada pelo bispo dos Açores. Em 84, José do Canto ainda se ocupava das peças de ourivesaria, encomendadas em Lisboa a António José do Couto Ferreira, do mobiliário

³⁰⁸ Frederick Walker refere-se a A.Berton (sic), "the well-known architect of Paris", ob.cit., p.211 e Augusto Köpke de Barbosa Ayalla fala deste arquitecto como sendo da Câmara Municipal de Paris, cf. *A Ermida de José do Canto no vale da Lagoa das Furnas*, "Revista dos Açores", Dez de 1928, pp.8-9.

³⁰⁹ Eugénio Pacheco, "Para a biografia de José do Canto", *O Preto no Branco*, nº135, 28-7-1898. Também Emídio da Silva se refere a esse conhecimento, cf., ob.cit., p.61. De resto os arquitectos da mata das Furnas pertencem à equipa de Alphand.

³¹⁰ Cf. Augusto Köpke de Barbosa Ayalla, ob.cit., p.8. Para além das afinidades formais, o arquitecto é o autor do desenho do mobiliário litúrgico, cuja execução seria encomendada a artífices da cidade de Angers.

³¹¹ Quando visita a propriedade em 1877, Rupert Swindells assiste à construção da capela, ob.cit., p.87.

³¹² Marquez de Jácome Corrêa, ob.cit., p.211.

e dos vitrais que chegavam nesse ano, vindos de Angers e acompanhados pelo operário francês que os saberia colocar³¹³.

A capela de Nossa Senhora das Vitórias erguida nas margens da lagoa das Furnas para receber os túmulos do casal Canto, tem o interesse suplementar de ser o primeiro exemplo em Portugal de um revivalismo neogótico aplicado à arquitectura funerária³¹⁴. A sua feição, mais escultórica do que arquitectónica, aponta também para o carácter emblemático desta obra gerada por um imaginário romântico, conhecido o emprego do neogótico na arte funerária, ao longo das décadas seguintes.

Todas as peças de arquitectura que acabámos de ver - quer as construídas quer as apenas projectadas -, aparecem assinaladas no plano geral da propriedade riscado em 1867 por Georges Aumont. Trata-se do acrescento e complemento de um outro plano, desenhado anos antes (1861) por Barillet-Deschamps para a zona da mansão.

Barillet Deschamps(1824-75) era, nessa época, uma figura bem conhecida do meio paisagista parisiense, trabalhando sob a direcção de Alphand no plano geral de urbanização de Haussmann, como principal responsável pelas plantações dos parques e jardins de Paris³¹⁵. Nessa qualidade foi co-autor dos Bois de Boulogne e Bois de Vincennes, dos parques Monceau e Buttes Chaumont e dos jardins do Champs-Élysées. A sua acção como paisagista foi extremamente importante, tendo criado um tipo de traçado e um esquema de plantação bem definidos, caracterizado pelos passeios de curvas largas formando pequenos vales no fundo das encostas arborizadas, onde cresciam grupos de árvores e arbustos ornamentais em associações de “canteiros pitorescos”. Este sistema, muito colado ao paisagismo “técnico” de Alphand, foi sistematicamente utilizado em pequenos e grandes jardins, não só em França mas noutros países, onde ficou conhecido como a versão francesa dos parques à inglesa.

O desenho que traçou para José do Canto, determina como ponto central da composição o terreiro destinado à implantação da casa, a partir do qual se abrem eixos de visão representados por linhas radiantes em todas as direcções. As amplas curvas dos passeios e os *clumps* de arvoredo completam o quadro. O desenho de 67 retoma o traçado desse núcleo inicial e alarga-o a toda a propriedade - que já então ocupava centenas de hectares, estendendo-se desde as margens da lagoa, subindo as encostas e indo até à costa da Ribeira Quente. O plano da mata segue exactamente a mesma

³¹³ O mobiliário litúrgico foi executado pela firma “Moissoner & André. Sculpteurs Entrep.” com sede em Angers, cf. A.J.C (núcleo particular) correspondência trocada com José do Canto entre Jun. de 1881 e Maio de 1886. Os vitrais saíram da oficina de “Méguen, Clamens e Bordereau - Vitraux Artistiques” também com sede em Angers, cf. mesmo arquivo, correspondência datada de Out. de 1882 a Maio de 1884. Finalmente as peças de ourivesaria, foram executadas em Lisboa por António José do Couto Ferreira, cf. mesmo arquivo, carta de 3-3-1885.

³¹⁴ Cf. Paulo Pereira, *O Revivalismo: A Arquitectura do Desejo*, in *História da Arte Portuguesa*, vol III, 1995, p.362.

³¹⁵ Para dados biográficos sobre Barillet-Deschamps ver: *The Oxford Companion to Gardens...*, ob.cit.,p.38; Brent Elliot, ob.cit., “The rise of foliage”pp.152-154; Pelelope Hobhouse, ob.cit., “Les Feuillages Subtropicaux: Le Parc Monceau et Battersea Park”, pp.252-253.

concepção no traçado e nos processos técnicos de representação que o usado por Barillet-Deschamps, pelo que não parecem restar dúvidas de que Georges Aumont tenha pertencido à equipa de trabalho liderada por Deschamps.

No risco de Aumont vêm-se as marcações das arquitecturas e as extensas plantações. De um e outro lado da estrada de Vila Franca do Campo, os terrenos estão ocupados com arvoredos, representado por manchas de verde escuro, enquanto as zonas baixas junto às margens da lagoa, na chã da lagoa Seca e ao longo do curso da ribeira do Rosal, são representadas a verde claro, pontuadas pelas manchas que assinalam a presença de árvores e arbustos isolados ou enquadrados em pequenos *clumps*. O traçado das ruas com as suas características curvas, deixa ver a formação de “bolsas” nos interstícios e pequenos largos nos seus pontos de cruzamento, que são simultaneamente pontos de vista e locais de estar, aonde se colocam uma ou outra construção.

Vimos já o que aconteceu com as arquitecturas; resta-nos avaliar o comportamento do terreno ajardinado relativamente ao novo plano a que foi submetido. A julgar pela pequena parcela que hoje subsiste da antiga mata de José do Canto - onde se inclui as bordas da lagoa junto à ribeira e as encostas da montanha até ao Salto do Rosal - o traçado foi respeitado. Reconhecemos na planta actual da propriedade as linhas do projecto francês. Para além disso, a prática das plantações continuou a obedecer ao princípio enunciado por Henry Femull: compôr o terreno com *clumps* de árvores de características semelhantes, espalhando algumas boas espécies por entre as árvores de corte de forma a potenciar o efeito produzido.

É extraordinária a riqueza vegetal e “os ensaios de aclimação” aqui produzidos, afirmava Edmond Goeze, em 1866. Foram necessários dois dias para percorrer os principais pontos da propriedade, acrescentava...³¹⁶ Mais tarde, Rupert Swindells falava das luxuriantes plantações com árvores provenientes de diversos países, entre elas os *Eucalyptus* da Nova Holanda (sobretudo *Eucalyptus robustus*), araucárias da ilha de Norfolk, diversas variedades de plátanos, carvalhos e faias. Num vale abrigado, um *spot* com esplêndidas bananas chinesas estendiam as suas largas folhas lustrosas e, na base dessa plantação, cresciam pequenos morangos silvestres alpestres³¹⁷. Os largos e cuidados passeios junto à borda da lagoa bordavam-se de camélias, *Rhododendrons* e acácias, testemunham ainda os visitantes³¹⁸.

A propriedade era de facto imensa e reunia muitos motivos de interesse. Mas os mais referidos são algumas “curiosidades”, como a “mofeta” - uma zona sulfurosa “semelhante às mofetas da Suíça”, onde nada crescia e os animais pereciam; a “Gruta da Cagarra” - um abismo estreito que provocava um eco profundo; e o mais apreciado

³¹⁶ Edmond Goeze, ob.cit., p.41 e p.33.

³¹⁷ Rupert Swindells, ob.cit., p.87.

³¹⁸ Cf. Bento Carqueja, ob.cit., p.14.

de todos, o *Vale dos Fetos*³¹⁹. A tradição das *Feteiras* ou *vales dos fetos* tinha sido inaugurada, como vimos, por António Borges no jardim da Lombinha. O clima húmido e temperado da ilha favorecera muito esta moda, também conhecida no continente português. Em 1892, Joaquim Casimiro Barbosa ensinava no seu *Manual do Jardineiro Amador* como fazer uma feteira. Explicava então que devia procurar-se um vale abrigado e de encostas inclinadas, “isto é um rochedo artificial, em sítio abrigado, na orla de um bosque ou num vale arborizado onde estas graciosas plantas possam ser cultivadas colectivamente”³²⁰. O *vale dos fetos* da lagoa das Furnas difere destes exemplos, só no sentido em que não está associado a um *rock garden*. Aqui, o vale profundo (ou grotta) é cortado por pequenos atalhados metidos nas encostas e toda a superfície está coberta com fetos herbáceos e arbóreos, palmeiras e musáceas. “Ao fundo - diz-nos Bento Carqueja - um massiço de altos e esguios bambús convida ao descanso o visitante do *valle dos fetos*...”³²¹.

A mata de José do Canto representa a assunção de valores distintos dos que tinham servido as experiências anteriores. A conjugação da “utilidade” e do “recreio” procurada nas primeiras matas ajardinadas, reveste-se aqui de um sentido mais radical na transformação da paisagem. Não encontramos melhor tradução para este projecto do que a ideia atribuída por Ferdinand Fouquet a José do Canto, segundo a qual a ilha devia ser convertida num *vasto jardim para a aclimação botânica*³²². De entre os objectos naturais as árvores ocupavam um lugar especial nas afeições de José do Canto; olhava-as com a sensibilidade do artista e o conhecimento do botânico. Como um reformador radical, quis transformar esses objectos, naturais e exóticos - que durante séculos haviam sido alvo de pilhagem e de posse - num bem comum. A extensão da paisagem natural afectada por estas plantações e a riqueza botânica da propriedade, convertia o esplendor do arboreto privado e da sua colecção hortícola, numa obra de interesse público - um contributo “patriótico” prestado à paisagem da sua ilha.

Entre esta obra e o parque das Sete Cidades há uma ideia comum: a transformação da paisagem num jardim global. De certa forma ela expressa a resposta de José do Canto a António Borges. Mas se o projecto das Sete Cidades visava sobretudo, potenciar e recriar efeitos paisagísticos que aproximavam a paisagem daquele lugar da ideia do sublime, a mata das Furnas respondia ao desejo de transformar a natureza *por dentro*, descobrindo-lhe as capacidades, os mistérios e os

³¹⁹ Cf. entre outros Frederick Walker, ob.cit., pp.211-212.

³²⁰ Joaquim Casimiro Barbosa, *O Jardim: Manual do Jardineiro Amador*, 1892, p.590.

³²¹ Bento Carqueja, ob.cit., p.15. O vale do fetos referido pelos visitantes do século passado, desapareceu; o que hoje existe na parte da propriedade que foi mantida em mata, é uma reprodução muito inspirada no primitivo modelo.

³²² Ferdinand Fouquet afirma o seguinte: “Frappé des heureuses conditions climaterique des Açores, M. José do Canto avait commencé son oeuvre avec l’idée de faire de San-Miguel un vaste jardin d’acclimation botanique. Son project, mis en pratique par lui et ses émules, est déjà devenu une magnifique réalité.” Ob.cit., p.11.

encantos escondidos. Ao *programa de embelezamento* de António Borges, José do Canto contrapõe com a procura de *revelação da natureza*, uma forma de reencontro com a natureza mãe e geradora... Projecto romântico, sem dúvida, que ele perseguiu e o animou durante toda a vida. Melhor do que nós, ele o explica:

(...) De que maravilhas não é susceptível esta boa terrinha e excepcional clima se todos procurassem levantar uma pontinha do véu que as esconde! (...)Mas a verdade é que quanto mais caminhamos na vida, mais largos nos parecem os horizontes da natureza, e nos assalta uma certa pena de que a existência não fosse mais longa para levarmos a cabo tudo quanto uma experiência bem fundada nos anima a emprender.³²³

³²³ *Cartas Particulares...*,p.196.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A importância de certa forma súbita que o tema da natureza adquire na cultura insular, só pode explicar-se mediante factores geográficos e históricos muito precisos. Parece ter sido determinante a abertura ao exterior, quer pela acção da administração pombalina, quer pela multiplicação dos contactos com agentes comerciais de outras áreas geográficas, e pela presença de naturalistas europeus que integraram S.Miguel num roteiro de pesquisas geológicas e botânicas das mais diversas regiões do globo. A ausência de tradições culturais fortes, quer na construção de jardins, quer nas artes afins da pintura e da poesia e, por outro lado, a presença incontornável de uma natureza selvagem e inculta, reforçaram a sua posição particularmente receptiva a uma “cultura da natureza” trazida do exterior, concretizada em determinados modelos de paisagem.

Uma das problemáticas que produz eco imediato na ilha - longe das polemizações estéticas que ora opunham ora aproximavam a arte da natureza - prende-se com os vínculos que uniram a natureza à ciência, numa espécie de ordem ética do progresso. Nos finais do século XVIII, transformar a paisagem a partir da utilidade dos seus recursos naturais, impunha-se como uma necessidade de avanço civilizacional e como resposta à longa tradição do “finalismo utilitário” de raiz cristã. Mas era, também, um processo consciente, de poder e de saber, através do qual se expressavam os valores de uma comunidade política e social. As modernas florestações e as diversas experiências com plantas utilitárias dão-nos um extraordinário testemunho dos resultados obtidos com a aplicação de um inquérito científico à natureza. Mais ainda, é no jardim botânico que melhor se institui a *mise en scène* da natureza-laboratório, destinada a ser objecto de estudo e do prazer da vista.

Ao longo do século XIX, o binómio natureza-ciência guiará a construção dos jardins de “estudo e de prazer”, que apesar de não estarem organizados segundo os rigorosos princípios do jardim botânico correspondem, pelo menos, ao projecto “científico” da *estação de aclimação*. Misturando as vantagens da ciência com o sentimento romântico de amor pela terra e de busca incontida do *paraíso perdido*, os homens do liberalismo - herdeiros directos da aposta iluminista no progresso agrícola - associaram a essa ideia de “progresso” imagens telúricas de uma “ilha afortunada” cuja função mítica seria propiciada pela benignidade do clima e fertilidade do solo.

Por outro lado, os modos de habitar tinham obedecido a uma espécie de *lógica do fechamento* pela qual os limites e barreiras do espaço humanizado - definidos ou não

por elementos morfológicos (muros, sebes, linhas de água, costa marítima) - determinaram fortes oposições entre exterior/interior e natural/construído. Quer se fale das arquitecturas ou dos jardins, esta concepção antropológica do espaço resultou na construção de estruturas fechadas, fragmentadas em pequenos núcleos, morfológica e funcionalmente distintos. Os jardins eram “salas de verdura” conformadas aos mesmos princípios de regularidade geométrica que se impunham às habitações, articulados com estas segundo os mesmos esquemas de acumulação orgânica.

Nos finais de Setecentos registam-se já algumas alterações significativas nas construções solarengas, pela forma como determinam a abertura à fruição da natureza enquanto cenário. A procura de eixos visuais e cenográficos destinados a ampliar o campo de visão e a estabelecer formas de comunicabilidade com o exterior, é visível tanto no solar dos Faria e Maia - com a presença de um balcão encostado a um dos muros do pátio voltado sobre a quadra do jardim - como, mais ainda, no solar das Necessidades - onde a criação de um amplo balcão aberto para o terraço do jardim, a partir do qual se domina a paisagem envolvente, atesta evidentes intenções cenográficas. Nenhum destes exemplos, porém, pode equiparar-se aos poderosos efeitos de inserção na paisagem e criação de cenografias majestosas revelados por alguns projectos barrocos que estruturam grandes alamedas e escadórios apontados ao plano das arquitecturas.

Experiência diferente e radicalmente inovadora na sua singeleza, surge com a construção do *Yankee Hall* de Thomas Hickling, no vale das Furnas. Pela primeira vez na história da arquitectura açoriana (e provavelmente nacional), o traçado simétrico dos alçados e do plano, com escadarias de acesso em ambas as fachadas, determina a abertura franca e livre ao espaço ajardinado, daí resultando a inversão absoluta de valores, a submissão da arquitectura à natureza. A casa afirma-se como pavilhão de jardim destinado a ser admirado através da paisagem, marco visual na composição de um quadro pictural e que é, por isso, necessariamente pitoresco¹.

Sem o mesmo entendimento do elemento visual na composição do espaço-paisagem, a cultura artística e científica vigente em Portugal desde finais de Setecentos, fazia do apelo insistente na visualidade, uma forma de acentuar os traços de domínio e de exercício do poder sobre a natureza. Essa função não deixou de atravessar o Atlântico, estando presente nas torres-mirantes das casas e dos conventos urbanos e acentuando-se, porventura mais intensamente, nos mirantes das quintas de laranja. Tipologicamente, a estrutura das quintas nos começos de Oitocentos, não se afasta das concepções tradicionais do espaço fechado e compartimentado, embora

¹ O apelo visual da casa do americano nas Furnas apresenta-se como um dado imediato na apreciação do cenário natural. Os irmãos Bullars registam-no do seguinte modo: “Uma casa saliente, de branco e vermelho vivo, atrai e ofusca a vista”(ob.cit.,p.299); mas são também os esteriótipos picturais que fizeram colocar o “Tanque sob um dossel de arvoredos”(ibidem), num jogo entendido das imagens pitorescas que foram impostas ao vale.

recebendo do princípio de ordenamento racional, a composição unitária que lhe é dada pela malha ortogonal dos muros e arruamentos, conferindo a uma tão vasta porção do território um apertado xadrez geográfico. Não obstante, o domínio visual que se obtém, quer do exterior, quer internamente, é canalizado para um único ponto - o *mirante* - a partir do qual se contemplam planos estáticos da paisagem próxima, distante e longínqua - invariavelmente perdidos na linha do horizonte marítimo.

Para abolir as concepções tradicionais do espaço e da visão, foi preciso chegar-se à segunda metade do século XIX. Só então os jardins adoptaram uma tipologia mais aberta e livre da norma rígida, recriando no interior do recinto ajardinado um *microcosmos da natureza* destinado à distribuição e contemplação das plantas. Paralelamente, as concepções paisagísticas ultrapassam os limites estreitos dos muros dos jardins para irem ocupar estradas, parques e matas. A nova experiência do espaço - contando com sistemas de representação fixados pelo exercício da visão e reunidos nas categorias do pitoresco e do sublime -, acabou por impôr, como vimos, prescrições compositivas e morfológicas tendencialmente contínuas, abertas e globalizantes.

Outras questões são colocadas relativamente à iconografia. Num quadro em que os jardins realçam, por contraste com a pobreza da flora local, a exuberância dos vegetais exóticos, a presença pródiga e generosa dos solos, constitui sem dúvida a principal força e o valor imediato da arte paisagista desenvolvida na ilha. Não admira assim, que para estes jardins de “mais natureza e menos arte”, estivessem ausentes os grandes programas iconográficos.

Nas arquitecturas, a regularização da planta e a definição da fachada mais nobre voltada para o jardim - como acontece no solar das Necessidades e ainda se mantém na quinta do Botelho -, vai dar lugar à simetria dos alçados, numa interessante prova de aceitação do espaço ajardinado, perfeitamente ilustrada na quinta do morgado Laureano ou na quinta de André Alvares Cabral, nas Capelas. A persistência dos valores da arquitectura chã, sóbria e despojada de decorativismo, conjuga-se com um vago sabor classicizante cuja simplicidade faria Prescott compará-la aos “celeiros americanos”².

Operando por simbiose, os ecos de um programa romântico e revivalista manifestam-se nas associações de neogóticos e exotismos orientalizantes, aplicados - tardiamente embora, se considerarmos a origem setecentesca destas fontes iconográficas - nas quintas de regalo da primeira burguesia liberal. *Mirantes* transformados em fantasias medievalizantes sem estrito apoio arqueológico, ou *pagodes chineses* no centro de pequenos lagos, são introduzidos no recinto das quintas, mas sempre resguardando as arquitecturas de residência da contaminação desses exotismos. Progressivamente subalternizada em relação ao plano do jardim, a

² *Quatro cartas do Historiador William H. Prescott. Insulana. Vol VII (1951), p.233.*

casa passará a afirmá-lo como objectivo programático convertendo-se em *pavilhão*, geralmente de sabor rústico, sob a forma de *chalet* suíço ou de *cottage* anglo-flamengo.

Contrariando a importância funcional e simbólica que as peças de água assumem no jardim português, esse elemento é relativamente pobre e escasso nos jardins micaelenses, mobilizando fracos recursos decorativos nas estruturas que lhe servem de suporte. Tradicionalmente votada a uma singela função decorativa, a pequena bacia de água que se coloca no centro do recinto ajardinado não é acompanhada por peças escultóricas, muros de recorte ondulado, alegretes ou bancos de azulejo. A construção do “tanque” no jardim do Hickling nas Furnas, inaugura uma outra tipologia de valor recreativo que se caracteriza pela dimensão dilatada e formato irregular onde, por vezes, se incluem ilhotas, ligadas ou não por pontes à margem e destinada à navegação e pesca de recreio³. Como principal ponto focal na cenografia do jardim, o tanque também pode assumir formas mais naturalizadas, associando-se à construção de grutas e terraços sobreelevados - como acontece nas Furnas com a serpentina do Tanque e no lago do Piquinho, ou no *vale dos fetos* do jardim da Lombinha -, ou em espaços abertos e planos, como no Parque das Furnas e no jardim do visconde de Porto Formoso, em Ponta Delgada. As fontes isoladas ocorrem raramente, mas outras vezes surgem integradas em cascatas talhadas na pedra de lava vermelha, em mimetismos rústicos de composições naturais que se integram nos vãos de escada e muros de suporte, ou aproveitam desníveis do terreno para compôr fundos cenográficos de maior efeito, de que é exemplo a cascata da quinta Álvares Cabral, nas Capelas.

Ao invés do que acontece com a água, a vegetação é grande protagonista destes jardins, traduzida no gosto das exóticas que desde o último terço do século XVIII se manifesta com a procura de plantas úteis, em especial, das espécies silvícolas da América do Norte, das fruteiras do Brasil e de algumas plantas industriais. Nos começos de Oitocentos instala-se a paixão por certos vegetais de valor ornamental, sobressaindo de entre todas a camélia, seguida da nespereira, da bananeira e da palmeira. Entre as espécies de excepção coloca-se, evidentemente, a laranjeira - recuperada como símbolo de um mito antigo que será associado ao imaginário da ilha. Mais tarde, as *Hidrangeas hortensis* e as azálias, trazidas na corrente das milhares de exóticas que vêm povoar a ilha, convertem-se numa espécie de *ex libris* turístico das paisagens açorianas.

Raramente submetidas ao tratamento formal da topiária, os arranjos pressupõem esquemas de plantação diferentes - em função do tipo de cenários pretendidos -, mas raramente organizam grandes conjuntos geométricos ou arquitecturais. Nos jardins

³ Filiados nesta tipologia, cujo protótipo é o tanque do Hickling, encontram-se os tanques da quinta do morgado Laureano e do Botelho, bem como o lago do jardim Jácome Correia e do jardim dos Prestes (desaparecido).

horticolas da segunda metade do século, distinguem-se essencialmente dois modelos na composição e distribuição das plantas: os cenários subtropicais submetidos aos princípios do pitoresco⁴ e o *gardenesque*. No primeiro caso temos as recriações miniaturizadas das selvas subtropicais, com associações compactas de fetos arbóreos, palmeiras, musáceas e estrelicias colonizando o interior de estreitas e profundas *grotas* ou as ravinas rochosas de pedreiras abandonadas. No segundo caso os vegetais distribuem-se, isolados ou em pequenos grupos, de forma a facilitarem uma observação atenta e cuidada das suas formas e cores, como se fossem peças de um catálogo da natureza.

Numa cultura artística cuja problemática do gosto se centrava na horticultura, insinuaram-se brechas na compreensão e aceitação de uma estética e programa românticos. O gosto pelos jardins que, recordando Bulhão Pato, absorve “o baile, o luxo da mobília, a carruagem esplendida, os cavalos de raça, e até certo ponto, o gosto pelo teatro..”, não se estende ao domínio das artes plásticas, fundamentando um certo positivismo sem grandes argumentos de ordem estética, que não sejam o coleccionismo dos vegetais e um sincero amor pela terra.

O acesso à arte dos jardins que, a partir da década de 1850, atinge em S.Miguel um público urbano cada vez mais vasto deve-se, em grande medida, aos benefícios auferidos pela “democratização” na posse das *quintas*. O novo riquismo burguês, gozando dos “lucros da laranja”, não se deixa, porém, influenciar por excessos de luxo e ostentação, conferindo ao ambiente social de Ponta Delgada, como fez notar Júlio de Castilho, “o que quer que seja de senhoril, desdens e retrahimentos de fidalga quinhentista por detrás da sua gelosia”⁵. Descurando os requintes arquitectónicos, o prestígio dos *bric-à-brac* e as colecções de arte - que só António Borges contrariava com peças de mobiliário e pinturas, adquiridas com variável critério, nos leilões da capital e do estrangeiro-, a segunda geração liberal entrega-se com paixão ao coleccionismo dos vegetais, contando para isso com todo um manancial de conhecimentos, técnicas e instrumentos de absoluta novidade.

Para o programa romântico da arte portuguesa, a ideia central, o fundamental propósito que a parece guiar, é a vontade de *aportuguesar as paisagens e os costumes*. A esse ideário nacionalista, respondia a arquitectura com imagens do estilo nacional por excelência - o manuelino; e a pintura com imagens de uma paisagem rural e pré-industrial, pitorescamente povoada de cenas rústicas e folclóricas. Não devemos esquecer o quanto contribui para a sua definição o “olhar” estrangeiro que, com os

⁴ Este pitoresco já nada tem que ver com a primitiva acepção de “motivo que serve á pintura”; visão cénica tomada por um olho hipotético. A esta leitura do pitoresco aplicada à paisagem (em vastos conjuntos), sobrepõe-se um sentido mais preciso e operativo, desenvolvido nos meados do século XIX para os arranjos de canteiros subtropicais, primeiro criados em estufa e ambiente aclimatados e depois, com o avanço das técnicas da horticultura, ao ar livre.

⁵ Júlio de Castilho, *O Arquipeago dos Açores*, p.23.

olhos postos em Espanha, via no país uma fonte de exotismos orientais. Talvez por isso - ou nem tanto -, nunca esse olhar estrangeiro se debruçou sobre os jardins portugueses, que permaneceram incompreendidos e esquecidos, afastados de qualquer intenção revivalista⁶.

No ambiente das ilhas, onde a história não contava com memórias da Antiguidade, da Idade Média, do Renascimento ou do Humanismo, esse mesmo olhar estrangeiro dirigido para a paisagem, produziu outras imagens-desejo: a primeira consumada no *jardim das Hespérides* (cujo símbolo mítico é a laranjeira) - pese embora as diferenças climáticas e topográficas ou a escassez de elementos arquitectónicos e decorativos identificadores de uma paisagem meridional ; a segunda, formada e sustentada com a ideia de abundância, fertilidade e docilidade, concretizava-se na *ilha afortunada* - espécie de traço de união entre as regiões temperadas e as regiões subtropicais do globo terrestre.

À sua maneira também estas imagens encerram valores “historicistas” e “nacionalistas”, parte essencial de um programa romântico desenvolvido com o potencial icónico da vegetação exótica, e fundado, como queria Nemésio, na “identidade telúrica” do ilhéu, ao reencontro do *mito das origens*. Na procura e revelação de uma natureza ideal e utópica, realizava-se afinal a esconjura de experiências recentes da paisagem natural - *campo inculto e custoso, de altíssimas rochas e perigosos rochedos* - em demanda de um estado original e originante da natureza: o *jardim luxuriante e exótico* que a ilha tenderia a ser pelas mãos dos estetas da natureza.

⁶ As experiências ingleses com a criação de jardins, em Portugal, procuraram sempre a recriação dos temas do paisagismo inglês, desviando-se de quaisquer intenções revivalistas como as que eram levadas a efeito nos países europeus com os jardins isabelinos, jansenistas, holandeses, neo-barrocos, etc. A propósito das quintas inglesas no Porto cf. Ilídio de Araújo, *Jardins, Parques e Quintas de Recreio no Aro do Porto*, 1979, p.11.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

A

About, Edmond.....	134
Abreu, Luis de	60
Adanson, Michel	20; 22; 39; 70; 94
Aiton, William.....	21
Albergaria, João Soares de Sousa Ferreira Borges e.....	40
Albuquerque, Agostinho de Medeiros da Costa Canto e	104
Albuquerque, António Manuel de Medeiros da Costa Canto e.....	106.
ver: visconde das Laranjeiras	
Albuquerque, Luis da Silva Mousinho de ...61; 75; 78; 92	
Albuquerque, Manuel de Medeiros da Costa Canto e... 98; 105. ver: <i>barão das Laranjeiras</i>	
Alexandre Magno	172
Almada, conde de	52; 59
Almada, D. Antão de	51
Almeida Garrett, João Baptista	97; 180
Almeida, Gabriel de.....	125; 190
Almeida, Henrique do Couto de	145
Almeida, Pe. Teodoro de.....	57
Alorna, marquesa de	102
Alphand, Jean-Charles-Adolphe	192; 193; 209; 210
Alvares Cabral, André	150; 216
Alvares Cabral, Joaquim	181; 183
Alvares Cabral, José Maria	197
Alves Cabral, André Manuel.....	43
Amaral, Pe. João José do.....	134
Amina, Laila	40
Andrade Albuquerque, Caetano	156; 159; 166; 167; 171
Andrade Albuquerque, Maria das Mercês ..	156
Andrade, António Ferreira Garcia de	104
Anglin, John.....	86
Araújo, Ilídio de.....	76; 120
Araújo, Joaquim	134
Arditi, Pompeu	21
Arruda, António Francisco Botelho de Sampaio.....	191; 193
Arruda, José Joaquim de	155
Ashe, Thomas.....	60; 74; 76; 82; 85; 94
Ataide, Gonçalo.....	206
Ataide, Luís Bernardo Leite	158
Aumont, Georges.....	143; 208; 210; 211

Azurara, Gomes Eanes de.....65

B

Baker, Alice	124; 191
Banks, Joseph.....	20
Barbosa, Joaquim Casimiro	212
Barillet-Deschamps, Jean-Pierre	210; 211
Barros, Diogo de	8
Barros, João de	65
Bartam, John.....	17
Basto, António Ferreira Pinto	114
Beckford, William	163
Bedemar, conde Vargas de	105
Bensaúde, Alfredo	157; 159; 188
Bensaúde, José	149; 157; 159; 187
Bensaúde, Vasco	200
Bird, James	129
Blunt, Thomas.....	86
Bluteau, Rafael	172
Bocage	102
Boid, Edward ...19; 76; 78; 83; 85; 88; 89; 94; 97	
Bonnett, A.....	209
Borges de Sousa, Bernardo António Cymbron.. 48	
Botelho, Filipe António Brum	48
Botelho, Jorge Nunes.....	42; 69
Botelho, José de Arruda.....	83
Bottineau, Yves	4; 31; 50
Brandão, Raúl	188
Brant.....	86
Brederode, José Teixeira Homem de	100
Breton, A.	209
Brice	137; 150; 208
Brown, George	111; 128; 129; 137; 138; 174; 191; 193
Brown, Lancelot 'Capability'.....	131
Brown, Sarah	138
Brown, Sophia.....	138
Bullar, Joseph e Henry.....	12; 13; 72; 78; 101; 178; 181
Burghley, Lord	67
Burke, Edmund	102; 169
Byrd, William	17

C

Calafate, Pedro	56
Caldeira, Carlos	124; 156
Câmara, António Boaventura Pacheco da	10
Câmara, D.Manuel da	8
Câmara, D.Maria Madalena	23
Câmara, D.Rodrigo da.....	10
Câmara, Helena Vitória Máxima da	47
Câmara, João de Arruda Botelho e	60
Câmara, Manuel Rebelo Borges da	46
Câmara, Maria Luisa de Medeiros.....	108
Camelo, Beatriz (a moça)	133

Camelo, Beatriz Rodrigues	133
Camões, Luis Vaz de	65
Canaletto	156
Canto, Ernesto do..... 129; 130; 145; 163; 191; 193; 194; 195	
Canto, José do..... 1; 111; 124; 125; 128; 129; 130; 133; 134; 135; 137; 138; 139; 141; 144; 145; 146; 147; 149; 150; 157; 158; 159; 163; 176; 182; 184; 185; 193; 194; 205; 206; 207; 208; 209; 210; 211; 212; 213	
Canto, Maria Guilhermina	1
Canto, Sebastião do.....	163
Cardoso, Vicente José da Costa	48
Carew, Sir Francis	67
Carita, Helder	121
Carlos I, rei de Inglaterra.....	172
Carqueja, Bento. 124; 144; 154; 179; 183; 212	
Carreiro, Diogo Vaz	133; 135
Carreiro, Francisco Manuel da Câmara Coutinho.....	155
Carvalho, António Francisco de.....	116
Carvalho, José da Silva	97
Carvalho, Júlio Ferraz de	177
Carvalho, António José de	117
Castel Branco, Cristina	5
Castilho, Feliciano de	100; 134
Castilho, Júlio de	103; 190; 218
Castro, D. João de	69
Castro, D. Martinho de Melo e.....	23
Castro, Francisco Jerónimo Pacheco de.....	53
Castro, Úrsula Isabel de	46
Cellio.....	66
Cenáculo, Frei Manuel do.....	57
Chambers, William.....	67; 113
Chaume, Jules de	156
Chaves e Melo, Francisco Afonso de..... 26; 36; 37; 43; 69	
Chaves, Francisco Afonso de	209
Chevreur	151
Cockburn, Diogo.....	86
Columella	18
Cook, capitão.....	20; 21; 92
Cook, Francis	163
Corrêa, Pedro.....	68
Costa, Francisco Xavier	141
Coutinho, D. Rodrigo de Sousa	52; 53; 54
Couto, António	31
Cruz, José Jacinto da.....	155

D

D'Alembert.....	20
D'Avezac, M.	79; 88
Dabney, Charles	92
Dagoget, François	25
Decaisne, Joseph.....	94; 145
Defoe	35
Delille.....	180

Denis, Ferdinand.....	134
Dezallier d'Argenville, Antoine Joseph	17
Dias, Urbano Mendonça.....	158
Diderot.....	20
Douverel, Gabriel.....	160
Drouet, Henri	130; 186

E

Eldsden, William	114
Ervedal da Beira, visconde do.....	125
Estevão, José	97
Evelyn, John.....	67

F

Falcão, Laureano Francisco da Câmara.... 103; 107; 108; 110; 111; 112; 114; 115; 116; 150; 216	
Falcão, Maria Jacinta de Vasconcelos.....	108
Faria e Maia, Agostinho Machado de	204
Faria e Maia, António Machado de.....	24
Faria e Maia, Francisco Machado de 47; 96; 196	
Faria e Maia, José Inácio Machado de... 40; 47; 48	
Faria, António Lopes de	75
Farrobo, conde de	113
Favresse	129
Femull, Henry	129; 143; 206; 207; 211
Ferecides de Atenas.....	65
Férin, Benjamin	128
Fernandes, António	8
Ferreira, António José do Couto	209
Ferreira, Luis	8
Fonte Bela, barão da... 44; 103; 115; 116; 120; 130; 195	
Forster, J.	20
Fouquet, Ferdinand	130; 144; 212
Freitas, Bernardino de Sena.....	23
Frère, Martin.....	128
Frias, António de.....	133
Fronteira e Alorna, marquês de	97; 116
Frutuoso, Gaspar 9; 22; 28; 30; 36; 40; 41; 42; 55; 63; 69; 74; 188; 205	

G

Gabriel, François Joseph.....	129; 153; 184
Gago da Câmara, Amâncio.....	117; 158
Gago da Câmara, Gil.....	196
Gago da Câmara, Inês Lucinda.....	117
Gama, José Ricardo da Costa.....	22
Gautier, Léon	134
Gilpin, William.....	77; 131
Girardin, Réne de.....	166
Godman, Frederick Du Cane	124; 130
Goethe.....	151
Goeze, Edmond..... 125; 130; 145; 162; 163; 164; 186; 211	
Gonçalves, Ana	46

Gonçalves, Maria.....	48
Gonçalves, Rui.....	41
Gordon.....	23
Gourlay, William.....	24
Green, Sarah.....	16
Guardi.....	156
Guido.....	159

H

Hanner, Sir Thomas.....	66
Hartung.....	130; 186
Harvey, Edward Nourse.....	205
Hausmann, Georges Eugène.....	192; 210
Hayes, George.....	128
Herculano, Alexandre.....	97
Heuripedes.....	65
Hickling Jr., Thomas.....	10; 19; 136; 141; 190; 203
Hickling, Catherine.....	7; 10; 11; 13; 18; 23; 25; 39; 43; 84
Hickling, Sarah.....	17
Hickling, Thomas.....	7; 10; 11; 12; 15; 16; 17; 18; 24; 45; 86; 87; 90; 91; 113; 189; 197; 203; 204; 215
Hodges, Loyd G.....	97
Honde Coelter.....	156
Hooker, Sir Joseph.....	144
Horácio.....	18; 65; 77; 169
Hugé, A.....	194
Hunt, Carew.....	8; 54; 91

I

Ivens, William.....	86; 92
---------------------	--------

J

Jácome Corrêa, Aires.....	10; 158; 209
Jácome Corrêa, conde.....	125; 130
Jácome Corrêa, José.....	111; 124; 129; 131; 140; 145; 147; 148; 149; 150; 153; 154; 159; 184; 191; 193; 205; 213
James, John.....	17
Jardim, Maria da Graça Hintze Ribeiro.....	141
Jashemski, Wilhelmina.....	66
Jefferson, Thomas.....	17
Jellicoe, Geoffrey.....	3
Jellicoe, Susan.....	3
João, Maria Isabel.....	97
Johnston.....	23
Joigneaux, M.P.....	142
Jorge, Pedro.....	46
Júdice, João António.....	23; 57

K

Kent, William.....	67; 77; 131
Knigh, Richard Payne.....	131

L

Lamartine.....	134
----------------	-----

Landerson.....	86
Laranjeiras, barão das.....	103; 189
Laranjeiras, visconde das.....	106
Leite, Jacinto.....	60
Leite, José Guilherme Reis.....	15
Logan, James.....	17
Lopes, Óscar.....	102
Lorrain, Claude.....	77
Loudon, John Claudius.....	93; 122; 131; 132; 146; 150; 175
Loulé, marquês de.....	97
Loureiro, Augusto.....	185
Loureiro, José Marques.....	84; 163
Lucas de Leyde.....	156
Luis XIV, rei de França.....	172
Lumiares, conde de.....	97
Luz Soriano, Simão José da.....	75; 94; 97; 105

M

Machado, Carlos Maria Gomes.....	160
Maia, Caetano Alberto.....	54; 82
Maia, Manuel da.....	114
Makoy, Jacob.....	184; 185
Masson, Francis.....	21; 22; 70
McEnroy, John.....	199; 200
Meager, Leonar.....	17
Medeiros, António Borges da Câmara.....	125; 130; 131; 145; 155; 156; 157; 158; 159; 160; 161; 162; 163; 165; 167; 168; 170; 171; 174; 183; 184; 185; 186; 187; 188; 191; 193; 196; 197; 203; 212; 218
Medeiros, Duarte Borges da Câmara.....	44; 98; 197; 198. <i>ver: visconde da Praia</i>
Medeiros, José Caetano Dias do Canto e.....	44; 98; 99; 130; 133; 195
Melo, Bernardo António de.....	43
Melo, Sebastião José de Carvalho e.....	116
Mendonça, Dinis Gregório de Melo e Castro e.....	24; 46; 57
Milton.....	68; 129; 196; 199
Mins, Peter.....	97
Mocatta, David.....	135; 136; 137; 138; 140; 141; 147
Mont'Alverne, Frei Agostinho de.....	69
Moore, Dr.....	145; 164
Morais Soares, Manuel de.....	58
Moreira, Rafael.....	32
Morelet, Arthur.....	130; 186; 188

N

Napier, Charles.....	97
Nasoni, Nicolau.....	114
Nemésio, Vitorino.....	1; 34; 36; 38; 219
Nesbitt, George.....	88; 92; 126; 127
Nesbitt, John.....	86
Nogueira, João Paula.....	125
Nye, Elisa.....	109; 117

O

Obitos, conde de	96
Orósio	65
Ortigão, Ramalho	103
Ovídio	166

P

Palissy, Bernard de	166
Palmela, duque de	97; 163
Pato, Raimundo Bulhão	103; 127; 134; 153; 157; 177; 194; 218
Paxton, Sir Joseph	67; 138; 150; 152; 164
Pedro IV, duque de Bragança	96; 97; 98; 105; 116
Pereira, Duarte Pacheco	65
Pevsner, Nicolau	208
Pillement	102
Plínio	65; 77
Plínio, o moço	66
Ponte de Lima, marquês de	97
Pope, Alexander	67
Porto Formoso, visconde de	150; 217
Poussin, Nicolas	77; 156
Praia, marquês da	11; 12; 13; 129; 198; 199; 200; 203; 204
Praia, visconde da	11; 13; 83; 99; 129; 155; 197; 198; 203
Prescott, William	216
Preto, Diogo	10; 205
Price, Sir Uvedale	131
Purchas, Samuel	21

Q

Quest-Ritson, Charles	88; 90; 93
-----------------------------	------------

R

Raposo do Amaral Jr., Nicolau Maria	183
Raposo do Amaral, António José	205
Raposo do Amaral, José Maria	191; 193
Raposo do Amaral, Nicolau Maria	44; 45; 53; 59; 63
Read Cabral, Guilherme	123; 127; 178; 180
Read, William Harding	85; 86; 87; 90
Reckert, Stephen	35
Redemoinho, António	209
Reis, Sousa	114
Reith, Alexander	129; 138
Repton, Humphry	131; 150
Ribeiro, Manuel José	80
Robinson, William	90
Rosa, Salvator	77; 156
Rousseau, Jean Jacques	102; 103

S

Sá da Bandeira, marquês	74; 85; 92; 97; 98; 197
Saint-Pierre, Bernardin de	35; 103

Sampaio, Manuel de	60
Santa Cruz, barão de	130
Saraiva, António José de	102
Scholtz, João Carlos	86; 88; 92; 126
Scholtz, Parking	127
Scott, Walter	101
Sequeira, Jacinto	48
Serra, Francisco Alves Viana	92
Seubert	94
Shelton, William	86
Silva, António Gomes da	84
Silva, Camilo Aureliano da	84
Silva, Emídio da	127
Silva, Felix de Valois e	23; 24; 57
Silva, Francisco Borges da	38; 91; 99; 104; 114; 116
Silva, Marciano Henriques da	134
Silveira, António Luis Borges da	40
Silveira, Jacinto Inácio Rodrigues da	97; 99; 116; 122. <i>ver: barão da Fonte Bela</i>
Silveira, Maria Guilhermina Taveira Brum da	133
Silveira, Mousinho da	97
Siveira, Manuel Alves Cabral Brum da	43
Soares de Albergaria, Augusto Ataíde	141
Soares de Albergaria, Joana Ricarda	104
Soares de Albergaria, João	60
Sotto Mayor, Felix	125; 177; 185
Sousa, António Borges Medeiros Dias da Câmara e	<i>ver: marquês da Praia</i>
Sousa, João Teixeira de	155
Street, John	25
Supico, Francisco Maria	97
Swindells, Rupert	144; 179; 211

T

Taine	192
Tamaguini, Ignacio	22
Teixeira, Francisco José de	53
Thacker, Christopher	35
Thomas, Keith	35
Thomson, Wyville	142; 143; 190
Torres, José de	100; 110; 111; 173
Townsend, Penn	17; 18
Townsend, Sarah	16
Tucker	99
Turner, Thomaz	21

V

Van Oosten	66
Vandelli, Domingos	56; 58
Vasconcelos, António José de	112
Vicente, Pe. Manuel	171
Vieira, Jacinto Victor	105
Vieira, João Leocádio	81
Vila Flor, conde de	97
Vila Flor, visconde de	97
Vilar Allen, visconde de	84

Virgílio.....9; 65; 77; 166; 169; 180
 Viterbo, Sousa 4; 134
 Viveiros, João do Couto de..... 44

W

Walker, Frederick.....79; 83; 86; 183; 185
 Wallace, Peter.....80; 82; 83; 84; 93; 95; 106;
 111; 112; 118; 129; 130; 138; 141; 142;
 148; 150; 151; 152; 153; 198
 Walpole, Horace 77
 Walton, Izaak 18

Washington, George.....17; 25
 Weber, Max38
 Webster, John..... 71; 82; 91; 92; 96; 166
 Webster, William 111; 129; 198
 Weeks, Lyman H.....40
 Whately, Thomas 17
 Wyatt, Mathew Digby.....207; 208

X

Xavier, Cândido José.....97
 Xenofonte.....172

BIBLIOGRAFIA E FONTES

1. FONTES MANUSCRITAS

1.1. Arquivos Particulares

1.1.1 Arquivo José do Canto (núcleo na posse de D.Ana Jácome Corrêa Hintze Ribeiro Cynbron)

Cartas de A. Breton e A. Bonet para José do Canto, Paris, 27-5-1864, 9-2-1869, 9-3-1869, 10-5-1869.

Cartas de Augustin Deloudre para José do Canto, Sèvres, 12-1-1870; 24-1-1870.

Carta de C. Loddiges para José do Canto, Hackney, 19-12-1860.

Cartas de David Mocatta para José do Canto, Londres, 27-8-1845, 17-9-1845, 23-4-1846, 24-12-1846, 15-12-1847, 15-5-1848, 29-5-1848, 17-7-1848, 18-1-1850, 27-8-1854.

Carta de D. Moore para José do Canto, Dublin, 14-2-1870.

Cartas de Edmond Goeze para José do Canto, Coimbra, 14-2-1870, 14-3-1870, 14-4-1870, 14-5-1872, 14-11-1872.

Cartas de Georges Créder a José do Canto, Paris, 25-1-1870, 17-3-1870.

Cartas de Henry Femull para José do Canto, Ponta Delgada, 27-9-1857; 15-12-1857; 27-1-1858; 19-2-1858; 18-4-1858; 3-5-1858; 16-9-1858; 30-10-1858; 3-5-1859; 1-8-1859; 26-9-1859; 21-11-1859; 5-12-1859; 24-3-1860; 21-4-1860; 1-6-1860; 30-6-1860.

Carta de Júlio Henriques para José do Canto, Coimbra, 2-9-1881.

Carta de Mathew Digby Wyatt para José do Canto, Londres, 6-8-1869.

Carta de Owen Jones para H.S. da Câmara, s.l., 9-8-1845.

Esboço para o desenho dos canteiros em frente ao chalet da Lagoa das Furnas, s.d.

Factura de Ambroise Verschaffelt & fils, Gand, 25-7-1868.

Facturas de Haage & Schmidt. Etablissement d'Horticulture, Erfurt, 4-7-1868, 7-3-1884, 15-8-1884.

Facturas de Hugh Son & Ca.- Clapton Nursery, Londres, 16-4-1855, 24-11-1855, 14-2-1856, 2-11-1857, 1-12-1857, 4-10-1858, 1-11-1858, 8-12-1858, 1-3-1859, 31-10-1859, 24-11-1859, 17-1-1862, 4-8-1868, 5-3-1870, 4-5-1870.

Facturas de James Booth & Söhne, Hamburgo, 10-10-1856, 29-11-1859.

Factura de James Veitch & Son, Londres, 31-3-1852

Factura de J.Linden. Jardin Royal de Zoologie et d'Horticulture, Bruxelas, 28-7-1868

Facturas de L. Jacob-Makoy & Cie. Horticulteurs, Liège, 4-10-1854, 14-11-1855, 5-5-1856, 7-4-1858, 28-8-1858, 2-10-1858.

Facturas de Osborn & Sons. Nursery & Seedsmen, Fulham-Londres, 19-8-1846, 2-12-1846, 16-1-1847, 19-2-1847, 18-12-1847, 28-12-1847, ?-2-1848, 11-2-1848, 24-3-1848, 2-6-1848, 27-11-1848, 22-5-1849, 21-12-1849, 15-2-1850, 22-8-1850, 9-12-1850, 3-1-1851, 29-1-1851, 8-2-1851, 14-2-1851, 1-3-1851, 24-3-1851, 24-4-1851, 10-10-1851, 28-12-1851, 7-1-1852, 12-1-1852, 14-1-1852, 2-3-1852, 12-4-1852, 10-8-1852, 31-12-1852, 7-1-1853, 18-2-1853, 29-6-1853, 13-9-1853, 15-3-1854, 13-5-1854, 7-10-1854, 12-10-1854, 31, 5-1855, 12-12-1855, 13, 6-1856, 16-10-1856.

Facturas de Peter Lawson & Son, Londres, 26-11-1859, 28-12-1861

Factura de Thibaut & Keteleer. Horticulteurs, Paris, 2-11-1858.

Facturas de Vilmorin-Andrieux & Cie., Paris, 11-3-1854, 5-11-1855, 28-3-1856, ; 27-10-1857, 27-2-1858, 5-11-1859, 9-11-1859, 31-10-1861, 30-5-1882, 5-3-1884.

List of Plants to be found in two glassed cases, send from Rio de Janeiro, and embarked on board the Steamer Açoriano, sailing from Lisbon on the 15 Sept.1867.

Lista de Pinus do México plantados no pico do Fojo, 27-10-1858.

Lista das Sementes oferecidas pelo Governo de Portugal ao Jardim de Santana em S.Miguel, s.d.

Nota de encomenda de um tanque de madeira pedido por Henry Femull, s.d.

Relação de 5 caixas com plantas, e sementes que em 23 d'Outubro p.p. embarquei no vapor inglês=Jerome= para Lisboa, remetidas ao Senr. José de Brito, de nos. 2,3,4,5 e 6, para envial-as na primeira ocasião de vapor para S.Miguel, ao procrador do Senr. José do Canto, Pará, Nov. de 1866.

Relatório de David Mocatta sobre o projecto para a casa e jardim José do Canto, Londres, Jul.1845.

(núcleo na posse de D. Margarida Jácome Corrêa Hintze Ribeiro Oliveira Rodriques)

Alçados da casa da Lagoa das Furnas (4 desenhos aguarelados), Mathew Digby Wyatt, Londres, 1864.

Alçados da casa da Lagoa das Furnas (4 desenhos aguarelados), Mathew Digby Wyatt, s.l., s.d.

Perspectivas da casa da Lagoa das Furnas (2 desenhos aguarelados), Mathew Digby Wyatt, Londres, 1864.

Planta da propriedade de José do Canto na lagoa das Furnas, Georges Aumont, Paris, s.d.

Planta da propriedade de José do Canto na lagoa das Furnas, Barillet-Deschamps, Paris, Nov.1861.

Plantas da casa da lagoa das Furnas (4 desenhos aguarelados), Mathew Digby Wyatt, Londres, 1864.

Projet d'embarcadère roulant: plan et élévation face a lac (aguarela), Georges Aumont, s.l., s.d.

Project de pavillon pour carrefour: plan et élévation face a lac (aguarela), Georges Aumont, Paris, 1868.

Project de fruiterie: plan et élévation principale (aguarela), Georges Aumont, Paris, 1868

Project de chalet: plan et élévation principale (aguarela), Georges Aumont, Paris, 1868.

(núcleo na posse de Pedro Jácome Corrêa Hintze Ribeiro)

Alçados da casa do Calço da Má Cara (quatro desenhos aguarelados), Brice, 1864.

Planta do jardim do Calço da Má Cara, Georges Aumont, Paris, 1867.

Fotografia das quintas da Grotinha, anos de 1930.

(núcleo na posse do Dr. Augusto Athayde Soares de Albergaria)

East front. Finished Elevation, David Mocatta, 57 Old Broad St., Jun. 1846.

Plan of the Estate at St. Michael in the a Azores: shewing House and Offices, David Mocatta, 32 Brunswick square, s.d.

Plan of the Summer House at top of Garden, David Mocatta, s.l.,s.d.

Plans of the ground and first floor, David Mocatta, 32 Brunswick square, Jul. 1845.

Plan of Boundary wall and Entrance Gates, David Mocatta, 57 Old Broad St.,s.d.

Parts at Large of Entrances, David Mocatta, 57 Old Broad St., Dec.1846.

South front. Finished Elevation, David Mocatta, 57 Old Broad St., Jun 1846.

View of House to be built at St.Michael - Azores, David Mocatta, London, Jul.1845.

1.1.2. Arquivo José Jácome (núcleo na posse de D.Ana Jácome Correa Hintze Ribeiro Cynbron)

"Agricultura e Jardinagem"- *Bilhete-carta de Manuel Ferreira e Melo para José Jácome*, Furnas, 1884.

Carta de Francisco Palha para José Jácome, Lisboa, 26-5-1864.

Cartas de François Joseph Gabriel para José Jácome, Ponta Delgada, Jan., 1862; s.l., 25-2-1862; Angra, 28-10-1882.

Carta do visconde de Villar Allen para José Jácome, Terceira, 21-3-1884.

Custo das Plantas em 1862, s.d.

Factura de Bot. of Georges Prince.Seedman, s.l., 19-11-1885.

Factura de Jacinto Fernandes Gil sobre transporte de plantas, Ponta Delgada, 1863.

Facturas de Georges Brown (por compra de plantas), s.l., 21-5-1855; 6-11-1856; ?-1857; 15-1-1857; 22-6-1857.

Facturas de Louis Van Houte, Horticulteur, Gand, 31-3-1861; 11-2-1863; 28-11-1863; 31-8-1865; 24-4-1866; 26-3-1867; 23-5-1868; 16-4-1870; 27-10-1870; 3-2-1885.

Lista das "Camélias despostas na Horta..." , s.d.

Lista das plantas enviadas por J.Linden de Gand, para o Exmo. Sr. Barão de Fonte Bela, s.d.

Listas das "Plantas enviadas para a Ribeirinha, de Lawson", 1862.

Lista das "Roseiras pedidas a 16 de Dez. de 1884", s.d.

Lista de rosas, s.d.

Lista das "Roseiras vindas de Inglaterra, 1886", s.d.

Mapa dos bens de raiz de José Jácome Correia, 1873.

Notas sobre culturas, plantações e vários: desde 1849- (pequeno livro de notas encadernado).

Árvores de Fructo e Camélias (pequeno livro de notas encadernado).

Relação das Camélias plantadas na rua da quinta, s.d.

1.1.3. Arquivo do Dr. Eugénio da Câmara Soares de Albergaria

Alçados da casa de Laureano Francisco da Câmara Falcão (fachadas Sul e Norte), não ass. nem datado.

Levantamento da propriedade, não ass. nem datado.

Levantamento do tanque, José de Torres, Ponta Delgada, 1850.

Projecto do jardim fronteiro à fachada do Sul, não ass. nem datado.

1.1.4. Arquivo de D. Manuela Canavarro Alvares Cabral

Instituição vincular do Rev. Dr. Manuel Alves Cabral, testamento aprovado em 30-4-1684.

Instrumento Público de Codicilo ao testamento de Manuel Alves Cabral Brum da Silveira, 1741.

1.1.5. Arquivo de Maurício da Câmara

Proposed plan for an Estate in the Furnas at St Michael-Azores, George Brown, s.l., s.d.

Alçados e cortes do chalet Canto na Vila das Murtas, A.Hugé, s.l.,1866.

1.2. Arquivos Públicos

1.2.1 Arquivo Histórico Ultramarino (disponível no Serviço de documentação da U.A.)

“Açores”, caixa 15: doc.17, doc.27; caixa 18: doc.53; caixa 20: doc.30, doc.57; caixa 22: doc.8, doc.23, doc. 43, doc.54, doc. 58; caixa 23: doc.2, doc.41, doc.50; caixa 26: doc.36, doc.37, doc.47; caixa 28: doc.25, doc.28, doc.38, doc.41; caixa 30: doc.19, doc.47; caixa 37: doc 51; caixa 39: doc. 28.

1.2.2. Biblioteca Pública e Arquivo de Ponta Delgada

a)Tabelionato

Livro de Notas de Guilherme Read Cabral, anos de 1843 a 1844.

Livro de Notas de Joaquim Claudio de Almeida, anos de 1847 a 1854.

Livro de Notas de Jacinto Manuel de Melo Botelho, anos de 1853 a 1854.

Livro de Notas de José Afonso Botelho Andrade da Câmara e Castro, anos de 1870 a 1871.

Livro de Notas de José Bernardo Pacheco, anos de 1850 a 1859.

Livro de Notas de Luis Maria de Moraes Junior, anos de 1852 a 1860.

b)Registos paroquiais

Registos de baptismo, casamento e óbitos de S.José, Matriz e S.Pedro - Ponta Delgada, 1830-1890.

Registos paroquiais da igreja protestante de S.Georges - Ponta Delgada, 1827-1940.

c)Genealogias

Carlos Machado, *Genealogias*, s.d.

João de Arruda Botelho, *Noticias Verdadeiras dos Principais e mais Notáveis Factos Históricos e Genealoógicos da Ilha de S.Miguel*, s.d.

Idem, *Noticias históricas, genealógicas e vinculares da Ilha de San Miguel*, s.d., 2 vol (cópia manuscrita mandada fazer por José Caetano Dias da Câmara e Medeiros).

d) núcleo de iconografia

Carta militar(sic) da Ilha de S.Miguel, levantada pelo major António Homem Noronha da Costa, 1822.

Planta da cidade de Ponta Delgada, levantada por José Therezio Michelotti, 1814.

Planta da cidade de Ponta Delgada, levantada por Carew Hunt, 1841.

e) Outros

Enumeração das principais plantas existentes no meu jardim de Santana, na Primavera de 1856: ordenado por José do Canto (uma anotação marginal de Ernesto do Canto confere a existência de aproximadamente 6000 espécies).

Lembranças de S.Miguel - 2 albuns fotográficos não datados, contendo 9 fotografias de jardins.

Pe.Manuel da Purificação - *Crónica dos Eremitas das Furnas e do vale da Piedade: Principios, Criação e Progresso da Congregação eremitica dos Padres e Irmãos do Vale das furnas da Ilha de S. Miguel, de Nossa Senhora da Consolação*. Revista e acrescentada pelo irmão António da Assumpção, sob a protecção e amparo do Sr. Conde Manuel da Camera (sic), conde da Ribeira Grande, no ano do Senhor de 1665.

1.2.3.Câmara Municipal de Ponta Delgada

Planta da cidade de Ponta Delgada, tirada e desenhada por António Ferreira Garcia de Andrade, Set. de 1831.

Planta do jardim António Borges, levantada e desenhada em 4-8-1964, escala 1:500.

Planta do jardim José do Canto, levantada e desenhada em 9-3-1965, escala 1:500.

Planta da Alameda duque de Brangança, levantada e desenhada em 25-11-1970, escala 1:500.

1.2.4.Conservatórias do Registo Predial

a)Ponta Delgada

Índices reais.

Livros das descrições prediais, B1 a B24, B43, B54.

b)Povoação

Índices reais.

Livros das Descrições Prediais, B1 a B19.

1.2.5. Kew Royal Botanical Library

Cartas de José do Canto para Joseph Dalton Hooker, Lisboa, 18-8-1877; Paris, 1-6-1868, 27-10-1872; Ponta Delgada, 19-4-1870, 26-6-1870, 17-3-1877, 9-5-1877, 9-5-1878, 29-1-1879, 28-3-1879, 20-1-1881.

1.2.6. Massachusetts Historical Society

Azores, Hickling - Nye papers, 1796-1855.

1.2.7. Museu Carlos Machado

Nota Alphabetica das Plantas que adquirio e introduzio no seu jardim de St. Anna, em S.Miguel, desde o Ano de 1865 até ao presente, Set. 1867.

Lista das Plantas de António Borges da Câmara e Medeiros, de 1865 (cópia dactilografada do manuscrito original, executada por ordem do presidente da Câmara de Ponta Delgada em 1966).

1.2.8. Serviços de Documentação da Universidade dos Açores

a) arquivo José do Canto

Carta de A. Verschaffelt para José do Canto, Gand, 2-11-1865.

Cartas de Carlos S. Dabney para José do Canto, s.l., 25-12-1868; 22-6-1869.

Carta de Ch. Ste. Claire Deville para José do Canto, Boulogne-sur-mer, 14-9-1867.

Carta de Clara Dabney para José do Canto, Faial, 9-1-1872.

Carta de David Mocatta para José do Canto, s.l., 14-5-1868

Cartas de Edmond Goëze para José do Canto, Greifswalt-Prússia, 4-10-1893; 19-12-1893

Cartas de Ernesto Brown para João Ferreira Ricca, Ponta Delgada, 11-6-1910; 13-8-1910.

Carta de E. Temper para José do Canto, Havre, 31-3-1864.

Cartas de Haage et Schmidt para José do Canto, Erfurt, 23-2-1867; 22-10-1867.

Cartas de James Booth e Shne para José do Canto, Hamburgo, 1856; 22-10-1861.

Cartas de J. Linden - Jardim Royal de Zoologie et d'Horticulture de Bruxelles para José do Canto, Bruxelas, 9-4-1854, 13-5-1854, 1-7-1868, 28-7-1868, 1-2-1874.

Cartas de José Jácome Correia para José do Canto, S. Miguel, 5-1-1864, 29-11-1865, 1866, 7-8-1866, 26-10-1866; 18-8-1867; 24-8-1867; 18-11-1867; 22-8-?

Carta de Ladislau Netto para José do Canto, Rio de Janeiro, 7-2-1867.

Cartas de L. Jacob Makoy para José do Canto, Liège, 21-1-1854; 8-5-1854; 29-6-1854; 11-12-1854; 17-10-1855; 23-10-1855; 15-11-1855, 7-8-1848.

Carta de Mathew Digby Wyatt para José do Canto, Grã-Bretanha, 19-5-1868.

Carta de P. Remont, Etablissement d'Horticulture para José do Canto, Versailles, 24-10-1861.

Carta da Queensland Acclimatisation Society para José do Canto, Brisbane, 18-12-1872.

Carta de S.F.L.Pereira e George Brown para José do Canto, Londres, 14-1-1848.

Carta de T.E.Thorpe para José do Canto, Leeds. England, 10-2-1882.

Facturas de F.Cels, Mont Rouge, 23-1-1854, 30-1-1854, 7-2-1854

Facturas de Haage & Schmidt, Horticulteurs. Etablissement d'Horticulture, Erfurt, 29-4-1868, 9-9-1882, 15-8-1884, 13-8-1889,

Factura de J.K.Farber, Londres, 29-8-1842

Factura de J.Linden, Société Royale de Zoologie et d'Horticulture de Bruxelles, Bruxelas, 11-3-1854.

Factura de Joseph Knight. Nursery & Seedman, Chelsea-Londres, 14-6-1844.

Factura de Knowles & Foster, Londres, 15-12-1894

Factura de L.Jacob-Makoy & Cie Horticulteurs, Liège, 2-10-1858.

Facturas de Longman, Brown, Green & Longman, Londres, 25-8-1842, 3-4-1845.

Factura de P.Clerc-Kaiser L.Pernisse, Havre, 19-5-1854.

Factura de Richard Jackson, s.l., 30-4-1853.

Facturas de Whitley & Osborn. Nursery & Seedsman, Fulham- Londres, 15-1-1844, 27-9-1844, 24-2-1845, 27-2-1850.

Lista de plantas enviadas por R.Osborn, Fulham-Londres, s.d.

Notas de despesas com serviços e materiais de jardinagem pedidos por Peter Wallace e revistos por Abreu e Lima, 25-5-1850.

Notas de despesas com utensílios de jardim pedidos por George Brown, 28-5-1853.

Recibo passado por Watkins & Hill, J.R.Thomas, Londres, 10-1-1850

Recibos passados por George Brown, 1-9-1852, 1-4-1853, 1-6-1853, 1-10-1853, 1-12-1853, 1-5-1854, 1-6-1854.

Recibo passado por Mary Rica Wallace, 1-12-1851.

Recibos passados por Peter Wallace, 1-1-1850, 16-10-1851, 15-11-1851, 11-12-1851.

b)arquivo Nicolau Maria Raposo

Cop. C/RAP., vol.1, 1775-1782 - Carta de Nicolau Maria Raposo do Amaral para José da Silveira, Ponta Delgada, 14-1-1779.

Cop. C/RAP., vol.1, 1775-1782 - Carta de Nicolau Maria Raposo do Amaral para José da Silveira, Ponta Delgada, 30-3-1779.

2. FONTES IMPRESSAS

2.1. Estudos Científicos

a) botânicos, geológicos e mineralógicos

ABRANCHES, Joaquim Cândido - *Iconographia Botanica Michaelense*. Ponta Delgada, 1900.

ALBUQUERQUE, Luiz da Siva Mouzinho de - *Observações sobre a Ilha de S. Miguel. Recolhidas pela Comissão Enviada à Mesma Ilha em Agosto de 1925, e Regressada em Outubro do Mesmo Anno*. Lisboa: Impressão Regia, 1826.

CANFIELD, Herman - *The Azores as a Health Resort*, Hopeworth Sanitarium - Bristol, (read before the Society of the Alumni of Bellevue Hospital, Jan.6), 1892.

DROUET, Henri - *Catalogue de la Flore des Iles Açores, précédé de l'Itinéraire d'un Voyage dans cet Archipel*, Paris, 1866.

IDEM - *Lettres Açoreennes*. Poitiers. Imprimerie de A. Duptré, 1862.

IDEM - *Sur Terre et sur Mer: Excursion d'un Naturaliste en France, aux Açores, a la Guyane et a Angola*. Paris: Librairie Hachette, 1870.

IDEM - *Rapport a Sa magesté le Roi de Portugal sur un Voyage d'Exploration Scientifique aux Iles Açores*, s.l., Troyes Bouquet Imprimeur-Libraire, 1858.

FOUQUÉ, Ferdinand - "Voyages géologiques aux Açores. III Les Cultures de San-Miguel" *Revue de Deux Mondes*, Paris, jan-Abr, 1873, pp.1-35.

GODMAN, Frederick du Cane - *Natural History of the Azores or Western Islands*. London: John van Voorst, 1870.

GOEZE, Edmond - "A Ilha de S. Miguel e o Jardim Botânico de Coimbra", in *O Instituto*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1867, pp.3-61.

HARTUNG, George, *Die Azoren Aüsseren Erscheinung und Nach Ihrer Geognostischen Natur*, Atlas, Leipzig, Verlag Von Wilhelm Engelmann, 1860 (inclui um conjunto importante de litografias coloridas mostrando paisagens de montanha).

HUNT, Carew - *Description of the Islands of Santa-Maria and San-Miguel*, "Journal of the Royal Geographical Society of London". TomoXV, 1845, pp.282-258

MAIA, Caetano Alberto - *Observações metrológicas feitas na Ilha de S. Miguel, no ano de 1842*, "Revista Universal Lisbonense". TomoII (1842-43), pp.550-551.

MORELET, Arthur - *Iles Açores: Notice sur l'Histoire Naturelle des Açores suivie d'une description des Mollusque Terrestres de cet Archipel*, Paris, J.B. Bailliére et Fils, 1860.

RAMOS, Acúrcio Garcia - *Noticia do Archipelago dos Açores e do que há mais importante na sua História Natural*. Angra do Heroísmo, 1869.

SCOULER, J - *Notice respecting the present state of Botany and Botanic Gardens in Portugal*. "Curtis's Botanical Magazine"(Companion to the Bot.Mag.),1(3rd ser.), 1845, pp.34-37.

SEUBERT, Moritz - *Flora Azorica*. Bona, 1844.

SILVA, Felix de Valois e - *Descrição das Aguas Minerais das Furnas na Ilha de S.Miguel: 1791*. In *Jornal Enciclopédico*. Lisboa, Maio de 1793, pp.392-412.

TRELEASE, William - *Botanical Observations on the Azores* (From the Eighth Annual Report of the Missouri Botanical Garden). Issued September 9, 1897.

VANDELLI, Domingos - *Diccionario dos Termos Technicos de História Natural*. Lisboa: imprensa do casa real, 1788.

WALLACE, P. - *The Gardens and Orange-grounds of St.Michael's in the Azores: Its Climate and Peculiarities*. "Journal of the Horticultural Society of London". London, 1852. Vol VII, pp.236-251.

IDEM - "Les Açores et les jardins de St. Michel", in *Journal Général d'Horticulture*, tomo II, (2^a série), Gand, Louis Van Houtte, 1857, pp.169-279.

WATSON, C. Hewett - *Notes of a Botanical Tour in the Western Azores*. "London Journal of Botany". London: Hippolyte Bailliére, 1844. Vol 3.

b)catálogos de plantas

CATÁLOGO das Plantas Cultivadas e Expostas à Venda por George Brown na Rua de Santa Catarina, em Ponta Delgada na Ilha de S.Miguel, nos Açores. Ponta Delgada: Typ. A(migos) das Letras Açorianas, 1858.

GEORGE Prince's Descriptive Catalogue of Roses: grown on the cultivated seedling Briar. Oxford: Rose Grounds, longworth, Faringdon, Berks, 1883-84.

JARDIN Expérimental de José do Canto à Ponta Delgada (île St.Michel, Açores): liste de plantes multipliées en plus grand nombre disponibles, pour doon on échange, dans l'année 1868. Paris: Imp. Vallée, 1868.

HAAGE & SCHMIDT, *Nouveautés de Graines pour 1884*. Erfurt, 1884.

HARVEY, Jonh (dir) - *Early Gardening Catalogues. With complete reprints of lists and accounts of the 16th-19th centuaries*. London and Chichester: Phillimore, 1972.

REPORT on the Progress and Condition of the Royal Gardens at Kew, during the Year 1871. London: Georges E. Eyre and William Spottiswoode, 1871.

SOCIEDADE Promotora da Agricultura Micaelense, *Anuncios dos leilões de plantas e sementes*. Ponta Delgada: Typ. de Manoel Cardoso d'Albergaria e Vale, 12-1-1851; 19-1-1851; 26-1-1851; 31-3-1851; 29-2-1852; 13-2-1853; 12-4-1854.

VILMORIN-ANDRIEUX ET CIE. - *Catalogue de Graines d'Arbres et d'Arbustes de Peine Terre et de Graines de Plantes d'Orangerie et de Serres*. Paris: Imp. Félix Malteste et Ce.,1879.

SUPPLEMENTUM ad Indicem Seminum Anni 1868. Publicado pelo Hortus Botanicus Imperialis Petropolitanus, 1869.

2.2. Memórias, Descrições e Relatos de Viagem

A.A.C. - *Impressões de uma Viagem: do Pará ao Recife passando por S.Miguel e Tenerife a bordo da Corveta "Trajano"*. Rio de Janeiro: Typ. do Cruzeiro, 1878.

ABRANCHES, Joaquim Cândido - *Album Michaelense*, Ponta Delgada, Typ. de Manoel Correa Botelho, 1869.

ADANSON, Michel - *A Voyage to Senegal The Isle of Goree And The River Gambia*, translated from the French. London: J.Nourse in the Strand, and W.Jonhston in Ludgale-Street, 1759 (1ªed:1757).

Album Açoriano. Dir. por António Baptista. Lisboa: Typ. e Fotogravura do Anuário Comercial de Portugal, 1903.

ALMEIDA, Gabriel de - *Diccionario Histórico-Geographico dos Açores*. Ponta Delgada: Typ. do Diário dos Açores, 1893.

IDEM - *Agenda do Viajante na Ilha de S.Miguel*. Ponta Delgada: Typ. Editora do Campeão Popular, 1893.

ASHE, Thomas - *History of the Azores, or Western Islands; Containing an Account of the Goverment, Laws, and Religion, the Manners, Ceremonies, and Character of the Inhabitants: and Demonstrating the Importance of these Valuable Islands to the British Empire*. London: Printed for Sherwood, Neely, and Jones, Paternoster Row, 1819.

BANDEIRA, Sá da - *Diário da Guerra Civil (1826-1832)*, recolha, posfácio e notas de José Tengarrinha. Lisboa: Seara Nova, 1976. 2 vols.

BAKER, Alice - "Um Verão nos Açores e a Madeira de relance", *Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira*, Vol 16, pp.142-181, e vol 17, pp.106-151. (ed. original: A Summer in the Azores with a Glimpse of Madeira, Boston, 1882

BENJAMIN, S.G.W. - *The Atlantic Islands as health and pleasure*. New York, 1878.

BOID, Captain - *A Description of the Azores or Western Islands. From Personal Observation*. London: Edward Churton Holles Street, 1835.

BRASSEY, Lady - *In the trades the tropics and the rearing forties*. London: Lougmans Green & Co, 1885.

BULLAR, Joseph e Henry - *Um Inverno nos Açores e um Verão no Vale das Furnas*, 2ªed., trad. por João Hickling Anglin. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1986. (ed. original: A Winter in the Azores; and a Summer at the Baths of the Furnas, London, 1841).

CALDEIRA, Carlos José - *Apontamentos d'Uma Viagem de Lisboa à China e da China a Lisboa*. Lisboa: Typ. de Castro & Irmão, 1853.

CABRAL, Guilherme Read - *Glórias e Primores de Portugal*. Lisboa: Ed. Alcino Aranha, s.d.

CASTILHO, Júlio de - *O Arquipélago dos Açores*. Lisboa: , 1886

CARQUEJA, Bento - *Os Açores: Notas Instantaneas*. Ponta Delgada: Biblioteca da Autonomia dos Açores, 1894.

CEINEMAR, Olivier de - *Les Açores*. S.l., 1875.

D'AVEZAC, M. - *Iles De L'Afrique*. Paris: Firmin Didot Frères Éditeurs, 1848.

ERVEDAL DA BEIRA, Visconde do - *Narrativas Insulanas*. Lisboa: Adolpho, Modesto & Ca., 1894.

FRANCO, Pe. António Fernandes - *Relação do Lastimoso e Horrendo caso que aconteceu na Ilha de S.Miguel em segunda feira dous de Setembro de 1630*. Lisboa, 1630.

FREITAS, Bernardino de Sena - *Uma Viagem ao Valle das Furnas na Ilha de S.Miguel em Junho de 1840*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1845.

FRUTUOSO, Gaspar - *Saudades da Terra*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1924. Livro IV, vols I,II,III e IV.

HEBBE, Jean Gustave - *Descrição das Ilhas dos Açores*. In *Archivo dos Açores*. Vol X, pp.515-517. (ed. original Stockolmo, 1802)

HENRIQUES, Manuel Borges de Freitas - *A Trip to the Azores or Western Islands*. Boston: Lee and Shepard, 1867.

HICKLING, Catherine Green - *Diário: 1786-1789*. Sep. da "Insulana". Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1993.

JEDINA, Leopold de - *Voyage de la Frégate Autrichienne Helgoland Autour de l'Afrique*. Trad. de M.Vallée, ouvrage illustré de 100 gravures sur bois. Paris: Maurice Dreyfous Éditeur, 1878.

JUNIOR, Francisco José da Silva - *A Emancipação dos Açores*. Lisboa, 1871.

KERHALLET, M.Charles Philippe - *Description de l'Archipel des Açores* (extrait de l'ouvrage intitulé: Manuel de la navigation à la côte occidentale d'Afrique), Paris, Imprimerie Administrative de Paul Dupont, 1851.

MACEDO, António Teixeira de - *Breve Memória da Agricultura, Comércio e Indústria do Districto de Ponta Delgada*. Ponta Delgada: Typ. da Sociedade Auxiliadora das Letras Açoreanas, 1853.

MASSON, Francis - *An Account of the Island of St.Miguel*. In *Philosophical Transactions, of the Royal Society of London*, tomo LXVIII, part II, London, 1778, pp. 601-610.

MELLO, Francisco Affonso de Chaves e - *Margarita Animada, Idea Moral, Politica e Historica dos Tres Estados, Discursada Na Vida da Veneravel Margarida de Chaves Natural da Cidade de Ponta Delgada da Ilha de São Miguel, Com a Descrição da Mesma Ilha*. Lisboa Ocidental, 1723.

MEMÓRIAS do Marquez de Fronteira e d'Alorna, D.José Trazimundo Barreto. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1928.

NOGUEIRA, J.V.Paula - *As Ilhas de S.Miguel e Terceira*. Lisboa: Administração do "Portugal Agrícola", 1894.

NYE, Elisa - *Diário de uma viagem da América aos Açores no veleiro 'Slyph' em Julho de 1847*. Trad. por João Hicling Anglin. "Insulana". Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada. Vol.XXIX e XXX (1973-74), pp.5-106.

PATO, Raymundo Bulhão - *Paizagens*. Lisboa: Editores Rolland e Semiond, 1871.

IDEM - *Cartas dos Açores*. Ponta Delgada: Typ. Voz da Liberdade, 1868.

PEREIRA, Júlio Máximo - *Recordações dos Açores*, "Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa". Nº 7-8 (1893), pp. 333-372.

PFEIFFER, Ida - *A Lady's Second Journey Round the World*. London: Longman, Brown, Green, and Longmans. 2 vols, 1855.

PURCHAS, Samuel - *His Pilgrimes: Contayning a History of the World in Sea Voyages and Land Travells by Englishmem and Others*. Glasgow: James Maclehose and Sons, 1905. 20 vols. (1ªed.de Pilgrimes:1625)

SCHAW, Janet - *Os Açores, Setúbal e Lisboa vistos por uma escocesa em 1774-76*, trad por H.Amorim Ferreira, sep. Revista Municipal, 28 e 29, Lisboa, 1947.

SILVA, Emídio da - *S.Miguel em 1893: Cousas e Pessoas* (cartas reproduzidas do Diário de Notícias de Lisboa). Ponta Delgada, 1893.

SOTTO-MAYOR - *Guia do Viajante na Ilha de S.Miguel*. Ponta Delgada: Evaristo Ferreira Travassos, Editor, 1899.

SWINDELLS, Rupert - *A Summer Trip to the Island of St. Michael. The Azores*, Manchester, Printed for private circulation, 1877.

THOMSON, C. Wyville - *Letters From H.M.S. Challenger. The Azores*. "Good Words". London. Jun. (1874), pp.381-499.

TORRES, José de - *Viagens no Interior da Ilha de San-Miguel: Ensaaios*. Ponta Delgada, 1849.

WALKER, Walter Frederick - *The Azores or Western Islands: a political comercial and geographical account...having special reference to the Eastern Group consisting of s.t Michael and s.t Mary, The Formigas and Dollabaret Rocks*. London:Trübner & Co.,1886.

WEBSTER, John W. - *A Description of the Islan of St. Michael*. Boston: R.P. & C.Williams, 1821.

WEEKS, Lyman H. - *Nos Açores*, "Insulana". Trad. do inglês por João Hickling Anglin.Vol XIV (1958), pp. 135-224. (ed. original: 1882).

2.3.Periódicos

a)Jornais e revistas

Açoriano Oriental (O). Ponta Delgada, 1835-1872.

Archivo Pittoresco: Semanário Ilustrado. Lisboa, 1857-1868.2vols.

Correio Michaelense. Dir por Francisco Scholtz. Ponta Delgada, 1846-1864.

Correio dos Açores. Ponta Delgada, 1922.

Clamor Artístico (O): Hebdomadario Politico, Literario e Noticioso. Prop. Manuel Augusto Tavares Resendes. Ponta Delgada, 1868.

Cosmorama (O), Jornal Scientifico, Historico, Artístico e Recreativo. Ponta Delgada, 1862-1868.

Investigador (O) Português em Inglaterra, 1811-1817.

Panorama(O): Jornal literário e instructivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Uteis. Lisboa: typ. da Sociedade, 1837-1854. 11 vol.

Persuasão. Dir por Francisco Maria Supico. Ponta Delgada, 1861-1874.

Preto no Branco(O). Ponta Delgada, 1896-1898.

Revista dos Açores. Folha mensal. Ponta Delgada: Sociedade Auxiliadora das Letras Açorianas, 1851 e 1853. 2 vols.

Revista Michaelense. Director e Editor: Aires Jácome Corrêa, 1917-1922.

Revista Universal Lisbonense, tomo II, 1842 e 1843.

b)Jornais de Agricultura e Horticultura

Agricultor Micaelense(O): órgão da S.P.A.M.. Ponta Delgada, 1843-1852

Agricultor Português (O), Porto, Ernesto Chardron Editor, 1882-?

Archivo Rural: Jornal de Agricultura, Artes e Ciências Correlativas, 1868, vol XI.

Cultivador(O). Dir por Guilherme Read Cabral, Ponta Delgada, 1872-75

Gardener's Chronicle, London, 1841-

Gardener's Magazine - conducted by J.C.Loudon, Londres, 1826-1843.

Jardim Portuense: Jonal de cultura universal. Porto, 1844-1845.

Jornal de Horticultura Pratica. Prop. José Marques Loureiro. Porto, 1870-1875.

Journal d'Agriculture, de Jardinage et d'Économie Domestique - dir par M. Alexandre Bixio, Paris, Maison Rustique du XIX siècle, 1838-1848.

Portugal Agricola. Dir. João Achilles Ripamonti. Lisboa, 1894-1895.

c)Almanachs

Almanack Açoreano, para o ano de 1855. Ponta Delgada: Typ. Auxiliadora das Letras Açorianas, 1854.

Almanach do Archipelago dos Açores: Estatístico, Histórico, Recreativo e Noticioso, para o ano de 1866. Dir. por Francisco Maria Supico. Ponta Delgada: Typ. da Persuasão, 1866.

Almanach Insulano para os Açores e Madeira: Estatístico, Histórico e Literário para o ano de 1875. Dir. por Gil e Augusto Ribeiro, 2º ano. Angra do Heroísmo: Typ. da Terceira, 1874.

Almanach Rural dos Açores para 1853, 2º Ano. Ponta Delgada: Sociedade Promotora da Agricultura Michaelense, 1853.

Almanch do Jardineiro. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1896.

2.4.compilações de fontes e roteiros bibliográficos

Archivo dos Açores. Ponta Delgada: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1980-84, (reprodução fac-similada da 1ª ed. de 1878). 15 vols.

Biblioteca Açoriana, Noticia Bibliographica das obras impressas e mamuscritas, concernentes às Ilhas dos Açores. Ponta Delgada: Typ. do Archivo dos Açores, 1890.

B.P.A.P.D., *Os Açores vistos por estrangeiros. Literatura de Viagens e Estudos Científicos*, catálogo da exposição bibliográfica no âmbito da II Conferência das Regiões Insulares Europeias, 29 de Março de 1984, Ponta Delgada, 1984.

Câmara do Comercio de Ponta Delgada - *Em defesa dos interesses da ilha de S.Miguel. As Suplicas da Associação Comercial de Ponta Delgada à monarquia 1835-1910*, organização, introdução e notas de Fátima Sequeira Dias, Ponta Delgada, 1994

Cartas particulares do Sr. José do Canto aos Srs. José Jácome Corrêa e Conde de Jácome Corrêa. 1840 a 1893, organizado e editado por Aires Jácome Corrêa, Ponta Delgada, 1915.

CANTO, Ernesto do - *Biblioteca Açoreana: Noticia Bibliográfica das Obras Impressas e Manuscritas concernentes às Ilhas dos Açores.* Ponta Delgada: Typ. Archivo dos Açores, 1888.

TORRES, José de - *Variedades Açoreanas: descrição das espécies e índices*, Intr. e org. de Maria Antónia Pires Coelho de Freitas e de Maria Regina Amorim de Carvalho Amaral, Ponta Delgada, 1981.

3. BIBLIOGRAFIA

3.1 Obras de consulta geral

ATAÍDE, Luis Bernardo Leite de - *Etnografia, Arte e Vida Antiga nos Açores.* Coimbra: Biblioteca da Universidade, 1973-76. 4 vols.

IDEM - *Arquitectura Regional: S.Miguel - Açores.* Ponta Delgada: Oficina de Artes Gráficas, 1920.

BRITO, Raquel Soeiro - *A Ilha de São Miguel. Estudo Geográfico.* Lisboa: Instituto de Alta Cultura / Centro de Estudos Geográficos, 1955.

BENSAÚDE, Alfredo - *Vida de José Bensaúde.* Porto: Litographia Nacional, 1936.

Conhecimento dos Açores através da Literatura, Comunicações apresentadas na IX Semana de Estudos dos Açores, Angra do Heroísmo, Instituto Açoriano de Cultura, 1988.

BOTTINEAU, Yves - *L'Architecture aux Açores, du Manuelin au Barroque*, "Colóquio-Artes". nº35 (1977), pp.53-63.

CANTO, Ernesto - *Igrejas, Ermidas e Altares da Ilha de S.Miguel*. publ. no Preto no Branco, 1873-75.

CONSTÂNCIA, João de Medeiros - *A Ilha de S.Miguel: Contribuição para o seu estudo geográfico*. Sep. do "Boletim do Centro de Estudos Geográficos". Coimbra, 1964.

CORRÊA, Marquês de Jácome - *Leituras sobre a História do Valle das Furnas*. S.Miguel: Oficinas de Artes Gráficas, 1924.

COSTA, Francisco Carreiro da - *Tradições, Costumes e Turismo dos Açores. Palestras Radiofonicas*. Ponta Delgada, 1945-74.

IDEM - *Etnologia dos Açores*. Organização, prefácio e notas de Rui Sousa Martins. Lagoa: Câmara Municipal de Lagoa, 1989. 2 vols.

DIAS, Urbano de Mendonça - *História do Vale das Furnas*. Vila Franca: A Crença, 1945.

IDEM - *A Vila*. Vila Franca do Campo: A Crença, 1927. 12 vols.

IDEM - *História das Igrejas, Conventos e Ermidas Micaelenses*. Vila Franca do Campo: A Crença, 1949. 3 vols.

DIAS, Fátima Sequeira - *Um Percurso de Sucesso numa Economia Periférica: A casa Bensaúde e os Açores, 1800-1873*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993. Tese de doutoramento (inédita).

FARIA E MAIA, Francisco Ataíde de Machado - *Novas Páginas da História Micaelense*. Ponta Delgada, 1948.

FERNANDES, José Manuel - *Angra do Heroísmo*. Lisboa: Editorial Presença, "Cidades e Vilas de Portugal", 1989.

FERREIRA, H. Amorim - *Naturalistas Britânicos nos Açores*. "Insulana". Vol II, nº4 (1946), pp. 531-546.

FRANÇA, José Augusto - *O Romantismo em Portugal*. Lisboa: Livros Horizonte, 1969. 6vols. (Ed.original: *Le Romantism au Portugal. Etudes de Faits Socio-Culturels*. Paris)

IDEM - *A Arte em Portugal no Século XIX*. Lisboa: Bertrand, 1990. 2 vols. (1ªed:1974).

HISTÓRIA da Arte Portuguesa. Dir. por Paulo Pereira. Lisboa: Círculo de Leitores, 1995. vol.III.

HITCHCOCK, Henry-Russel - *Architecture: Nineteenth and Twentieth Centuries*. New Haven and London: Yale University Press, 1987 (1ª ed: 1958).

JABOUILLE, Victor - *Madeira ou a cristalização de um imaginário islenho*, "Islenha". Nº7, Jul-Dez 1990, pp.5-14.

JOÃO, Maria Isabel - *Os Açores no Século XIX. Economia, Sociedade e Movimentos Autonomistas*. Lisboa: Edições Cosmos, 1991.

LEITE, João Emanuel Cabral - *Estrangeiros nos Açores no século XIX. Antologia*. Ponta Delgada: Eurosigno Publicações, 1991.

LEITE, José Guilherme Reis - *Administração, Sociedade e Economia dos Açores, 1766-1798*. In *Arquivo Açoriano*. Lisboa: Edição V.H.Forjaz, 1971.vol.16.

IDEM - *Os Fisher: Esboço de uma família açoriana*. Sep. da revista "Atlântida". nº11, 1977.

LOURENÇO, Eduardo - *Do romantismo como mito e os mitos do Romantismo*, "Colóquio-Letras", (30), Março 1976, pp.5-12.

MACHADO, Margarida de Mendonça Dias Vaz do Rego - *Produções Agrícolas. Abastecimento. Conflitos de Poder*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura "Colecção História", 1994.

MATOS, Artur Teodoro de - *Achegas para a História Económica e Social da Ilha de S.Miguel no Ano de 1813*, "Arquipélago: Série Ciências Humanas". Nº1, Jan 1979, pp. 163-176.

MENESES, Avelino Freitas de - *Os Açores nas encruzilhadas de Setecentos (1740-1770): Poderes e Instituições*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1993. Vol.I.

IDEM - *Estudos de História dos Açores*. Ponta Delgada: Jornal de Cultura, 1995. Vol.II.

MIRANDA, Sacuntala de - *O Ciclo da laranja e os "Gentlemen farmers" da Ilha de S.Miguel: 1780-1880*. Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1989.

MOREIRA, José Marques - *Alguns aspectos da intervenção humana na evolução da paisagem da ilha de S.Miguel (Açores)*.Lisboa: Serviço Nacional de Parques e Reservas, "Colecção Natureza e Paisagem (1)", 1987.

PEREIRA, Jorge Costa - *A vida em Ponta Delgada em 1880 através do jornal "Diário dos Açores", Subsídios para o estudo do século XIX micaelense*, "Boletim do Núcleo Cultural da Horta". Nºs 1,2 e 3, 1985-1988. Vol 8.

RAGON, Michel - *Histoire de l'architecture et de l'urbanisme: Idéologies et pionniers. 1800-1910*. Casterman: Seuil, 1986.

ROCHA, Gilberta Pavão Nunes; RODRIGUES, Victor Luis Gaspar - *População, Economia e Sociedade Micaelense em finais do século XVIII: O mapa da população de João Leite de Chaves e Melo Borba Gato*. Sep. do "Bol. do Instituto Histórico da Ilha Terceira". Angra do Heroísmo, 1988. Vol.XLV (1987).

RODRIGUES, Henrique de Aguiar Oliveira - *Os primeiros Cônsules dos Estados Unidos da América nos Açores*. Sep. da "Insulana". Ponta Delgada: Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1992.

SARAIVA, José António; LOPES, Óscar - *História da Literatura Portuguesa*. Porto: Porto Editora Lda. (16ªed), 1992.

SOUSA, Fernando Aires de Medeiros - *José do Canto. Subsídios para a História Micaelense (1820-1898)*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1982.

SOUSA, Nestor de - *A Arquitectura de Ponta Delgada dos Séculos XVI a XVIII*. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1986.

IDEM - *Passeios Públicos de Ponta Delgada*. Açoriano Oriental: Supl. "Pulsar". Ano 154 (14 Mar. 1991)

a) Periódicos

Arquipélago: revista da Universidade dos Açores. Ponta Delgada. Universidade dos Açores.

Arquipélago: Número especial 1988. Relações Açores-Grã-Bretanha. Ponta Delgada: Universidade dos Açores, 1988.

Boletim do Instituto Histórico da Ilha Terceira. Angra do Heroísmo.

Boletim da Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores. Dir. por Arlindo Cabral. Ponta Delgada, 1944-1963.

Insulana: Orgão do Instituto Cultural de Ponta Delgada. Ponta Delgada: Instituto Cultural, 1945-

Journal of the Garden History Society. Londres: Garden History Society, 1972-

Revista dos Açores. Ponta Delgada, 1931

3.2. obras específicas

ADAMS, William Howard - *L'Art des Jardins: ou la Nature Embellie*. Abbeville-New York-Paris-Londres: Editions Abbeville, 1992.

ARAÚJO, Ilídio - *Arte Paisagista e Arte dos Jardins em Portugal*, 2vols, Lisboa, 1962

IDEM - *Quintas de Recreio*, "Bracara Augusta". Nº 27 (63), 1973, pp.321-331.

IDEM - *Jardins, Parques e Quintas de Recreio no Aro do Porto*. Sep. da "Revista de História". Porto, 1979, pp.5-17. Vol II.

BARBOSA, Joaquim Casimiro - *O Jardim: manual do jardineiro amador*. Porto: José Marques Loureiro Editor, 1892. 3 vols.

BOITARD, M. - *Manuel de L'Architecte des Jardins, ou L'Art de les Composer et les Décorer*. Paris: Chez Leonce Laget, 1979 (fac-simile da ed. original: 1854)

BOWE, Patrick - *Jardins de Portugal*. Lisboa: Quetzal, 1989.

CARITA, Helder; CARDOSO, Homem - *Tratado da Grandeza dos Jardins em Portugal: ou da originalidade e desaires desta Arte*. Lisboa: Ed. dos Autores, 1987.

CASTEL-BRANCO, Maria Cristina F. Ataíde - *O Lugar e o Significado: Os Jardins dos Vice-Reis*. Lisboa: Faculdade de Agronomia da Universidade Técnica, 1992. Tese de doutoramento (inédito).

CABRAL, Francisco Caldeira - *Jardins Portugueses*, "Panorama". Nº18, 1943.

CLIFFORD, Derek - *L'Histoire et l'Art des Jardins*. Les libraires Associés, 1964. (ed. original: *A History of garden Design*, 1962).

DECAISNE, Joseph - *Manuel de l'amateur des Jardins: traité general d'horticulture*. Paris: Libraire de Firmin Didot Frères, s.d. 2 vols.

DESMOND, Ray - *Dictionary of British and Irish Botanists and Horticulturists: Including Plant Collectors and Botanical Artists*. London: Taylor & Francis Ltd., 1977.

ELLIOT, Brent - *Victorian Gardens*. London: B.T. Batsford Ltd, 1986.

GIRARDIN - *De la Composition des Paysages: suivi de Promenade ou Itinéraire des jardins d'Ermenonville*. Paris: Éditions du Camp Urban, 1979 (Fac-simile da edição de 1778).

GOTHEIM, Marie Luise - *A History of Garden Art*. New York: Hacker Art Books, 1966. 2 vols(1ªed., 1928).

GRIMAL, Pierre - "Jardins (Art des)", in *Encyclopaedia Universalis*, vol9, Claude Grégory (Dir.), 6ªed., Paris, Éditeur à Paris, 1974, pp.395-401.

HADFIELD, Miles - *A History of British Gardening*. Middlesex: Penguin Books Ltd, 1985 (1ªed: 1960).

HARVEY, Jonh - *Early Gardening Catalogues, with complete reprints of list and accounts of the 16th-19th centuries*. London and Chichester: Phillimore, 1972.

HOBHOUSE, Penelope - *L'Histoire des Plantes et des Jardins*. Trad. do inglês por Marie Françoise Valéry. Tours: Bordas, 1994 (1ªed:1992).

HUNT, Jonh Dixon - *The Genius of the Place: The English Landscape Garden 1620-1820*. London: Paul Elek, 1975.

JARDINS CONTRE NATURE. Traverses/5-6. Paris: Centre George Pompidou, 1983.

JACQUES, David - *Georgian Gardens: The Reign of Nature*. London: Bt. Batsford Ltd.,1983.

La Theorie et la Pratique du Jardinage, où l'on traite a fond des beaux jardins appelés communément des jardins de plaisance. 3ªed.,1739.

JELLICOE, Geoffrey and Susan; GOODE, Patrick; LANCASTER, Michael - *The Oxford Companion to Gardens*. Oxford-New York: Oxford University Press, 1991(1ªed. 1986).

LEIGHTON, Ann - *American Gardens in the Eighteenth Century "For Use or for Delight"*. Boston: Houghton Mifflin Company, 1976.

MILLER, Naomi - *Heavenly Caves: Reflections on the Garden Grotto*. New York: George Braziller, 1982.

PAIVA, J.A.R. - *Jardins Botânicos: Sua origem e importância*. Sep."Munda". Nº 2, 1981.

PALHINHA, Rui Teles - *As estufas do Jardim Botânico de Lisboa: Cartas do Dr. Goeze ao Conde de Ficalho*. Sep. da revista "Brotéria (C.Nat.)". Nº 24 (1), 1955, pp.5-26.

IDEM - *Jardim Botânico de Lisboa*, "Revista Municipal". Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa. Nº 22-23, 1945.

IDEM - *Jardins Botânicos*. "Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciências Naturais". Supl. I (1942). Vol 13, pp.87-100 (Actas do I Congresso Nacional de Ciências Naturais. Lisboa, 1941).

IDEM - *Jardins e Jardineiros de Ponta Delgada*. "Bol da Sociedade de Geografia de Lisboa". Nº 3 e 4 (64ª série). Abril-Maio 1946, pp.131-7.

PARQUE do Monteiro Mor. Lisboa: I.P.P.C., 1987.

QUEST-RITSON, Charles - *The English Garden Abroad*. London: Penguin Books Ltd., 1992.

SIMO, Melanie Louise - *Loudon and the Landscape. From Country Seat to Metropolis 1783-1843*. New Haven and London: Yale University Press, 1988.

TAVARES, C.N - *Jardim Botânico da Faculdade de Ciências de Lisboa: Guia*. Lisboa: Imprensa Portuguesa Porto, 1967.

THOUIN, Gabriel - *Plans Raisonnés de toutes les espèces de Jardins*. Paris: Inter Livres, s.d. (Fac-simile de ed. De L'Imprimerie de Lebéque, 1820).

VITERBO, Francisco Marques de Sousa - *A Jardinagem em Portugal*. 2ª série. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1909. 2 vols.(1ªed. vários nºs de *O Instituto*, 1ª e 2ª série).

SOUSA, Nestor de - *Passeios Públicos de Ponta Delgada*. "Açoriano Oriental. Supl 'Pulsar'". Ponta Delgada. Nº 10254 (Ano 156), 14 Mar de 1991.

WILSON, E.J. - *West London Nursery Gardens: The nursery gardens of Chelsea, Fulham, Hammersmith, Kensington and a part of Westminster, founded before 1900*. London: The Fulham and Hammersmith Historical Society, 1982.

3.3. obras de informação complementar

A.A.V.V. - *Esthétique*. In *Encyclopaedia Universalis*. Dir. por Claude Grégory. 6ªed. Paris: Éditeur à Paris, 1974, pp.556-576. Vol 6.

ANDREWS, Malcolm - *The Search for picturesque: Landscape Aesthetics and Tourism in Britain 1760-1800*. London: Scolar Press, 1989.

ASSUNTO, Rosario - *Il Paesaggio e l'Estetica*. Naples: Giannini Ed., 1973. 2vols.

BUESCU, Helena Carvalho - *Incidências do olhar. Percepção e Representação*. Lisboa: Caminho, "Colecção universitária", 1990.

BURKE, Edmund - *A Philosophical Inquiry into the Origin of our Ideas of the Sublime and Beautiful*. London: Tegg, 1810 (1ªed., 1757).

CALAFATE, Pedro - *A Ideia de Natureza no Século XVIII em Portugal (1740-1800)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, "Estudos Gerais - Série Universitária", 1994.

CLARK, Keneth - *Landscape into Art*. London: Jonh Murray, 1976 (1ªed: 1949).

LOVEJOY, Arthur - "Nature as Aesthetic Norm". In *Essays in the History of ideas*. New York: Capricorn Books, 1960 (1ªed: 1948), pp.69-77.

MARTINET, Marie-Madelaine - *Art et Nature en Grande-Bretagne au XVIIIeme siècle: De l'harmonie classique au pittoresque du premier romantisme*. s.l.:Éditions Aubier montaigne, 1980.

MORNET, Daniel - *Histoire de le Sentiment de la Nature en France de J.J.Rousseau a Bernardin de Saint Pierre*. Genève-Paris: Slatkine Reprints, 1980 (1ª ed: 1907).

MORT DU PAYSAGE: Philosophie et Esthetique du Paysage. Actes du Colloque de Lyon. Lyon, 1982.

SCHAMA, Simon - *Landscape & Memory*. London: Fontana Press, 1996.

SILVA, João Manuel Vilhena Gomes da - *O Espaço da Paisagem*. Évora: Universidade de Évora, 1993. Provas de aptidão científica (inédito).

A SIMBÓLICA DO ESPAÇO: Cidades, Ilhas, Jardins. Coord. de Yvette Kace Centeno e Lima de Freitas. Lisboa: Editorial Estampa, 1991.

THACKER,Christopher - *The Wildness Pleases. The Origins of Romanticism*. New York: Crorn Helm Lda., 1983.

THOMAS, Keith - *Man and the Natural World: Changing attitudes in England. 1500-1800*. London: Peguin Books, 1983.

